

GÊNERO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE PODER



ORGANIZADORAS:

Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Thelma Maria Grisi Velôso

10 ANOS
PPGSS UEPB 2023



 eduepb



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Prof^ª. Célia Regina Diniz (*Reitora*)

Prof^ª. Ivonildes da Silva Fonseca (*Vice-Reitora*)



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Cidoval Moraes de Sousa (*Diretor*)

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Ximenes da Silva (*UEPB*)

Alberto Soares de Melo (*UEPB*)

Antonio Roberto Faustino da Costa (*UEPB*)

José Etham de Lucena Barbosa (*UEPB*)

José Luciano Albino Barbosa (*UEPB*)

Melânia Nóbrega Pereira de Farias (*UEPB*)

Patrícia Cristina de Aragão (*UEPB*)

EXPEDIENTE EDUEPB

Erick Ferreira Cabral (*Design Gráfico e Editoração*)

Jefferson Ricardo Lima A. Nunes (*Design Gráfico e Editoração*)

Leonardo Ramos Araujo (*Design Gráfico e Editoração*)

Elizete Amaral de Medeiros (*Revisão Linguística*)

Antonio de Brito Freire (*Revisão Linguística*)

Danielle Correia Gomes (*Divulgação*)

Efígenio Moura (*Comunicação*)

Carlos Alberto de Araujo Nacre (*Assessoria Técnica*)

Thaise Cabral Arruda (*Assessoria Técnica*)

Walter Vasconcelos (*Assessoria Técnica*)

Rejane Maria de Araújo Ferreira (*Revisão Linguística*)



EDITORA INDEXADA NO SCIELO
DESDE 2012



EDITORA FILIADA A ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Thelma Maria Grisi Veloso
(Organizadoras)

GÊNERO, DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE PODER



Campina Grande-PB
2024



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

João Azevêdo Lins Filho | *Governador*
Lucas Ribeiro | *Vice-governador*
Nonato Bandeira | *Secretário de Comunicação Institucional*



EMPRESA
PARAIBANA DE
COMUNICAÇÃO

Naná Garcez de Castro Dória | *Diretora Presidente*
William Costa | *Diretor de Mídia Impressa*
Rui Leitão | *Diretor de Rádio e TV*
Amanda Lacerda | *Diretora Administrativa, Financeira e de Pessoas*



GRÁFICA
A UNIÃO

Alexandre Macedo | *Gerente Executivo*
Bevenuta Sales | *Revisão*

GRÁFICA
A UNIÃO

Nilton Tavares | *Gerente Executivo de Produção Gráfica*
Marcio Oza | *Gerente Operacional de Artes Gráficas*
Naudimilson Ricarte | *Arte da Capa*
Marcio Oza | *Diagramação*
Gráfica A União | *Impressão*

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

G326 Gênero, diversidade e relações de poder [recurso eletrônico]
/ organizadoras, Idalina Maria Freitas Lima Santiago e
Thelma Maria Grisi Velôso. - Campina Grande :
EDUEPB, 2024.
444p. ; il. color. ; 15 x 21 cm ; 3.000 KB.

ISBN: 978-85-7879-883-3 (Impresso)
ISBN: 978-85-7879-880-2 (E-book)

1. Estudo de gênero. 2. Políticas sociais. 3. Violência de
gênero. I. Idalina Maria Freitas Lima Santiago. II. Thelma
Maria Grisi Velôso. III. Título.

21. ed. CDD 303.6

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © EDUEPB

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

PREFÁCIO

Enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres. [...] O feminismo, como luta libertadora, deve existir à parte de e como parte de uma luta maior para erradicar a dominação em todas as suas formas (Bell Hooks).

Em outubro de 2014, estive em Campina Grande, a convite do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba. Na ocasião, ministrei a disciplina Transversalidade de Gênero e Políticas Públicas (em regime concentrado) e fui muito bem recebida pelo corpo docente, em especial, pela Professora Idalina Santiago, uma das organizadoras deste livro. Naquele período, conversávamos longamente sobre a importância e a necessidade de o Serviço Social se aproximar dos Estudos Feministas, uma vez que 95% das assistentes sociais são mulheres e atendem, em seu cotidiano de intervenção, majoritariamente a mulheres. É com imenso prazer que, depois de nove anos daquela experiência frutífera na UEPB, tomo conhecimento desta coletânea de artigos, a maioria escrita por assistentes sociais, o que nos instiga a pensar epistemologicamente sobre as questões de gênero e suas diversidades e confirma o que muitas de nós estamos afirmando há anos: que, no processo de produção do conhecimento, “o saber surge da prática”. Essa prática profissional requer ação e reflexão diárias. Quando nos deparamos com a dureza da realidade

injusta e desigual entre homens e mulheres, não podemos deixar de nos indignar.

Como não se indignar com o contexto brasileiro, em que as desigualdades de gênero se expressam diariamente, nos diferentes espaços públicos e privados, onde milhares de mulheres estão sujeitas a injustiças, a práticas de exclusão, a confinamentos no espaço doméstico e a diferentes tipos de violência e de discriminação, silenciamento, invisibilidade e hierarquias nos espaços de poder? Temos constatado, nos últimos anos (2018 a 2022), a decomposição do Estado e o desmonte das políticas públicas que deveriam vir ao encontro da proteção e dos direitos das mulheres. Transitávamos entre um regime autoritário e uma suposta democracia, porém com um Estado ausente e corrupto, avesso a tudo o que abrange a democracia de gênero!

Os dinâmicos processos de construção democrática nos possibilitaram identificar, ao longo da história, uma perspectiva de gênero diferenciada para homens e mulheres, que se expressa em, pelo menos, dois níveis: na construção da cidadania e nas instituições democráticas do Estado. A dimensão de gênero, que permeou a construção da sociedade democrática, decretou que a mulher é inferior e privilegiou os homens, reservando-lhes o espaço social onde atuam, ou seja, o âmbito público. Os processos de socialização têm se mostrado marcadamente sexuais e desiguais, e os homens continuam exercendo poder e dominando a maioria das mulheres.

Os Estudos Feministas surgiram justamente para questionar, desconstruir e desnaturalizar esse poder conferido somente aos homens, esses binarismos e as dicotomias em relação aos comportamentos e às práticas, aos papéis atribuídos a homens e a mulheres, que, por sua vez, estão profundamente arraigados no inconsciente coletivo das pessoas. Portanto, celebrar mais mulheres nos espaços de poder é preciso! Desmistificar o trabalho doméstico como “atributo feminino” e “trabalho de amor”! Rever a divisão do trabalho doméstico de forma igualitária entre homens e mulheres é indispensável para que a emancipação política e humana das mulheres

seja alcançada! Os Estudos Feministas vieram para fortalecer, encorajar e motivar as mulheres a marcarem presença e a ocuparem espaços em um meio construído e tradicionalmente ocupado pelos homens; a enfrentar a violência política de gênero e conclamar “solidariedade política” entre nós mulheres: “ninguém larga a mão de ninguém”! Mais mulheres ocupando espaços de poder significa que suas demandas terão mais chances de ser atendidas; que propostas de políticas públicas para mulheres do campo e da cidade, das florestas e das águas, mulheres indígenas, negras, “sem terra”, dos centros e das periferias, entre outras, possam ser efetivadas.

O título sugestivo do livro - Gênero, Diversidade e Relações de Poder - evoca uma categoria importante: “a diversidade”, que tem sido usada, mais frequentemente, para expressar “diversidade linguística” e/ou “diversidade cultural e religiosa”. É mister referirmos que também existe a “diversidade de posturas políticas” que incide sobre as três primeiras, a tal ponto de podermos nos referir a uma “politização da diversidade”.

Há, porém, igualmente, uma política perversa que tem a ver com a forma como se produz a diferença, mantendo-a de maneira regular e normalizando-a. Vale lembrar que as diferenças às quais nos referimos não nascem fora das contradições políticas, mas são as que operam na realização e legitimação das funções assimétricas e hierárquicas das relações de poder.

A categoria “alteridade” é irmã gêmea da “diversidade”. Digamos, a princípio, que a alteridade é uma condição necessária às “políticas da diversidade”¹, uma vez que enfatiza a defesa do *devoir* da diferença e da pluralidade (cultural, étnica, ou seja, antropológica), como fundamento do social. Assim, a “política da diversidade”

1 Um estudo sobre as ‘Políticas da Diversidade’ que dialoga com esse pode ser encontrado em: LORENZO, Ana María Martínez de Escalera; CISNEROS, Erika Lindig (coord.). **Alteridad y Exclusiones**: vocabulário para el debate social e político. México: UNAM, Facultad de Filosofía e Letras, Juan Pablo Editor, 2013. p. 260.

pode ser entendida como um programa ou como uma proposta para incentivar e negociar as diferenças no interior de um coletivo, seja uma comunidade reduzida, passando pelo Estado nacional, ou uma coletividade cosmopolita. No topo dessa política, está a percepção do perigo que existe quando as diferenças identitárias, de gênero, culturais, religiosas, de classe, entre outras, são utilizadas como base para erigir, legitimar e justificar as relações de dominação. O fato de a diversidade ter sido administrada autoritariamente, ou seja, calada, invisibilizada, submetida ou exterminada, tem produzido traumas que devem ser abordados e trazidos para reflexão, como é o caso dos conteúdos dos artigos desta coletânea.

Constata-se uma mobilização feminista por parte das autoras desta obra, ao trazerem novas perspectivas sobre a realidade de mulheres, novas práticas e experiências coletivas de ações solidárias, explicitando e visibilizando as situações de opressão e subordinação em que elas vivem e, ao mesmo tempo, apontando saídas para o debate em busca de justiça. Não qualquer justiça, mas um ideal de justiça social e histórica, que finca o pé nos ideais e nas práticas que levam em conta os direitos humanos e se situa entre a análise dos meandros jurídicos e as violências cotidianas.

Os artigos aqui perfilados trazem um importante aspecto de denúncia, de visibilização e de explicitação de uma realidade pouco conhecida. São, acima de tudo, propositivos, na medida em que apontam “estratégias feministas” que requerem envolvimento e identificação com os pressupostos do feminismo, ou seja, exigem posturas acadêmicas capazes de questionar a produção e a reprodução dos múltiplos espaços de privilégio e de influência por meio dos quais o poder e a dominação se exercem. Falar de “estratégias feministas” implica fazer história, destacar todos os exercícios de apropriação e reapropriação dos direitos das mulheres e todas as lutas e conquistas que já foram alcançadas pelos movimentos feministas e valorizar e dar a conhecer para as gerações futuras nosso

protagonismo. Estratégias feministas² são as múltiplas formas de lutar, no discurso e fora dele, que se ocupam atualmente de forma crítica com as diferentes problemáticas suscitadas pela categoria gênero. Uma delas é desconstruir “a naturalização imposta pelas diferenças de gênero”, ou seja, os papéis atribuídos a homens e mulheres pela sociedade. As estratégias feministas partem da afirmação de que o gênero e o sexo são produzidos social, política e economicamente e que essa produção implica a divisão “patri-arquica”, hierarquizada e excludente do trabalho, da propriedade e, em geral, de todos os tipos de relações de intercâmbio.

Que mais estratégias feministas possam contemplar alteridades capazes de questionar a produção e a reprodução dos múltiplos espaços de privilégios e de influência, como as mulheres quilombolas da Paraíba, que constroem espaços de liderança em favor da sobrevivência de sua cultura e ancestralidade; das trabalhadoras do sexo de Campina Grande, cuja labuta atravessa complexas redes de poder e define hierarquias entre gêneros; das mulheres encarceradas, que enfrentam o limite entre posicionar-se como vítimas ou como protagonistas; das/os jovens e das/dos adolescentes que escancaram a ideologia impregnada nas percepções sobre violência e assédio sexual na instituição escolar, ao reivindicarem a palavra: “Posso falar?” “Quero falar”! “Preciso Falar!”; das mulheres que lutam por soberania sobre o direito ao corpo e à sua sexualidade e de tantas outras que compartilharam experiências com as autoras dos artigos que compõem esta coletânea.

Os movimentos feministas têm sido protagonistas na luta pelo direito ao corpo e à sexualidade das mulheres e incansáveis em cobrar do Estado que respeite e reconheça o corpo delas como objeto soberano e autônomo, ou seja, que a tomada de decisões

2 Categoria também usada por LORENZO, Ana María Martínez de Escalera; CISNEROS, Erika Lindig (coord.). **Alteridad y Exclusiones**: vocabulário para el debate social e político. México: UNAM, Facultad de Filosofía e Letras, Juan Pablo Editor, 2013. p. 107.

sobre a reprodução seja de competência e soberania individual das mulheres, a fim de evitar mortes maternas e gastos públicos com interrupções de gravidez mal praticadas.

A interrupção legal ou ilegal da gravidez é uma experiência de meninas e mulheres que tem esbarrado no terreno dos juízos de valores, da moral e das proibições, nos países em que o aborto é criminalizado e é uma das frentes em que a atual onda conservadora mais investe suas forças! Um dos capítulos da coletânea mostra que um grande número de profissionais da área da saúde ainda tem muita dificuldade de lidar com a questão do aborto.

A profundidade e a amplitude com que são tratadas as questões de gênero, diversidade e relações de poder neste livro, que chega ao público na celebração dos dezessete anos da Lei Maria da Penha, colocam-nos um desafio, como feministas, para, de fato, repensarmos nossas práticas cotidianas, seja na Academia ou na militância, na escola ou no sindicato, no campo ou na cidade, no espaço público ou no privado, abastecendo-nos da fusão de teorias feministas de gênero com abordagens interseccionais, interdisciplinares e multidisciplinares que levem em conta a diversidade das mulheres como sujeitos.

Indignar-nos com o descaso dado às políticas de enfrentamento às violências de gênero que, ao invés de investir nos objetivos expressos na Lei Maria da Penha: “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (artigo 1º), insistem no inapropriado cunho punitivista da referida Lei. Com o desejo de que todas as mulheres do mundo tenham direito a uma vida sem violência, que seus direitos mínimos sejam garantidos e que possam fazer escolhas sobre seu corpo e sua sexualidade, espero que a leitura do livro alimente novos estudos sobre um Serviço Social com perspectiva feminista e que nunca nos esqueçamos de que a construção dos direitos das mulheres é uma luta diária e coletiva. Boa leitura!

Outono de 2023
Teresa Kleba Lisboa

Sumário

APRESENTAÇÃO..... 15

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Thelma Maria Grisi Veloso

EIXO 1: VIOLÊNCIA DE GÊNERO

(N)O ALVO DELES: PERCEPÇÕES DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES..... 25

Gutierrez Alves Lôbo

Alômia Abrantes da Silva

À FLOR DA PELE: SOFRIMENTO, MISOGINIA E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL..... 65

Elizabeth Christina de Andrade Lima

Ana Paula Guedes do Nascimento Costa

NUANCES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES DO CAMPO NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES (1999-2019)..... 109

Sinara Virgínia de Farias Silva

Gislaine da Nóbrega Chaves

**HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES DO TRÁFICO: VÍTIMAS
OU PROTAGONISTAS? 147**

Marina Torres Costa Lima

Thelma Maria Grisi Velôso

**EIXO 2:
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO
FEMININA**

**CONTEMPLAÇÕES DE GÊNERO: O ENGAJAMENTO DAS
MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DE
SERGIPE - BRASIL..... 183**

Magaly Nunes de Gois

Márcia Santana Tavares

**MUJERES RURALES Y ORGANIZACIONES COMUNITARIAS
EN CHILE Y COLOMBIA: TRABAJO, RESISTENCIA Y ACCIÓN
COLECTIVA..... 229**

Mónica Lilian Cantillo Quiroga

Vicente Sisto Campos

**A LIDERANÇA FEMININA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DO GRILO-PB..... 251**

Alcione Ferreira da Silva

Patrícia Cristina de Aragão

EIXO 3:
TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO

"ELES DIZEM QUE É AMOR. NÓS DIZEMOS QUE É TRABALHO NÃO REMUNERADO": A DESIGUAL DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE HOMENS E MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 **291**

Fernanda Marques de Queiroz

Maria Ilidiana Diniz

GÊNERO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS DE PROSTITUTAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB **317**

Nataly Barros Pereira

Edil Ferreira da Silva

EIXO 4:
DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS

ABORTO NA ABORDAGEM DAS/OS ENFERMEIRAS/OS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NA PARAÍBA **355**

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Josilene Barbosa do Nascimento

ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS: POSSO FALAR? **395**

Vanessa Lemos de Toledo

Valéria Oliveira de Vasconcelos

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

SOBRE AS/OS AUTORAS/AUTORES **435**



APRESENTAÇÃO

Debater, refletir, escrever e tornar mais evidentes as abordagens que enovelam as questões de gênero é premente, no sentido de contribuir para os avanços conquistados pelos movimentos libertários – feministas, LGBTQIAPN+³, étnico-raciais, dentre outros – que conseguiram colocar, na ordem do dia, em fins do século XX e início do XXI, a crítica à misoginia, ao racismo, à lgbtqfobia e ao feminicídio, bem como ressignificar perspectivas essencialistas e falocêntricas da cultura brasileira, alçando processos de inclusão e implementação de políticas públicas voltadas para suas demandas.

Na esteira desse pensamento, esta coletânea surgiu da necessidade de ampliar e socializar as produções teórico-metodológicas e os resultados de pesquisas na área dos Estudos de Gênero, em nível nacional e internacional, em especial, as desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB)⁴. O referido Programa iniciou suas atividades em 2013, com duas linhas de pesquisa, uma delas denominada de ‘Gênero, Diversidade e Relações de Poder’, nome que intitula esta coletânea.

A publicação da presente coletânea se insere no contexto de comemoração dos dez anos de criação do PPGSS/UEPB, o qual se coloca como um polo aglutinador e potencializador de formação de recursos humanos voltados para a produção de conhecimento, a

3 Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

4 Esta coletânea foi financiada através de recursos advindos do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP/CAPES/UEPB).

capacitação docente, a atuação em políticas sociais e a assessoria aos movimentos sociais nas regiões interioranas do Nordeste brasileiro, em específico na Paraíba.

A coletânea aglutina resultados de pesquisas de professoras/es da linha de pesquisa ‘Gênero, Diversidade e Relações de Poder’ do referido Programa, em parceria com suas/seus orientandas/os e a de pesquisadoras/es de diversos estados brasileiros vinculadas/os às seguintes instituições de ensino superior: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e Universidade de Araraquara (UNIARA). Conta, ainda, com a colaboração, em nível internacional, de pesquisadoras/es da Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso - Chile. A coletânea é composta de onze capítulos: um internacional; cinco da base endógena do PPGSS/UEPB; e cinco das demais instituições de ensino brasileiras.

O convite para participar desta coletânea propunha uma reflexão sobre o gênero como uma construção sócio-histórica, perpassada por relações de poder, a qual contemplasse sua interseccionalidade com diversos processos socioculturais que atuam no sentido de converter as diferenças sociais em fontes de discriminação e de desigualdades. A partir desse chamado, as abordagens trazidas pelas/os colaboradoras/es indicaram quatro grandes eixos temáticos: violência de gênero; participação política e organização feminina; trabalho e relações de gênero; e direitos reprodutivos e sexuais. Optamos por apresentar os capítulos agrupando-os nesses eixos temáticos.

O primeiro eixo, **‘Violência de gênero’**, é composto de quatro capítulos. O primeiro, intitulado **‘(N)o alvo deles: percepções de homens autores de violência contra as mulheres’**, de autoria de Gutierrez Alves Lôbo e Alômia Abrantes da Silva (PPGSS/

UEPB), trata da violência contra a mulher com base nas entrevistas realizadas com homens na cidade de Campina Grande/Pb. No momento das entrevistas, os entrevistados participavam de audiências judiciais porque haviam cometido esse ato de agressão. Ao trazer para a reflexão as narrativas masculinas, o autor e a autora contribuem consideravelmente para que possamos saber como esses homens dão significado a esse tipo de violência, como se posicionam e como justificam o ato cometido.

O segundo capítulo, **‘À flor da pele: sofrimento, misoginia e violência política de gênero no Brasil’**, de autoria de Elizabeth Christina de Andrade Lima e Ana Paula Guedes do Nascimento Costa (UFCG), é um convite para se refletir sobre a violência de gênero no que diz respeito à violência política. As autoras recorreram às falas, nas redes sociais, de várias mulheres que exerciam ou pleiteavam cargos políticos assim como às notícias veiculadas pela web sobre esse tema. O capítulo traz contribuições relevantes sobre o significado da violência política de gênero e como se manifesta, e aprofunda a discussão, apresentando casos e situações concretas vivenciadas por essas mulheres.

O terceiro capítulo – **‘Nuances da violência de gênero contra mulheres do campo no catálogo de teses e dissertações da CAPES (1999 - 2019)’** – de autoria de Sinara Virgínia de Farias Silva e Gislaine da Nóbrega Chaves (UFPB), cujo foco são as mulheres rurais, apresenta um levantamento bibliográfico sobre o tema ‘violência no campo’, por meio de uma pesquisa documental em teses e dissertações que trabalharam com esse tema durante um período de vinte anos (1999 a 2019). As autoras nos apresentam os resultados desses trabalhos acompanhados de uma discussão teórica, que favorece uma reflexão importante sobre a violência de gênero no meio rural.

No último capítulo desse eixo, **‘Histórias de vida de mulheres do tráfico: vítimas ou protagonistas?’**, Marina Torres Costa Lima e Thelma Maria Grisi Veloso (PPGSS/UEPB) investigam a construção da identidade de gênero das mulheres que cumprem pena

por tráfico de drogas a partir de suas histórias de vida, com o fim de compreender como elas se posicionam em relação aos seus envolvimento com o crime e destacam as rupturas e as permanências do discurso hegemônico falocêntrico em seus relatos. A pesquisa, que foi feita na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande-PB e utilizou a técnica de análise de discurso, propicia uma instigante reflexão que questiona a tese do ‘amor bandido’.

O segundo eixo desta coletânea – **‘Participação política e organização feminina’** – reúne três capítulos. No primeiro, denominado de **‘Contemplações de gênero: o engajamento das mulheres no Movimento Sindical Rural de Sergipe - Brasil’**, Magaly Nunes de Gois e Márcia Santana Tavares (PRONESE; UFBA) nos apresentam uma reflexão sobre a participação das mulheres no Movimento Sindical Rural de Sergipe, a partir de uma perspectiva de gênero, e apontam avanços, tensões e perspectivas de mulheres trabalhadoras rurais no cenário brasileiro contemporâneo. Para isso, discutem sobre o processo de inserção das mulheres na gestão do Movimento Sindical das/os Trabalhadoras/es Rurais e o reatamento da atuação delas nesse movimento na relação familiar e na conjugal. Através de pesquisa documental, de revisão de literatura e de pesquisa de campo, as autoras apresentam reflexões interessantes acerca das possibilidades, dos limites e dos desafios que permeiam o engajamento das mulheres nos movimentos sociais e no movimento sindical do campo.

O segundo capítulo que faz parte desse eixo intitula-se **‘Mujeres rurales y organizaciones comunitarias en Chile y Colombia: trabajo, resistencia y acción colectiva’**, de autoria de Mónica Lilian Cantillo Quiroga e Vicente Sisto Campos (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso – Chile). A autora e o autor nos convidam a fazer uma reflexão pertinente sobre as relações entre gênero, trabalho e ruralidade na América Latina, enfatizam as estratégias de resistência das mulheres trabalhadoras rurais da Colômbia e do Chile, ressaltam sua organização política e a busca de estratégias

que se opõem às necessidades do mercado neoliberal e apontam para a conquista de direitos e a defesa do meio ambiente.

No terceiro capítulo – **‘A liderança feminina da Comunidade Quilombola do Grilo/PB’** – Alcione Ferreira da Silva e Patrícia Cristina de Aragão (PPGSS/UEPB) mostram, por meio da história de vida das mulheres da comunidade negra Nossa Senhora Aparecida, o modo como elas constroem as experiências de luta e sua liderança no processo de conquista da terra. A partir de uma retrospectiva histórica apropriada sobre a liderança feminina quilombola, a reflexão proposta encaminha o/a leitor/a para a história contada pelas mulheres da referida comunidade destacando o papel fundamental delas na efetivação das políticas públicas. Por meio da história oral, podemos refletir sobre essas trajetórias de vida e entrar em contato com o protagonismo dessas mulheres que, muitas vezes, é silenciado.

O terceiro eixo desta coletânea – **‘Trabalho e relações de gênero’** – é formado de dois capítulos. No primeiro – **“Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado”: a desigual divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres no contexto da pandemia da Covid-19** – Fernanda Marques de Queiroz e Maria Ilidiana Diniz (UERN; UFERSA) traçam um percurso, devidamente fundamentado teoricamente, em que são ressaltadas as relações patriarcais de gênero, a invisibilidade, a desvalorização e a precarização do trabalho doméstico – destinado, sobretudo, às mulheres – e a exacerbação desses aspectos por causa do isolamento social e demais desdobramentos causados pela pandemia. O texto favorece uma discussão crítica relevante acerca da sobrecarga e da precarização do trabalho feminino no contexto neoliberal, imprescindível para se pensar na emancipação e nos direitos dessas mulheres.

No segundo capítulo – **‘Gênero e trabalho: trajetórias de prostitutas na cidade de Campina Grande-PB’** – Nataly Barros Pereira e Edil Ferreira da Silva (PPGSS/UEPB) nos convidam a refletir sobre a atividade da prostituição através de uma análise dos

discursos de mulheres que realizam esse trabalho na Feira Central de Campina Grande/Pb. A autora e o autor contextualizam historicamente a atividade da prostituição no referido município e, através dos relatos dessas mulheres, contribuem para conhecermos a forma como narram a entrada delas na prostituição, os significados que constroem sobre o que é ‘ser prostituta’ e se consideram a atividade como uma profissão.

No último eixo – **‘Direitos reprodutivos e sexuais’** – reunimos dois capítulos. O primeiro, **‘Aborto na abordagem das/os enfermeiras/os nas Unidades Básicas de Saúde na Paraíba’**, de autoria de Idalina Maria Freitas Lima Santiago e Josilene Barbosa do Nascimento (PPGSS/UEPB), analisa como as/os enfermeiras/os das Unidades Básicas de Saúde de quatro cidades do estado da Paraíba (Cajazeiras, Patos, João Pessoa e Campina Grande) lidam com o aborto no cotidiano dos serviços. Ao analisar as falas dessas/es participantes, subsidiadas por uma discussão teórica, as autoras apresentam, de maneira crítica, uma reflexão, no âmbito das Políticas Públicas de Saúde, a respeito dos desafios enfrentados por esses serviços públicos para atenderem aos casos de abortamento.

O segundo capítulo desse eixo e último desta coletânea, intitulado **‘Assédio sexual nas escolas: posso falar?’**, de autoria de Vanessa Lemos de Toledo, Valéria Oliveira de Vasconcelos e Dulce Consuelo Andreatta Whitaker (UFSCar; UNIPLAC; UNIARA), versa sobre uma pesquisa, nos moldes da pesquisa-ação, realizada no meio escolar, no interior do estado de São Paulo, com adolescentes dos gêneros feminino e masculino sobre assédio sexual na escola. Por meio das rodas de conversa, da aplicação de questionários e de entrevistas com as/os alunas/os, as autoras analisam o que elas/es entendem por assédio sexual, as situações concretas que caracterizam como assédio e como lidam com isso, trazendo contribuições relevantes para esse tema no âmbito educacional.

Espera-se que a interlocução com profissionais e pesquisadoras/es de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, propiciada por esta coletânea, seja um instrumento não só para fortalecer os

estudos de gênero interseccionados com os marcadores da diferença, mas também para potencializar a resistência e a luta por uma sociedade igualitária, diversa e plural e fortalecer as demandas dos movimentos sociais.

Idalina Maria Freitas Lima Santiago

Thelma Maria Grisi Velôso

The background features a large, faint, stylized illustration of several human faces. The faces are drawn with simple, clean lines and are arranged in a cluster, overlapping each other. The expressions vary, with some eyes closed and others open, suggesting a range of emotions or states of mind. The overall style is minimalist and graphic.

EIXO 1:
VIOLÊNCIA DE GÊNERO



(N)O ALVO DELES: PERCEPÇÕES DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

*Gutierrez Alves Lôbo
Alômia Abrantes da Silva*

Com o objetivo de refletir sobre algumas questões que envolvem o complexo quadro de violência contra as mulheres no Brasil, este texto aborda o tema por meio de falas masculinas, obtidas em entrevistas com homens acusados de cometer esse tipo de violência e que se encontravam em audiências judiciais, na cidade de Campina Grande, Paraíba, durante o ano de 2018.⁵ Adotando o gênero como categoria analítica basilar, o artigo identifica e analisa as marcas discursivas que, ao mesmo tempo em que indiciam os elementos culturais constitutivos dessas masculinidades, possibilitam mostrar como os sujeitos entrevistados compreendem a violência contra as mulheres, considerando suas causas e as formas de expressão.

5 Este texto resultou de parte da pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de Mestrado 'Quem come do meu pirão apanha do meu cinturão: um estudo com homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres', defendida em 2019 por Gutierrez Alves Lôbo, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, na linha 'Gênero, Diversidade e Relações de Poder', sob a orientação da Professora Doutora Alômia Abrantes da Silva.

Antes de apresentar os depoentes e suas narrativas é importante demarcar o horizonte teórico-metodológico da abordagem aqui proposta. Quando os estudos de gênero começaram a ganhar força no Brasil, o gênero tendia a ser expressivamente compreendido como papéis masculinos e femininos, demarcados pelas diferenças sexuais, o que demonstrou ser uma perspectiva um tanto reducionista. Conforme Louro (1997), essa concepção de papéis sociais deixava de lado as diversas maneiras como se podem desenvolver as masculinidades e as feminidades. Mais do que isso, acabava obscurecendo as dinâmicas redes de poder, que operam por meio das instituições, dos discursos, dos códigos e das práticas sociais que integram as relações marcadamente assimétricas entre os gêneros. A autora compreende que o gênero é um aspecto constituinte da identidade humana, que não é fixo ou imutável, mas permeado de fluidez, transição constante, pluralidade e multiplicidades que vão se transformando nas experiências dos sujeitos.

Piscitelli (2009) refere que as discriminações e as distribuições desiguais de poder, sobretudo entre homens e mulheres, ocorrem em escala mundial, apesar de apresentarem traços particulares, como, por exemplo, a atribuição de espaços sociais distintos para ambos, tendo como pano de fundo aspectos considerados “naturais”, inatos a eles, oriundos de suas distinções corporais, em que a mulher fica reiteradamente relegada ao espaço doméstico e tendo como atividades naturalizadas a maternidade e o cuidado primordialmente, apesar de todas as rachaduras já provocadas pelos avanços dos ideais feministas e de suas lutas. Nesse sentido, as próprias desigualdades, ao serem analisadas pelo prisma das diferenças, continuam sendo consideradas como algo natural. Por essa razão, falar de gênero, na atualidade, é tão fundamental.

Articulando essas observações à discussão sobre homens autores de violência contra a mulher, a ideia de uma natureza agressiva dos homens pode ser desmontada e necessita urgentemente que o seja. Corroborando o pensamento de Butler (2003) e a perspectiva *queer*, compreende-se que a identidade é parte de um processo de

construção social permeada pela linguagem e pelos discursos de várias instituições, portanto, convém atentar que a agressividade e a violência não fazem parte da “natureza” dos homens. Ao mesmo tempo, o pensamento que se tem sobre o masculino na perspectiva binária, que cristaliza os corpos e os comportamentos dos homens, também é tensionada ao se tomar como base o entendimento da autora sobre subversão, que é justamente o deslocamento das normas de gênero petrificadas. Sobre isso, chama-se a atenção para o fato de que os homens praticam a violência orientados por dispositivos históricos, culturais e sociais. Isso, no entanto, não quer dizer que todo homem é, *por si*, violento.

Guimarães (2015) afirma que a literatura sobre a complexa relação entre gênero, masculinidades, conjugalidades e violência é escassa. Isso significa que não apenas numa perspectiva teórica, como também no campo das ações direcionadas ao enfrentamento efetivo da violência, é imprescindível que os homens sejam percebidos como constituintes de uma dinâmica relacional e que, embora a responsabilização e a punição, agregadas à prisão, devam ser utilizadas em vários casos, elas não podem ser as únicas possibilidades dadas aos homens quando se tratar de violência conjugal. Para além disso, o autor enuncia que é necessária uma mudança paradigmática na forma como os homens, nomeados de “agressores”, são percebidos, nesse caso, como “monstros” no imaginário social. Portanto, é preciso ampliar os conhecimentos acerca das bases psicossociais desses indivíduos, o que envolve as dimensões afetiva, psicológica, relacional assim como outros aspectos que integram a dinâmica das relações de gênero.

A análise aqui apresentada centra-se nos discursos de homens que estavam implicados em processos judiciais, acusados de violência contra a mulher, com a intenção de compreender como os sentidos desenvolvidos por eles acerca da violência em questão são produzidos e, em sua esteira, dos elementos de produção de masculinidades que se enunciam a partir de suas experiências. Também se busca compreender como essas elaborações discursivas,

validadas como verdade para esses sujeitos, são produzidas pelas instituições que integram a vida social e as relações de poder que nela se encontram imbricadas, consoante reflete Foucault:

(...) Suponho que, em toda sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 08-09).

Assim, o autor entende que as práticas discursivas são permeadas de poderes em nossas sociedades e que existem diversos procedimentos que controlam e regulam esses discursos. Portanto, se o discurso tem algum poder, é de nós que provém. O discurso passa a ser, então, a trama pela qual o poder se movimenta e se institui, como forma de controlar e validar os valores de grupos sociais em dadas sociedades nos diversos contextos históricos. Nesse sentido, as produções discursivas não operam isoladamente, mas conectadas entre si.

Para compor este estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco homens acusados, em processos judiciais, de serem autores de violência doméstica e familiar, a maioria contra suas ex-companheiras. Para preservar suas identidades, eles são identificados com nomes de planetas. Convém enfatizar que, na transcrição de suas falas, foram respeitadas suas formas de se expressar⁶. As entrevistas foram mediadas com o auxílio dos profissionais de Serviço Social do Juizado de Violência Doméstica de

6 Na transcrição das entrevistas, foram respeitadas as pronúncias, gagues e as pausas, no limite do que é possível capturar, como as nuances e as complexidades da expressão oral. Portanto as falas dos depoentes aqui citadas seguem essa escolha, que se sobrepõe às regras da norma culta da língua.

Campina Grande - Paraíba, que fizeram um contato prévio com os homens entrevistados e lhes explicaram o que seria abordado no estudo. Quando confirmavam aceitar participar da pesquisa, os homens eram encaminhados à sala de atendimento psicossocial da instituição, onde eram realizadas as entrevistas. Eles foram entrevistados no momento em que se encontravam no Juizado de Violência Doméstica de Campina Grande para participar de audiências, realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2018.⁷

Sob o ponto de vista da metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que visou sistematizar uma leitura analítica dos discursos proferidos pelos depoentes e dos processos criminais em que eles protagonizam situações de violência contra mulheres em âmbito doméstico e familiar. Alinha-se, pois, com as perspectivas teórico-metodológicas acima apresentadas, tomando a linguagem e o discurso como tramas de lutas permanentes, como inspira Foucault (1996; 2012), o que requer um olhar inquiridor e de dúvida sobre os enunciados. Para esse autor, os discursos não são apenas sistemas de representações de signos, mas também “práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala”, como tramas investidas de sentidos históricos e de relações de poder (FOUCAULT, 2012, p. 60).

Na tabela que segue, apresenta-se a caracterização dos entrevistados, tanto no tocante a aspectos pessoais quanto ao tipo de violência que praticaram.

Tabela 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Idade	Profissão	Escolaridade	Processo(s) judicial(is)/ tipo de violência
Terra	37 anos	Policial Militar com formação em Direito	Superior completo (Especialização)	Três processos motivados por violência física, moral, psicológica e ameaça. Vítima: ex-mulher.

⁷ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, com o número de parecer: 2.551.538, em 20 de março de 2018.

Entrevistado	Idade	Profissão	Escolaridade	Processo(s) judicial(is)/ tipo de violência
Plutão	54 anos	Economista	Superior completo (Especialização)	Um processo motivado por ameaça de expor a vítima nas redes sociais, agressão verbal, perturbação da tranquilidade da vítima e alienação parental. Vítima: ex-mulher.
Mercúrio	43 anos	Árbitro de futebol (desempregado)	Ensino Médio completo	Um processo motivado por agressão física (lesão corporal) e ameaça. Vítima: ex-mulher.
Marte	38 anos	Pedreiro	Ensino Fundamental incompleto	Cinco processos, quatro deles movidos pela tia por prática de injúria, esses já arquivados, 01 deles estando em julgamento motivado pela genitora por violência verbal e patrimonial.

Fonte: Autoria própria

“Foi negócio de casa, bagunça, quebrei os troços, mas num teve agressão não”: a visão sobre o que é violência contra a mulher e a recusa ao lugar de “agressor”

Considerando que o fio condutor desta discussão é a violência contra a mulher, adotou-se o conceito da Convenção de Belém do Pará, segundo a qual violência é qualquer ação ou conduta que, baseada no aspecto de gênero, possa causar morte, dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher quando ocorrer no espaço privado ou público, conforme disposto em seu artigo 1^o (BRASIL, 1994).

8 Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorrida em junho de 1994, em Belém do Pará, Brasil. Em linhas gerais, é um dos mecanismos que reconhece a violência contra a

Partindo dessa conceituação que compõe os prismas dessa abordagem e das considerações sobre as históricas relações desiguais de gênero que tendem a naturalizar binarismos e dicotomias no tocante aos comportamentos de homens e de mulheres, em que a prática da violência e da agressividade por parte dos homens é não apenas incentivada como também naturalizada como um comportamento próprio do masculino, lançamos aos depoentes, no curso da entrevista, uma pergunta sobre o que entendiam por violência contra as mulheres. Como resposta, o entrevistado nomeado de Terra argumentou:

Olha, violência contra a mulher é um termo bem abrangente, né? Mas vamos dizer violência em si é tudo aquilo que ultrapasse os limites do outro seja ele homem ou mulher, o meu limite termina onde o seu começa. Então se eu passar do meu limite e entrar no seu *tô* cometendo uma violência. Então se for uma mulher é uma violência, se for homem também é uma violência. Olha assim culturalmente, é mais a questão da agressão física, num é? Culturalmente. Mas eu creio que um grito, uma cara feia pra mim já caracterizou; aquilo que venha a desestruturar emocionalmente (Pausa para refletir) desestruturou emocionalmente, abalou o psicológico caracteriza (Entrevista concedida por Terra. Entrevista II. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 70 min.).

Em sua fala, Terra demonstra que conhece as múltiplas formas como a violência se expressa e, por conseguinte, sua abrangência

mulher como uma violação aos direitos humanos e em que os estados pactuantes se comprometeram a enfrentá-la.

e complexidade. Porém, “culturalmente”, define-a como agressão física, dando a entender que existe uma diferença entre o conceito de violência e sua compreensão em termos culturais. A fala assinala o caráter relacional dessa problemática, para além da relação binária homem/mulher, embora use a ideia bastante vaga que diz “o meu limite termina onde o seu começa”, o que abre para uma margem ampla de subjetividade e infindas possibilidades do que pode ser considerado sofrer e/ou cometer violência.

Em sua narrativa, Terra procura esvaziar de sentido sua condição pessoal como autor de violência, ao tratá-la de forma genérica e reconhecer suas várias formas de expressão, inclusive tendo o cuidado de, logo de início, lembrar que a violência atinge também os homens. Também chama a atenção o fato de se apropriar do discurso que preconiza textualmente serem ferramentas de proteção à mulher, como, por exemplo, o conceito de violência elaborado pela Lei Maria da Penha (LMP)⁹. Tem-se, aqui, uma contradição, porque, embora compreenda a violência em seus aspectos jurídicos, Terra responde a processos movidos contra ele que o envolvem em agressão física e psicológica. Convém chamar a atenção para o fato de o depoente ser graduado em Direito e policial militar, o que torna crível que a questão da violência e suas formas de enfrentamento já tenham aparecido para ele, tanto pelo viés teórico quanto da prática profissional como agente de segurança pública. Desse modo, Terra sabe nomear a violência contra as mulheres a partir da legislação vigente que trata do enfrentamento desse problema, no entanto, aparenta não se perceber como autor de violência nem nomeia suas práticas violentas como tal.

9 A Lei Maria da Penha (Lei 11.340), promulgada em 2006, em seu artigo 5º, estabelece que, “para os efeitos dessa Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, não paginado).

Quanto a Saturno, apresenta uma resposta permeada de antagonismos e contradições, pois, embora, inicialmente, aparente manifestar certa inquietude em relação à irrefutável realidade dos casos de violência contra a mulher, quando indagado sobre o que acredita ser e os aspectos que motivam essa violência, acaba incorrendo no essencialismo ao atribuir a agressividade a um aspecto da “natureza” dos homens. Diz ele:

Existe da razão de o *homi* já ser agressivo, você entendeu? Quer dizer, a minha criação é o seguinte, meu pai, meus pais não me batia né? (...) Até hoje meus filho nunca *dissero* assim meu pai deu uma tapa em mim, pessoal ganha tudo no grito né (risos), tá entendendo? Então meu pai ganhava a gente na razão né aquela coisa de não querer bater, mas sempre aquele carrasco tá entendendo? De ele olhar pra você e você já ficar ali *queto* (risos). (Pausa para refletir) Aí mais o que pontuo pra eu que não sou agressivo pra eu chegar numa situação dessa tinha que ser o extremo de uma pessoa muito assim uma agressão muito forte pra eu chegar o termo de de (...), *tô* falando no que aconteceu, no que eu acabei de falar eu só dei aquele empurrão e fui *mimbora*, quer dizer quando é um *homi* que ele é agressivo, tudo que se uma esposa falar até no *mei* da rua mesmo, se uma mulher falar alguma besteira ele quer bater, porque aquilo dali já é um instinto dele né? Eu acredito de agressividade, tá entendendo? Aí quer dizer qualquer coisa que uma esposa falar pra ele, se torna como se fosse ameaçador né, então quando a pessoa se sente ameaçado a vontade dele é de partir pra cima você entendeu? Aí a minha opinião é essa (Entrevista concedida por Saturno. Entrevista IV. [Outubro. 2018].

Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 45 min.).

Em seu discurso, Saturno não apenas naturaliza e nega sua atitude agressiva como também considera essa prática como própria da forma de ser e de se portar dos homens que não admitem qualquer contestação, sobretudo se partir das mulheres. Assim, fala a partir de lugares sociais de gênero cristalizados, que tendem a considerar legítima a agressão dos homens contra as mulheres utilizando-se de um marcador biológico-natural. Na esteira desse processo, violência é qualquer atitude que ameaça o homem. Nesse sentido, sua fala é norteadada pela defesa do masculino, sobretudo quando seu domínio é contestado (OLIVEIRA; GOMES, 2011).

Outro aspecto pertinente é que Saturno nega que é agressivo, tendo parâmetro o fato de não agredir os filhos, apesar de, na mesma fala, entrar em contradição, ao reconhecer que praticou violência física contra sua ex-companheira. Ao mesmo tempo, implicitamente, manifesta que existem outras formas corpóreas de intimidar os comportamentos, seja por meio do olhar intimidatório do seu pai, durante sua infância/adolescência, ou pela forma verbal para se obter algo, como gritando, ao acionar um histórico pessoal de alguém que vivenciou formas de violência desde a infância.

O fato de serem chamados de “agressores” causa problemas que são sentidos e recusados pelos entrevistados o que, de certa maneira, remete às reflexões levadas para o debate acadêmico e jurídico a tal respeito. Nascimento (2001) sugere que se deve abandonar o termo “agressor” quando se vai abordar a problemática da violência contra as mulheres, pois, para esse autor, esse termo não apenas qualifica aquele que comete a agressão, como também considera esse comportamento como constituinte do sujeito. Nesse sentido, ser agressivo e ser agressor fazem parte da identidade masculina. Sem objetivar incorrer em um eufemismo, o autor propõe e utiliza o termo ‘autor de violência’, porque, segundo ele, eleva-se a questão

para o plano social, político e cultural e se amplia a discussão sobre violência, agressão e agressividade. Logo, fazer esse movimento não apenas numa perspectiva conceitual é uma forma de admitir que o comportamento violento dos homens é resultado da articulação de aspectos de ordem social, situacional e pessoal, e não, apenas, como uma atitude que só tem uma única causa, seja biológica ou psicológica.

De acordo com Oliveira e Gomes (2011), muitos homens que cometem esses atos violentos até reconhecem essas práticas como censuráveis e abusivas. No entanto, contraditoriamente, afirmam ser algo tolerável e admissível. Muitos deles justificam esses atos de violência ao fato de os homens não aceitarem ser contrariados ou como uma resposta educativa para determinados comportamentos femininos considerados “intoleráveis”, postura modelada por uma cultura patriarcal.

Sobre a mesma questão, Marte e Mercúrio também associaram a violência principalmente ao aspecto físico: “Rapaz, sei não, agressão né? Agressão física, moral também. Eu nunca presenciei nenhum caso de violência contra a mulher não” (Marte).¹⁰ Embora Marte responda por violência patrimonial, ameaça e prática de injúria no escopo da Lei Maria da Penha, conforme análise feita do seu processo, sua fala demonstra apatia, negação e naturalização dos seus atos, ao não se reconhecer como agente violador de direitos, que foi preso em flagrante, acusado e julgado judicialmente por causa dos seus comportamentos agressivos.

Assim como fez Saturno, Mercúrio retoma sua história familiar como primária referência dos significados que ele produz sobre violência contra as mulheres. Mais do que isso, sua narrativa articula-se com a de Plutão, pois ambos dizem reconhecer como a prática da violência contra a mulher vem sendo institucionalmente naturalizada:

10 Entrevista concedida por Marte. Entrevista V. [Novembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. (50 min.)

Não, quando fala violência contra a mulher eu entendo como aquelas agressões físicas, via de fato, aquelas que o *homi* chega a bater na mulher, humilhar ela né? Eu entendo que seja nesse aspecto aí né? Num sei é tão complicado, é tão estranho essa questão aí porque eu fui criado numa família que eu nunca vi meu pai levantar a mão pra minha mãe num é? Ele sempre foi ignorante, meu pai sempre foi uma pessoa ignorante, mas nunca chegou ao ponto de levantar a mão pra minha mãe, quer dizer pra mim, essa questão aí se torna até algo novo num é? A forma como as pessoas falam, talvez é tenha determinados tipos de atitude que dê a característica que a pessoa seja, que o *homi* seja um agressor. Por exemplo, soltar uma piada, eu num sabia que se soltar uma piada com uma mulher na rua você poderia responder sobre esse fato num é? (Entrevista concedida por Mercúrio. Entrevista III. [Outubro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 60 min.).

Por sermos uma sociedade, o Brasil é muito patriarcal, então nós estamos há muito e muito tempo praticando violência contra a mulher em todos os aspectos, o respeito, a maneira de tratar, a maneira de se aproximar da mulher, num é isso? Tem contribuído, a maneira de expor a mulher, ou, muitas vezes, achar que a mulher é como um objeto sexual, tratar né? (Entrevista concedida por Plutão. Entrevista I. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 55 min.).

Essas falas apresentam outras questões pertinentes sobre violência que devem ser problematizadas. Primeiro, como as piadas com caráter machista e formas de tratar as mulheres disfarçadas de elogios ou cantadas sutis são vistas nas ações cotidianas. Sabe-se que, em nosso contexto, não é difícil encontrar, na vida pública, um homem olhando, assobiando ou até tocando nos corpos femininos sem autorização. As piadas, em especial, servem, entre os próprios homens, como estratégia para inserir e manter sua participação em seus grupos de sociabilidade. Embora muitos homens as naturalizem e as encarem como técnicas de aproximação com as mulheres, na esteira de sua ocorrência, operam práticas discursivas, linguísticas e históricas naturalizadas pela sociedade em dado recorte histórico (FUKUDA, 2012). Assim, para muitos homens, as piadas integram o rol dos atributos e comportamentos dos considerados “verdadeiros homens” – trata-se de práticas discursivamente naturalizadas e socialmente reproduzidas. Em contrapartida, não apenas expõem os corpos femininos como também (re)produzem os estereótipos de gênero que objetificam as mulheres.

No artigo intitulado ‘Assédio sexual: uma releitura para além das relações de gênero’, Fukuda (2012) analisa o trato dispensado aos crimes de assédio sexual no campo jurídico, com base nas relações de gênero, que são convertidas em assimetrias, o que se constitui como desigualdades. Para a autora, a ideia de o assédio sexual ser pensado somente no campo das relações de trabalho obscurece seu reconhecimento por parte da legislação como violência contra a mulher e os jogos de poder que o caracterizam, uma vez que a vítima do assédio perde sua humanidade, passa a ser encarada como coisa e fica vulnerável a situações vexatórias e de constrangimento. Disso decorre que situações consideradas banais no cotidiano, como as piadas, acabam, muitas vezes, não sendo reconhecidas como assédio. A respeito, diz a autora:

Essa é uma das razões para que, na sociedade brasileira, os casos de assédio sexual não sejam

tratados a contento, visto que em nossa cultura, um homem deve fazer investidas sexuais a despeito das negativas ou da não correspondência feminina: um comportamento socialmente esperado para ambos. É papel do homem conquistar, e é papel da mulher fazer-se de “difícil”, pois caso contrário, a mulher sendo “fácil”, estaria revertendo a ordem do jogo e adotando um papel ativo que seria socialmente reprovado (FUKUDA, 2012, p. 10).

Como se pode observar, os jogos afetivos e sexuais são orientados por práticas simbólicas, discursivas e linguísticas de acordo com os comportamentos e as atitudes que se espera dos homens e das mulheres na vida social. Nas buscas amorosas, espera-se que os homens sejam incessantes em suas investidas, enquanto as mulheres devem ficar, docilmente, esperando ser cortejadas. Mais do que isso, a transgressão de qualquer desses comportamentos leva-os ao desprestígio social, quando suas práticas e seus lugares socioculturais não são positivados.

De Souza, Baldwin e Rosa (2000), com base nas ideias de Parker, referem que as questões de gênero convertidas em diferenças refletem na linguagem cotidiana da sociedade brasileira, sobretudo no que concerne às diferenças sexuais. Assim, os processos de socialização são marcadamente sexuais e desiguais. No tocante ao masculino, destina-se aos machos da espécie a atividade de “comer”, de demarcar o território, perseguir, penetrar e serem sinônimos de possuir. Já as mulheres são orientadas para exercerem a função de “dar”, ou seja, para serem passivas e parceiras sexuais receptivas. Pode-se dizer que, na relação, o lugar sexual demarca esquemas de poder.

A segunda questão pertinente centra-se na fala de Marte, ao se reportar ao seu núcleo e à sua história familiar como uma orientação primária para os sentidos que atribui à violência contra as mulheres. Embora seu entendimento tome como primazia a agressão física,

apesar de dizer que não a presenciou na relação entre seus genitores, ele naturaliza o comportamento do pai em relação à mãe, que denomina de ignorante e que também é manifestado por outros meios, o que o faz negar que tenha presenciado violência contra a mulher pela não ocorrência da agressão física.

Conforme a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (ARAÚJO, 2011), esse tipo de violência, codificado pela assimetria de gênero, é uma das mais graves formas de violação dos direitos humanos, uma vez que atinge frontalmente o direito à vida, à saúde e à integridade física. Homens e mulheres são afetados pela violência, porém, embora eles tendam a sofrê-la majoritariamente nos espaços públicos, as mulheres vivenciam sua incidência sobretudo nos lares, na maioria dos casos, praticada pelo companheiro, pelo ex-companheiro ou por outro familiar, como se representa no recorte desta pesquisa. Trata-se de uma questão transversal à vida social, pois atinge mulheres de diferentes idades, origens, níveis de escolaridade e de todas as classes sociais. Por isso, cabe ao Estado enfrentar esse problema efetivamente por meio de políticas públicas.

É importante ressaltar que, apesar de os depoentes reconhecerem que existem diferentes tipos de violência, a que eles consideram como uma agressão é a que provoca danos corpóreos. Assim, naturalizam outras práticas violentas que, para eles, não acontecem no cotidiano. Também enunciam desconfortos com a situação de suas experiências de conflitos, mas as narram com posturas autodefensivas, o que não nos surpreende em nosso contexto, exceto pelo modo como interpelam a cultura e a sociedade como responsáveis por criar a situação de violência em que, como acreditam, foram implicados.

"Para de tá batendo no rosto dum homi, mesmo que seja de brincadeira": limites e justificativas apresentadas por autores de violência contra a mulher

Quando perguntados sobre quais os motivos que levam um homem a agir de forma agressiva e violenta contra uma mulher,

os interlocutores deram algumas respostas em que, como já esperado, atribuem às mulheres a responsabilidade pelo conflito e pela agressão vivenciados. Alguns discursos remetem a culpa à cultura patriarcal, machista, demarcando as causas ou motivos da prática da violência, como mostra esta fala de Plutão:

Olhe, os fatores também que contribui um pouco é a nossa herança cultural, ela tem contribuído isso né? E a sociedade ela cobra muito do *homi* isso, que o *homi* tem que ser cabra macho, como é que pode vamos dizer o *homi* apanhar da mulher ou vice-versa. Então como é que pode você apanhar da mulher, a mulher não te respeitar, ou você tem direito a tudo e ela não, ela tem direito só de criar os filhos e tomar conta de casa né. Então foi essa cultura que herdamos e que infelizmente contribui pra que a gente às vezes transmita de geração pra geração (Entrevista concedida por Plutão. Entrevista I. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 55 min.).

A fala de Plutão evoca a imagem do “cabra macho”, que se liga, historicamente, à construção identitária do homem nordestino, como discutido por Albuquerque Júnior (2003), em seu livro, ‘Nordestino: uma invenção do falo’. Para esse autor, o poder do macho se configura na necessidade de ter subordinados, sobretudo as mulheres. Vê-se essa perspectiva em movimento na fala do depoente que demarca o peso intolerável de que um homem apanhe de uma mulher ou seja desrespeitado por ela, ao mesmo tempo em que atribui isso a uma herança cultural. Inclusive, lamenta o fato de isso ser transmitido de geração para geração, sem que se conteste, por parecer, praticamente, um “destino”. É importante também pensar, como inspira o trabalho já citado de Albuquerque Júnior,

que quando a mulher é agressiva, e o homem é a vítima da violência, isso não fere somente essa matriz culturalmente desigual de gênero, como também a própria masculinidade de um homem que não aceita ser contrariado e acredita ter a sua virilidade maculada.

Esse entendimento também ressoa na fala de outro entrevistado, Mercúrio, que afirma:

Olha, na minha opinião, eu acho que eu falo pelo que eu já vi e *pelumpouco* do que eu já vivi com essa mãe dessa minha menina, né? Eu sou pai de quatro filhos, quatro filhas com quatro mulheres diferentes, e eu nunca, eu nunca tive discussão, bate-boca com nenhuma das mães das minhas filhas, a não ser essa, né? O que eu acho que deva levar um homem a ser agressor às vezes, primeiro, a bebida. Muitos homens bebem, perdem o raciocínio do certo e do errado e terminam, muitas vezes, pagando *pelum* ato que vai ficar marcado pro resto da vida, num é? Tendo em vista que muita das mulheres contribuí para que o homem seja violento, num é? Por exemplo, ciúmes desnecessário, num é? (Entrevista concedida por Mercúrio. Entrevista III. [Outubro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 60 min.).

Diante do exposto, fez-se pertinente questionar o que uma mulher faz e quais são as atitudes dela, segundo a perspectiva do entrevistado, que “contribuem” para que um homem seja violento. Eis sua resposta:

Porque muitos homens não admitem uma mulher partir pra cima dele pra querer bater no seu rosto, num é? Eu sempre dizia pra minha que toda vez quando ela chegava em casa, ela

num ato de brincadeira, ela tinha o costume de entrar dentro de casa e bater no meu rosto, dar tapa no meu rosto e, até muitas vezes, induzia a minha própria filha de quatro anos a ter esse tipo de atitude e eu dizia sempre a ela, eu dizia “Para de tá batendo no rosto dum *homi*, mesmo que seja de brincadeira, porque vai chegar um momento que tu vai querer fazer na vera e isso vai gerar um revide” (Pausa para refletir) “Ela partiu pra cima de mim com claras intenções de bater no meu rosto e eu empurrei-a. Como ela tinha bebido, perdeu o equilíbrio do corpo e tombou né, caiu, e nisso cortou, arranhou o cotovelo e o tornozelo (...) Então eu *tô* respondendo *pelo* uma atitude dela né, algo que se ela não tivesse partido pra cima de mim eu com certeza eu não teria empurrado pra me esquivar né? Mas daí ela simplesmente ligou pra polícia, a viatura nos conduziu pra central e eu fui indiciado num crime de Maria da Penha (Entrevista concedida por Mercúrio. Entrevista III. [Outubro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 60 min.).

Na fala de Mercúrio, vários elementos podem ser abordados. Em um primeiro momento, ele aponta que os homens tendem a consumir bebida demasiadamente e, quando perderem o controle e a noção de suas atitudes, terminam agindo com violência contra sua companheira. Porém, em seguida, começa a pensar na situação violenta como relacional, enfatiza que acredita ser culpa de sua companheira e aponta as atitudes dela como fios condutores para o que o levou a ser indiciado, julgando ser fruto do que pensa ser, da parte dela, um ciúme em demasia causado pelo efeito do álcool. Então, a mulher é quem é a causa do descontrole pela bebida. Com base nisso, atribuem-se as lesões físicas da companheira ao

descontrole dela mesma, e a reação dele é justificada como uma atitude de defesa. Exemplo disso é o seu grande incômodo com a forma como diz que ela o agredia, ainda que de “brincadeira”: batendo em seu rosto.

Assim como Plutão, Mercúrio retoma os lugares e os códigos de gênero e masculinidade que tornam inimaginável que um homem sofra violência por parte de uma mulher, sobretudo quando essa prática se direciona ao rosto dele. Ele explica como aconteceu a prática violenta que o levou a ser acusado judicialmente pela LMP. Porém, embora reconheça que sua atitude violou fisicamente o corpo da ex-companheira, atribui a ela não apenas o motivo de ter sido agredida por ele - uma vez que ela “brincava”, batendo no rosto dele - como também o fato de ele ter sido “marcado” para o resto da vida indiciado por crime de violência doméstica. Disse que as atitudes da ex-companheira fertilizaram seu ato violento, mas negou ter sido autor de violência e ainda assumiu um lugar de vítima na relação.

Para Le Breton (2009), o rosto, tal como os demais atributos sexuais, é considerado a parte mais importante do corpo, numa perspectiva social e cultural, de modo que, logo, se for ferido ou afetado e precisar de cuidados especiais, isso causará muito transtorno e perturbação. Quanto ao rosto, em especial, é um capital do corpo, uma revelação do sagrado, que, se ficar desfigurado, priva o indivíduo do sentimento de identidade pessoal.

Nas falas dos depoentes, o rosto masculino é considerado um território máximo de poder e lugar de honra para os homens. Porém, embora reconheçam seu valor social, simbólico e cultural - e que, portanto, não deve ser violado - não conseguem estender a mesma compreensão para os rostos femininos. Prova disso é que não é difícil encontrar notícias e assuntos cotidianos afirmando que uma mulher teve o rosto desfigurado pelo atual ou ex-companheiro, o que denota que os rostos femininos circunscrevem jogos desiguais de poder e que a violência perpetrada contra ele demarca o sentimento de posse do homem sobre a mulher.

Em seu artigo ‘Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal’, Dourado e Noronha (2015) trazem uma abordagem sobre os jogos de poder e de apropriação do rosto feminino nos casos de violência conjugal. Em pesquisa realizada em Salvador (Bahia), as autoras tiveram acesso a Boletins de Ocorrência e entrevistaram mulheres cujos rostos ficaram marcados pela violência. Apesar de apontarem significativa dificuldade de localizar trabalhos acadêmicos que tratem desse tema, os estudos constataram a prevalência da violência conjugal contra a mulher na cabeça, no pescoço e, especialmente, na face. Assim, o rosto feminino é a parte mais atingida quando se trata de violência conjugal.

As autoras acrescentam a ideia (que se espraia socialmente e no escopo de alguns trabalhos acadêmicos) de que as altas taxas de lesão nas faces femininas, nos casos de violência conjugal, devem-se ao fato de essa ser uma região corporal marcadamente desprotegida e mais exposta. Elas entendem que é preciso aprofundar essa questão, porque um dano físico, em caráter temporário ou não, implica questões complexas e singulares que agregam a violência física e a psicológica, já que envolve humilhação e viola um aspecto central na constituição das identidades pessoais e os direitos humanos. Sobre a agressão ao rosto das mulheres, Dourado e Noronha (2015) atentam para seus significados relacionados à violação da beleza facial, à depreciação da autoimagem e à ameaça à identidade pessoal como alguns dos seus agravantes.

Ainda com a intenção de aprofundar as questões que motivaram a violência masculina nas relações conjugais dos depoentes, vê-se que reverbera marcadamente a questão da fidelidade, sobretudo por parte das mulheres. Isso fica claro nas falas de Marte, Mercúrio e Terra. Marte, diz: “Sei não, as atitudes dela né também, rapaz o desrespeito né? Traição, é a falta de respeito e a traição,

mas graças a Deus num aconteceu nada disso comigo”¹¹. Ao ser, então, questionado sobre quais são as atitudes de uma mulher que ele encara como desrespeitosa, ele responde que “é quando ela desgosta e destrata o homem que está com ela”. Nessa mesma linha de raciocínio, Mercúrio ressalta:

Quantas e quantas vezes eu vi a minha companheira entrar em casa e entrar olhando pro chão, pra cama, procurando fio de cabelo que não fosse compatível com o dela, pra querer jogar no meu rosto que eu *tava* com uma mulher dentro de casa, onde eu nunca fiz isso. Sou uma pessoa que eu sempre respeitei o meu lar, nesse aspecto de levar mulher pra dentro de casa, mas ela sempre procurou um fio de cabelo em cima da cama, no chão, pegar o cesto do banheiro e ir procurar algum resíduo, alguma coisa que mostrasse pra ela que tinha alguém em casa no momento em que ela num *tava* e são determinadas atitudes como essa que termina fazendo com que venha as discussões e das discussões terminam gerando em atitudes mais sérias, mais graves que é, por exemplo, tapas, empurrões (...) Ela é uma pessoa bastante ciumenta, tudo causava um mal-estar e daí desde o início da relação sempre foi conturbado o meu relacionamento com ela. (Entrevista concedida por Mercúrio. Entrevista III. [Outubro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 60 min.).

11 Entrevista concedida por Marte. Entrevista V. [Novembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. (50 min.).

Assim, Marte e Mercúrio indicam que a fidelidade é o condicionante para que haja respeito em uma relação, e a falta desse valor moral acaba abrindo espaço para a prática da violência contra a mulher, que estruturalmente se legitima, visto que a infidelidade feminina representa uma transgressão das normas e dos lugares de gênero. Mercúrio, por exemplo, embora afirme respeitar o espaço social do lar, deixa subliminar que manteve vínculos afetivo-sexuais para além do que mantinha com sua ex-companheira, o que pode ter sido o agente motivador da desconfiança e da busca por vestígios de traição por parte dela. Ao mesmo tempo, seu discurso evidencia como essa busca feminina pela confirmação de uma possível traição funciona como uma espécie de violação da moral masculina, o que termina sendo um motivo para os homens praticarem a violência doméstica, visto que não só foram contestados, como também tiveram sua moralidade colocada à prova. No entanto, é importante dizer que o agregar de relações afetivo-sexuais funciona entre os homens, conferindo-lhes prestígio e aceitação social. Enquanto a infidelidade feminina é socialmente concebida como desvio moral de conduta, entre os homens, é culturalmente considerada uma prática legítima (ARAÚJO, 2016).

Ainda tratada com muita reserva, a traição é um dos valores culturais mais complexos. Araújo (2016, p. 22) assevera que “a traição é uma experiência que tem cheiro de sangue, de sofrimento, de angústia, de corpo machucado e de vingança”. Já a traição feminina é mais difícil de ser compreendida e tratada, uma vez que envolve os códigos e as positivações de gênero nos corpos. A mulher infiel ou adúltera (con)vive não apenas com a violência física e emocional, mas também com a fúria violenta da linguagem que desqualifica o feminino que ousa transgredir as normas, os valores e os códigos de gênero circunscritos. Se, de um lado, a mulher traidora acaba tendo mais desprestígio social, de outro, a traição masculina não só é referenciada e incentivada como também exerce um lugar de glória para o pleno exercício da masculinidade.

Para Lopes (2015), o espaço social do lar é o principal cenário de conflitos que agrega marcadamente a violência contra a mulher, e a maioria dessas agressões envolve pessoas ligadas por relações socioafetivas. No lar, são vários os tipos de violência contra a mulher: física, moral, psicológica, sexual etc. A casa passa a ser, portanto, um espaço irrefutavelmente pertencente à figura do homem que, direcionado por valores culturais, sociais e morais, como a virilidade, e valendo-se do lugar de chefe de família, legítima e exerce seu poder para ferir os direitos e a liberdade da esposa, sobretudo por meio da agressão. Assim, a célula familiar acaba sendo um espaço de violência que agrega todos os sujeitos nela envolvidos.

Apesar de aparecer em um formato sutil, o discurso de Terra também se utiliza da questão da (in) fidelidade:

(...) de repente a sua esposa ou o seu marido chega e diz “olha num tá legal, tá doendo à relação, tá me causando dor, o que é que a gente pode fazer pra melhorar?” tá entendendo? Então nem todo parceiro/parceira vai entender, vai pensar logo o que vem logo a cabeça né? Porque a nossa mente ela mente demais num é? Ela trabalha, ela conspira contra nós mesmos né? Você vai pensar logo que tem outra pessoa, uma terceira pessoa na relação, que tá sendo traído e tal, então têm que ser uma coisa muito bem trabalhada, muito bem conversada, também não é uma conversa fácil, é uma coisa que é demorada pra se entender (Entrevista concedida por Terra. Entrevista II. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 70 min.).

A narrativa em questão articula-se às demais ao conceber a fidelidade como um dos aspectos que podem provocar a falência da relação conjugal. Portanto, ser fiel é considerado um aspecto

primário para se manter uma relação e um valor moral alocado no corpo, no discurso e no comportamento, sobretudo, das mulheres.

Em uma pesquisa empírica feita em 2001 e atualizada em 2010, com homens e mulheres de todas as classes sociais e regiões do Brasil, na qual analisou a relação entre as masculinidades e a violência de gênero, Venturi (2014) concluiu que a fidelidade é o elemento central na análise da violência. Trata-se de uma exigência posta que desencadeia formas de controle e funciona como um fio condutor para a ocorrência de quase metade dos conflitos, tanto nos discursos das mulheres agredidas quanto nas falas dos homens entrevistados, autores da violência. O pano de fundo dessa realidade é o modelo conjugal monogâmico, que era, até pouco tempo, considerado como indissolúvel, e é uma das instituições mais naturalizadas no tecido social. Conforme esse autor, a monogamia é tão instituída e socialmente naturalizada que transcende a própria heteronormatividade, uma vez que sua ausência também leva a várias situações de violência conjugal entre casais homossexuais. Nesse sentido, há uma transversalidade da exigência monogâmica, sendo que, por trás disso, operam códigos de posse e de poder sobre “aquele que pode e aquele que não pode”. O autor acrescenta que a monogamia, como paradigma de relação conjugal, teve o seu momento instituinte – com a difusão da ideia de que o ser humano é monógamo por natureza. Isso deixa claro que todo essencialismo metafísico é, também, parte de uma construção ideológica e sócio-histórica.

Quando indagado sobre os motivos que levam um homem a agir com violência contra a mulher, Terra elencou diversos fatores, sobretudo exteriores à relação conjugal, como situações no trânsito e no trabalho, mas que respingam no espaço doméstico-familiar:

Vários fatores, existe o estresse do dia a dia, o diário, aquele que até um simples carro buzinando atrás do seu já gera um homicídio. Então, isso é um fator, você chega em casa

estressado por “n” motivos, o estresse do trabalho, às vezes o próprio estresse conjugal, o desgaste, porque o casamento ele é lua de mel durante um ano, a partir daí vira um exercício diário e é complicado (...)atrelado vem à questão cotidiana, vem à questão financeira se num for muito bem debatida entre o casal já é um fator gerador. Vem à questão da própria criação dos filhos, por que cada um tem uma opinião, se você senta e não entra em comum acordo pode gerar um desentendimento, porque às vezes você pode dizer “fulano não faça isso” e a outra parte “não, pode fazer”, então já é um fator que pode gerar uma catástrofe, a gente pensa que não, isso é bobo, mas quando você tá na célula familiar isso pra mim já gera um todo. Tem também a questão emocional, que é a questão psicológica, às vezes você tá com uma sobrecarga de estresse tão alta que serve de gatilho, às vezes você tá num quadro de depressão e não sabe, depressão pode tanto ficar, mostrar uma certa falência, como também uma certa agressividade, aí vem trans-torno de humor, bipolar, enfim pra mim esses são os fatores que se você não tiver muito tato, muito cuidado ao perceber e procurar ajuda é o fim, é o início do fim (Entrevista concedida por Terra. Entrevista II. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 70 min.).

Sob o ponto de vista de Terra, os fatores variam conforme as situações que vão acontecendo no cotidiano do casal e que respingam na relação, embora sua narrativa aglutine elementos diversos, como trânsito, sobrecarga de trabalho, depressão e a própria

dinâmica conjugal que, em sua opinião, depois de determinado tempo, requer mais esforços de todos os atores envolvidos. Terra tenta evidenciar que as questões exteriores que deveriam ser resolvidas no momento e nos lugares de suas ocorrências são levadas para a esfera doméstica, o que abre espaço para práticas violentas, embora isso não as justifique. Portanto, o discurso em questão deixa em evidência que o espaço doméstico é permeado de relações complexas e dinâmicas de poder e que a violência acaba sendo um dos primeiros recursos utilizados para enfrentar as questões diárias e conjugais (LANGLEY; LEVI, 1980). É importante ressaltar que a agressividade funciona como um “gatilho” para os homens enfrentarem os problemas diários, o que deixa claro que a constituição das identidades masculinas agrega marcadamente o comportamento agressivo, em que, ao menor sinal de estresse, ele é ativado.

Tentando entender bem mais essas relações e por se tratar de questões muito peculiares e complexas das dinâmicas que esses homens tiveram e que motivaram a prática violenta, procurou-se saber se suas relações com as mulheres denunciantes sempre foram conflituosas e a que eles atribuíam esses conflitos. Saturno e Marte disseram que seus relacionamentos nunca foram conturbados e que os episódios de violência do qual fizeram parte foram pontuais e únicos. É pertinente lembrar que Saturno foi denunciado por uma mulher com quem manteve um relacionamento extraconjugal:

Rapaz, o que aconteceu o conflito foi porque eu não queria mais ela, né? Assim, porque eu peguei o seguinte, tirei ela da casa do esposo, e aluguei uma casa e botei ela noutra casa fora do bairro, aí chegou lá não deu certo e tal, ela foi e voltou pra casa novamente dela. O que aconteceu que depois disso, como ela voltou pro mesmo bairro né, perto, próximo, então ficou *mim atanzando*, às vezes, *tava* num canto pensava que não ela sabia e chegava, foi tanto nesse momento que aconteceu tudo isso eu estava

com os amigos né? Nesse dia tinha tomado umas cervejas né (risos), eu acho que talvez se eu não tivesse tomado, tivesse consciente que nem nós *tamo* aqui, talvez eu não estivesse aqui né? (...) aí tinha tomado umas cervejas e ela chegou e perturbando aquela coisa toda e eu chamei ela *prum* canto e comecei a discutir com ela lá, ela discutindo tal discutindo que não era pra ter voltado era pra tá lá na casa, que eu não tinha deixado e num sei o quê, aquela coisa toda também, o conflito foi sobre isso, não dava mais entendeu? Ela dizia que me queria que num sei o quê, que não ia sair mais de perto de mim, aquela coisa toda né, mas graças a Deus saiu. Só foi essa situação mesmo, toda vida foi tranquilo, foi somente nesse dia, mas nunca teve outro tipo de conflito não (Entrevista concedida por Saturno. Entrevista IV. [Outubro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 45 min.).

Na narrativa em questão, o que mais chama a atenção é a naturalização do relacionamento extraconjugal por parte de Saturno e como seu discurso é norteado pela matriz da virilidade, ao iniciar e concluir sua fala afirmando ser ele o agente que dissolveu a relação afetivo-sexual. E a mulher, por sua vez, além de não aceitar tal situação, começou a aproximar-se dos locais de lazer dele para “pressioná-lo” a continuar a relação. Saturno é casado, mas manteve um relacionamento extraconjugal com sua vizinha e denunciante no processo pelo qual foi acusado. Trata-se de uma fala pautada em um ideário de masculinidade que legitima a traição masculina, aparentando ser, ao mesmo tempo, orientada pela autodefesa dos homens, quando se defrontam com o seu espaço invadido, inclusive encontrando no uso de álcool uma justificativa para obscurecer a violência que praticam.

Em um estudo no qual visou entender a problemática do espancamento de mulheres no contexto norte-americano, Langley e Levy (1980) concluiu que algumas razões que motivam a agressão de homens contra suas esposas são: doença mental, álcool, drogas, aceitação da violência por parte do público, falta de comunicação, sexo, autoimagem vulnerável, frustração, mudanças e, por último, a violência como recurso para resolver problemas. Quanto ao uso de álcool e de drogas, os autores sinalizaram que, entre 40 e 95% dos contextos em que há abuso conjugal, o uso do álcool foi um agente motivador. Por isso acreditam que há uma forte imbricação entre o uso de álcool e a violência na família, embora não seja consensual apontá-la como a causa do problema do espancamento de mulheres, uma vez que muitos homens também agem com agressividade sem ter usado qualquer substância psicoativa.

Com entendimento semelhante, Marte afirma:

Foi só uma vez, foi por que eu morava com uma companheira aí teve briga e ela disse “Eu vou embora” aí eu joguei as coisas dela, quebrei os troços, somente”. Tinha umas brigas né? Porque eu bebia, ela também aí acontecia às brigas, mas eu me separei já graças a Deus (risos), mas só umas *brigazinha* de vez em quando (Entrevista concedida por Marte. Entrevista V. [Novembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 50 min.).

Como ele afirmou que se tratava de algo esporádico, coube a questão acerca do motivo específico do conflito, ao que ele reiterou: “Foi que ela disse “Eu vou embora”, aí eu disse “Você num vai não”, aí ela “Eu vou”, aí foi embora mesmo, aí eu com raiva quebrei”¹².

12 Entrevista concedida por Marte. Entrevista V. [Novembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. (50 min.).

Saturno e Marte colocam como agente precipitador dos seus conflitos e das práticas violentas a ingestão de substância psicoativa. Desse modo, naturaliza a maquinaria machista e patriarcal que consente seus atos. Na narrativa de Marte, em específico, fica claro como a transgressão do lugar de gênero da companheira motivou e “deu-lhe o direito” de violar seus pertences e bens materiais. Paralelamente, a atitude dela infringiu o domínio, a posse e o poder que os homens acreditam exercer sobre as mulheres validados pela cultura machista.

Terra e Plutão, por sua vez, mantiveram relacionamento conjugal por expressivo recorte temporal. Disseram que, em seu transcurso, não tiveram conflitos importantes, apesar de, nos últimos anos, viverem momentos de desgaste em suas relações, o que resultou na dissolução dos seus casamentos. Sobre isso, Terra afirma:

Não, nunca foi assim conflituosa não, houve um desgaste nos últimos anos, um desgaste, mas por divergências de comportamentos e, assim, nós tínhamos um estilo de vida que eu não vou dizer compatível, mas era agradável a todos, tanto a mim, como a ela, como aos nossos dois filhos. Só que nos últimos dois anos, foi se desgastando e ela assumiu uma postura que dentro do que nós tínhamos como opinião de família não era o ideal (Entrevista concedida por Terra. Entrevista II. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 70 min.).

Na mesma esteira desse entendimento, quando indagado sobre se houve ou não conflitos ao longo do seu relacionamento, Plutão expressou:

Olha, nunca tivemos relação conflituosa não, tivemos conflitos, nós tivemos assim tiveram

divergências em alguns momentos, mas nunca houve conflito. Nossa relação nunca foi cheia de conflito, por sinal ao contrário sempre tinha uma parceria, companheirismo, então era sempre um procurando ajudar um ao outro. Então não houve conflitos, infelizmente aconteceram coisas que fugiram do nosso controle num é, e devido ter acontecido isso talvez não estivéssemos preparados para esse tipo de coisa. E acabamos causando uma coisa maior, um conflito maior, mas anteriormente a gente sempre vivia, sempre viveu, durante muito, muitos anos, quase três décadas sem conflitos, num é? (Entrevista concedida por Plutão. Entrevista I. [Setembro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 55 min.).

Os entrevistados reconhecem ter vivido um expressivo tempo com suas ex-companheiras e que, ao longo de suas relações, divergências de comportamentos foram se apresentando, embora não tenham sido motivadoras de grandes conflitos ou práticas agressivas. Em sua fala, Terra aponta a mulher como responsável pela falência do ideário de família, o que desgastou o casamento e resultou em seu término, porque, segundo referiu, os conflitos foram oriundos das decisões particulares que ela tomava sem sua permissão, o que acaba por representar deslocamentos significativos nos lugares sociais de gênero na esfera doméstico-familiar.

Divergente dos demais interlocutores, Mercúrio foi o único que disse que, desde o início, tinha uma relação conflituosa com sua ex-companheira, por diversos motivos, como o fato de a família dela não aceitar o relacionamento, os desencontros nos horários de trabalho e, portanto, dos seus encontros, até a questão central, que foi a dúvida e a negação dele acerca do reconhecimento de paternidade. Sobre isso, ele conta:

Quando dois meses eu vi que ela num podia sair, ela *trabaiava* a noite, eu *trabaiava* de dia, ela *trabaiava* a noite aí chegava em casa, muitas vezes tinha que ir ajudar os pais no *churrasquim* que eles tem lá, e aí eu disse “Não, num dá pra mim, ei num dá certo a gente continuar mais, é melhor a gente separar” ela não quis o fim do relacionamento e daí ela disse “Vamos fazer nossa despedida”, nessa despedida tenho plena e total certeza que foi onde ela engravidou. Dois meses, quase três meses depois ela me procurou, já estava dentro de um outro relacionamento, me procurou dizendo que estava grávida e que o filho era meu e eu discordei como homem, discordei dela pelo fato de que ela já estava com um outro companheiro e o que eu disse a ela que ela tinha que me provar que esse menino era meu, tendo em vista que ela *tava* com outra pessoa já né? Daí ela disse que eu iria pagar, que eu iria pagar por essa minha atitude, que iria *infregar* o exame de DNA na minha cara. Ela ficou gestante, teve a criança, de acordo com as leis agora do nosso país o filho não pode sair da maternidade sem ser *rezistrado*, ela saiu do hospital sem o filho ser *rezistrado* né, não sei quais foi às informações que ela passou pra mim, só sei que o Ministério Público *mim* acionou pra reconhecimento de paternidade. Eu disse que teria dúvida, daí a gente foi fazer exame de DNA na capital, em João Pessoa, e daí com um bom tempo depois deu como positivo. A gente já tinha um ano quase, um ano da gestação dela, o processo de gestação, praticamente sem nenhum um tipo de comunicação, porque ela me bloqueou em todas as rede social, essas coisa *tudim*. Depois que a menina nasceu a gente passou também

mais um ano sem contato, quando o exame saiu *tudim*, foi dado como positivo, eu tentei aproximação, ficou *mei* conturbado, de repente ela se achegou a mim né? A família não aceitou de jeito maneira pelo fato de que eu tinha dito que a criança não era minha, que ela teria que me provar, criou-se aquele mal estar entre a família dela e a minha pessoa. Com o passar do tempo ela começou a correr atrás de mim mesmo sem a família aceitar (...) E dali sempre a minha vida com ela sempre foi com ameaças, risco de vida né, pra mim como também até pra ela mesmo né? Que dessa última vez agora o pai dela mesmo chegou ao ponto de dizer que se soubesse que ela *tava* se encontrando comigo ele matava ela no meio da rua. Quer dizer um pai chegar ao ponto de dizer que mataria a própria filha no meio da rua se ela se encontrasse com o pai da filha dela, com o seu ex-marido já tá dizendo que eu estaria também correndo um risco de vida né? (Entrevista concedida por Mercúrio. Entrevista III. [Outubro. 2018]. Entrevistador: Gutierrez Alves Lôbo. Campina Grande, 2018. 1 arquivo. Mp3. 60 min.).

A narrativa de Mercúrio remete a um relacionamento de curta duração, permeado de conflitos, sobretudo morais, por não acreditar na paternidade do filho então gerado, uma vez que, para ele, foi uma breve relação afetivo-sexual desfeita rapidamente, apesar de ter se contradito no final, quando se coloca na condição de “ex-marido”. Convém ressaltar que o depoente já era casado quando se envolveu e manteve vínculo extraconjugal com a mulher vítima da violência. Segundo ele, estrategicamente, essa mulher engravidou para “prendê-lo” à relação. Sob seu ponto de vista, como se tratava de uma gravidez planejada pela mulher, e não por ele, achou-se

no direito de questionar a paternidade, o que foi o fio condutor de todo o conflito. Outro aspecto a ser ressaltado e marcadamente presente no discurso de Mercúrio, assim como no de Saturno, é que a ex-companheira era quem não aceitava o fim do relacionamento e passou a “correr atrás dele”, mesmo que contrária às vontades de seus familiares. Isso denota que traduz como os homens precisam realizar a manutenção das suas masculinidades, alocando-se sempre em lugares de domínio e prestígio social e subjugando e objetificando o feminino. Na narrativa, também aparece a figura de outro homem que ameaça a integridade física de sua ex-companheira: o pai dela, que a teria ameaçado de morte caso insistisse em manter contato com Mercúrio, reforçando bem a disputa de territórios de domínio sobre o corpo e o comportamento da mulher em questão.

Pelo exposto, entre as justificativas apresentadas pelos depoentes sobre o que motiva a violência dos homens contra as mulheres, ressalta-se a infidelidade feminina, que, sob seu ponto de vista, põe em risco seu lugar de domínio na relação e, no cotidiano familiar, ameaça suas qualidades “naturais” de homem/macho e os coloca socialmente em desprestígio devido às ameaças. Recusar-se a considerar seus atos como violentos ou que vivenciam relações conflituosas parece não lhes ser difícil de argumentar porquanto agenciam a seu favor a ideia de um problema coletivo, de uma herança cultural.

Esta, em suma, é a justificativa que parece ter substituído a da força atávica da “natureza” masculina, sem que, necessariamente, percebam as implicações significativas que isso traz como possibilidade e necessidade de desconstruir e, obviamente, de se comprometer a se esforçar para quebrar os ciclos de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora acusados em processos de autores de violência doméstica e familiar contra mulheres, os participantes do estudo se colocam, a partir do mais aparente em suas falas, em um campo

de recusa do modelo hegemônico de masculinidade, procurando desvencilhar-se da ideia do homem como macho, violento e dominante e demonstrando certa adesão a outras formas de ser e viver suas masculinidades. Porém, em um exercício de ir além do aparente, o que isso traz de importante na análise é o modo como os homens depoentes se apropriam dos discursos e das pautas políticas contemporâneas, inclusive feministas, e da igualdade de gênero, em especial, da crítica à herança patriarcal, para explicar a própria situação em que se encontram, considerando, inclusive, que estavam em um ambiente da justiça, arrolados em processos-crimes contra mulheres, o que exigia que se vigiassem seus corpos, suas falas e seus comportamentos.

Verificam-se, com ênfase, o desconforto e a recusa a serem tipificados como “agressores” e/ou “autores de violência”, agenciando discursos que reiteram a violência como algo que só é considerado em sua dimensão física, corpórea, principalmente, quando culmina em morte, mas também num esforço de demonstrar outros aspectos como sujeitos que não se veem resumidos à condição judicial em que se encontram. Ainda se mostram atentos à discussão sobre a cultura patriarcal e sobre o machismo que ela provoca, com formas muito próprias de subjetivação. A maioria deles é bastante astuta ao usar essa informação como estratégia para desarraizar suas culpas e responsabilidades sobre os atos de violência dos quais foram acusados e/ou relativizar suas posturas perante uma sociedade que, para eles, paradoxalmente, cobra deles e os pune.

Como parte dessas estratégias discursivas, viu-se que os homens escutados foram construindo os significados da violência articulando-os à força de atuação de várias instituições sociais, tendo a desigualdade de gênero como pano de fundo. Assim, tanto na família, quanto no trabalho, na escola ou nas sociabilidades, seguiram deslocando o lugar de violência em sua trama pessoal para uma instância social, relacional e coletiva.

Na leitura dos depoentes, constatou-se o rosto masculino tem uma centralidade na corporificação de elementos simbólicos à

masculinidade, que procura ser preservado do que consideram que pode ameaçá-la. Essa percepção do rosto como um lócus repleto de significados para os lugares ocupados na relação de gênero também se reflete na forma como agridem as mulheres, pois, ao analisar os processos, concluiu-se que três deles agrediram justamente rostos femininos, o que reflete um hiato entre a produção discursiva dos homens e suas práticas cotidianas no âmbito doméstico/familiar.

A (in)fidelidade também aparece nos discursos como um elemento decisivo. Para os interlocutores, ser infiel “faz parte das identidades masculinas”. Isso se deve à cultura que institui, legitima e incentiva os homens a agirem como tal. Já a mulher infiel continua sendo um signo de desprestígio social, e a agressão é uma forma de corrigir sua transgressão às prescrições de gênero, reificando a perspectiva patriarcal de que a mulher tem o dever de vigiar seu corpo e seus comportamentos, porque é neles em que são guardados valores masculinos, como a honra, por exemplo.

Partindo dessas considerações, acredita-se que é possível promover um debate mais amplo sobre as intersecções entre gênero, masculinidades e violência contra a mulher e que também seja produzido com base na escuta dos homens, a fim de que, como sociedade, possamos fazer com que funcionem não apenas o aparato policial e o jurídico para punir os autores de violência contra a mulher, mas também políticas públicas e espaços de escuta para homens, no sentido de fomentar reflexões sobre outras formas de vivenciar as masculinidades sem recorrer primariamente à violência para resolver seus conflitos pessoais, conjugais e da dinâmica social. Essa é uma questão desafiadora tanto para os homens, que não se veem como violentos nem conseguem nomear esses tipos de violência, quanto para as instituições, que não conseguem dar conta das demandas das mulheres, as principais vítimas.

Por fim, é importante lembrar que, ao longo das últimas décadas, a produção teórica feminista e de gênero vem nos possibilitando pensar melhor sobre as subjetividades das mulheres de forma geral e, em particular, das que são vítimas de violência. No

entanto, no que se refere aos homens autores de violência, ainda é pouco expressivo o desenvolvimento de abordagens reflexivas e de intervenção como elemento de políticas públicas. Isso nos leva a inferir que, apesar dos dispositivos legais conquistados e aprimorados ao longo dos últimos anos, ainda estejamos longe de uma efetiva e desejada queda dos índices alarmantes de violência contra a mulher em suas várias formas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ARAÚJO, Eronides Câmara. **Homens traídos e práticas da masculinidade para suportar a dor**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politica_nacional_enfrentamento_a_violencia.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/95552/lei-maria-da-penha-lei-11340-06>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará**, 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOURADO, Suzana de Magalhães; NORONHA, Ceci Vilar. Marcas visíveis e invisíveis: danos ao rosto feminino em episódios de violência conjugal. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2911-2920, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wjXrtsVWg3rWDQKZjtLMWGH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica**. Espírito Santo, v. único, n. 01, p. 119-135, jun. 2012.

GUIMARÃES, Fabrício Lemos. “**Ela não precisava chamar a polícia...**”: anestésias relacionais e duplo vínculo na perspectiva de homens autores de violência conjugal. 2015. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LANGLEY, Roger; LEVY, Richard C. **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

LE BRETON, David. El rostro y lo sagrado: algunos puntos de análisis. **Revista Universitas Humanistica**. Bogotá, n. 68, 9. ed., p.139-153, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/unih/n68/n68a09.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2019.

LÔBO, Gutierrez Alves. “**Quem come do meu pirão apanha do meu cinturão**”: um estudo com homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais

Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

LOPES, Wanessa Kelly Pinheiro. Aspectos sociais e simbólicos da prática de violência intrafamiliar contra a mulher no município de Iguatu-CE. **Revista Direito & Dialogicidade**, Crato, v. 6, n. 1, p. 16-27, jul. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira do. **Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher**. 2001. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Revista Ciências & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, maio 2011.

PISCITELI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloísa Buarque; SZWAKO, José (org.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertercchia, 2009. p. 116-148.

SOUZA, Eros de; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. A construção social dos papéis sexuais femininos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a16.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VENTURI, Gustavo. Masculinidades e violência de gênero: machismo e monogamia em cena. *In*: BLAY, Eva Arteman (org.).

Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 173-210.



À FLOR DA PELE: SOFRIMENTO, MISOGINIA E VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL

*Elizabeth Christina de Andrade Lima
Ana Paula Guedes do Nascimento Costa*

1 INTRODUÇÃO

Eu repetia sem parar, chorando em casa, após o último debate do primeiro turno das eleições de 2020. Meu cansaço se misturava em um dueto de indignação e perplexidade: o quão longe a violência política de gênero poderia chegar? Mal reconhecia em mim a mulher forte que havia disputado sete eleições, construído votações extraordinárias e enfrentado o machismo desde sempre, sobretudo nos últimos anos, após a ascensão da extrema-direita no país. Dessa vez, eles tinham conseguido me fazer pensar em desistir, me fizeram sentir vergonha, medo, raiva. Levaram-me a um limite que eu não sabia que existia em mim (D'ÁVILA, 2021, p. 13).

A violência política de gênero, presente no cotidiano da cultura e das práticas políticas, é uma dolorosa experiência vivenciada, principalmente, pelas mulheres que disputam lugares nos espaços de poder político e se inserem neles e que, silenciadas pela cultura

machista presente nos palanques, nos parlatórios e nos palcos da expressão da democracia – seja nos Poderes Executivo, Judiciário ou Legislativo – sofrem, dia a dia, no mínimo, o incômodo por se sentirem *personas non gratas*.

O depoimento da epígrafe é impactante, não só pela sinceridade que transmite, mas também pelo realismo de uma prática vivida que não precisa ser assim, afinal, a política não deve ter gênero, e sim, ações concretas para o bem-estar da sociedade civil e ser um exitoso exemplo de prática democrática.

Mas, como pensar em democracia se não existe uma paridade de gênero quando a questão é a ocupação de espaços de poder? No mínimo, por isso e em decorrência disso, vivemos uma incompletude da democracia.

Este artigo traz reflexões sobre o significado da expressão ‘violência política de gênero’, ainda pouco empregada, que começou a ganhar ênfase no segundo semestre do ano de 2020, com vistas a minimizar a violência sofrida pelas candidatas no pleito que se avizinhava. Obviamente, a violência sexista existe e há muito tempo, diríamos até, sem medo de errar, que sempre existiu, mas a denominação de práticas sexistas, machistas e misóginas dirigidas a mulheres que se candidatam ao poder político ou o assumem ganhou um novo sentido e passou a ser tipificada como violência política de gênero.

O artigo foi dividido em quatro partes que dialogam entre si: na primeira parte, apresentamos um breve histórico sobre como os lugares do masculino e do feminino, definidos cultural e socialmente, desembocam em práticas abertas de violência sexista ou de violência política de gênero; na segunda, mostramos diferentes significados do termo violência política de gênero; na terceira, refletimos, a partir de diferentes lugares, seja na condição de candidatas ou de eleitas, sobre como se manifesta a violência política de gênero, a partir das falas das próprias mulheres políticas; e na quarta parte, apresentamos casos concretos de violência política de

gênero sofridas por mulheres candidatas ou no exercício de seus mandatos.

Os dados e as análises aqui apresentados foram construídos em uma trajetória de pesquisa dedicada à participação e à representação de mulheres no espaço político, tendo como base a revisão bibliográfica relativa a tal tema, e do acompanhamento das falas das próprias mulheres que constantemente relatam, em suas contas pessoais nas redes sociais, situações de violência política de gênero que sofrem, além também da sistematização de notícias referentes ao tema veiculadas em diversos portais de informação na internet.

2 UM PROCESSO HISTÓRICO, CULTURAL E SOCIAL: A VIOLÊNCIA POLÍTICA COMO UM MEIO DE DOMINAÇÃO E DE SILENCIAMENTO DO FEMININO

Entender a violência política sofrida por mulheres e todo o processo de subjugação ao qual elas são forçosamente submetidas perpassa a estruturação de uma cultura machista, marcada pela dominação do masculino, em que tudo o que é público, emancipatório e de prestígio é destinado aos homens, e às mulheres cabe o lugar do privado, do cuidado, do que é contido e resguardado. Aos homens são destinados a fala, a liderança, o destaque e o poder, e às mulheres, o silêncio, a obediência e a obrigação com tudo o que diz respeito à esfera doméstica (do privado).

Essa divisão de papéis sociais e a divisão sexual do trabalho acabam por implicar uma série de obstáculos quanto à entrada e à permanência de mulheres na vida pública e na política (aquí entendida como política formal e partidária). Com base nesse contexto, autores das ciências humanas e sociais se debruçam em torno de teorias que nos possibilitam compreender esse processo histórico e cultural, no qual os lugares de homens e de mulheres foram sendo delimitados.

Beard (2018) propõe uma discussão pensando na tradicional literatura ocidental, especificamente a Odisseia de Homero, a fim de refletir sobre onde começa (na cultura ocidental) o silenciamento

das vozes femininas no âmbito público. A autora propõe, ainda, uma reflexão acerca da existência de uma espécie de “barreira invisível”, em que uma série de mecanismos são incorporados à cultura ocidental com o intuito de silenciar as mulheres de afastá-las dos centros de poder e de decisão. Nesse sentido, é ensinado aos homens que eles têm o controle do pronunciamento, do discurso público, assim como o “direito” de corrigir, de interromper ou mesmo de silenciar as mulheres.

A autora oferece uma visão de longo alcance, no que se refere ao que ela classifica como a “culturalmente constrangedora relação entre a voz das mulheres e a esfera pública de discursos, debates e comentários – a política em seu sentido mais amplo” (BEARD, 2018, p. 18-20). Sua intenção é de chamar a atenção para o fato de que o “discurso público e a oratória não eram apenas coisas que as mulheres não faziam: eram práticas e habilidades que definiam a masculinidade como gênero” (BEARD, 2018, p. 28).

Esse é um discurso tradicionalmente estabelecido – o discurso clássico e do qual ainda somos herdeiros, o discurso público. A retórica, boa ou ruim, é baseada nessa época, na qual o gênero era uma parte importante de sua construção. As falas das mulheres ainda são vistas com estranheza e dúvida. Há quem diga que, com suas vozes estridentes e lamúria, fazem-se de vítimas. Esses tipos de comentário tentam retirar a autoridade e a força da fala feminina e visam devolvê-las à esfera doméstica, de sujeição e de silêncio.

A autora assevera que as mulheres precisam se conscientizar dos processos e dos preconceitos que tentam inibir/coibir suas falas. Esses ataques, cerceamentos, ameaças e até mesmo sua integridade física são estruturantes do que se define como violência política de gênero.

Na esteira dessa discussão sobre desigualdade social e política entre homens e mulheres, Miguel (2014) considera que esse é um fenômeno presente em quase todas as sociedades. O pensamento feminista tem, nesse sentido, papel crucial, no que diz respeito

à denúncia da situação de mulheres como efeito de padrões de opressão. Sobre isso, o autor enuncia:

O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o “patriarcado”, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia (MIGUEL, 2014, p. 17).

O feminismo tem como base a crítica que vincula a submissão da mulher à esfera privada (doméstica) e sua consequente exclusão da esfera pública (política). O pensamento feminista é fundamental para a reflexão entre a dualidade da esfera pública e a da esfera privada, e compreendê-la, histórica e politicamente, possibilita-nos enxergar as diferentes implicações das posições sociais ocupadas por homens e por mulheres.

Na modernidade, a esfera pública e a privada se definiriam, respectivamente, uma com base em princípios universais, na razão e na impessoalidade, e a outra nas relações de caráter pessoal e íntimo. A construção e a atribuição de estereótipos de gênero às mulheres as colocam como naturalmente dedicadas à esfera doméstica e familiar, e qualquer outro tipo de comportamento que fosse contrário ao pressuposto seria valorado como desvio. A respeito dessa divisão que impõe expressamente lugares diferenciados, Biroli (2014) afirma:

A separação entre as esferas é vista como ficção, dado que a posição em uma, com as vantagens e as desvantagens a ela associadas, tem impacto nas alternativas que se desenham e nas relações que se estabelecem na outra. As barreiras para o exercício do trabalho remunerado fora da esfera

doméstica, especialmente para as posições de maior autoridade, de maior prestígio e maiores vencimentos, estão associadas ao tempo que a mulher depende no trabalho não remunerado, na esfera doméstica (BIROLI, 2014, p. 35).

As dificuldades com que as mulheres se deparam para se inserir nos espaços de poder e da política e para permanecer neles se devem a essa divisão de papéis. A sobrecarga no ambiente doméstico que lhes é imposta, muitas vezes, não lhes oferece as condições necessárias e igualitárias para ingressarem em uma vida pública. Portanto, é necessário redefinir essas esferas e a relação entre elas para lhes garantir justiça social, a fim de que o acesso a qualquer uma delas não seja definido ou hierarquizado pelo sexo. Essa desconstrução implica diretamente em igualdade de oportunidades para que homens e mulheres disputem e construam, legitimamente, uma vida pública e política e participem dela.

3 O QUE SIGNIFICA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO?

A presença e a participação de mulheres na política – aqui entendida como partidária e institucional – é uma realidade. O quadro de sub-representação no qual estão inseridas também. Nesse sentido, é importante pensar na prática da violência política de gênero em toda a sua extensão, como um fenômeno diretamente relacionado à situação de sub-representação feminina. Os autores que se dedicam a investigar esse fenômeno e a teorizá-lo concordam que, ainda que em números desproporcionais e desiguais, as mulheres, nas últimas décadas, têm participado cada vez mais, de forma ativa e qualificada, do cenário político e, conseqüentemente, incomodado e causado estranheza aos que não estão habituados a dividir um espaço que, histórica, cultural e socialmente, instituiu-se como masculino.

Essa presença indesejada por muitos cria e recria um tipo de violência direcionado especificamente a elas, seja na condição de

candidatas ou de eleitas: a violência política de gênero. Para a literatura acadêmica, sobretudo, na América Latina, esse tipo de violência envolve a violência física, sexual, psicológica, simbólica e econômica ou patrimonial, que engloba agressões, ameaças, diferentes tipos de assédio, estigmatização, exposição da vida sexual e afetiva, restrição à atuação e fala das mulheres, tratamento desigual por parte dos partidos – a verba que os fundos partidários destinam para as candidaturas femininas são consideravelmente menores do que as destinadas às masculinas, apesar de os partidos serem obrigados por lei a destinar 10% dessa verba às campanhas de mulheres.

Esse tipo de violência que recai sobre as mulheres políticas (tanto na política institucional/partidária quanto no ativismo) tem o objetivo de constranger, barrar, diminuir, limitar e deslegitimar a atuação de mulheres num espaço que foi socialmente atribuído como de privilégio dos homens.

As autoras Krook e Sanín (2016) veem a violência contra as mulheres na política como uma ruptura da democracia, que tenta sistematicamente impedir um segmento da população de exercer seus direitos políticos. Para as autoras, trata-se de algo que viola os direitos humanos das mulheres e uma discriminação baseada no sexo e no gênero:

La violencia contra las mujeres en la política puede entenderse como una forma de discriminación contra la mujer en el ámbito político, que restringe el acceso a los derechos y libertades en función del sexo, y busca mantener relaciones de poder desiguales entre hombres y mujeres (KROOK; SANÍN, 2016, p. 478).

Tomando como base as definições de Krook e Sanín (2016), a violência política de gênero se manifesta, pelo menos, de cinco maneiras: a violência física é a que atinge a integridade física de uma mulher ou de algum familiar com o fim de atacá-la, e que também envolve a violência sexual; a violência psicológica é a que

causa danos à saúde mental/emocional, com o objetivo de inferiorizar/prejudicar socialmente as mulheres; a violência econômica ou patrimonial é a que limita ou diminuição o acesso de mulheres aos recursos financeiros que, para os homens, são facilmente acessíveis; e a violência simbólica é um meio disciplinador por meio do qual os homens mantêm o poder na hierarquia social. Os estereótipos de gênero são recursos utilizados para deslegitimar a atuação de mulheres na política.

No Brasil, Marlise Matos, do Departamento de Ciência Política da UFMG, trouxe o tema ‘violência política de gênero’ (ou sexista) para o debate político acadêmico no I Encontro Nacional da Rede de Pesquisa e Feminismos e Política na UNB, em fevereiro de 2018. Em uma de suas contas pessoais, em uma mídia digital, a pesquisadora definiu esse tipo de violência como uma “forma de violência baseada no gênero com vistas a manter os privilégios masculinos nesse campo político”. A autora acrescentou que esse tipo de violência consiste em interromper ou cercear a fala feminina e manipulá-la psicologicamente para que ela se desestabilize. Há, ainda, o repúdio e o rechaço à própria figura feminina, baseados em argumentos e em construções machistas.

Devido à recorrência desses episódios de violência política dirigidos às mulheres, alguns países têm aprovado uma legislação específica com o intuito de combater esse fenômeno. Em suas argumentações, Dios (2016) destaca que o primeiro desses países foi a Bolívia, com a Lei 243 – Ley Contra el Acoso y Violencia Política Hacia las Mujeres, aprovada em maio de 2012 e que define como crimes o assédio e a violência política contra as mulheres.

No México, a violência política de gênero foi tipificada na reforma da legislação referente à violência contra as mulheres – Ley General de Acceso de las Mujeres a Una Vida Libre de Violencia e – e no Código Federal de Instituciones y Procedimientos Electorales, aprovado em 2013 pelo Senado. O Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación (TEPJF) do México, no ano de

2016, divulgou um documento para esclarecer quando a violência política contra as mulheres se baseia no gênero:

1. Se dirige o se ejerce sobre una mujer por ser mujer, tiene un impacto diferenciado y/o afecta desproporcionadamente a las mujeres.
2. Tiene por objeto o resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce y/o ejercicio de los derechos político-electorales de las mujeres.
3. Es simbólico, verbal, patrimonial, económico, físico, sexual y/o psicológico.
4. Se da en el marco del ejercicio de derechos político-electorales o en el ejercicio de un cargo público (sin importar el hecho de que se manifieste en el ámbito público o privado, en la esfera política, económica, social, cultural, civil, etcétera; tenga lugar dentro de la familia o unidad doméstica o en cualquier relación interpersonal, en la comunidad, en un partido o institución política).
5. Es perpetrado por el Estado, colegas de trabajo, superiores jerárquicos, partidos políticos, medios de comunicación, un particular y/o un grupo de personas (DIOS, 2016, p. 73).

No mesmo ano de 2016, o Peru aprovou o Plano Nacional Contra la Violencia de Género (PERU, 2016), que contempla a violência física, psicológica, econômica ou patrimonial e sexual:

No decreto essa modalidade corresponde a 'qualquer ação, conduta ou omissão, entre outros, baseada em seu gênero, de forma individual ou grupal, que tenha como objeto, ou por resultado, menosprezar, anular, impedir, obstaculizar ou restringir seus direitos políticos, contrariando o direito das mulheres a uma vida livre de violência e o direito das mulheres

a participar nos assuntos políticos e públicos em condições de igualdade com os homens' (BIROLI, 2016).

No Brasil, devido a um quadro de intensificação e recorrência da violência política de gênero, sobretudo a partir das eleições do ano de 2018, a Câmara dos Deputados, por meio da Secretaria da Mulher e da Primeira Secretaria, tardiamente, em relação aos outros países da América Latina, em dezembro de 2019, promoveu discussões e campanhas de enfrentamento a esse tipo de prática. Desde então, o canal Ligue 180 foi criado para receber denúncias relacionadas a esse tipo de violência. O Fale Conosco da Câmara é um meio que pode ser utilizado para o mesmo fim. Todo ato que tenha como objetivo excluir, impedir ou restringir o acesso de mulheres ao espaço público ou induzi-las a tomar decisões contrárias à sua vontade é caracterizado como violência política de gênero.

A violência política de gênero pode ocorrer tanto no meio virtual – ataques em páginas pessoais na rede, *fake news*, *deepfakes* – quanto no físico – na rua, em plenária, em eventos públicos – em que as mulheres podem sofrer ataques na convivência com seus próprios partidos e dentro de suas casas. Esse tipo de violência se manifesta gradativamente, por meio de diversos tipos de ações já aludidas neste artigo. Como candidatas, elas estão sujeitas a esse tipo de violência principalmente por meio de ameaças, interrupções, desqualificação de sua conduta, violação de sua intimidade, difamação e desvio de recursos financeiros de suas candidaturas para as candidaturas masculinas.

É importante frisar que essas ações não se restringem às mulheres em situação de campanha, porquanto as que já ocupam um cargo político também estão propensas a passar por essas situações. Na condição de eleitas, em muitas circunstâncias, não são indicadas para comissões como titulares ou líderes do partido; são interrompidas constantemente em seus lugares de fala e excluídas de debates; são questionadas a respeito da forma como se vestem

ou da aparência física e expostas a julgamentos referentes à sua vida íntima e privada – o estado civil, os relacionamentos amorosos e a maternidade são pautas constantes, em detrimento da trajetória e da atuação como mulheres públicas e políticas.

O acirramento do período eleitoral e da disputa pelo poder pode resultar em violência política/eleitoral, que recai tanto sobre homens quanto sobre mulheres. Ao contrário do que ocorre com a violência política de gênero, a disputa política/eleitoral não ataca os(as) candidatos(as) com base em sua condição de gênero, mas em seus questionamentos e suas atribuições positivas ou negativas para governar ou gestar a chamada “coisa pública”. Por sua vez, a violência política de gênero se volta para os corpos das mulheres e estrutura-se nos estereótipos de gênero e na definição e na delimitação dos papéis sociais atribuídos culturalmente.

Em agosto do ano de 2020, a fim de comemorar os 12 anos da Lei Maria da Penha (Lei 11.340), a Procuradoria da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara, promoveu um debate sobre a violência política dirigida às mulheres. No Brasil, ainda não existe nenhum tipo de lei ou de punição para esse tipo específico de violência. Há um PL 349/2015, de autoria da deputada federal Rosângela Gomes, que visa coibir os preconceitos contra as mulheres desde que se candidatam. A violência política de gênero foi definida

como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso ou induzi-la a tomar decisões contrárias à sua vontade. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas e durante o mandato (Câmara.leg.br/noticias/698624-camara-lanca-campanha-contraviolencia-politica-de-genero-com-foco-nas-eleicoes-municipais/. Acesso em: 10/05/2021).

A parlamentar Jandira Feghali, vítima direta desse tipo de violência, ao ser instada a definir tal experiência, formulou:

O conceito de violência política de gênero ganhou relevo histórico recentemente (...). As redes de violência e opressão são construídas das mais variadas formas, até chegarem às redes de ódio, que se expressam nas plataformas de comunicação, mas também fora delas (FEGHALI, 2021, p. 90).

E acrescenta:

A Organização das Nações Unidas tem pautado a violência política como tema central. Faz estudos desde 2016, nos quais apontou “sexismo, assédio e violência contra mulheres em 39 países, em 5 regiões e 42 parlamentos”. 81,8% das mulheres sofreram violência psicológica; 46,7% das mulheres temeram por sua segurança e de sua família; 44,4% sofreram ameaças de morte, estupro, espancamento ou sequestro; e 25,5% violência física (FEGHALI, 2021, p. 90).

Outra parlamentar, Jô Moraes, do PCdoB-MG, complementa:

A prova mais cabal da dificuldade na percepção dessa violência específica está no fato de que somente em dezembro de 2020 foi apreciado, no plenário da Câmara dos Deputados, o projeto de lei que “Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher”. O PL de nº 349/15 estava parado há cinco anos naquela casa, tendo que enfrentar ainda outro tanto de tempo de espera

no Senado para virar lei (MORAES, 2021, p. 114).

Para finalizar, a também deputada federal, Maria do Rosário, do PT-RS, assevera:

A violência política de gênero ocorre, sem dúvida, mantendo limitada a presença das mulheres nos espaços de poder parlamentar, por exemplo, mas não se expressa principalmente pela dimensão numérica da representação, e sim por seu conteúdo (ROSÁRIO, 2021, p. 143).

Ela assevera que,

mesmo com nova legislação para garantir recursos destinados a ampliar numericamente a presença de mulheres nos processos eleitorais, não se superaram algumas das principais dimensões da violência política de gênero no Brasil: a desigualdade de poder econômico; a eliminação da discriminação de gênero na linguagem direcionada às mulheres candidatas, em geral no sentido de desqualificá-las quanto à sua capacidade e à sua humanidade e também de estigmatizá-las, enquadrando-as como inferiores; da mesma forma, não se adotaram medidas concretas para impedir a violência caracterizada pelo gênero ou por raça por parte das autoridades eleitorais. (...) Assim, a violência política de gênero visa calar e/ou descredibilizar mulheres que exercem representação com autonomia e disputam espaços de poder desafiando práticas políticas que foram consolidadas naturalizando sua exclusão (ROSÁRIO, 2021, p. 143-144).

Os discursos das parlamentares apresentados encontram vários pontos de convergência: o descaso e o silenciamento do parlamento e da sociedade civil em relação à violência política de gênero sofrida pelas mulheres. Isso denota que é preciso, com urgência, mudar as leis, a fim de que realmente punam, criminalmente, quem atenta contra o direito das mulheres de se candidatarem e de exercerem, com tranquilidade e igualdade de condições, seus cargos políticos e que a sociedade, de fato, valorize e respeite essas mulheres políticas, imprimindo legitimidade às suas conquistas e à ocupação de cargos políticos.

Estamos, nesse sentido, na seara da cultura, dos valores e dos costumes e sabemos o quanto é difícil mudar significados e sentidos simbólicos tão cristalizados social e culturalmente. Mexer nos lugares definidos como masculinos e femininos é também ressignificar lugares de poder e de fala (FOUCAULT, 1979), porém, nem sempre, os agentes sociais estão dispostos a fazer rearranjos, donde se conclui que essa querela não é tão fácil e simples de ser resolvida.

4 COMO SE MANIFESTA A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO?

A violência política de gênero se manifesta tanto de forma sutil quanto escancarada. O fato é que essa prática tem servido, eficientemente, para desgastar, enfraquecer e até levar as mulheres a desistirem de disputar espaços de poder e, quando estão neles, recuar ou até mesmo desistir de seus mandatos. É o que formula Anielle Franco, irmã da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, do PC do B-RJ, assassinada, junto com seu motorista Anderson, no dia 14 de março de 2018. Os mandantes do crime permanecem incólumes:

O efeito da violência política é impedir mulheres de se candidatarem, é interferir no exercício de seus mandatos e, por fim desestimular, desanimar, encurtar, abreviar a carreira política feminina. Ou seja, é uma violência

exercida antes, no início, durante e no fim de um mandato, a influir no ingresso na política, na permanência e na saída/desistência dela (FRANCO, 2021, p. 17-18).

Outra forma como a violência política de gênero se manifesta é por meio de práticas misóginas. Convém enfatizar que o conceito de violência política de gênero é recente tanto quanto o de misoginia. Esse termo passou a ter visibilidade, inclusive, em reflexões acadêmicas, com a passagem de Dilma Rousseff na presidência do Brasil. Mas, o que é misoginia? Segundo Márcia Tiburi (2018),

misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres, um discurso que faz parte da história do patriarcado, do sistema da dominação e dos privilégios masculinos, daquilo que podemos chamar de machismo estrutural, o machismo que petrifica a sociedade em sua base e impede transformações democráticas. Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença (TIBURI, 2018, p. 106).

Em consonância com a visão proposta pela citada autora, para refletir sobre a misoginia, a ex-presidente Dilma Rousseff, do PT-RS, também credita a visão de que as práticas misóginas são artifícios propícios à violência política de gênero, para que as mulheres desistam da prática política e/ou se desencantem dela. Para ela,

a misoginia na sociedade, nas instituições e na mídia vem sendo uma poderosa arma de controle e dissuasão da atividade política das mulheres e se manifesta principalmente em períodos eleitorais, durante governos e na

atividade parlamentar (ROUSSEFF, 2021, p. 49).

Sob o ponto de vista da ex-presidente, a mulher que ousa fugir dos padrões estipulados pelo patriarcado e reivindica a ocupação de espaços até então definidos e normatizados como do masculino está fadada a sofrer toda espécie de práticas misóginas, pela “ousadia” em querer “ser mais” do que foi determinado para o gênero feminino:

A mulher que sai do padrão patriarcal será identificada como fria, arrogante, sedenta de poder, não confiável e moralmente suspeita, uma vez que ela passou a reivindicar espaços aos quais não tem direito, deixando de cumprir seu papel como mulher em um sistema que favorece os homens (ROUSSEFF, 2021, p. 60).

Uma das razões aludidas pela ex-presidente que justificaria o golpe de 2016, com sua consequente saída da presidência do Brasil, por meio do processo de *impeachment*, foi o uso exaustivo de práticas misóginas, principalmente pelos meios de comunicação de massa:

A misoginia não foi por si só o único instrumento ou mesmo dimensão de um golpe de Estado como o que aconteceu no Brasil em 2016. Serviu aos golpistas e foi usada pela mídia para construir um ambiente de rejeição à primeira mulher presidenta da República (ROUSSEFF, 2021, p. 60).

Márcia Tiburi (2018), ao escrever um artigo no qual relaciona o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma a um conjunto diversificado de práticas misóginas, estava, mesmo sem usar o termo, fazendo menção à violência política de gênero. Para ela,

(...) o que aconteceu com Dilma Rousseff nos ensina a compreender o funcionamento de uma verdadeira máquina misógina, máquina de poder patriarcal, ora opressor, ora sedutor, a máquina composta por todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, máquina cuja função é de impedir que as mulheres cheguem ao poder e nele permaneçam (TIBURI, 2018, p. 106).

A intencionalidade da violência política de gênero de impedir, de maneira subliminar ou abertamente, a inserção das mulheres nos espaços de poder estaria, segundo a ex-deputada federal Maria do Rosário, PCdoB-RS, articulada a todo um processo cultural, cujo intento é de fazer prevalecer o espaço da política como do masculino:

O primeiro aspecto da violência política contra as mulheres encontra-se na histórica exclusão dos espaços institucionais. A ausência ou ínfima representação institucional das mulheres não é um acaso, mas resultado de um processo cultural articulado e para manter as instituições políticas sem a presença feminina, mesmo no período em que foram conquistados formalmente direitos civis igualitários (ROSÁRIO, 2021, p. 139-140).

Segundo a ex-deputada, não é à toa que a violência política de gênero se expressa com toda a sua força e diz respeito à submissão histórica das mulheres no espaço privado e às suas dificuldades seculares para conseguirem autonomia sobre suas vontades, seus projetos profissionais e seus desejos:

(...). À sub-representação corresponde um não empoderamento político feminino no Brasil

– nas instâncias de poder e de decisão –, a despeito das lutas feministas de um século e corresponde também o lugar econômico de submissão histórica das mulheres no âmbito doméstico e familiar (ROSÁRIO, 2021, p. 140).

E acrescenta:

O núcleo central da violência política de gênero, seja qual for seu veículo, é desvalorizar a mulher, destruir sua imagem pública, minar a confiança que inspira nos demais, marcar publicamente sua vida familiar e sua existência com valores que rivalizam com grupos determinados e mesmo com o senso comum sobre os papéis que ela “deva” exercer como mulher. Tais práticas isoladas ou combinadas configuram-se como violência política de gênero (ROSÁRIO, 2021, p. 141).

As imagens construídas equivocadamente sobre o feminino, as visões machistas sobre a fragilidade e a incapacidade das mulheres de exercerem cargos políticos, o constante conflito entre construir e/ou desconstruir os gêneros masculino e feminino, como essencialidade e presos a uma matriz biológica, estariam, entre outros elementos, na raiz da violência política de gênero. Necessário, pois, repensar e problematizar tais visões, para que se desconstruam essas essencialidades e oposições e, finalmente, aceite-se a ideia de que a política e sua prática não têm gênero, e sim, que cidadãos, no pleno direito de suas capacidades e legitimidades políticas, trabalham em prol do bem da coletividade. Não é esse o ideal da política e da democracia? Mas, infelizmente, não é bem assim que as coisas acontecem.

5 CASOS CONCRETOS DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A violência política de gênero, como já referido, manifesta-se em quase todas as fases da prática política das mulheres. A campanha contra a violência política de gênero, divulgada pela Agência Câmara de Notícias (2020), proposta pela Câmara de Deputados, por iniciativa da Secretaria da Mulher, com apoio da Primeira-Secretaria da Casa, no mês de outubro de 2020, propôs uma série de situações para ilustrar como e em que circunstâncias a mulher pode ser vítima de violência política de gênero, esteja na condição de candidata ou no exercício de seu mandato.

Para esclarecer bem mais essas situações de violência, reproduzimos, exatamente como proposto nas diretrizes indicadas pela campanha da Câmara de Deputados, as várias experiências vividas por mulheres em diferentes situações apontadas por elas.

5.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: CANDIDATAS

Quando estão na condição de candidatas, as mulheres sofrem violência política de gênero nas seguintes circunstâncias:

1. Ameaças às candidatas com palavras, gestos ou outros meios para lhes causar mal injusto e grave

Benedita da Silva, por exemplo, deputada federal pelo PT/RJ, descreve como foi vítima de violência de gênero, por duas razões: por ser mulher e negra.

Imaginem, em 1982, em plena ditadura, eu, mulher negra e favelada, tornei-me a primeira vereadora do Rio de Janeiro. Claro que não foi nada fácil. Aqueles homens bem nascidos, ricos não gostavam muito de uma mulher por lá, ainda mais negra e que morava na favela. Houve campanha de difamação, agressão por

palavras e gestos, episódios de racismo velado e também de tipo descarado (SILVA, 2021, p. 35).

Esse depoimento revela duas das principais facetas na estrutura social e cultural do Brasil: a questão de classe e a de raça. Acrescente-se a esse panorama a de gênero. Aliás, quando se pensa sobre a questão de gênero no Brasil, não é possível deixar de lado suas diversas seccionalidades, entre elas, a classe e a raça. Benedita é um exemplo vivo de sucessivas práticas de violência política de gênero.

2. Interrupções frequentes de sua fala em ambientes políticos e impedimento para usar a palavra e sinalizar claramente o descrédito

Um dos exemplos que ilustra bem a violência de política de gênero foi a vivida pela então candidata a vice-presidente do Brasil, Manuela D'Ávila, que, em entrevista ao Programa Roda Viva, da TV Cultura, no mês de junho de 2018, foi sucessivas vezes interrompida em sua fala por seus entrevistadores. Foram exatamente 62 interrupções, contra, por exemplo, oito vividas pelo então candidato à presidência do Brasil, Ciro Gomes, do PDT, quando entrevistado pelo mesmo programa. Instada a explicar sobre as diferenças na condução do referido programa, ela afirmou:

Atribuo à cultura arraigada do machismo e da misoginia. Em nossa sociedade é mais fácil encontrar plateia naquilo que desconstrói a mulher, né? Mas eu sempre gosto de ver o lado positivo das coisas. O episódio do Roda Viva já tinha acontecido mil vezes comigo: os jornalistas sempre me interromperam, sempre tentaram me ensinar sobre aquilo que eu faço (Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica - Acesso em: 19/05/2021).

Restringir, cortar ou invisibilizar a fala das mulheres políticas parece ser outra promissora estratégia de desconstruir a participação delas nos espaços de poder. Não é raro tal fato acontecer no ambiente da mídia. Flávia Biroli (2014) faz menção a isso quando afirma que, na maioria das vezes, escolhe-se um homem parlamentar para comentar sobre fatos cotidianos da atividade parlamentar e que é raríssimo uma mulher parlamentar desenvolver sua fala. Noutros termos, daí se deduz que há uma tentativa, muito eficiente, dos *mass media* de invisibilizar a atuação das mulheres no parlamento, imprimindo visibilidade e escuta à fala masculina.

3. Desqualificação, ou seja, indução à crença de que a mulher não tem competência para exercer a função a que está se candidatando ou para ocupar o espaço público onde se apresenta

A ex-presidente, Dilma Rousseff, do PT-RS, foi, sucessivas vezes, principalmente na Campanha de 2010, desqualificada como competente para exercer esse cargo. Ela é apresentada pelas revistas hegemônicas *Veja*, *Istoé* e *Época* como “um poste” de Lula, uma espécie de fantoche dele, como alguém que não tem brilho próprio (LIMA, 2020).

Ao comentar sobre sua campanha eleitoral do ano de 2014, Dilma Rousseff assevera que a mídia hegemônica, principalmente o Grupo Globo, trabalhou incansavelmente para desconstruir sua candidatura usando um discurso que a apresentava como uma mulher sem os atributos necessários para ser reeleita. Entre as várias manchetes produzidas não só pelo Jornal O Globo, mas também pela Folha de São Paulo, Dilma selecionou a seguinte manchete: “Debate acalorado tem ataques pessoais, no fim, Dilma passa mal”, no qual se repete o mesmo mantra misógino, e explica:

Os ataques não foram mútuos, partiram apenas de Aécio, que é poupado no título. Mas a manchete sugere que eu tive um mal-estar após o debate por não ter resistido aos ataques

peçoais que sofri. De novo, a imposição da tradição patriarcal, que relaciona as mulheres à fragilidade, à delicadeza e ao despreparo. A manchete convida o leitor a pensar dessa forma (ROUSSEFF, 2021, p. 54).

A falta de competência ou a afirmativa de que a política é o lugar do homem, e não da mulher, são argumentos comumente utilizados para desqualificar a presença da mulher nos espaços de poder. Dizer que uma candidata é o “poste” de outro político, que ela não tem brilho próprio nem competência, que é um ser frágil, sensível e delicado é uma tentativa violenta de afastar a mulher do ambiente político.

4. Violação de sua intimidade por meio de divulgação de fotos íntimas, dados pessoais ou e-mails, inclusive montagens

Manuela D’Ávila, do PSOL-RS, relatou que, na campanha de 2020, quando foi candidata à Prefeitura de Porto Alegre, foi vítima de violência de gênero, durante os debates entre os candidatos, praticada por um parlamentar, com quem se relacionara há, pelo menos, dez anos e que também era candidato ao mesmo cargo que ela. A respeito disso, contou:

Fui surpreendida por um conjunto de ataques absolutamente violentos sobre mim, minha honra e meu caráter. (...) eu me pus a pensar: a serviço de qual de meus adversários essa candidatura laranja de um ex-namorado havia sido construída? Entendi, de maneira clara, que ele faria uso, para me atacar, da legitimidade que homens com os quais mulheres se relacionaram têm socialmente (...) (D’ÁVILA, 2021, p. 127-128).

Ainda sobre essa experiência de violência política de gênero, referiu:

Alguns dias depois, teríamos o único debate televisivo do primeiro turno, na Bandeirantes. Quando cheguei, preparada e entusiasmada para apresentar nossas ideias, vi vários candidatos rindo, trocando piadas com aquele candidato vulgar. Os sorteios – nunca tive sorte com eles – fizeram com que no primeiro bloco eu perguntasse para esse candidato. Na réplica, um ataque pessoal em que ele dizia que eu havia traído todas as minhas amigas, amigos e a ele, “claro”, usou com ironia. De qual traição ele falava? Pessoal ou política? Pouco importa para quem escuta. Mulheres públicas são sempre as loucas, as burras, putas, abjetas e nojentas. (..) Saí do debate sentindo uma solidão e uma vergonha indescritíveis e que só cresceriam nos dias seguintes (D’ÁVILA, 2021, p. 128-129).

A exposição da vida pessoal, como a experiência narrada acima, além do uso violento de frases chulas e misóginas, dirigidas às mulheres, principalmente no ambiente virtual, tem sido uma constante. No *WhatsApp*, as *fake news* voltadas para desconstruir a reputação das mulheres políticas têm sido uma constante.

5. Difamação da candidata, atribuindo a ela um fato que seja ofensivo à sua reputação e à sua honra

Para ilustrar esse tipo de violência de gênero, destacamos a experiência vivida por Manuela D’Ávila, no ano de 2018, quando concorreu à vice-presidência do Brasil. Disse ela sobre as ofensas sofridas:

E então, entre 2014 e 2020, tornei-me um dos alvos preferenciais das máquinas de destruição

de reputação de mulheres e “colhi os frutos” dessa destruição permanente e continuada nas eleições de 2018, quando todos os atributos negativos construídos a meu respeito foram utilizados ao mesmo tempo: a Manuela hipócrita, que defendia o socialismo, mas fazia enxoval milionário em Miami; a Manuela “drogada” com tatuagens horrorosas e olheiras profundas; a Manuela vagabunda que tinha fotos (falsas) nuas circulando por aí (...) (D’ÁVILA, 2021, p. 125).

Também falou sobre a experiência que a vereadora Isa Penna, do PSOL-SP, sofrera recentemente:

Quando a eleição acabou, eu pensei que levaria muito tempo para uma mulher pública viver situações de violência como aquelas que eu havia vivido. Dias depois, a deputada Isa Penna (PSOL-SP) foi apalpada em seus seios dentro do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo. Quando tentou denunciar, teve que pedir silêncio diante de um plenário indiferente à violência que ela havia sofrido e que fora amplamente documentado (D’ÁVILA, 2021, p. 133-134).

Manuela D’Ávila mencionou um caso mais recente e de grandes proporções, que ocorreu no final de 2020, na Assembleia Legislativa de São Paulo. A deputada Isa Penna, do PSOL-SP, já em atividade política, no interior da Assembleia, foi apalpada e tocada, sem seu consentimento, por outro deputado, Fernando Cury, do CIDADANIA-SP, durante sessão na casa legislativa. A deputada, que se encontrava de costas conversando com o presidente da Casa, através da bancada, foi surpreendida com a chegada do deputado, por trás, que passou a mão e permaneceu, na lateral de

seu corpo, na altura dos seios. Toda a cena foi registrada em vídeo. “Eu estava de costas, só senti a mão dele escorregar na minha lateral. No momento em que eu senti, virei e falei para ele: ‘Quem você acha que você é? Você está louco? Passar a mão em mim assim?’ E empurrei, tirei a mão dele”. No mesmo dia, a deputada registrou boletim de ocorrência e denúncia formal ao Conselho de Ética da Casa por quebra de decoro. Ela pediu que o deputado fosse investigado e que seu mandato fosse cassado devido à prática da violência. No decorrer do mês de fevereiro de 2021, a denúncia foi aceita pelo Conselho e seguiu para investigação.

A deputada federal do PSOL-RJ, Jandira Feghali, ao relatar as experiências de violência política de gênero por que passou, citou um corolário de práticas abusivas que visaram, sobretudo, difamá-la moralmente. Ela afirmou que sofreu muitíssimo na Campanha de 2006, quando concorria a uma vaga ao Senado, pelo Rio de Janeiro, numa ampla coligação de partidos de esquerda – PT, PC do B e PSB. Relata ela:

Panfletos apócrifos, de papel couché, de boa gramatura, que me acusavam de ser assassina de crianças inocentes, eram espalhados por toda a cidade, em pontos de alto fluxo de pessoas. (...) Cartazes com minha própria altura foram colados em várias paredes da cidade do Rio de Janeiro, com minha imagem portando uma adaga suja de sangue de uma criança, com o *slogan* “assassina de inocentes”. Imagem que impactou minha filha de treze anos quando deu de encontro com um desses cartazes na rua. (...) Programas de rádio e TV foram feitos com esse conteúdo, associando às minhas posições no parlamento que eu seria contra a vida e defensora da morte e do aborto (FEGHALI, 2021, p. 94-95).

E continuou:

Como se já não bastasse tudo isso, na véspera e no dia da eleição, tivemos mensagens por SMS em todos os celulares ligados às redes OI e TIM, dizendo: “Não vote em Jandira Feghali, ela não acredita em Deus, é a favor do aborto e é responsável pela morte de milhões de crianças inocentes” (FEGHALI, 2021, p. 95).

Não é de hoje que as campanhas eleitorais têm se caracterizado mais por pautas “morais e dos costumes” do que por proposituras concretas de ação dos candidatos. Parece ser mais impactante para o *marketing* político mexer com questões que ainda são muito fortes no Brasil, que é um país conservador, do trazer à baila questões aborto, casamento homoafetivo, feminismo etc. Tais temas repercutem muito mais nas campanhas femininas do que nas masculinas. Colocar em “xeque” a reputação e a moral das mulheres candidatas ganha cada vez mais visibilidade e adesão.

6. “Desvio de recursos de campanhas das candidaturas femininas para as masculinas”

A cada eleição, surgem novas denúncias de que algumas mulheres que se candidatam a diferentes cargos, principalmente para o parlamento, são, na verdade, “candidatas laranjas”, isto é, mulheres que são selecionadas pelos Partidos Políticos ou para comporem os 30% das vagas exigidas pela Lei de Cotas, vigente desde o ano de 1998, ou para delas se subtrair a verba pública de campanha para as candidaturas masculinas:

Segundo reportagem do dia 4 de fevereiro da Folha de São Paulo, quatro candidatas a deputada federal pelo PSL-MG receberam R\$ 279 mil de verba pública de campanha, sendo que pelo menos R\$ 85 mil foram destinados

a empresas de assessores, parentes ou sócios de assessores do atual ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, que era presidente do PSL em MG e foi o deputado federal mais votado no Estado (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>, Acesso em: 03 abr. 2021).

Sobre essa questão, a ex-deputada federal, Célia Leão, do PSDB-SP, enuncia: “Essa história de dizer: ‘Ah! Mas no nosso partido ficou vaga, vai faltar’. Então põem a ‘laranja’. Põem a mexerica, põem a banana, põem o que quiser, mas as mulheres têm de participar” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 178).

Sem dúvida, uma das principais demandas das mulheres que se candidatam a cargos políticos ou o estão exercendo é o respeito e os devidos direitos garantidos pela Justiça Eleitoral às suas candidaturas e aos seus mandatos, além da luta pela paridade na representação política. Sobre isso, assim se manifesta a ex-deputada federal Iara Bernardes do PT-SP:

Queremos paridade na representação política, não queremos mulheres nem homens em excesso ou insuficiência, mas em oportunidades iguais. Se homens e mulheres dividem o ônus e a responsabilidade na construção do nosso País, é preciso também dividir o ônus e a responsabilidade de decidir sobre os destinos (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 179).

A luta por igualdade, pelo direito a uma campanha igualitária e sem privilégios de gênero, de classe, de raça etc. tem sido uma forte reivindicação no ambiente político das mulheres como também uma bandeira do feminismo, de superação do patriarcado, do machismo e da misoginia.

5.2 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: PARLAMENTARES E EXECUTIVAS

A violência política de gênero não se manifesta somente durante a campanha eleitoral, mas também é, as vezes, até de forma mais violenta, no exercício do mandato. Nesse sentido, reproduzimos, a seguir, as várias situações em que as mulheres são vítimas de violência política de gênero no exercício de suas atividades, sejam elas parlamentares ou executivas.

1. Não são indicadas como titulares em comissões nem líderes dos seus partidos ou relatoras de projetos importantes.

A exclusão das mulheres de Comissões, de Mesas Diretoras e da liderança de seu Partido Político é uma experiência constante em seu dia a dia. Muitas, com total competência e experiência política, em muitas circunstâncias, são preteridas pelo simples fato de serem mulheres. A militante política e professora aposentada, Silvana Conti, apresentou os seguintes dados do ano de 2021:

Dos 530 deputados, só 77 são mulheres; dos 11 cargos da Mesa Diretora (incluindo os suplentes) as deputadas ocupam apenas dois; e das 25 comissões permanentes somente 4 são presididas por mulheres, e somente 12 senadoras entre 81 eleitos. A baixa representatividade das mulheres brasileiras na política se reflete também na ocupação de cargos de poder dentro da Câmara dos Deputados. Das 25 comissões permanentes da Casa, apenas 4, ou seja 16%, são presididas por mulheres nesse ano (Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica. Acesso em: 19 maio 2021).

Experiência ainda mais patética do que a não participação em funções de destaque no Parlamento é o relato da deputada federal Talíria Petrone, que foi “barrada” pelos seguranças, por não a reconhecerem como parlamentar, e desrespeitada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça:

Se o primeiro dia como vereadora foi difícil, estar no Congresso Nacional, no centro da política brasileira, tem sido ainda mais desafiador. Quantas vezes fui barrada na porta, mesmo com o broche me identificando como deputada? Até na posse fui barrada! Em reuniões da Comissão de Constituição e Justiça, na qual representava meu partido, já fui chamada de favelada louca (...); já tive que ouvir de deputados coisas como “façam essa menina se calar” (PETRONE, 2021, p. 205-206).

A tentativa de desqualificar a mulher tratando-a, de maneira pejorativa, como “essa menina”, “aquela mulher”, como fizeram tantas vezes alguns parlamentares para se referirem à ex-presidente Dilma Rousseff, além de “favelada louca”, são xingamentos de forte conteúdo e violência política de gênero, cujo intento é de inibir a fala e a atuação da mulher nos espaços de poder.

2. São constantemente interrompidas em seus lugares de fala.¹³

A atual deputada federal pelo PSOL/RJ, Talíria Petrone, a nona deputada mais votada por seu estado, proferiu um depoimento

13 A autora do livro ‘O que é lugar de fala?’, filósofa, negra e feminista, Djamila Ribeiro, define a expressão “lugar de fala”, como vozes que foram historicamente sendo interrompidas. A hierarquia social estruturada faz com que certas vozes e saberes sejam inferiorizados e permaneçam em lugar de silenciamento. Desse modo, o lugar de fala serviria justamente para proporcionar visibilidade a ideias e vozes que, durante décadas, não foram ouvidas e simplesmente postas em

elucidativo sobre a prática de violência política de gênero e, principalmente, como as mulheres políticas “pagam” um alto preço quando decidem ocupar espaços de poder:

Não é fácil nem confortável disponibilizar nossa vida para a tarefa parlamentar. Minha experiência – que infelizmente não é isolada – foi extremamente violenta desde o primeiro dia e segue sendo. Uma violência que se manifesta de muitas formas. Quantas vezes interrompida? Quantas vezes objetificada? Quantas vezes ridicularizada? Quantas vezes vítima de mentiras? Quantas vezes ameaçada? Não é possível quantificar tamanha violência (PETRONE, 2021, p. 198-199).

A parlamentar Tabata Amaral, do PDT-SP, citou um Projeto de Lei que apresentou na Câmara de Deputados, com o objetivo de garantir absorventes para as mulheres em situação de vulnerabilidade e que deixam de frequentar a escola ou o trabalho por estarem menstruadas e não terem recursos financeiros para comprar absorventes. Essa sugestão gerou uma série de piadas contra o Projeto:

Disseram que queríamos dar uma “bolsa perereca”, que ninguém era obrigado a bancar absorvente “para fêmea” e que daqui a pouco defenderíamos a distribuição de chocolate para combater a TPM. A enxurrada de ofensas que se seguiu não veio apenas de anônimos nas redes sociais. Comentaristas renomados e políticos também as proferiram. A rede bolsanarista logo se articulou e, entre comentários de “vai lavar louça”, “marionete de globalistas”,

esquecimento. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-lugar-de-fala/> Acesso em: 05 ago. 2021

“isso é carência” e “pega os absorventes e manda pras tuas primas”, havia também reações ofensivas e preconceituosas de parlamentares e membros do governo Bolsonaro, como foi o caso do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, que insinuou que uma estatal deveria ser criada e sugeriu que ela se chamasse “CHICOBRRÁS” ou “MenstruaBR” (AMARAL, 2021, p. 191).

No caso da deputada Tabata, a violência a ela dirigida foi ainda maior do que interromper seu lugar de fala, pois desqualifica uma propositura de ação parlamentar como se ela estivesse “brincando” de legislar.

3. São excluídas dos debates.

No ano de 2015, durante uma sessão parlamentar para a votação de uma Medida Provisória (MP), na Câmara dos Deputados, a deputada Jandira Feghali, do PCdoB/RJ, foi ameaçada e agredida, na frente de todos, por dois de seus pares, durante discussões na plenária. Em uma tentativa de acalmar os ânimos de dois deputados que discutiam calorosamente, ela foi empurrada, com força, por um deles, o deputado Roberto Freire do PPS-SP. Nesse momento, depois de reclamar do ocorrido, Jandira foi interrompida por outro deputado, Alberto Fraga, do DEM-DF, que, do microfone de sua bancada, dirigiu-lhe esta ameaça:

“Bate como homem, tem que apanhar como homem” – 2015. Essa é a fala do deputado Alberto Fraga (DEM/DF) no plenário da Câmara, enquanto o deputado Roberto Freire (Cidadania/SP) cometia violência física contra mim – duas formas de violência política de gênero (FEGHALI, 2021, p. 99).

A fala proferida pelo deputado, para todos ouvirem, sem o menor tipo de constrangimento, é o retrato explícito da violência política à qual as mulheres parlamentares são submetidas diariamente. São nítidos a insatisfação e o inconformismo do parlamentar em dividir aquele espaço de poder e de decisão com uma mulher. Assim como as outras situações apresentadas, a prática sistemática, através de diversos meios, proporcionada pela reprodução da violência política, busca impedir, barrar, amedrontar, limitar a atuação de mulheres. Essa é uma prática misógina, preconceituosa e sexista, que atinge as mulheres políticas indistintamente.

A ex-deputada federal, Jô Moraes, do PV-MG, relata uma situação comum no parlamento: a invisibilidade das mulheres políticas até mesmo por parte dos servidores da Casa:

Essa rotina se repetia em diferentes ocasiões do cotidiano parlamentar. Em reunião conjunta dos colégios de líderes da Câmara e do Senado, ocorreu algo semelhante. O assessor que servia o cafezinho levou as xícaras até as cadeiras onde estavam sentados os homens e parou quando iniciaram as cadeiras onde estavam as líderes do PCdoB, Jô Moraes, do PV, Rosane Ferreira e Carmem Zanotto do Cidadania. Tivemos que chamá-lo. E ele comentou: “A gente serve primeiro os deputados”. Para aquele servidor, as mulheres que estavam ali deveriam ser assessoras (MORAES, 2021, p. 120).

Esse exemplo remete a outra situação muito comum no dia a dia: quando estão em uma mesa de restaurante, um homem e uma mulher, o garçom, quando traz a conta, dirige-se, inquestionavelmente, ao homem. Assim, se o homem estiver presente, a mulher, subliminarmente, é invisibilizada. O exemplo que segue ilustra tal assertiva:

Os obstáculos começam com algo que deveria ser simples, que é a minha entrada física nos prédios da Câmara. Após quase dois anos de mandato, ainda é comum que os seguranças questionem se sou mesmo deputada, demonstrando todo tipo de reação quando respondo que sim (AMARAL, 2021, p. 189).

Indagamos: será que os homens são igualmente questionados se são ou não deputados? Parece-nos que não. Será que há algo mais delicado ou violento que isso? Ser interpelada constantemente para “provar” a legitimidade de um cargo político?

4. São questionadas sobre sua aparência física e a forma de se vestir.

A deputada federal Joice Hasselmann, do PSL-SP, durante divergências no próprio partido, foi atacada e agredida por seus companheiros de legenda, que questionaram sobre seu corpo, sua aparência, o peso e, até mesmo, seu modo de falar. O então candidato a deputado federal, Alexandre Frota, numa dessas ocasiões, em sua conta no *Twitter*, referiu-se a ela como “biscate”. O também deputado federal, Eduardo Bolsonaro, do PL/RJ, durante discussão, chamou-a de “Peppa Pig”, uma personagem infantil representada por uma porca. A deputada teve também seu nome e dos seus filhos envolvidos em ameaças de morte, inclusive, foram coagidos através de mensagens em seus celulares.

É importante ressaltar novamente que a violência política de gênero atinge mulheres de maneira indiscriminada, independentemente de filiação partidária ou ideológica. Joice Hasselmann que, algumas vezes, assumiu o discurso de seus agressores contrários às próprias mulheres, que fazia parte da mesma ordem social, política e ideológica daqueles que a agrediam, ao se posicionar contrariamente a eles, foi vítima da violência política de gênero.

A deputada estadual Ana Paula da Silva, do PDT-SC, teve seu nome posto em destaque em diversos *sites*, não por causa de sua trajetória e atuação como prefeita da cidade de Bombinhas - SC, em dois mandatos, ou de seu mais novo compromisso como deputada eleita, mas sim, da repercussão negativa que a escolha de sua roupa para tomar posse na Assembleia Legislativa de Santa Catarina causou. A deputada foi tratada desrespeitosamente e vítima de comentários misóginos nas redes sociais, por usar uma roupa decotada na ocasião. Sua reputação e sua competência foram questionadas e atreladas à sua vestimenta, considerada não adequada. Quanto à série de ataques sofridos nas redes sociais, afirmou:

Claro que foi um dia de bastante sofrimento, não vou negar. Mas eu não vou arredar o pé daquilo que eu sou. Eu quero ser feliz acima de todas as coisas. E isso implica em me apresentar para as pessoas como eu sou. Corpo, alma, verdadeiramente aquilo que eu sou. Acho que esse preconceito precisa ser desconstruído. E de fato, no ambiente da política, a presença esmagadora de homens nos faz encolher, nos faz retroagir (Entrevista ao Jornal da Chapada, em 06/02/2019. <https://jornaldachapada.com.br/2019/02/06/polemica-deputada-de-santa-catarina-e-alvo-de-ofensas-nas-redes-por-uso-de-decote-em-posse/> Acesso em: 10 maio 2021).

Manuela D'Ávila acrescentou:

(...) Aos 23 anos, assumi meu primeiro mandato de vereadora e, já na primeira semana, ouvi de um parlamentar com a idade de meu avô que meu decote o provocava. Depois, em Brasília, isolada na condição de parlamentar mulher jovem, sem parentes importantes, mesmo

recordista de votos, fui apelidada de musa e permanentemente posta à prova (D'ÁVILA, 2020, p. 125).

Quando os comentários jocosos não vêm em forma de “elogios”, como acima, vêm repletos de adjetivos abertamente desrespeitosos, como demonstra a narrativa abaixo da deputada federal Tabata Amaral:

Uma pesquisa realizada pela minha equipe em 2020 no *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, buscou os cinquenta termos machistas mais utilizados para se referir a mim. Em somente cinco dias, “carinha” foi usado 1767 vezes, seguindo de “meiga”, “teleguiada”, “mocinha”, “diabólica”, “bonitinha” e “precisa de homem”. Chamaram-me de “puta” 117 vezes. Infelizmente, não surpreende que um estudo da *Plan International* em 22 países tenha mostrado que 77% das meninas no Brasil já foram assediadas no meio *online*, número maior do que a média nas outras nações, de 58% (AMARAL, 2021, p. 190-191).

O mesmo aconteceu com a deputada Taliria Petrone:

Desde os primeiros meses do mandato, nossa página pública no *Facebook* já registrava de modo cotidiano diversas ameaças, difamações, ofensas, mensagens carregadas de racismo e misoginia. Não é razoável conviver com mensagens como “negra nojenta”, “volta pra senzala”, “puta”, “vagabunda”, “se encontro na rua dou paulada”, “merece uma 9mm na nuca, essa safada”, “tem que morrer, desgraçada”, “precisa de um pau grosso e que doa muito”. Depois da execução de Marielle, as mensagens que

passaram a chegar extrapolavam ainda mais o tom: “Essa é a próxima a ter a cara furada”; “você merece morrer com um tiro na cara para estragar o velório, macaca fedorenta”, diziam (PETRONE, 2021, p. 199).

A ex-vereadora Áurea Carolina, do PSOL/MG, acrescenta a essas fortes experiências de violência política de gênero a interseccionalidade de raça, além de suas preferências por determinado modo de se vestir, entre outras:

Quando assumi o cargo de vereadora de Belo Horizonte, em 2017, com a marca de maior votação da cidade, fui interpelada por colegas homens que me perguntavam como era possível que eu, tão desconhecida para eles, tivesse ganhado tantos votos. Em reuniões de trabalho, logo vinham piadas sexistas e racistas, comentários sobre meu cabelo, minhas roupas e minhas tatuagens, perguntas sobre minha vida privada e até insinuações sobre minha capacidade intelectual (CAROLINA, 2021, p. 25-26).

Vários colegas me chamavam de menina, e eu solicitava que fosse tratada com o mínimo de formalidade e respeito. Um deles, de propósito, continuou me chamando de menina até eu sair da Câmara Municipal e ainda me ridicularizava: “menina não, mulher!” (CAROLINA, 2021, p. 26).

Os relatos que vimos apresentando são suficientes para mostrar como sofrem as mulheres que “ousam” ocupar o espaço da política. O escárnio, o desrespeito, as “brincadeiras de mal gosto”, a sexualização de seus corpos, indevidamente desejados ou indesejados,

demonstram que é preciso, com urgência, denunciar as experiências de violência política de gênero contra as mulheres.

5. São questionadas sobre suas vidas privadas (relacionamentos, sexualidade, maternidade).

Talvez nenhuma figura pública, na recente história política do Brasil, tenha sido tão exposta e sofrido tantas expressões de violência de gênero quanto a ex-presidente Dilma Rousseff (PT-RS), principalmente em seu segundo mandato, quando foi deposta do governo, de forma definitiva, no dia 31 de agosto de 2016, por meio do processo de *impeachment*.

Durante seus dois mandatos, em diversos momentos, ela foi desqualificada por seus opositores por meio de uma retórica sexista e homofóbica. Em outras palavras, a forma sempre ambígua como foi tratada, seja na condição de candidata ou de eleita, caracteriza uma profunda atitude de violência política de gênero a ela dirigida.

Um tema impactante que congestionou as redes sociais, durante a campanha de 2010 da presidente Dilma, foi sobre sua orientação sexual. Por ser uma mulher sozinha e divorciada, acabou sendo “alvo fácil” para se colocar a sua condição heteronormativa em dúvida. Postaram na rede uma mensagem dizendo que Dilma Rousseff teria mantido uma relação homoafetiva estável como uma moça chamada Verônica, que havia trabalhado em sua casa como doméstica, e que estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão (LIMA, 2020, p. 09).

Outra prática subliminar dirigida às mulheres políticas e que denota forte teor de violência política de gênero é aquela que, por meio da manipulação psicológica, leva a crer que as mulheres políticas perderam a condição de governar ou de exercer cargos no parlamento porque enlouqueceram ou se tornaram mulheres históricas. A ex-presidente Dilma relata a experiência de ter sido apresentada pelos *mass media* como bruxa e louca:

São da mesma época do golpe duas capas que escancaram a campanha misógina contra uma presidenta eleita que a mídia queria derrubar. Uma foto publicada no *Estadão* na cerimônia de lançamento da pira olímpica, exibe uma sobreposição de imagem que cria a ilusão de ótica segundo a qual a minha cabeça estaria em meio a chamas. A imagem fazia lembrar, aos mais atentos, a condenação à que eram submetidas, na Idade Média, as mulheres acusadas de bruxaria por afrontar os dogmas e a servidão feminina impostos por um mundo em que apenas os homens, da aristocracia e do clero, mandavam e tinham direito. No caso de outra capa daquela época, da revista *IstoÉ*, nem era preciso recorrer a analogias históricas para perceber a forte agressão misógina. A revista inventou, da foto de capa à última linha de texto, a acusação de que eu havia me tornado emocionalmente desequilibrada. A imagem da capa era uma fraude para sustentar o insulto: uma foto em que eu gritava, de fato, comemorando em um estádio um gol da seleção brasileira, e que, cortada em close no meu rosto, fazia com que parecesse uma reação histérica de descontrole em outro ambiente. A misoginia e, em muitos casos, o machismo truculento contra mim nunca receberam da imprensa a devida repreensão (ROUSSEFF, 2021, p. 58-59).

Essas tentativas constantes de desqualificar o feminino podem, agora, com o surgimento da noção de violência política de gênero, transformar-se em espaço de denúncia e de sororidade para as mulheres que estão na política ou que tentam se inserir nela. Não dá mais para aceitar esse tipo de comportamento abusivo, desigual

e desleal, porquanto a presença e a participação das mulheres na política é uma realidade. Enfrentando barreiras sociais e culturais, obstáculos que recaem sobre o seu gênero, elas têm, ainda que em números muito abaixo do esperado para uma democracia plena e justa, ocupado seu espaço de maneira ativa e qualificada, reivindicando o direito de serem vistas e ouvidas.

Nessa perspectiva, as mulheres enfrentam – o que a literatura acadêmica, ainda que não haja um consenso, por se tratar de um fenômeno novo no meio científico, tem nomeado de violência política de gênero – uma série de mecanismos sistemáticos que atentam contra elas em sua vida pública e política, com agressões, xingamentos e tentativas de calá-las, de interrompê-las e de expor sua vida íntima e sexual, com o objetivo de impedir sua presença em um meio construído e tradicionalmente ocupado pelos homens. A luta mal começou, pois ainda há muito que ser denunciado e discutido para que, finalmente, as mulheres possam ocupar esse nicho tão fechado, como um direito, e como uma forma de fortalecer a democracia.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tabata. Não nos calarão. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p.182-193.

BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. Tradução: Celina Portocarrero. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2018.

BIROLI, Flávia. Violência política contra as mulheres. **Blog Boitempo**. São Paulo, 12 ago. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. *In*: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Feminismo e Política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014. p. 31-46.

CÂMARA LANÇA CAMPANHA CONTRA VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO COM FOCO NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS. Disponível em: Câmara.leg.br/noticias/698624-camara-lanca-campanha-contra-violencia-politica-de-genero-com-foco-nas-eleicoes-municipais/. Acesso em: 10 maio 2021.

CANDIDATAS LARANJAS: PESQUISA INÉDITA MOSTRA QUAIS PARTIDOS USARAM MAIS MULHERES PARA BURLAR COTAS EM 2018. 08 de março de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47446723>. Acesso em: 3 abr. 2021.

CAROLINA, Áurea. Por nós e a partir de nós. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 20-31.

D'ÁVILA, Manuela. O que pode ser pior do que disputar a eleição contra Bolsonaro? *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p.122-135.

DIOS, Vania Citlali de. **Violencia política contra las mujeres en México**. Instituto de Investigación y Capacitación de Derechos Humanos, 2016. Disponível em: http://historico.cedhj.org.mx/revista%20DF%20Debate/articulos/revista_No3/ARTICULO-5-3.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

ESPECIAL MULHERES NA POLÍTICA. Disponível em: Brasildefators.com.br/2020/07/30/especial-mulheres-na-politica. Acesso em: 19 maio 2021.

FEGHALI, Jandira. Para não calar, encarar! *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 88-107.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7. ed. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, Anielle. Prefácio. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p.16-19.

GROSSI, Mírian Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2º sem. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/aD3mtYCb7yv3yQkKqgkv4Xrn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2023.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. Violencia contra las mujeres en política. En defensa del concepto. **Política y Gobierno**, México, v. XXIII, n. 2, p. 459-490, 2º sem. 2016. Disponível em: <http://www.politicaygobierno.cide.edu/index.php/pyg/article/view/829/609>. Acesso em: 24 out. 2023.

LIMA, Elizabeth. Misoginia e estereótipos de gênero na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. **Vivência: Revista de Antropologia**, Natal, v. 1, n. 56, p. 252-278, 2020. DOI: 10.21680/2238-6009.2020v1n56ID23688.

MIGUEL, Luís Felipe. O feminismo e a política. *In*: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (org.). **Feminismo e política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014. p. 17-29.

MORAES, Jô. Por que não nos querem? *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de

gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 108-121.

PERU. Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables. Plan Nacional Contra la Violencia de Género 2016 – 2021. Decreto Supremo nº 008-2016-MIMP. **Diário oficial**, 26 de julio de 2016. Disponível em: https://cdn.www.gob.pe/uploads/document/file/18887/DS_N_008_2016_MIMP.pdf?v=1530726345. Acesso em: 24 out. 2023.

PETRONE, Taliria. Até que todo corpo de mulher seja livre. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 194-209.

POLÊMICA: Deputada de Santa Catarina é alvo de ofensas nas redes por uso de decote em posse. **Jornal da Chapada**, Bahia, 6 fev. 2019. Disponível em: <https://jornaldachapada.com.br/2019/02/06/polemica-deputada-de-santa-catarina-e-alvo-de-ofensas-nas-redes-por-uso-de-decote-em-posse/>. Acesso em: 10 maio 2021.

ROSÁRIO, Maria do. Violência política de gênero, no singular e no plural. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 136-149.

ROUSSEFF, Dilma. Misoginia e manipulação da mídia. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 48-63.

SILVA, Benedita da. Violências estruturais na trajetória de uma mulher negra. *In*: D'ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre foi sobre Nós**: relatos da violência política de gênero no Brasil. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021. p. 32-47.

TIBURI, Márcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. *In*: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (org.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. p.105-116.

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES. **Blog Boitempo**. São Paulo, 08 dez. 2016. Disponível em: [blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violência-politica-contra-as-mulheres](http://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres). Acesso em: 10 jun. 2021.



NUANCES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA MULHERES DO CAMPO NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES (1999-2019)

Sinara Virgínia de Farias Silva
Gislaine da Nóbrega Chaves

“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

(Margarida Maria Alves)

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as discussões sobre mulheres em contextos campestres vêm se desdobrando em novos temas, objetos e metodologias de pesquisa. Dentre as novas perspectivas para os estudos da mulher do campo, destacam-se as de relações de gênero e a violência. A epígrafe, “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, de autoria da líder sindical Maria Margarida Alves (*in memoriam*), aponta objetivamente para uma luta de classe, ou seja, a luta da mulher do campo pela terra e para ter condições de permanecer nela, mas, simbolicamente, para uma luta de gênero contra uma cultura patriarcal, racista e androcêntrica, que reflete em várias expressões da luta das mulheres do campo por igualdade de gênero e pelo direito humano de viver sem violência.

As mulheres do campo não lutam apenas contra o agronegócio, expressão do latifúndio na sociedade capitalista, mas também por outra forma de produção assentada na policultura e no uso de defensivos agrícolas naturais, que não agridam o meio ambiente, pelo reconhecimento de saberes milenares dos povos tradicionais e do campo, assim como por relações igualitárias entre homens e mulheres. A agroecologia, cujo conceito foi elaborado pelos movimentos sociais do campo (SERRANO, 2015), fortalece a luta das mulheres ao se opor a qualquer tipo de violência de classe, de raça, de etnia ou de gênero.

A realidade da mulher do campo não é condicionada somente à desigualdade social, agudizada pela hegemonia do agronegócio, mas também pela violência de gênero propriamente dita, que se configura como dupla violência – de classe e de gênero. Ambas as nuances se desdobram quando os marcadores de raça e etnia se coadunam com a classe e o gênero e aprofundam as desigualdades no campo. Essas múltiplas violências podem ser entendidas como frutos do padrão desigual de gênero imposto às mulheres, atravessado por diversos marcadores, visto que ainda são “obrigadas” a ter uma vida dedicada ao casamento e à maternidade e a lidar, concomitantemente, com o trabalho fora de casa. Segundo Norback *et al.* (2008), a situação das mulheres trabalhadoras pobres é bem mais complicada, visto que elas não têm meios nem condições de amenizar suas responsabilidades domésticas.

No que tange às diversas situações de violência que assolam as mulheres do campo, além dos padrões desiguais de gênero que lhe são impostos, as questões geográficas se configuram no rol de impasses relativos aos acessos a serviços estatais públicos e a políticas que são necessários ao seu enfrentamento. Assim, as autoras deste artigo concordam com as Diretrizes e as Ações Nacionais para as Mulheres do Campo e da Floresta, quando afirmam que elas “[...] têm sua vida fortemente marcada pelas características dos lugares em que vivem, que são isolados e sem acesso rápido a quaisquer recursos oferecidos pela vida urbana” (BRASIL, 2011, p. 11).

Esse breve panorama apresentado, assentado nas dificuldades do enfrentamento da violência de gênero no campo, foi um dos motivos para a realização de uma pesquisa mais ampla. Ressalta-se que o estado da arte em tela é uma das etapas da pesquisa em andamento *Violência de gênero contra mulheres do campo: uma análise da produção acadêmica no catálogo de teses e dissertações da CAPES (1999-2019)*¹⁴. Assim, o objeto de estudo deste trabalho é a violência de gênero contra a mulher do campo, que vivencia relações de poder hierárquicas e desiguais em relação ao homem no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, objetivou-se analisar as produções acadêmicas encontradas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no período de 1999 a 2019, quando os temas relacionados à mulher do campo e ao gênero emergiram com muita força no Brasil. Nessa perspectiva, apresentam-se as questões que nortearam o prumo deste estudo: quais as principais nuances dessa produção, considerando o período de 1999 a 2019? Como a produção sobre violência de gênero aparece nas teses e nas dissertações, considerando os temas abordados, os anos em que foram produzidos, a autoria, a unidade federativa, a instituição de origem, os programas de pós-graduação e as abordagens contidas nas teses e nas dissertações? A relevância desta pesquisa se justifica porque mostra uma visão panorâmica sobre como a violência de gênero contra a mulher do campo aparece no referido Catálogo.

A abordagem escolhida para a análise dos dados foi definida a partir do Eixo Temático *Mulher do Campo e Violência de Gênero*, porque o conceito de gênero estabelece interfaces com as dimensões sexualidade/orientação sexual, classe, raça e etnia, portanto, não é apenas uma categoria teórica, mas também política, que

14 Essa pesquisa fez parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - UFPB/CNPQ, com vigência no período de 2019 a 2020. O resumo informativo foi submetido ao XXVIII Encontro de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

potencializa o movimento de mulheres, no campo e na cidade, contra diversas formas de opressão, mas, sobretudo, para que tenham mais equidade social.

Esta pesquisa é fundamentada nos estudos da mulher e de gênero. Para isso, elegeram-se, como suporte teórico, os estudos de Joan Wallach Scott (1990), Michel Foucault (1979) e Roseli Saleté Caldart (2016). A produção acadêmica foi identificada e mapeada em planilhas do programa *Word*[®], enfatizando a violência de gênero.

2 DESENHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, visto que se preocupou tanto com a compreensão e a interpretação do fenômeno da violência contra a mulher do campo quanto com o número de teses e dissertações cadastradas no Catálogo em análise. Também é uma pesquisa exploratória, pois é a que melhor responde aos objetivos e às questões da pesquisa. Para Gil (2002, p. 41),

essas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...]. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é de natureza documental, que é aquela cujos dados a serem analisados provêm de documentos (fontes primárias e secundárias). Diferentemente das pesquisas de campo, em que geralmente se utilizam observações com anotações em diários de campo, questionários, entrevistas etc., a pesquisa em tela não se ocupou do trabalho com indivíduos para obter os dados. Conforme Helder (2006, p. 1-2), “[...] a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das

técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas”. Nesse sentido, foram utilizadas, como fontes primárias, teses e dissertações.

As fontes secundárias, ou seja, provenientes de pesquisa bibliográfica, compreendem, segundo afirmam Rosana Maria Luvezute Kripka, Morgana Scheller e Danusa de Lara Bonotto (2015, p. 59), “[...] uma modalidade de estudo e de análise de documentos de domínio científico, cuja principal finalidade é o contato direto com documentos relativos ao tema em estudo”. Sendo assim, esta pesquisa teve como suporte bibliográfico a leitura de livros, obras de referência e periódicos científicos, ou seja, documentos tornados públicos em relação ao tema.

O cenário da pesquisa foi uma plataforma eletrônica de informação – o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2016). Essa plataforma, que é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC), possibilita às/aos leitoras/es um rápido acesso às produções acadêmicas por meio de seu Catálogo de Teses e Dissertações.

Para Conceição Paludo e Vanderleia Laodete Daron (2012, p. 485), na categoria mulher do campo, estão inseridas “[...] as pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terras, acampadas, assentadas, assalariadas rurais e indígenas”. Todavia, nesta pesquisa, foram adotados os seguintes descritores: mulher rural, mulher do campo, mulher e agroecologia, mulher do campo e gênero e mulher do campo e violência. Em vista disso, elegeram-se categorias classificatórias, considerando os descritores supracitados que foram organizados da seguinte forma: 1) Eixo temático: Mulher do campo e violência de gênero; 2) Categorias descritivas: ano de publicação, autoria, sexo da autoria, instituição de origem do trabalho, unidade federativa e os programas de pós-graduação; 3)

Categorias analíticas: conteúdos referentes aos objetivos gerais e problemáticas encontradas nos resumos das teses e das dissertações. Posteriormente, parte dos dados foram tabulados e analisados.

Para sistematizar e analisar o material coletado, escolheu-se a análise de conteúdo, que, segundo Laurence Bardin (1979), trata-se de

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 1979, p. 31)

A análise de conteúdo compreende três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. O manuseio dos documentos, por meio da pré-análise, possibilita ao/a pesquisador/a uma dimensão de como irá conduzir o estudo. Os trabalhos foram coletados¹⁵ no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e a seleção do referencial teórico foi condizente com o tema da pesquisa.

Na fase de exploração do material, os trabalhos relacionados à violência de gênero contra a mulher do campo encontrados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES foram catalogados em quadros demonstrativos gerais. O quadro sobre violência de gênero objetivou dar visibilidade às produções mapeadas de modo específico. Ele esboça o que foi apurado durante o processo de coleta e leitura dos trabalhos, ou seja, autoria, ano, título, instituição de origem, área de pesquisa, resumos e palavras-chave, identificando alguns aspectos das produções. Caso houvesse dúvidas quanto às

15 Contribuiu para a coleta dos dados a discente do Curso de Pedagogia (com área de aprofundamento em Educação do Campo) Thayná Araújo Ferreira de Pontes.

questões da pesquisa e seus objetivos contidos nos resumos e nas palavras-chave, procedeu-se à leitura da introdução e da conclusão dos trabalhos de pesquisa contidos no quadro específico. Depois de tabular os dados em quadros *Word*[®], prosseguiu-se com a análise dos trabalhos, na perspectiva de dialogar com as produções geral e específica sobre a violência de gênero contra a mulher do campo.

Com base nas leituras realizadas, seguiu-se com as descrições, as inferências e as interpretações próprias da análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Fez parte desse processo o Eixo temático *Mulher do campo e violência de gênero* desmembrado em temas, que compuseram as unidades de registro, pressupondo a desagregação de uma mensagem em seus elementos constitutivos, ou seja, unidade base da análise (BARDIN, 1979; RICHARDSON, 1999). Concorda-se com Richardson (1999, p. 236; grifado no original), quando afirma que “[...] a classificação das unidades de registro precisa de uma referência mais ampla do contexto no qual aparecem. [...], deve-se procurar uma *unidade de contexto* mais ampla, que contribua para caracterizar a unidade de registro.” Na pesquisa, aparecem como unidades de registro (temáticas) as categorias violência e gênero, cuja unidade de contexto está relacionada às lutas feministas das mulheres e das mulheres do campo.

Bardin (1999, p. 107) explica que

a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às da unidade de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.

Segundo Kripka, Scherller e Bonotto (2015, p. 69), “[...] nessa etapa, ocorrem a condensação e o destaque das informações para análise, o que culmina nas interpretações inferenciais; é o momento

da intuição, da análise reflexiva e crítica”. Assim, o estudo foi dirigido com a finalidade de mapear e de analisar alguns aspectos contidos nas teses e nas dissertações e de encontrar respostas para as questões da pesquisa.

Durante a coleta e a análise dos dados, identificaram-se outros temas que se perfilam com o tema central desta pesquisa. E como esses trabalhos abordam o movimento de mulheres do campo, as relações de gênero e a agroecologia, foram mapeados, porém não figuram como objeto desta pesquisa. Analisaram-se 15 produções acadêmicas balizadas pela violência de gênero contra a mulher do campo.

Ademais, consideram-se as limitações na realização desta pesquisa, que não procurou esgotar a busca integral do número de trabalhos no Catálogo analisado. Foram consultadas, aproximadamente, 30 páginas de cada ano investigado. As buscas cessaram quando os trabalhos relacionados aos descritores adotados começaram a desaparecer da plataforma da CAPES¹⁶.

3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS LUTAS DA MULHER DO CAMPO

No Brasil, a luta das mulheres rurais¹⁷ em prol de reconhecimento do seu trabalho – e, sobretudo, como sujeitos e cidadãs de direitos

16 Nem todas as teses com foco na violência de gênero foram disponibilizadas pelas/ os autoras/es no Catálogo da CAPES, como, por exemplo, Rayane Bartira de Araújo Grilo e Rejane Antônio da Costa Santos. Outrossim, não se encontrou o trabalho na Biblioteca Digital Brasileira de teses e dissertações ou no Google Acadêmico.

17 Historicamente, os diferentes conceitos apontam para formas de compreensão também distintas do sujeito mulher do campo: mulher rural x mulher urbana, cujas demarcações territoriais revelam múltiplas dicotomias, como atraso x progresso, e, com essas diferenciações espaciais, concepções estereotipadas e preconceituosas acerca do espaço e de seus/suas habitantes: matuto/a, jeca, ignorante x esperta/o, astuta/o, culta/o; na expressão mulher trabalhadora rural, há uma ênfase no termo trabalhadora, que pressupõe o engajamento da mulher do

– começou na década de 1980, com enfoque nas questões da mulher e de gênero, centradas no feminismo socialista, uma das abordagens teóricas que mais atende à práxis dos movimentos sociais do campo. Segundo Inês Soares Rodrigues (2006, p. 13), a perspectiva feminista defende “a emancipação da mulher junto com a emancipação da classe trabalhadora, pois acredita que, se não mudar a forma de organização da sociedade e, conseqüentemente, seus costumes, não haverá libertação da mulher.” Assim, a participação das mulheres camponesas nos movimentos sociais do campo é vista como uma das soluções para o enfrentamento da desigualdade de gênero e de classe nos espaços agrários, que fortalece o processo de rompimento da cultura machista, patriarcal, racista e elitista no campo.

Na metade da década de 1980, a luta da mulher trabalhadora rural assumiu novos espaços políticos e formou pequenos grupos de mulheres que passaram a discutir sobre sua realidade e pontuar suas principais necessidades. As reivindicações se concentraram no reconhecimento do seu papel na agricultura, na luta pela reforma agrária e, conseqüentemente, no direito a terras, à Previdência Social, à participação efetiva nos sindicatos e à documentação, visto que muitas não possuíam nenhum documento de identificação. Grande parte dessas reivindicações foram alcançadas graças à coalizão das mulheres trabalhadoras rurais com o movimento sindical rural e o movimento de mulheres, conquistando espaço na Constituição Federal de 1988. No final da década de 1980, as mulheres passaram a lutar pela implementação de políticas públicas que atendessem às suas especificidades voltadas, sobretudo, para a promoção da igualdade de gênero. Segundo Celecina de Maria Sales (2007), esse processo de organização desencadeou uma forte rede de comunicação e de significados. Assim, em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

campo em movimento sindical e na luta por direitos de classe; já a denominação mulher do campo envolve uma gama muito variada de categorias necessárias ao fortalecimento das pautas comuns das mulheres do campo em movimento.

Em um cenário demarcado por lutas e manifestações em prol de garantias de direitos e de melhora da qualidade de vida para as mulheres do campo, destacou-se, no ano de 2000, a *Marcha das Margaridas*, com o lema “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, que pode ser considerada um marco de representatividade das mulheres camponesas nos movimentos sociais populares do campo. Oriunda da adesão das mulheres camponesas à *Marcha Mundial das Mulheres* e, principalmente, pela busca de visibilidade e melhores condições de vida, a *Marcha das Margaridas* foi uma manifestação pública e social, porque, segundo Maria Cláudia Ferreira da Silva (2014), além de ser um movimento que busca conquistar visibilidade e tornar pública as demandas das mulheres do campo e da floresta, reúne uma série de simbologias que se configuram e se expressam de uma forma diferente de reivindicar demandas sociais ao Estado. Uma dessas simbologias é o próprio nome da marcha, que homenageia Margarida Maria Alves, uma mulher trabalhadora rural que esteve à frente das lutas sindicais do campo e foi brutalmente assassinada, no município de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1983.

No Norte e no Nordeste, regiões com uma vasta dimensão territorial, as ações políticas assumiram espaços significativos no que tange às questões agrárias e trabalhistas, além da formação e realização de encontros, seminários, movimentos, estudos e oficinas sobre violência, saúde da mulher, geração de renda, dentre outros assuntos. No Nordeste, destacaram-se o movimento das mulheres rurais e as múltiplas ideias expressas nos grupos organizados, entre eles, o *Movimento de Mulheres Camponesas* (MMC), que se aliou à *Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais* (ANMTR) e, em 2004, tornou o *Movimento de Mulheres Camponesas* conhecido nacionalmente (CORDEIRO; SCOTT, 2007).

A violência contra a mulher do campo, seja de classe ou de gênero, tem sido evidenciada pelo movimento de mulheres camponesas. A expressão dessa perspectiva figura na luta mais ampla por um projeto de sociedade pautado numa reforma agrária com

equidade social. O espaço de lutas das mulheres do campo é bastante amplo, como referido na introdução, e inclui a educação do campo, que se configura como uma dimensão fundamental para a mudança de mentalidade, especialmente no fomento às relações igualitárias entre homens e mulheres, por meio de um currículo que transversalize as relações de gênero e a agroecologia, balizando as diversas áreas do conhecimento.

Concorda-se com o pensamento de Mirla Cisne Álvaro (2015, p. 118), que destaca a importância do *Movimento de Mulheres Camponesas* para a formação de uma consciência feminista e de um projeto societário “[...] pautado no feminismo, no socialismo e na agroecologia, em especial, na luta contra o latifúndio, o agronegócio, os agrotóxicos e os transgênicos e em defesa de alimentação e vida saudáveis.” Nesse contexto, os conceitos de gênero e de agroecologia fortalecem a luta das mulheres do campo. O conceito de gênero, quando abordado de modo interseccional com outros marcadores sociais, como raça, etnia, classe, dentre outros, democratiza os espaços produtivos. Já a agroecologia, como principal meio e espaço de produção das famílias camponesas, assentada na ideia de soberania alimentar e de sustentabilidade, como destaca Roseli Salete Caldart (2016, p. 2), é “[...] um modo de agricultura ao mesmo tempo produtiva, ecologicamente equilibrada, conservando a biodiversidade, e socialmente justa, economicamente viável e culturalmente adequada.”

Sales (2007) afirma que as discussões promovidas pela organização das trabalhadoras estimularam outros movimentos a pensarem sobre as relações de gênero e as desigualdades no trabalho, como, por exemplo, o *Movimento de Trabalhadores sem Terra* (MST), que integrou as discussões de gênero em sua plataforma de luta, como consta no trecho a seguir: “[...] por volta de 1997, o MST incluiu, em seus cursos de formação política, os estudos de gênero. Segundo o movimento, os estudos sobre as relações de gênero indicam como meta a *construção de um novo homem e de uma nova mulher*” (SALES, 2007, p. 440, grifado no original).

Elizabeth Cardoso (2019), em entrevista concedida a Raquel Torres, referiu que, na Zona da Mata de Minas Gerais, uma realidade ainda presente no cotidiano das mulheres camponesas é a constante invisibilidade de seu papel na agricultura familiar. Embora desempenhem as tarefas no roçado, no cuidado com pequenas criações de animais e no artesanato, elas, geralmente, não participam da comercialização da produção, e seu trabalho é classificado como “ajuda”. Quando passam a participar da comercialização, as agricultoras assumem a parte das vendas de frutas e de verduras nas feiras, produtos considerados secundários. Como se pode notar, na divisão do trabalho e na participação e na comercialização dos produtos, a desigualdade é evidente. Isso reafirma que, nessa região, a figura feminina é desvalorizada e marcada pelo domínio masculino das principais áreas e que o papel da mulher é negado na agricultura familiar.

O trabalho da mulher do campo foi invisibilizado e inferiorizado em relação ao do homem. Não raras vezes, ela própria qualificava esse trabalho como “ajuda”. Por isso, eram comuns a negação de direitos e o reconhecimento da mulher camponesa como trabalhadora, mesmo sendo ativa na agricultura e na luta pela terra. Em 2003, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um marco importante que rompeu com a desigualdade de gênero foi a obrigatoriedade à titulação da terra que agora ocorre tanto em nome do homem, como em nome da mulher em situação de casamento ou união estável (SALES, 2007).

Joan Wallach Scott (1990, p. 86) afirma que o conceito de gênero está relacionado à dimensão social e às relações de poder e o apresenta em duas proposições: “(1) o gênero é elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” Isso significa que o sexo e o poder se encontram imbricados nas relações de gênero e nos reportam a uma conjuntura ampla que atravessa várias dimensões da realidade, como, por exemplo, a

história, a cultura, a economia e a política, razão por que devem ser abordados de modo sistêmico, da esfera micro à esfera macrosocial das relações de poder, de modo objetivo e subjetivo no enfrentamento das desigualdades estruturadas com base no tripé gênero, classe e etnia, esferas por meio das quais se organizam as desigualdades e se agudizam os conflitos sociais (SAFFIOTI, 2003).

Em Foucault (1979), tem-se que o poder é exercido como um feixe de relações, cuja função não é somente de reprimir, mas também de produzir com brechas e margens em seu exercício. Além disso, é ação sobre sujeitos individuais e coletivos e ocorre de forma descentralizada, difusa e horizontal. É nesse sentido que se podem considerar as relações de gênero como relações de poder, que são exercidas como uma relação de força, que atravessa todo o corpo social de maneira capilar, circular ou como algo que só funciona em cadeia, em rede. Foucault (1979, p. 148-150) afirma que

[...] uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível mais elementar, quotidiano, não forem modificados.

Compreende-se o conceito de gênero como uma construção histórica e cultural das masculinidades e feminilidades, ou seja, como uma categoria não apenas analítica, mas também política e capaz de mobilizar mulheres em torno de suas demandas. O gênero está presente no cotidiano dos sujeitos nos símbolos, nas normas, nos valores, nas prescrições e nos comportamentos, balizados por relações de poder tecidas antes do nascimento. Além disso, “[...] revela como a dominação masculina está inscrita na palavra, nas coisas e nos objectos, nos espaços, nas estruturas mentais, na forma como percebemos os outros e está inscrita na forma de usar o próprio corpo, base para a subordinação da mulher” (CASIMIRO;

ANDRADE, 2007, p. 3). A invisibilidade das relações de gênero desiguais, hierárquicas e violentas ou sua negação, na esfera de uma cultura patriarcal e androcêntrica, ou seja, com uma estrutura de poder social, organizada historicamente, visando aos interesses masculinos e a partir do seu ponto de vista, tende a exacerbar a violência e contribui para naturalizá-la.

4 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

No Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (1999-2019), existem interfaces muito recorrentes que dialogam com o objeto de estudo “violência de gênero”, ou seja, os temas ligados às lutas da mulher camponesa estão presentes nos movimentos de mulheres, nos sindicatos, nos movimentos sociais do campo e sua relação com gênero e agroecologia. No período de 1999 a 2019, foram identificadas, no Catálogo, 194 produções resultantes de pesquisas acadêmicas *strictu sensu*, com vários temas sobre a mulher do campo, incluindo as pesquisas analisadas neste artigo. Desse quantitativo, 151 são dissertações de Mestrado Acadêmico, três são dissertações de Mestrado Profissional e 40 são teses de Doutorado. Embora esses temas contribuam para o enfrentamento da violência de gênero contra a mulher do campo, não abordam diretamente o objeto em tela, com exceção das 15 produções analisadas neste artigo, como consta no Quadro 01:

Quadro 01 – Divisão dos trabalhos acadêmicos por autor/a e título

AUTOR/A	TÍTULO
MARTA COCCO DA COSTA	Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio
POTIGUARA DE OLIVERIA PAZ	Violência física e homicídios em mulheres rurais: vulnerabilidade de gênero e iniquidades sociais
RAYANE BARTIRA DE ARAÚJO GRILLO	Violência contra a mulher no universo rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo

AUTOR/A	TÍTULO
VITÓRIA DE BARROS SIQUEIRA	Magnitude da violência contra a mulher trabalhadora rural
REJANE ANTONELLO GRIBOSKI	Mulheres trabalhadoras rurais e violência por parceiros íntimos
REJANE ANTÔNIO COSTA DOS SANTOS	Violência contra a mulher: atuação dos profissionais de saúde acerca da notificação compulsória da violência nos territórios do campo, da floresta e das águas
ANDRÉ LUÍS MACHADO BUENO	A geoepidemiologia e o lugar: espaços de sentido para as violências contra mulheres rurais no RS
ALINE GOMES MARTINS	A violência conjugal em contexto de ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais
CLARA MARIZE CARLOS	Cuidados às mulheres em situação de violência em dez territórios prioritários brasileiros
MARIANA DE LIMA CAMPOS	Movimento de mulheres do campo e políticas públicas: uma análise do papel dos movimentos sociais em relação às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres em Minas Gerais
ELIANE LUCAS DA SILVA	Violência e apoio social entre mulheres moradoras de um assentamento rural de Reforma Agrária
BEATRIZ JUNQUEIRA KIPNIS	Mulheres em situação de violência em áreas rurais
MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO	Será o homem a cumeeira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz? Violência contra mulheres rurais na Bahia
ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM TANNUS CHEIM	Mulher e patriarcado: violência de gênero contra a mulher carangola – MG (2006-2018)
KATIÊ PAULA CAUMO	“Mulher da roça apanha do pai, do marido e da sociedade”: um retrato da violência no meio rural

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

A despeito da presença marcante de temas diversos nas produções do Catálogo em tela relacionados à mulher do campo, não foram encontradas teses ou dissertações no Catálogo da CAPES, no período de 1999 a 2011, com tema específico acerca da violência

de gênero contra a mulher do campo. Já no período de 2012 a 2019, foram identificadas 15 produções (seis teses e nove dissertações) sobre a violência contra a mulher do campo, com recorte de gênero, como demonstrado no Quadro 02:

Quadro 02 – Trabalhos distribuídos por autoria, ano (2012- 2019), título, programa e instituição

AUTOR/A	ANO	INSTITUIÇÃO	D/M	PPG	SEXO
MARTA COCCO DA COSTA	2012	UFRGS	D	ENFERMAGEM	F
POTIGUARA DE OLIVEIRA PAZ	2013	UFRGS	M	ENFERMAGEM	F
RAYANE BARTIRA DE A. GRILO	2013	UFRN	M	SERVIÇO SOCIAL	F
VITÓRIA DE BARROS SIQUEIRA	2014	UNIVASF	M	CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS	F
REJANE ANTONELLO GRIBOSKI	2015	UNB	D	ENFERMAGEM	F
REJANE ANTÔNIO COSTA DOS SANTOS	2016	UFMG	M	PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	F
ANDRÉ LUÍS MACHADO BUENO	2017	UFRGS	D	ENFERMAGEM	M
ALINE GOMES MARTINS	2017	UFMG	D	PSICOLOGIA	F
CLARA MARIZE CARLOS	2017	UFMG	M	MEDICINA	F
MARIANA DE LIMA CAMPOS	2017	FJP	M	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	F
ELIANE LUCAS DA SILVA	2018	UFRN	M	PSICOLOGIA	F
BEATRIZ JUNQUEIRA KIPNIS	2018	FGV	M	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	F
MARIA ASENATE CONCEIÇÃO FRANCO	2018	UFBA	D	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS	F

AUTOR/A	ANO	INSTITUIÇÃO	D/M	PPG	SEXO
ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM TANNUS CHEIM	2019	UFES	D	HISTÓRIA	F
KATIÊ PAULA CAUMO	2019	UNOCHAPECÓ	M	CIÊNCIAS DA SAÚDE	F

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Esta pesquisa evidenciou que o referido tema surgiu no Catálogo no ano de 2012, ele é muito recente e permaneceu regular, ou seja, sem variações numéricas significativas. Verificou-se, entretanto, que apareceu de modo constante, uma vez que não houve interrupção de 2012 a 2019. De 2012 a 2016, o tema continuou constante, mas com uma produção escassa – um trabalho por ano – exceto em 2013, quando se encontraram duas dissertações. Essa escassez permaneceu, nos anos de 2017 a 2019, oscilando entre dois e quatro trabalhos.

Além do recorte da pesquisa por temas descritos em sua historicidade, foram levantadas as unidades federativas, que contemplaram produções sobre violência contra a mulher do campo. Quatro produções são do estado de Minas Gerais; três, do Rio Grande do Sul; e duas, do Rio Grande do Norte. Já os estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal e Santa Catarina com um trabalho, cada um. Diante do exposto, infere-se que a região que mais produziu trabalhos sobre o tema em questão foi a Sudeste, com seis produções acadêmicas. Em seguida, vêm as Regiões Sul e Nordeste (cada uma com quatro trabalhos) e a Região Centro-Oeste, com um. Não foram encontradas produções da Região Norte do país.

Do *corpus* documental, resultante da frequência absoluta identificada nos 15 trabalhos que abordaram a violência de gênero, a variável sexo indicou que a produção do Catálogo em tela é, majoritariamente, feminina, pois, das seis teses e das nove dissertações analisadas, 14 foram produzidas por mulheres. Esse dado revelou

que o interesse das mulheres pelo fenômeno da violência de gênero é maior do que o dos homens. Isso significa dizer que elas estão mais sensibilizadas com esse campo de pesquisa, porquanto só foi encontrada uma tese com autoria masculina, portanto, pouco representativa.

As instituições de origem da maioria das produções foram de ensino público federal – sete universidades e três instituições subvencionadas por fundações estaduais. Não se encontrou nenhuma instituição de ensino exclusivamente privada, uma vez que as fundações são caracterizadas como públicas, mas de direito privado. Os dados demonstraram que a produção acadêmica sobre mulher do campo e gênero concentra-se, principalmente, nas instituições públicas federais.

No Quadro 02, pode-se observar que existem 13 Programas de Pós-Graduação¹⁸. Com relação às áreas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação, infere-se que a maior incidência é na área das Ciências de Saúde, com oito trabalhos. Já na área de Ciências

18 Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com três produções. Já cada programa discriminado, a seguir, produziu um trabalho: o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (dissertação), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (dissertação - UFRN), o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (tese), da Universidade de Brasília (UNB); o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e Biológicas (dissertação), da Universidade do Vale do São Francisco (UNIVASF); o Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência (dissertação), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Programa de Pós-Graduação em Psicologia (tese-UFGM), da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) (dissertação); o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (tese), da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Medicina (dissertação-UFGM); o Programa de Mestrado em Administração Pública (dissertação), da Fundação João Pinheiro (FJP); o Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (tese), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Saúde (dissertação), da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Humanas, só foram produzidos quatro trabalhos. Foram identificadas seis teses e nove dissertações. Essa produção se concentrou mais em Cursos de Mestrado do que de Doutorado.

Provavelmente, as lutas das mulheres do campo e, especialmente, a implementação das políticas públicas favoráveis às mulheres contribuíram para despertar o interesse de pesquisadores/as sobre a violência de gênero no campo, haja vista que a maioria das teses e das dissertações são atravessadas pela discussão acerca da violência de gênero e pelas políticas públicas de enfrentamento da violência de gênero no campo. Talvez essas variáveis tenham impactado também a criação de novos programas de pós-graduação no país, como o Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criado em agosto de 2011, assim como o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 2006.

Os programas de pós-graduação têm contribuído para desvelar o fenômeno da violência no campo, não somente quando as teses e as dissertações a eles vinculadas trazem o fenômeno da violência de gênero, mas ao abordarem o tema das políticas públicas de enfrentamento à violência, trazendo problemáticas, confluências e proposições.

De modo geral, identificaram-se nos resultados e nas considerações das pesquisas, obstáculos ocasionados pela escassez de recursos, o realce à atuação dos profissionais de saúde na identificação e na notificação dos casos de violência, fragilidades no sistema de assistência à mulher camponesa, escassez de equipamentos de atenção à saúde da mulher, necessidade de formação profissional, difícil acesso aos programas e às redes de apoio, devido à territorialidade campesina, e a necessidade de ampliar a discussão sobre violência de gênero no campo.

Sabe-se que, para enfrentar a violência de gênero, a mulher costuma buscar, primeiramente, o serviço de saúde. Talvez essa variável,

dentre outras já mencionadas neste artigo, tenha contribuído para sensibilizar as/os profissionais que atuam na área da Saúde para investigarem a violência contra a mulher do campo. Cabe frisar, também, que a violência de gênero deve ser abordada por uma equipe multidisciplinar. A pesquisa também demonstrou que existem diversas áreas do conhecimento cujos trabalhos focalizam a violência de gênero. Por isso, consideram-se os programas *Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo* (Doutorado) e *Promoção da Saúde e Prevenção da Violência* (Mestrado) importantes balizas nessa direção. Pode-se, pois, afirmar que esses Programas de Pós-Graduação contribuem para despertar mais interesse pelo tema na Academia.

Embora os trabalhos que abordam a violência de gênero contra a mulher do campo sejam escassos, trazem um leque de possibilidades em seus temas, em seus objetivos e em suas problemáticas. Desse modo, alinham-se aqui as 15 produções que ora se voltam para a violência de gênero, ora se atêm às políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no campo. Não é demais dizer que, no período investigado, as teses e as dissertações abordadas ocupam um lugar de destaque na produção acadêmica do Catálogo da CAPES, porquanto suas autoras e autor ousaram, ao tratar de um tema que é considerado tabu em algumas comunidades e academias. Aqui o/a leitor/a encontrará autorias, objetivos, problemáticas e confluências apresentadas nas teses e nas dissertações coletadas.

Marta Cocco da Costa (2012), na tese intitulada *Violência contra Mulheres Rurais, Agendas Públicas e Municipais e Práticas Profissionais de Saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio*, investigou o fenômeno da violência de gênero sob a ótica de gestores municipais, profissionais e trabalhadores da saúde na metade-sul do Rio Grande do Sul. Seu objetivo foi de “[...] analisar a situação da violência contra as mulheres rurais explorando, inicialmente, os registros de morbidade dos bancos de dados oficiais e locais de saúde e segurança da área em estudo” (COSTA, 2012, p. 21). Destacam-se da tese a fragilidade da gestão das políticas públicas

municipais e dos recursos para o enfrentamento da violência de gênero e a falta de agendas locais, que considerem a especificidade das mulheres do campo. A violência em tela é agravada, segundo a autora, pelas desigualdades de gênero e a naturalização das formas de dominação sob a ótica do patriarcado. Essas nuances, quando combinadas com as fragilidades da política pública, dificultam ainda mais o rompimento do ciclo da violência. Por essa razão, devem-se, com urgência, efetivar boas práticas para que a política pública seja cumprida e a saúde da mulher do campo garantida, uma vez que se deve assegurar a “[...] integridade do cuidado na atenção às mulheres rurais vítimas de violência, principalmente, buscando a concretização da saúde como direito de cidadania” (COSTA, 2012, p. 263).

Em sua dissertação, *Violência Física e Homicídios em Mulheres Rurais: vulnerabilidade de gênero e iniquidades sociais*, Potiguara de Oliveira Paz (2013) intencionou “[...] descrever e analisar o perfil epidemiológico e sociodemográfico dos crimes de lesão corporal e homicídio praticados contra as mulheres rurais e reconstruir as histórias e as circunstâncias das mortes na perspectiva das vulnerabilidades de gênero” (PAZ, 2013, p. 6). A pesquisa foi realizada em municípios da metade-sul do Rio Grande do Sul, no período de 2006 a 2010. Paz (2013) chama a atenção para alguns entraves na efetivação das políticas públicas, como a dificuldade que as mulheres do campo enfrentam para acessar os programas e as redes de apoio à mulher, devido a questões geográficas, visto que muitas têm seu direito de assistência negado justamente pela falta de redes de apoio e de articulação com os profissionais de saúde para o enfrentamento da violência, assim como a escassez e a consequente desigualdade de acesso aos serviços estatais. Paz (2013, p. 96) destaca que é necessário “[...] investir em mais estudos sobre violência contra a mulher rural e sobre os espaços de apoio e articulação com gestores municipais, profissionais de saúde, segurança pública e outros, com enfoque em ações específicas que contemplem as necessidades e as especificidades locais.”

A dissertação *Violência contra a Mulher no Universo Rural: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo*, de Rayane Bartira de Araújo Grilo (2013), analisou “[...] a violência contra a mulher, sob o prisma das categorias gênero e patriarcado e suas implicações no cotidiano da vida das mulheres moradoras de Assentamentos Rurais, em conexão com os imperativos da sociedade capitalista [...]” (GRILO, 2013, s/p) em Mulunguzinho (Mossoró) e no de Eldorado dos Carajás (Macaíba), ambos situados no Rio Grande do Norte. A pesquisadora enfatiza que a política pública de enfrentamento à violência de gênero no campo é incipiente quanto aos mecanismos de proteção às mulheres, uma vez que seus equipamentos não são observados amplamente. Outro fator que contribui para que a violência seja perpetuada é o fato de que “[...] a violência contra a mulher ora é identificada pelas entrevistadas, ora se expressa de forma velada, escamoteando seu caráter violento e prejudicando sua identificação” (GRILO, 2013, s/p). A pesquisadora acrescenta que a maioria das mulheres acha que a violência só se configura quando provoca dor física, porém existem casos de violência psicológica e sexual cujo principal agressor é o cônjuge.

Vitória de Barros Siqueira (2014) contribuiu com o rol de produções acadêmicas sobre a violência contra a mulher trabalhadora do campo, ao elaborar a dissertação intitulada *Magnitude da Violência contra a Mulher Trabalhadora Rural*, em que objetivou “[...] avaliar o perfil da violência de gênero perpetrada contra trabalhadoras rurais no município de Petrolina, abordando situações de violência física, psicológica, sexual, assédio moral, assédio sexual e discriminação no trabalho” (SIQUEIRA, 2014, p. 29). A pesquisadora considerou que, nessa região do campo, a violência chega a um alto índice de casos e observou que o primeiro contato que as mulheres têm com o fenômeno é, geralmente, na infância. Assim, “[...] a violência sexual aparece estatisticamente relacionada à situação conjugal das mulheres trabalhadoras rurais, [por isso] ter relações não formalizadas parece estar associado ao maior risco de atos violentos de cunho sexual” (SIQUEIRA, 2014, p. 73). Segundo

a autora, tanto as meninas quanto as suas mães, por crescerem presenciando a violência, acabam por naturalizá-la e provocando um risco maior de vitimização (SIQUEIRA, 2014). Para as mulheres, a prática da violência está associada mais à violência física, porém a pesquisadora também constatou a existência da violência psicológica e sexual no local da pesquisa.

Na tese *Mulheres Trabalhadoras Rurais e Violência por Parceiros Íntimos*, Rejane Antonello Griboski (2015) preocupou-se em “analisar os discursos atribuídos aos significados das violências contra mulheres e violências por parceiros íntimos por parte das lideranças femininas rurais” (GRIBOSKI, 2015, p. 29). A pesquisadora evidenciou as condições sociodemográficas e a frequência com que acontece esse tipo de violência. Ela ressaltou “[...] a magnitude do problema, onde persistem as desigualdades de gênero nas relações íntimo-afetivas e/ou familiares em que o uso da força física, seja por opressão ou subserviência, expõe as mulheres trabalhadoras rurais a constantes situações de vulnerabilidade” (GRIBOSKI, 2015, p. 114). Outra variável que contribui para perpetuar e até não se notificarem os casos de violência é a “[...] ausência ou inadequação de serviços de atendimento, como delegacias ou hospitais, e de profissionais que estejam capacitados para o atendimento à mulher vítima de violências [...]” (GRIBOSKI, 2015, p. 114). Isso agrava ainda mais os casos de violência no campo.

A dissertação¹⁹ *Violência contra a Mulher: atuação dos profissionais de Saúde acerca da Notificação Compulsória da Violência nos Territórios do Campo, Floresta e das Águas*, de Rejane Antônio da Costa Santos (2016), analisou “[...] a atuação dos profissionais de saúde, diante da notificação compulsória nos territórios do campo, da floresta e das águas” (SANTOS, 2016, s/p). Segundo a autora, os profissionais demonstraram que têm dificuldade de notificar

19 A dissertação não foi disponibilizada em nenhuma das bases de dados consultadas. Por isso não foi possível consultar o trabalho na íntegra. Sendo assim, não há como indicar o local do trabalho.

porque não conhecem a ficha de notificação compulsória ou por ela não existir na unidade de saúde e por falta de capacitação da equipe. Esses fatores contribuem para que haja a subnotificação dos casos de violência. No entanto, a autora afirma que “[...] observou uma associação favorável entre a oferta de capacitação e o ato de notificar, bem como a garantia de recursos necessários para as ações de combate à violência” (SANTOS, 2016, s/p).

Em *A Geoepidemiologia e o lugar: espaços de sentido para as violências contra mulheres rurais no RS*, André Luís Machado Bueno (2017) traçou e analisou “[...] o perfil sociodemográfico e geoepidemiológico das violências contra mulheres rurais em municípios de pequeno e médio portes da metade sul do RS para o período de 2010 a 2013, considerando espaço e lugar” (BUENO, 2017, p. 44). Em seu estudo, o autor constatou que a violência física e a sexual são as mais recorrentes e, por meio das análises cartográficas, constatou que as “[...] variáveis relacionadas à renda, ao analfabetismo e às atividades típicas do rural atuam como agentes vulnerabilizantes para violências [...]” (BUENO, 2017, p. 122). Além disso, devido às longas distâncias, as mulheres têm dificuldade de denunciar os agressores. Para ele, as políticas públicas de assistência, como emprego, educação e renda, poderiam contribuir para o enfrentamento da violência de gênero.

A tese de Aline Gomes Martins (2017), *A violência conjugal no contexto das ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais - MG*, visou “[...] mostrar como a violência é configurada pelas vítimas e como as relações de gênero podem desencadear o uso dessa violência nos lares rurais” (MARTINS, 2017, p. 9). A violência psicológica é seguida da física, o uso do álcool e o ciúme apareceram como fatores associados à violência. Portanto, as mulheres acabam por naturalizar a violência sofrida, embora a compreendam como “[...] o extremo do prejuízo, relacionando-a à possibilidade de morte e ao dano físico” (MARTINS, 2017, p. 128). Sob o ponto de vista da autora, as mulheres desenvolvem estratégias de sobrevivência ao enfrentar

a violência cotidianamente. Quando violentadas, procuram as mães, porém os familiares se sensibilizam com a violência sofrida, acolhem a vítima, mas não costumam denunciar o agressor. Outrossim, “[...] nenhuma mulher entrevistada realizou a denúncia logo após a primeira agressão, foram necessários sucessivos episódios até que as denúncias fossem feitas” (MARTINS, 2017, p. 130). Isso denota que o silenciamento contribui para perpetuar a violência, que passa a ser um acontecimento natural.

Em sua dissertação *Cuidados às Mulheres em Situação de Violência em Dez Territórios Prioritários Brasileiros*, Clara Marize Carlos (2017) objetivou analisar “[...] os cuidados prestados às mulheres em situação de violência pelos profissionais da rede de atendimento local, em dez territórios prioritários brasileiros, a fim de buscar elementos que pudessem contribuir para a construção e a consolidação do cuidado interdisciplinar e integral voltado para a mulher [...]”²⁰ (CARLOS, 2017, p. 9). Carlos (2017, p. 84) assevera que “[...] esse espaço é propício para aspectos que exacerbam os desafios, por constituírem territórios permeados por iniquidades sociais, culturais e econômicas, fatores que aprofundam as desigualdades de gênero”. Para a pesquisadora, destacam-se os seguintes problemas: grande escassez de equipamentos de atenção à mulher e despreparo de alguns profissionais, iniquidades sociais, culturais e econômicas e falta de articulação entre os serviços e os profissionais.

A dissertação de Mariana de Lima Campos (2017), *Movimentos de mulheres do campo e políticas públicas: uma análise do papel dos movimentos sociais em relação às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres em Minas Gerais*, objetivou “[...] compreender como [a atuação dos movimentos de mulheres]

20 Os locais em que o estudo foi realizado foram os dez territórios considerados prioritários pela Secretaria de Políticas para Mulheres: os municípios de São Mateus – ES; Posse – GO; São Lourenço do Sul – RS; Quixadá – CE; Cruzeiro do Sul – AC; Santana dos Matos – RN; Augustinópolis – TO; Igarapé Mirim – PA; Irecê – BA; e Registro – SP.

incide nos processos de formulação das políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres do campo e sua relação com o desenvolvimento dessas iniciativas em nível subnacional” (CAMPOS, 2017, p. 5). Para a autora, o desempenho das unidades móveis, uma das únicas ações públicas de Minas Gerais para o combate da violência, é pouco eficaz, porquanto não existe uma equipe própria para conduzir as ações, os recursos para mantê-las e abastecê-las são limitados, e os profissionais precisam de capacitação (CAMPOS, 2017). A autora constatou que a invisibilidade da violência dificulta seu enfrentamento. Campos (2017) destaca a importância dos movimentos e das mobilizações sociais como expressão de uma trajetória de avanços e conquistas das políticas, assim como a auto-organização das mulheres no enfrentamento das violações de direitos existentes no âmbito rural.

A dissertação de Eliane Lucas da Silva (2018), *Violência e Apoio Social entre Mulheres Moradoras de um Assentamento Rural de Reforma Agrária*, teve como objetivo “[...] investigar a relação entre violência contra a mulher e o apoio social entre moradoras de um assentamento de reforma agrária, considerando o atravessamento da dimensão de gênero” (SILVA, 2018, p. 10). Analisou como as mulheres de assentamentos rurais de reforma agrária lidam com as condições de vida e de trabalho e se recebem ou não apoio social das políticas públicas. Silva (2018) afirma que a violência de gênero está associada às desigualdades nas relações de gênero, à invisibilidade do trabalho feminino, à naturalização da violência e ao entendimento do próprio fenômeno, visto que muitas mulheres só enxergam a violência no maior grau, que é a agressão física. Outras problemáticas aparecem na dissertação, como o incentivo à formação de profissionais da Atenção Primária e a importância de fortalecer os laços sociais, nas relações de vizinhança, para auxiliar mulheres em situação de violência.

A dissertação de Beatriz Junqueira Kipnis (2018), *Mulheres em Situação de Violência em Áreas Rurais*, intencionou “[...] compreender quais são os diferentes fatores associados à dificuldade de

mulheres rurais saírem de situações de violência” (KIPNIS, 2018, p. 56). O estudo conseguiu detectar que o isolamento geográfico, os indicadores socioeconômicos e a fragilidade dos sistemas de assistência têm contribuído para perpetuar a violência contra as mulheres do campo, que a autora analisa partindo de três dimensões: o isolamento geográfico, que dificulta o acesso aos serviços; a concepção do casamento como uma instituição inviolável, que dificulta romper com o ciclo da violência; e as relações comunitárias, que favorecem a ocultação da violência, o que resulta na naturalização desse tipo de fenômeno. Sobre a primeira dimensão, a autora afirma que a violência se dá através dos impasses sociais e geográficos que “[...] dificultariam o acesso a serviços de atendimento, apoio e proteção, e o social, no qual os laços sociais são construídos a partir do casamento” (KIPNIS, 2018, p. 177). Sobre a segunda, ela diz que o patriarcalismo se mostra cada vez mais dominante e ressalta das entrevistas: “[...] o casamento é um status social muito relevante, que caracteriza as mulheres e que as qualifica na comunidade.” (KIPNIS, 2018, p. 181). Em relação à terceira, o estudo revelou que “[...] o interconhecimento entre as pessoas nas comunidades pode levar as mulheres a esconderem situações de violência por receio de serem julgadas por pessoas da comunidade.” (KIPNIS, 2018, p. 181).

A tese *Será o Homem a Cumeeira da Casa? Ou Sou Dona do Meu Próprio Nariz? Violência contra Mulheres Rurais na Bahia*, de Maria Asenate Franco (2018), objetivou “[...] analisar e interpretar as percepções sobre violência de gênero em contextos rurais das cidades de Governador Mangabeira-BA e Muritiba-BA a partir das histórias de vida contadas por MTR [Mulheres Trabalhadoras Rurais] que foram ou são submetidas à violência em suas multifases.” (FRANCO, 2018, p. 26).

A pesquisadora identificou fatores como o silenciamento e a naturalização da violência entrecruzados com a religiosidade e a conjugalidade. Ou seja, mencionou a religiosidade e as conjugalidades como fatores que reproduzem a violência. Segundo Franco

(2018), a maioria das mulheres entrevistadas adotam como dogma a fé cristã. Muitas se apoiam na religião, a fim de que seus companheiros mudem a postura e não pratiquem novos atos violentos, mas, em contrapartida, a fé se torna o motivo pelo qual muitas delas continuam em situação de violência, seguindo o dogma de que “[...] o que Deus uniu, o homem não separa” (FRANCO, 2018, p. 100), o que significa, segundo a autora, “[...] aguentar as violências contra si em nome do matrimônio” (FRANCO, 2018, p. 100). Nesse entrecruzamento, as conjugalidades se apresentam trajadas de agressões verbais, físicas, psicológicas e patrimoniais, perpetradas por seus companheiros. Além disso, a violência presente nas conjugalidades abre espaço para a dominação dos corpos das mulheres, cujo discurso machista tenta justificar a prática de sucessivas relações extraconjugais, corriqueiramente acompanhadas pelo abandono do lar. Esses fatores contribuem para que as mulheres silenciem os atos de violência que vivenciam cotidianamente, o que resulta na naturalização do fenômeno.

Outros problemas apontaram para o entrecruzamento entre violência, gênero, geração, classe e etnia, como, por exemplo, as

[...] violências intergeracionais, o cruzamento de eixos de subordinação – ser mulher; ser negra; trabalhadora rural [classe], a violência doméstica e ‘familiar’ e seu reflexo nas crianças; a violência de gênero contra mulheres ‘velhas’; ‘as mulheres da rua’ [relação extraconjugal] – ‘as negas dele’. (FRANCO, 2018, p. 9, grifos da autora).

Muitas mulheres conseguem se libertar de relações abusivas e se tornam mantenedoras do lar, porém as que continuam em união com o agressor, tratam seu trabalho como ajuda e enxergam o homem como o provedor do lar (FRANCO, 2018). A tese em tela destaca-se das demais, por estabelecer uma interface entre a

violência de gênero e os marcadores sociais da diferença – classe, geração e relações étnico-raciais.

Em sua tese, *Mulheres e Patriarcado: Violência de Gênero contra a Mulher em Carangola – MG*, Érika Amorim Tannus Cheim (2019) visou “[...] analisar de que forma o patriarcado influencia o comportamento de homens e mulheres e de que maneira o tipo de sociabilidade local determina o silenciamento dos casos de violência conjugal e doméstica na cidade de Carangola [...]” (CHEIM, 2019, p. 9)²¹. Para Cheim (2019, p. 177), “[...] a violência consiste em uma força estruturadora das relações de gênero (...), exercida preferencialmente sobre as mulheres”. As entrevistas apontaram para a existência de violência física, moral, psicológica, patrimonial e sexual. Cheim (2019) entende que as relações de poder reforçam a dominação simbólica, sob a ótica do patriarcado, e o silenciamento reforça os discursos normativos, acirrando assimetrias de poder, enquanto os traços agrários fortalecem a naturalização de papéis sociais pela divisão sexual do trabalho. Ademais, a falta de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) favorece a hipótese do elevado índice de violência.

Katiê Paula Caumo (2019), na dissertação *Mulher da roça apanha do pai, do marido e da sociedade: um retrato da violência no meio rural*, analisa a violência contra a mulher considerando a perspectiva da desigualdade de gênero. O objetivo de sua pesquisa foi de “[...] compreender o cenário da violência contra a mulher rural no Distrito Marechal Bormann, em Chapecó - SC.” (CAUMO, 2019, p. 23). A autora verificou como os profissionais de saúde identificam casos de violência contra mulheres do campo e lidam com eles. Ademais, enfatiza que “[...] a articulação da dimensão de gênero, especialmente com a violência simbólica, permitiu compreender os fenômenos do espaço rural, com base em uma demarcação de poder e de opressão que são marcados e

21 A pesquisa foi desenvolvida na Zona da Mata do estado de Minas Gerais, que, segundo a autora, tem “aspectos próprios de lugares do interior”.

naturalizados na intersubjetividade dessas mulheres” (CAUMO, 2019, p. 95). Um dos problemas identificados pela autora foi a exposição dos profissionais de saúde, de modo direto ou indireto, à violência, o que dificulta o atendimento e faz com que as mulheres rurais em situação de violência tenham de criar os próprios caminhos de cuidado (CAUMO, 2019). Esse é um dado relevante que mostra os efeitos danosos que a violência de gênero provoca nos profissionais que prestam o serviço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa resultou em um estudo exploratório e descritivo, baseado na análise de conteúdo, que apontou para uma possível continuidade na investigação. Os objetivos propostos foram atingidos com a identificação das produções acadêmicas, cujos dados foram tabulados, descritos e analisados, considerando o marco teórico e metodológico que embasou a pesquisa.

Os estudos exploratórios indicaram alguns aspectos que contribuem para perpetuar a violência de gênero no campo, como, por exemplo, o predomínio de uma cultura patriarcal, machista e racista, ancorada em concepções arcaicas justificadoras de hierarquias de gênero, que, não raras vezes, resultam em violência de gênero; a existência de um projeto de sociedade ancorado no capitalismo, que, no campo, expressa-se na disputa travada entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa; a naturalização da violência de gênero; a dificuldade de acesso às políticas públicas de atendimento e atenção às mulheres do campo em situação de violência, devido ao impasse de sua territorialidade e à necessidade de ampliar as discussões acerca da violência de gênero no campo.

No período analisado, de 1999 a 2011, constatou-se que faltam produções sobre violência de gênero, o que resulta em um silenciamento nas produções do Catálogo analisado sobre o objeto de estudo desta pesquisa. Assim, só foram encontradas produções específicas relativas ao período de 2012 a 2019, quando o tema

“violência de gênero”, relacionado ao descritor “mulher do campo”, emergiu de forma recente e escassa, mas com certa regularidade, ou seja, sem grandes variações numéricas. Embora a violência de gênero contra a mulher do campo tenha se apresentado no Catálogo analisado numericamente pouco expressiva, os trabalhos demonstraram uma preocupação crescente com a violência praticada contra a mulher do campo e com as políticas públicas para enfrentá-la, desdobrando-se em problemáticas, confluências e proposituras que merecem ser aprofundadas.

Convém enfatizar que, embora os movimentos de mulheres camponesas, os movimentos sociais do campo e as recentes políticas públicas contribuam para promover o enfrentamento à violência de gênero no campo, é necessário transpor a cultura do silêncio, a subnotificação das denúncias e a escassez de dados específicos sobre esse assunto.

REFERÊNCIAS

ÁLVARO, Mirla Cisne. Feminismo e liberdade no campo: a importância do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) para a formação da consciência feminista. *In*: HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (org.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**: Prêmio Margarida Alves. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p. 111-130.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). **Mulheres do Campo e da Floresta**: diretrizes e ações nacionais. Brasília: Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para -mulheres/](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/)

arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/campo-e-floresta.
Acesso em: 3 nov. 2023.

BUENO, André Luiz Machado. **A geoepidemiologia e o lugar:** espaços de sentido para as violências contra mulheres rurais no RS. 2017. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Escolas do campo e agroecologia:** uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. Porto Alegre, 2016. Mimeografado.

CAMPOS, Mariana de Lima. **Movimento de mulheres do campo e políticas públicas:** uma análise do papel dos movimentos sociais em relação às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres em Minas Gerais. 2017. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro: Escola de Governo Professor Paulo Neves Carvalho, Belo Horizonte, 2017.

CARDOSO, Elizabeth. Vida calejada das mulheres do campo. [Entrevista cedida a] Raquel Torres. **Outra saúde**, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasaude/se-nao-reconhece-o-papel-e-o-trabalho-das-mulheres-entao-nao-e-agroecologia/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARLOS, Carla Marize. **Cuidados às mulheres em situação de violência em dez territórios prioritários brasileiros.** 2017. Dissertação (Mestrado em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CASIMIRO, Isabel Maria; ANDRADE, Ximena. **A identidade do feminismo crítico em Moçambique:** situando a nossa experiência como mulheres, acadêmicas e ativistas. Maputo: CEA/ UEM, 2007.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Ministério da Educação. **Catálogo de teses e dissertações**. Versão: 0.0.41. Brasília: CAPES, 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAUMO, Katiê Paula. “**Mulher da roça apanha do pai, do marido e da sociedade**”: um retrato da violência no meio rural. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2019.

COSTA, Marta Cocco da. **Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde**: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio. 2012. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus. **Mulher e patriarcado**: violência de gênero contra a mulher Carangola – MG (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

CORDEIRO, Rosineide L. M. de.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões norte e nordeste do Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 419-423, maio/ago. 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil. *In*: SANTOS, Clarisse Aparecida dos (org.). **Por uma educação do campo**: campo, políticas públicas, educação. Brasília: Inbra, MDA, 2008. p. 39-66.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. **Será o homem a cumeceira da casa? Ou sou dona do meu próprio nariz?** Violência contra mulheres rurais na Bahia. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIBOSKI, Rejane Antonello. **Mulheres trabalhadoras rurais e violência por parceiros íntimos**. 2015. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015.

GRILO, Rayane Bartira Araújo de. **Violência contra a mulher no universo rural**: implicações e particularidades da relação entre patriarcado e capitalismo. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

HELDER, Raimundo. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

KIPNIS, Beatriz Junqueira. **Mulheres em situação de violência em áreas rurais**, 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Lara Danuza. Pesquisa documental na pesquisa

qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n.14, p. 243-247, jun./dez. 2015.

MARTINS, Aline Gomes. **A violência conjugal em contexto de ruralidades**: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais - MG. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

NORBACK, Altair; CINELLI, Catiane; RODRIGUES, Inês Soares. Questões de gênero em espaços educativos dos movimentos sociais do campo. *In*: MACHADO, Carmen Lúcia Bezerra; CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares; PALUDO, Conceição. (org.). **Teoria e prática da educação do campo**. Brasília: MDA, 2008. p.174-188.

PALUDO, Conceição; DARON, Vanderleia Laodete. Movimento de Mulheres Camponesas. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 483-488.

PAZ, Potiguara de Oliveira. **Violência física e homicídios em mulheres rurais**: vulnerabilidade de gênero e iniquidades sociais. 2013. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RODRIGUES, Inês Soares. **Qual o lugar da mulher no MST?** As relações de gênero no acampamento Unidos Venceremos. 2006. Monografia (Curso de Pedagogia) – UERGS/ITERRA, Rio Grande do Sul, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Conceituando o gênero. *In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Gênero e educação: caderno de apoio para a educadora e o educador.* São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura de São Paulo, jun. 2003. p. 53-60.

SANTOS, Rejane Antônia Costa de. **Violência contra a mulher: atuação dos profissionais de saúde acerca da notificação compulsória da violência nos territórios do campo, da floresta e das águas.** 2016. Dissertação (Mestrado em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SALES, Celecina Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>.

SCOTT, Joan Lawrence. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22. jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/issue/view/3059/325>. Acesso em: 31 out. 2023.

SERRANO, Júlia Scaglioni. Mulheres da Borborema: Construindo a igualdade de gênero e a agroecologia. *In: HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo (org.). Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves.* 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015. p.45-64.

SILVA, Eliane Lucas da. **Violência e apoio social entre mulheres moradoras de um assentamento rural de Reforma Agrária.** 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SILVA, Maria Cláudia Ferreira da. **Marcha das Margaridas**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SIQUEIRA, Vitória de Barros. **Magnitude da violência contra a mulher trabalhadora rural**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde e Biológicas) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde e Biológicas, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, 2014.



HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES DO TRÁFICO: VÍTIMAS OU PROTAGONISTAS?

*Marina Torres Costa Lima
Thelma Maria Grisi Veloso*

Introdução

No Brasil, a quantidade de crimes praticados por mulheres parece irrisória quando comparada com os cometidos por homens. Todavia, a criminalidade feminina tem experimentado expressivo crescimento nos últimos anos, notadamente no que se refere ao delito de tráfico de drogas (BRASIL, 2020), e os estereótipos de gênero não são refletidos quando se trata da relação entre mulher e criminalidade. Em realidade, há uma pretensa vitimização em potencial da mulher, inclusive da mulher delinquente, apoiada nos discursos essencialistas sobre o gênero (SILVA, 2012).

Há uma reiteração de um discurso dominante, por vezes maniqueísta, acerca da mulher do tráfico, porque, para além de mostrar como as construções de gênero produzem esse cenário de envolvimento cada vez maior da mulher com a criminalidade, continua reforçando as premissas do sistema de gênero binário e dicotômico construído culturalmente.

O que se observa em pesquisas com esse objeto (MOREIRA, 2012; MOURA, 2005; SOARES; ILGENFRITZ, 2002; CÉSAR, 1995) e do senso comum é uma naturalização da ideia de que a mulher normalmente não comete crimes, senão quando

sob coação ou influência de outrem – do sexo masculino, o “sexo criminoso”. A ‘tese do amor bandido’ supõe a existência de uma essência feminina menos delitativa, e o crime de tráfico de drogas é um dos mais ladeados desse argumento, inclusive por ser delito preponderante dentre os cometidos por mulheres. Segundo essa tese, as mulheres ingressam na criminalidade motivadas pelo amor que sentem por seus maridos/companheiros, já envolvidos com o crime (PIMENTEL, 2008; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2005).

É possível que muitas mulheres infrinjam as normas de gênero, saiam do campo doméstico, do cuidado, da passividade e ingressem numa realidade transgressora devido as relações afetivas que as induzem a trilhar esse caminho. Todavia, o amor bandido certamente não é a única explicação para o envolvimento de mulheres com o crime e foi partindo deste pressuposto que a pesquisa que redundou neste texto foi pensada.

Barcinski (2012), por exemplo, focou seus estudos na questão do *status* e do poder. Para a autora, o ingresso no tráfico de drogas pode ser uma chance de visibilidade social para mulheres naquele determinado contexto, justamente por ocuparem um lugar reservado aos homens, conforme os discursos dominantes. Outra tese tem centralidade no elemento econômico, já que explica que as limitações para reproduzir a vida material também aparecem como motivação coerente para a entrada da mulher na criminalidade. Para muitas mulheres, a necessidade material de prover suas famílias figura como um motivo para que se envolvam com o crime de tráfico, considerando que a atividade proporciona uma renda muito maior do que possuíam, inclusive pelo pouco acesso ao mercado de trabalho formal (MOREIRA, 2012; MOURA, 2005; SOARES; ILGENFRITZ, 2002; CÉSAR, 1995).

Pereira (2008) argumenta que o tráfico é uma porta de entrada para a sociedade de consumo e reúne as aspirações das jovens para se inserirem no seio social. Já Soares e Ilgenfritz (2002) defenderam a tese de que o envolvimento da mulher com o crime se explica a

partir de experiências de violência, considerando que a maioria das mulheres chega às prisões com uma história prévia de maus-tratos e/ou abuso de drogas, próprio ou de familiares.

Com base na existência dessas outras compreensões sobre o envolvimento das mulheres com o crime, primordialmente com o tráfico de drogas, procuramos refletir sobre a possibilidade de elas não serem vítimas de ninguém, mas de terem atuado com certo protagonismo nesse novo cenário. Assim, surgiu o interesse em compreender o posicionamento de mulheres que cumprem pena por tráfico sobre seu envolvimento com o crime. Para isso, definimos como objetivo geral da pesquisa realizada investigar a construção da identidade de gênero dessas mulheres a partir de suas histórias de vida.

Na referida pesquisa, recorremos a teóricos que trabalham com uma perspectiva da identidade em movimento e, em muitas circunstâncias, substituem esse conceito pelo de posicionamento, por entendê-lo como mais fluido e contextual. Com efeito, nas leituras de Hall (2011; 2005), Butler (2015; 2000) e Scott (1990), nota-se um rompimento com a ideia tradicional de sujeito centrado e coerente, na perspectiva de uma construção histórica e discursiva. Essas abordagens se propõem a desestabilizar as “verdades”, a desnaturalizá-las e a desessencializar posições identitárias consideradas como inatas – como é o caso de uma “essência feminina mais frágil”.

Adotamos a perspectiva de Butler (2015, p. 69), para quem o gênero é uma construção discursiva e uma “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Para a referida autora, a identidade de gênero não é pré-discursiva. Ela coloca em discussão os binarismos, inclusive e, principalmente, a dicotomia sexo/natureza e gênero/cultura. Butler (2015) não ignora a materialidade dos corpos, porém defende que eles só são percebidos nos enunciados que os circundam, numa relação de

simultaneidade, produzindo significados e sendo produzidos por eles.

Assim, o conceito de identidade de gênero assumido neste trabalho é o de uma construção discursiva consistente na reiteração de atos ao longo do tempo, norteados pelos discursos hegemônicos que ditam normas para o universo masculino e o feminino em sociedade (BUTLER, 2015). Aqui, trabalha-se com a perspectiva de que o gênero constrói significados, organiza as relações sociais e constitui as identidades dos sujeitos (SCOTT, 1990).

Utilizamos essa perspectiva por compreender que o discurso normalmente utilizado para justificar a participação de mulheres no tráfico segue a lógica hegemônica e heteronormativa, que busca a inteligibilidade do gênero, com a coerência entre sexo, gênero e desejo e pressupondo o estabelecimento de relações binárias, oposicionais e hierárquicas, e que as reiteradas práticas discursivas que buscam naturalizar essas identidades apresentam fissuras e ressignificações que podem ser vistas na própria construção da identidade da mulher do tráfico.

Percurso metodológico

A pesquisa que deu origem a este trabalho foi realizada na Penitenciária Regional Feminina de Campina Grande-PB, com mulheres que já haviam sido condenadas por sentença transitada em julgado ou que respondiam pelo crime de tráfico de drogas e cumpriam pena ou aguardavam sentença nessa unidade prisional.

Para realizar a pesquisa, utilizamos a metodologia qualitativa da história oral. Trabalhar com a história oral implica trabalhar com as memórias dos sujeitos, categoria em movimento, complexa, dinâmica e seletiva, que nos possibilita refletir sobre os sentidos atribuídos à vida e os posicionamentos assumidos pelos entrevistados (PORTELLI, 1997).

Como técnica de coleta de dados, utilizamos a narrativa da história oral de vida justamente pela possibilidade de conhecer

as experiências dessas mulheres e os significados a elas atribuídos no decorrer de sua história, até o ingresso no “mundo do crime”. A história oral de vida possibilita adentrar a trajetória das pessoas e compreender a dinâmica das relações que estabeleceram ao longo da vida, sob a ótica e a voz de quem vivenciou os fatos e os eventos. Por isso, o que interessa é o ponto de vista do narrador, a forma como ele interpreta e relata o que importa para si (LANG; CAMPOS; DEMARTINI, 2010).

A opção pelas narrativas de história de vida assegurou a fluência nas falas das mulheres e os sentidos atribuídos às suas experiências, numa pesquisa eminentemente qualitativa. Trabalhar com a oralidade das mulheres do tráfico foi uma forma de compreender sua versão e sua subjetividade.

A aproximação com as entrevistadas se deu com a participação da pesquisadora nas atividades desenvolvidas pelo Campus Avançado do Serrotão da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) assistindo às aulas do ProEnem (Curso Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio) com elas. Depois de mais de um mês participando das aulas, elas foram convidadas para conceder a entrevista, e todas aceitaram participar da pesquisa. Foram entrevistadas oito mulheres com idades entre 19 e 35 anos. Cinco das participantes já haviam recebido sentença condenatória pelo crime de tráfico de drogas, e três ainda respondiam a processos.

Das oito participantes, três eram reincidentes e já condenadas pelo crime de tráfico de drogas. Além dessas, três entrevistadas respondiam por outros crimes, como os de lesão corporal, roubo e estelionato. Quatro eram paraibanas, e as demais oriundas de outros estados do país. Metade das narradoras tinha apenas o Ensino Fundamental incompleto, duas, o Ensino Médio, e uma, o superior incompleto. As penas recebidas variaram de um ano e oito meses a 12 anos de prisão em regime fechado. Três das entrevistadas eram negras e as demais brancas, segundo observação da pesquisadora, pois, em nenhum momento, as entrevistadas se identificaram como negras ou brancas.

As entrevistas foram longas – em média, de sessenta minutos – e todo o processo foi marcado por constante negociação, respeitando os silêncios, as lacunas e os desejos de parar. Em várias ocasiões, o gravador foi desligado a pedido das narradoras, respeitando-se sempre seu tempo e sua disposição em continuar ou não a conversa. Essa postura se funda no cuidado que Spink, Aragaki e Piani (2014) sugerem para o não estabelecimento de relações de poder abusivas durante a pesquisa.

A propósito, esse cuidado baseou-se na chamada ética dialógica, que permeia toda a produção de conhecimento numa perspectiva construcionista e se funda em três pilares fundamentais: consentimento informado, livre e esclarecido; proteção ao anonimato e o resguardo do uso abusivo do poder na relação entre pesquisador e pesquisado. Importa dizer, inclusive, que os nomes das participantes foram substituídos por pseudônimos.

Para analisar os dados, utilizamos o método proposto por Spink, Aragaki e Piani (2014) e Spink (2010), cujo foco nas práticas discursivas propõe compreender as maneiras como as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações sociais cotidianas. Propõe-se os mapas dialógicos como técnica de análise de dados (SPINK; ARAGAKY; PIANI, 2014), os quais serviram para compreender o processo de interanimação dialógica e visualizar os posicionamentos assumidos pelas entrevistadas.

Os mapas dialógicos, como técnica de análise de discurso, foram ferramentas importantes porque deram visibilidade ao passo a passo no processo de interpretação da produção de sentidos, demonstrando preocupação em se assegurar o rigor metodológico, pressuposto para toda e qualquer pesquisa científica. Afinal, “possibilita ao/à leitor/a identificar os passos de análise e compreender as interpretações do/a pesquisador/a, uma vez que a produção de conhecimento é sempre contextual e situada no tempo” (NASCIMENTO; TAVANTI; PEREIRA, 2014, p. 270).

Histórias que elas contaram: vítimas ou protagonistas

Normalmente todas as falas convergiram no sentido de apontar a culpa de um homem como resposta imediata quando se falava nas drogas, embora, no decorrer da entrevista, elas tenham apresentado contradições em relação às suas posições de mulheres do crime, inclusive apontando outros motivos e desejos... A culpa masculina, apesar de recorrente, não se fundava sempre nos mesmos elementos: vício, amor, fraqueza e lealdade foram algumas das razões que elas mencionaram para ingressar no tráfico...

ACÁCIA, 33 anos: E assim, eu tive medo, nem queria me envolver logo... meu marido foi preso, passou dois anos preso, entrou no Albergue e... começou a usar droga. **Usava muita maconha... (enfática)** Eu até brincava: “Mistura com feijão!”, de tanto fumar, né? E eu tinha medo... como eu via que ele tava se afundando a cada dia e a forma que eu achei, assim... prá ajudá-lo... era vender e (ininteligível) morrer... Aí foi ajudando ele que eu terminei aqui (**chora**)...

ROSA, 35 anos: Não é porque eu queira ser santa, mas eu quero te dizer que aceitar eu nunca aceitei, mas eu convivia com aquilo porque **eu não conseguia me ver sem ele (enfática)**, entendeu? Até chegar ao ponto de [ele] dizer assim: “Se você não quiser continuar comigo sabendo quem eu sou e aceitando e me dando a mão em tudo que eu sou, então a gente vai se separar”. E aí eu me desesperei, entendeu?

GARDÊNIA, 27 anos: Aí então eu arrumei esse namorado e ele me viciou na droga. Na maconha, primeiro (...) Aí eu fui entrando nas drogas, aí ele começou a fumar crack, aí me colocou no crack. Aí eu fumei durante doze anos crack. Aí foi durante... eu ter entrado no tráfico, foi o vício. (...) Tudo por causa desse homem, que me botou nas drogas! Tudo eu culpo ele.

Na fala de Acácia, vê-se certa hesitação ao falar do crime, demonstrada pelo ritmo pausado da narração, o que indica a dificuldade de reconstruir suas memórias sobre o assunto. A narradora enfatiza o medo que sentia de se envolver com o tráfico, mas que o fez com o intuito de ajudar seu marido, que estava se “afundando” nas drogas. Chora ao falar da prisão e, aqui, um destaque é necessário: a narradora tinha recebido a sentença condenatória há poucos dias, com pena de oito anos de privação de liberdade. Talvez esse fato tenha contribuído para seu estado de ânimo.

Rosa, por sua vez, enfatiza a intensidade do sentimento que nutria pelo companheiro e que seria capaz de tudo para continuar com a relação, inclusive de se envolver com o tráfico: “*Não conseguia se ver sem ele*”. A entrevistada recorre à voz do companheiro, citando-o para justificar sua decisão de entrar no crime, já que ele lhe ofereceu uma espécie de ultimato: ou ela se envolveria no tráfico ou eles terminariam a relação. Durante todo o tempo, ela utiliza o vício de linguagem “entendeu/entende?” no fim dos argumentos, dando a impressão de que busca senão a aprovação, ao menos que a entrevistadora compreenda a realidade que viveu.

A entrevistada Gardênia, que se posiciona sempre como alguém que vendia para poder comprar droga, pois era usuária, salienta que, se não fosse um namorado traficante, jamais teria se envolvido com o tráfico. Nota-se que ela reforça essa ideia quando afirma e repete que “*tudo é culpa dele*”. Em outras passagens da entrevista, a narradora se posiciona como alguém que não teria razões para ingressar no crime, considerando que morava em “bairro nobre” e que não convivia com qualquer tipo de vício em casa:

GARDÊNIA, 27 anos: Morei em vários cantos, só em favela aqui. Mas minha mãe mora num bairro nobre, no bairro do [diz o nome de um bairro de classe média da cidade] aqui, próximo ao [diz o nome de um grande hospital da cidade]. (...) Eu nunca vi droga dentro de casa, nunca vi bebida, esses negócios, nada... De bebedeira... Meu pai não bebe, minha mãe não usa droga, eu não tinha ninguém errado. É tanto

que minha irmã é casada com um delegado. Prá senhora ver...
Meu erro foi ter entrado no vício da droga...

Algumas vezes, elas recorreram a outras vozes para posicionar um homem, geralmente seu companheiro ou marido, como o que incitou suas ações “erradas”, como se observa nos relatos abaixo. É como se, sozinhas, não tivessem sido capazes de enxergar que existia um “culpado” por aquela realidade, corroborando a premissa de Spink e Medrado (2000, p. 46) de que “a compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes”.

VIOLETA, 25 anos: E agora que eu vim perceber o que meu pai disse, que eu só tô nesse lugar pela pessoa que eu conheci, que eu tenho que mudar de vida.

DÁLIA, 19 anos: “Tu ainda não foi presa?”, eu disse: “Mãinha [avó], tu tá me desejando mal?”, ela disse: “Não, nem tô lhe desejando mal nem tô jogando (ininteligível) prá você... simplesmente é o que vai acontecer, porque você tá com uma pessoa errada... então o que tem de acontecer é isso. Porque se ele for preso e você estiver com ele na hora, você vai também... Deixe esse... é melhor você ficar por aqui mesmo, deixe esse homem...”. Eu não escutei ela, no outro dia eu fui presa...

Em ambas as passagens, as narradoras desejam posicionar o homem como culpado por seu envolvimento com o tráfico e, para tanto, usam a voz de outras pessoas significativas corroborando essa ideia. A ideia de trazer as vozes da avó e do pai reforça as posições que predominam no discurso dessas mulheres de que foram influenciadas e são vítimas dos maridos, companheiros, namorados...

Segundo Souza (1998), os narradores recorrem a outras vozes, com o intuito de fortalecer as visões apresentadas e de garantir plausibilidade à sua história. A autora explica que essa forma de construir a narrativa pode ser vista como estratégia para elaborar uma versão coerente de si e de uma trajetória que expressa a existência de diálogo com outras pessoas e outros discursos.

Essa explicação é ainda mais pertinente, considerando que a posição identitária de presidiária é socialmente marcada pelo descrédito. É provável que, ao falar de dentro de um presídio, cercadas de todos os estereótipos que o lugar proporciona, as narradoras tenham sentido necessidade de legitimar o que contavam sobre si e, por isso, em tantos momentos, usaram os discursos de outrem.

Embora a relação conjugal e/ou as uniões estáveis sejam colocadas como referências imediatas para o ingresso no tráfico – afinal, são as primeiras respostas quando se pergunta sobre o assunto – no decorrer da narrativa, outras vozes surgem e provocam outros posicionamentos, como a de Margarida, que, apesar de considerar o marido como responsável por seu ingresso no crime, despende muito mais tempo para contar a relação com o pai em sua história de vida.

MARGARIDA, 33 anos: ...uma parte do meu sofrimento foi a maioria ele [pai] porque assim... tudo que eu tentava ele tirava de mim. Com ele era rígido demais. (...) Ele não era aquele pai (ininteligível): “Filha, sente aqui, filha tá errado, não faça isso. A próxima vez que você fizer, você...”. Não, o negócio dele era logo espancar! (...) Entre, assim, os dois sofrimentos... eu sofri mais com meu pai do que com meu marido. Porque assim, meu pai me tirou tudo que eu tinha na minha vida, assim... nada, ele não me deu oportunidade, como eu já disse a senhora. (...) Assim, até hoje eu não tive sorte de nada na minha vida (voz trêmula). De nada. Todo sonho que eu tinha ele destruiu... Num me deu oportunidade de nada na minha vida. Nada. Nem de palavra, nem de me ajudar em nada.

Em vários momentos, a narradora se coloca como vítima de um pai violento, que não permitiu que ela fizesse as próprias escolhas. A ênfase que a entrevistada dá a esse aspecto é marcada pelo uso de vários elementos de negação e de exclusão e da emoção sentida, quando afirma: “até hoje eu não tive sorte de nada na minha vida

(voz trêmula). De nada. Todo sonho que eu tinha ele destruiu... Num me deu oportunidade de nada na minha vida. Nada. Nem de palavra, nem de me ajudar em nada”. Portanto, posiciona o pai como alguém que a fez sofrer muito durante toda a vida, sendo que tudo – inclusive a entrada no tráfico – poderia ter sido diferente se ele tivesse sido uma pessoa compreensiva, que dialogasse... Em outro trecho do seu relato, ressalta:

MARGARIDA, 33 anos: Assim, eu pedi apoio a mãe... aí eu sempre dizia assim: “Mãe, por que a senhora não me deixou sair mais cedo, mãe? A senhora não via que ele não era um homem assim... não era um marido bom e não era um pai bom...”. “Minha filha, eu não tinha como ficar com seis filhas fêmeas...”. Tinha cinco filhas fêmeas e um hom... um menino, meu irmão era pequeno, tudinho era pequeno, não tinha como ficar... (...) Minha mãe não podia fazer nada, ela ia fazer o quê? Ele não dava nela, mas ela tinha medo dele, que ele era muito bruto.

No trecho acima, Margarida apresenta a súplica que fazia à mãe, para que se libertasse do marido e lhe possibilitasse buscar outros caminhos para sua vida. Na construção discursiva da narradora, vê-se que ela imediatamente justifica a impotência da genitora, recorrendo ao discurso da mãe: “Minha filha, eu não tinha como ficar com seis filhas fêmeas...”. Segundo a narradora, ancorada na voz de sua mãe, a existência dos filhos e a brutalidade do pai não possibilitaram o rompimento.

Mais uma vez, observa-se o recurso do discurso direto nas narrativas, que legitima o que as narradoras estão relatando. Segundo Souza (1998, p. 166), “a versão adquire maior grau de ‘veracidade’ para si e para os outros quando corroborada por outros que lhe são significativos” (grifo da autora), como a mãe da narradora, neste caso. Além disso, a história de Margarida corrobora a tese de Soares e Ilgenfritz (2002) de que as relações de mulheres com o crime estão permeadas por situações de violência, uma vez que a maior

parte delas tem um histórico de maus-tratos na família em várias fases da vida. O pai da entrevistada não maltratava somente a ela, mas também a sua mãe e aos seus irmãos.

Quando Margarida traz a história de vida da mãe para a narrativa, é como se tratasse da sua própria, de uma mulher que precisa estar ao lado do marido, suportando as dificuldades e driblando os problemas para manter o casamento e o sustento da família, como se vê no fragmento abaixo:

MARGARIDA, 33 anos: A família dele [marido] me culpava, dizia que a culpada era eu. “Sim, [diz o nome da sogra]... mas me diz uma coisa, como é que eu sou culpada? Se eu já conheci teu filho... eu conheci teu filho praticamente na vida errada... (...) “Não, mas você dá apoio...”. Eu digo: “Dá apoio a quê? Ele é **meu marido (enfática)**, eu tenho que tá com ele em todos os momentos”.

O relato de Margarida se assemelha aos de outras histórias de vida contadas em pesquisas com o mesmo objeto. Benites e Barbarini (2009, p. 19), por exemplo, ao apresentar a história de Lia, uma das narradoras de sua pesquisa, enunciam:

Da infância [Lia] traz que os pais a menosprezavam, dizendo coisas do tipo: “Ah, essa menina não vale nada...”. Em meio a desavenças, contudo, ressalta um lado carinhoso do pai; da mãe, que era mais fechada, conta: “Ela era muito forte, muito batalhadeira.... E ao mesmo tempo era fraca – gostava do meu pai e meu pai não gostava dela” (pelo fato do pai ter amantes). Falava que antes de casar queria estudar, mas como os pais não a deixavam sair de casa, casou porque queria liberdade (Grifo das autoras).

Para as autoras, as mulheres de sua pesquisa apresentaram marcas de uma moral sexual conservadora, e os

significados de ser mulher emergem entrelaçados na esfera da saúde/sexualidade, na história intergeracional e na própria posição de gênero que, em distintos momentos, denota certo sofrimento pelo lugar socialmente “ocupado” como mulher e, em outros, impulsiona mudanças desse lugar (BENITES; BARBARINI, 2009, p. 20, grifo das autoras).

Na nossa pesquisa, à semelhança do trabalho de Benites e Barbarini (2009), as narradoras também permaneceram no território dominante no que se refere à questão de gênero e apresentaram relatos que submetiam o universo feminino aos espaços estabelecidos hegemonicamente, desde a divisão sexual do trabalho até a necessidade de resguardar a vivência da sexualidade. Nesse relato de Margarida, a aparente submissão de sua genitora ao seu pai, assim como a sua própria ao seu marido, materializam o discurso binário e hierárquico entre o masculino e o feminino.

A participante Verônica, que é órfã de mãe, também posiciona o pai como uma pessoa violenta, que maltratou muito a ela e aos seus irmãos, o que gerou um sentimento de revolta que a aproximou do “mundo do crime”.

VERÔNICA, 19 anos: Meu pai bebe muito, morei só com minha avó, minha avó cuidando de sete meninos. Meus irmãos apanhando muito do meu pai, eu apanhando muito do meu pai. Ele não queria saber, xingava nós, batia minha cabeça na parede, fazia coisas ruins... eu falei: “Quer saber? Eu não aguento mais não...”. (...) Aí meu pai também, toda vez que eu tava em casa, toda vez que eu tava ajudando minha vó, ele chegava, já estressado com alguma coisa já, aí já botava nós prá fora, eu e meus irmãos... muitas vezes eu dormi com meus irmãos na rua, em posto da cidade, ou senão na casa de vizinho, que ele chegava, batia na minha avó, batia em nós, aí isso vai como... tias maltratando nós, que é a mãe do meu pai, eu sempre fui criada com ela... tias maltratando nós, eu

e meus irmãos... quando eu era pequena.... aí eu fui vendo isso e cresci revoltada, né? Porque não tinha outra coisa, aí eu cresci muito revoltada com minha família.

A repetição dos verbos ‘bater’ e ‘apanhar’, em vários períodos, enaltece a situação de violência constante a que a narradora era submetida pelo genitor. Da forma como construiu a narrativa, traz a ideia de que não havia nada além de violência em sua vida. Em suas memórias, a falta de estrutura familiar e de perspectiva de quem mora numa periferia sem acesso aos direitos mínimos propiciou o mergulho nas drogas e no tráfico como meio de vida.

A narradora se posiciona como alguém imerso em um contexto de múltiplas violências e resume assim sua trajetória:

VERÔNICA, 19 anos: É assim minha história, só de desgraças e desgraças... na minha vida... de não saber o quê que é um amor... a não ser de um homem prá uma mulher, né? Agora um amor assim, de família... um amor de uma mãe... eu nunca senti, nunca tive esse amor. Fui chamada de munição... é... só isso... que eu tive na minha... assim, não lembro de ser amada, não lembro... por alguém, alguém falando que me ama, eu não lembro... não lembro. (...) meu pai nunca me deu um abraço, nem um beijo... que eu lembre não. Nunca falou: “Vem cá, minha filha, senta aqui, vamo conversar”. Nunca recebi um conselho dele.

Nesse trecho, a sequência de elementos de negação – ‘não’, ‘nunca’, ‘nem’ – e o uso de termos de conotação negativa, como ‘munição’, ‘desgraça’, e a alegação de que nunca se sentiu amada sintetizam os posicionamentos de Verônica sobre sua história: “É assim minha história, só de desgraças e desgraças... na minha vida... de não saber o quê que é um amor...”.

Verônica fala pausadamente durante toda a entrevista, como se, a todo instante, refletisse sobre sua história. Os momentos de silêncio, ainda que breves, são vistos, no decorrer do fragmento,

e podem indicar uma dificuldade de entrar no assunto ou um momento de reflexão acerca do tema (ARAGAKI *et al*, 2014).

Violeta foi outra entrevistada que trouxe diferentes figuras para justificar o envolvimento com o tráfico. Embora se posicione como alguém que ingressou no tráfico depois de iniciar o relacionamento amoroso, responsabiliza muito mais a falta de amor e de cuidado materno.

VIOLETA, 25 anos: Eu culpo minha mãe, por tudo que aconteceu, pela decepção. (...) Ela chegou ao ponto de dizer que criou e amamentou os filhos do diabo. Isso me criou uma dor muito grande, porque eu tanto confiava na minha mãe, tanto que amava ela e num... decepcionante. Chegou a despejar eu e minha irmã da casa, da própria casa... deixar as coisas da gente tudinho na rua, roubar as coisas que ela achava que tinha valor prá poder vender... Eu acho que muita coisa de ruim do que aconteceu foi a revolta.

A mãe é posicionada como “culpada” na história de vida da narradora. Violeta afirma e repete que sua mãe foi responsável por muitos dos caminhos que trilhou: “Eu culpo minha mãe por tudo que aconteceu, pela decepção.” Os momentos de pausa na narrativa parecem sugerir que Violeta reflete sobre tudo o que viveu. Segundo Spindola e Santos (2003), a função avaliadora é uma das características da história de vida, já que o entrevistado normalmente reflete e avalia os fatos que vivenciou quando relata suas memórias.

Em alguns momentos das narrativas de história de vida das entrevistadas, houve certas negociações sobre o sentido atribuído à culpa do outro e à sua própria. Ainda que não admitissem, nesse momento, protagonismo ou independência dentro do espaço do tráfico, relativizaram a presença do companheiro como determinante, trazendo outros repertórios de justificativas para a versão construída. Agora, não se trata, exclusivamente, de um marido/companheiro traficante. A classe, como um marcador da diferença,

é utilizada pelas entrevistadas para se situarem nesse cenário e justificarem a falta de alternativas na vida.

ENTREVISTADORA: O que te motivou a entrar nesse mundo?

VERÔNICA, 19 anos: ...veio com tudo, com sandália, celular, moto, com moto, carro, carro de som, vendo as outras pessoas crescendo com aquilo, as pessoas que eu conhecia tinha tudo e eu não tinha nada. Aí eu falei: “Eu vou fazer o que eles fazem prá mim ter também o que eles têm!”. (...) Aí eu comecei a traficar na minha cidade, aí comecei a ganhar dinheiro fácil, até que eu vim parar aqui... (...) porque na periferia onde eu moro, no [diz o nome do bairro] lá é muito comum tráfico de drogas. É raro uma criança que cresce lá e não se envolve com isso, com tráfico. (...) Cresci assim na miséria, vendo o sofrimento, eu sofria muito... “Quero ter luz, quero ter uma tela... um violão... um celular... ter tudo, ter uma moto, é o que eu quero, ter uma moto... um carro, nem que for um pálio, um fiat, mas eu quero ter um carro...”. Tem que ser ligeiro, prá ter fácil... Tem que passar o quê? Uns vinte anos estudando prá ter o que você quer? Fazer faculdade, prá **depois (enfática)** arrumar serviço... pagar uma faculdade todo mês prá **depois (enfática)** arrumar um serviço que ganhe muito dinheiro? Eu não, vou ganhar dinheiro é fácil...

Verônica traz o seu contexto social para o foco. Quando questionada sobre o motivo de ter entrado no tráfico, ela apresenta os desejos de consumir que nunca pôde concretizar, materializados na frase “...veio com tudo, sandália, celular, moto, com moto, carro, carro de som, vendo as outras pessoas crescendo com aquilo, as pessoas que eu conhecia tinha tudo e eu não tinha nada”.

Ao posicionar o bairro onde morava como um lugar propício ao envolvimento com o tráfico, Verônica minimiza sua responsabilidade por ter ingressado no “mundo do crime”. É como se ela tivesse seguido um destino já previsto para quem vive ali, como se

tivesse pouca ou nenhuma escolha para o contrário: “É raro uma criança que cresce lá e não se envolve com isso, com tráfico.”

Em outro sentido, a entrevistada Dália apresenta certa ruptura com os posicionamentos acima assumidos:

ENTREVISTADORA: O que te motivou a entrar no crime?

DÁLIA, 19 anos: A adrenalina que... eu sou daquele tipo de pessoa, eu gosto de me arriscar... E eu sentia aquilo arriscado e eu ia. Já tava com uma pessoa que era também errada, não precisa muito de ajuda, né? Aí eu não quis saber.

Apesar de ressaltar que estava com “uma pessoa errada”, Dália descreve seu envolvimento como uma busca por adrenalina. No enunciado acima, o outro é posicionado como um complemento de sua vontade de transgredir e de se arriscar. A narradora emprega um repertório que não posiciona ninguém ou nenhuma questão social como responsável além da própria vontade. A adrenalina, que aqui significa a busca por emoção, por aventura, é o único motivo indicado, ainda que, em outros momentos, essa mesma entrevistada tenha presentificado a voz da avó para posicionar o marido como responsável por sua prisão – conforme já demonstrado – e tenha dito também que o abuso sexual que sofreu (o padrasto a violentou, a sua mãe o perdoou e a “jogou” na casa da avó) foi responsável pela sua entrada no “mundo do crime”.

No mesmo sentido que Dália, Gardênia apresenta a justificativa para o envolvimento com o crime narrando certo protagonismo na atividade:

GARDÊNIA, 27 anos: Eu comecei a traficar dentro do presídio, eu vendia prá mim. Eu não levava prá ninguém. Eu vendia prá mim. Eu tinha o meu... Eu levava e eu mesma vendia. Quando eu saía, saía com três mil... achava bom! Levava cinquenta gramas, fazia três mil dessas cinquenta gramas... E eu comprava por cento e vinte... Achei um bom negócio, parei de vender pedra na rua e fui vender dentro do

presídio. Entrei com uma carteira falsa, mandei uma noiada fazer uma carteira prá mim (ri)... Achei pouco, ainda botei duas “de menor” prá dentro...

A entrevistada inicia sua narrativa repetindo diversas vezes que o tráfico que fazia dentro do presídio era inteiramente seu, que “não levava prá ninguém”, portanto, é responsável pelo sucesso do negócio – afinal, achou “um bom negócio”. Além de descrever a atividade do tráfico, a narradora disse que cometeu outros crimes correlatos: “Entre com uma carteira falsa, mandei uma noiada fazer uma carteira prá mim (ri)... Achei pouco, ainda botei duas ‘de menor’ prá dentro...”. A risada de Gardênia certamente sugere a afirmação de seu protagonismo nesse espaço, da capacidade que teve de burlar o instituído.

Também reafirmando o protagonismo, Verônica diferencia a situação das mulheres do tráfico da que é vivenciada pelas que cometem outros crimes dentro do sistema prisional. Na entrevista, ela afirma que as mulheres do tráfico são “as mais consideradas”, para dizer que são as mais respeitadas e as mais temidas na penitenciária.

VERÔNICA, 19 anos: Mas as “mais mais” é as que faz o tráfico, as que vivem no tráfico. Essa é a mais legal. As mais consideradas.

ENTREVISTADORA: As mais consideradas...

VERÔNICA: É. É as que vivem no tráfico. Não é as que roubam caixa lotérica... não é as que matam, não... é as que vivem no tráfico. É as mais consideradas.

ENTREVISTADORA: Por quê?

VERÔNICA: Porque é as “vida louca” na real. É as “vida louca”. É as que podem. Tá prá matar ou morrer. Tá prá morrer ou ficar de cadeira de roda... É inexplicável. É as que podem mais. Aqui a lei é dessas. Aqui a lei é dessas.

Nessa narrativa, expressa-se a simbologia que o tráfico de drogas representa, já que constrói ídolos e projeta socialmente os participantes da atividade (PEREIRA, 2008), afinal, “as ‘mais mais’ é as que faz o tráfico, as que vivem no tráfico. Essa é a mais legal. As mais consideradas”.

Discussão: dialogando com as contribuições teóricas...

Os posicionamentos das narradoras mantiveram estreita relação com algumas das teses já defendidas para explicar a participação feminina na criminalidade. O amor foi recorrentemente utilizado pelas narradoras desta pesquisa como justificativa para entrarem no “mundo do crime”. A intensidade com que descreveram seus sentimentos transcendia, muitas vezes, a prisão, já que algumas delas afirmaram que continuavam amando seus companheiros, apesar de os considerarem culpados pela privação de sua liberdade. Essa compreensão se situa dentro dos binarismos dos discursos hegemônicos sobre o gênero, haja vista que a capacidade de amar e de se entregar intensamente nas relações amorosas é atribuída ao universo feminino. Nos termos dos discursos hegemônicos, as mulheres são vistas como pessoas mais sensíveis, mais amorosas e com mais capacidade de fazer renúncias em nome do amor – no caso do crime, renúncia à própria liberdade.

Ao compreender o gênero como categoria analítica, Scott (1990) assevera a importância de se observar todo o universo simbólico que organiza as relações em sociedade. Da repetição constante de que existem brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas, de que há cores e comportamentos ideais para cada gênero entre outras tantas situações, os sujeitos se constituem seguindo uma série de regras construídas e acreditando que elas estiveram ali desde sempre, naturalmente. Esse contexto remete à imitação persistente de que fala Butler (2015), considerando que não basta ao sujeito ser nomeado homem ou mulher, é preciso insistir para

que a norma seja vivida e reiterada, que o corpo se acostume a cada espaço construído para si conforme os discursos hegemônicos.

Segundo essa lógica, as diferenças postas para os gêneros costumeiramente são justificadas em virtude das diferenças sexuais, desconsiderando que o sexo também é um elemento histórico e ganha sentido a partir dos discursos (BUTLER, 2015). A propósito, ao historicizar o sexo, a referida autora não ignora a materialidade dos corpos, porém defende que eles só são percebidos nos enunciados que os circundam, numa relação de simultaneidade, produzindo significados e sendo produzido por eles. Isto é, uma criança não é “ele” ou “ela” antes do discurso ou, ainda, não se torna instantaneamente quando de sua nomeação de gênero. O ato médico que transforma um corpo em menina ou menino é a interpelação fundante que define o corpo, mas não sozinho. É o início performativo dos sentidos atribuídos a esse sujeito, que serão reiterados por diversas autoridades durante vários intervalos de tempo e servem para reforçar ou contestar esse efeito cristalizado (BUTLER, 2000).

Nesse contexto e considerando os resultados desta pesquisa – apesar de todas as mudanças advindas com a contemporaneidade, com muitas mulheres participando largamente de outros espaços, assegurando liberdades, autonomia financeira, entre outros – é preciso afirmar que as construções hegemônicas de gênero seguem com vigor nas relações sociais. O “culto feminino ao amor” continua fundamentando posicionamentos e, segundo Pimentel (2008, p. 08), isso explica porque as

práticas sociais femininas no contexto do tráfico de drogas não têm os mesmos fundamentos representacionais que as práticas masculinas, notadamente justificadas a partir de aspectos financeiros e da necessidade do homem de se firmar como sujeito em determinado grupo social.

Ainda sobre o amor como um elemento ligado ao mundo feminino, na pesquisa de Santos (2005, p. 41) sobre a relação entre mulheres, corpo e violência, a autora concluiu que “o primeiro ponto identificado refere-se às experiências negativas decorrentes dos relacionamentos afetivos das mulheres que *se queixam* dizendo ‘sofremos motivadas por amor’” (Grifos da autora). No entanto, convém refletir sobre se esse discurso acerca da influência masculina sobre a mulher no “mundo do crime” é utilizado no sentido de amenizar a responsabilidade feminina nesse contexto. Como garantir que as narradoras não desejavam produzir o efeito de sentido de inocência ao atribuir a culpa de seus atos ao amor e à entrega aos maridos/companheiros? É possível, portanto, que tenha sido esse o motivo, considerando a natureza circunstancial do discurso, o qual é produzido de acordo com a situação em que se encontram os sujeitos, como afirma Spink (2010).

Em sua pesquisa com mulheres presidiárias, Pereira (2008, p. 71) concluiu que elas

usaram a entrevista como forma de justificar os seus atos criminosos, diminuindo a sua responsabilidade ou apontando para o crime como uma escolha “não racional” e, sim, como a única via de sobrevivência diante das circunstâncias em que viviam (Grifo da autora).

Moura (2005) identificou discursos com essa finalidade, primordialmente depois de pesquisar sobre outros elementos processuais e criminais da vida das entrevistadas.

Das 20 mulheres que se dizem presas injustamente, selecionados 10 casos, procedi a pesquisa jurídica *online* no site do Tribunal de Justiça. Para surpresa, três delas praticam outros delitos (lesão corporal e furtos) e quatro são reincidentes. Por essa amostragem, verifica-se que, das

vingte mulheres que dizem não ter cometido o “delito”, a média aproximada de mais de 50%, efetivamente, o fez repetidas vezes (MOURA, 2005, p. 81, grifos da autora).

Já nesta pesquisa, especificamente a despeito do discurso de arrependimento das entrevistadas ou de que agiram influenciadas pelos companheiros, importa afirmar que, à semelhança dos resultados encontrados por Moura (2005) acima citados, algumas das participantes, como já referido, não estavam cumprindo sua primeira prisão no Presídio Feminino do Serrotão: ou já tinham sido presas pelo próprio tráfico de drogas ou pelo cometimento de outros crimes, como lesão corporal, roubo e estelionato.

Ressalte-se, todavia, que não se pode desconsiderar a complexidade que reside na própria construção dos posicionamentos dessas mulheres e de sua identidade. Afinal, embora seja possível que as narradoras tenham utilizado a justificativa do ‘amor bandido’ para diminuir um pouco sua responsabilidade penal e moral, isso não significa que não dão significado a essas experiências da forma como suas memórias foram construídas nos relatos. Sem dúvida, muitas mulheres – talvez a maioria delas – viveram e vivem as normas de gênero de maneira heteronormativa, inclusive no que se refere à forma de amar e de se entregar às relações afetivas, justificando seus posicionamentos nessa direção.

Sobre o assunto, no entendimento de Louro (2000), para formar homens e mulheres, há um investimento continuado e produtivo dos sujeitos na determinação de suas formas de ser ou suas maneiras de viver o gênero e a sexualidade, ainda que esse processo não seja evidente ou consciente.

A despeito de todas as oscilações, contradições e fragilidades que marcam esse investimento cultural, a sociedade busca, intencionalmente, através de múltiplas estratégias e táticas, “fixar” uma identidade masculina ou feminina

“normal” e duradoura. Esse intento articula, então, as identidades de gênero “normais” a um único modelo de identidade sexual: a identidade heterossexual (LOURO, 2000, p. 17, grifos da autora).

Além do “amor bandido”, em nossa pesquisa, a necessidade material também figura entre as teses defendidas para explicar o envolvimento da mulher com o tráfico. Muitas participantes justificaram seu envolvimento citando as dificuldades financeiras enfrentadas, a falta de escolaridade e de perspectivas – o que Moura (2005, p. 57) chama de “esvaziamento da dimensão de futuro”. A maioria das entrevistadas é oriunda de família de baixa renda e dependia do marido/companheiro e/ou do dinheiro do tráfico para sobreviver. Nessa questão, importa dizer que grande parte delas disse ser beneficiárias de programas sociais do Governo, como o bolsa-família.

As construções de gênero estão implicadas, em maior ou menor grau, nessas limitações para reproduzir a vida material. Ora, as mulheres comumente enfrentam mais obstáculos para entrar no mercado de trabalho formal e nele se manter, inclusive devido à sobrecarga do trabalho doméstico que lhe é atribuído e às obrigações advindas da maternidade. Ademais, ainda recebem menores salários e ocupam os postos inferiores de emprego. Segundo Lagarde, “a pobreza tem cara de mulher” (1996, *apud* LISBOA; MANFRINI, 2005, p. 72). As construções de gênero norteiam a vida dessas mulheres no que se refere ao crime. Embora considerando a intersecção com outros marcadores da diferença, como classe, raça etc., o gênero é um elemento que favorece a desigualdade socioeconômica e a ocupação desse novo lugar pelas mulheres.

A visualização do tráfico como uma oportunidade de obter renda é uma constante em ambientes de desemprego estrutural, que não apontam perspectivas para pessoas com pouca ou nenhuma formação. O tráfico é visto como uma atividade para a qual não

se exigem formalidades, em que o dinheiro “chega fácil”, é capaz de atrair um número cada vez maior de mulheres e representa ora uma estratégia de sobrevivência, ora a possibilidade de consumir bens antes inimagináveis para determinados contextos, como se pôde constatar nos relatos supracitados.

Para Pereira (2008), o tráfico proporciona acesso a um mercado de consumo de que essas mulheres não usufruíam com as condições financeiras de um trabalho formal direcionado às suas qualificações. Basta ver, em vários momentos durante a interação com as entrevistadas, as comparações entre o que se recebe no tráfico e a quantia percebida a título de salário pelo trabalhador formal, tal qual Verônica: “Tem que passar o quê? Uns vinte anos estudando prá ter o que você quer? (...) Eu não, vou é ganhar dinheiro fácil...”.

É importante observar, todavia, que nem todas as mulheres entrevistadas nesta pesquisa disseram que precisavam do tráfico para sobreviver. Rosa e Violeta, por exemplo, são oriundas de famílias bem estruturadas financeiramente, segundo elas. Portanto, representam uma ruptura com a realidade de pessoas pobres que se envolvem com a criminalidade – o que, sem dúvidas, ainda parece ser maioria. Gardênia também repetiu que não entrou no tráfico por necessidade, mas por causa do vício, inclusive porque sua família morava em “bairro nobre”... Além delas, Dália sequer mencionou qualquer necessidade financeira durante toda a entrevista. Ao contrário, afirmou ter ingressado no tráfico pela adrenalina.

Porém, é possível que o tráfico tenha significado a porta de entrada no mundo do consumo e da ostentação e a permanência nele, mesmo para as que diziam não necessitar do seu rendimento para sobreviver. É o que se nota na história de Gardênia, já transcrita neste texto, quando afirma: “Eu comecei a traficar dentro do presídio, eu vendia prá mim. [...] Quando eu saía, saía com três mil... achava bom! Levava cinquenta gramas, fazia três mil dessas cinquenta gramas...” Para Rosa, que, em outros momentos da entrevista, afirma ser oriunda de família abastada, o tráfico também

representava o recebimento de muito dinheiro, a possibilidade de ostentar, de ter acesso a inúmeros bens de consumo.

Vê-se que a intersecção dos vários elementos da diferença não apontou apenas continuidades, isto é, não atuavam no tráfico somente mulheres pobres, negras e sem escolaridade. No entanto, não se pode negar que o retorno financeiro estimulava mesmo as que, em tese, não precisavam dele. Esse cenário mostra a dificuldade de indicar razões específicas para o envolvimento dessas mulheres com o tráfico, devido às posições ambivalentes e contraditórias que ocupam, pois, apesar de algumas dizerem que não precisavam do dinheiro, achavam importante tê-lo, e isso as motivava a permanecer na atividade.

As histórias contadas também são marcadas por múltiplas formas de violência. Como afirmam Soares e Ilgenfritz (2002, p. 78), “existe uma relação, não necessariamente de causa e efeito, mas no mínimo de continuidade, entre participação em atividades criminosas e experiências de relações abusivas, ou de imersão em ambientes violentos, vividas na infância, na adolescência e/ou na fase adulta.” Segundo as autoras, na pesquisa realizada com mulheres encarceradas no Estado do Rio de Janeiro, quase todas as participantes relataram experiências de violência, individuais ou no seu contexto próximo, com parentes, amigos etc.

Já nas histórias contadas nas entrevistas de Dália, Gardênia e Verônica, reafirma-se o protagonismo em vários momentos. Para a primeira narradora, o crime era uma forma de se aventurar, porque ela gostava do risco. Gardênia e Verônica também falaram abertamente de como atuavam de forma relativamente independente na atividade do tráfico e como pretendem retomá-la quando saírem da prisão.

Para Barcinski (2012), como já ressaltado, a criminalidade é uma estratégia para que as mulheres saiam da invisibilidade social e tenham *status* e poder. A autora refere que essa invisibilidade se refere, primeiramente, à exclusão social das pessoas eliminadas da sociedade de consumo e que a rede do tráfico de drogas representa,

para muitos jovens, umas das poucas possibilidades de se inserir em um grupo e de ter um sentimento, ainda que ilusório, de que pertencem a ele.

A referida autora explica que há peculiaridades relacionadas à questão do gênero. Como o tráfico de drogas é reconhecido como um crime “tipicamente masculino”, a participação de mulheres nesse cenário as distinguiria de outras mulheres, justamente por estarem realizando atividades costumeiramente apresentadas como “de homem”. Segundo Barcinski (2012, p. 53),

elas se tornam visíveis (diferentes de outras) ao desempenharem tarefas reconhecidas como masculinas. A saída da invisibilidade, no caso das mulheres envolvidas no tráfico, se dá principalmente pela diferenciação, pela afirmação de um poder antes exclusivo dos homens e pelo reconhecimento externo desse poder.

O delito do tráfico de drogas e o poder que dele emana representam o universo masculino, segundo o discurso dominante, em consonância com o que defende Scott (1990), para quem a identidade de gênero do sujeito é constituída a partir dos discursos forjados nos símbolos culturalmente definidos, bem como de conceitos normativos que os fundamentam.

Assim, o gênero é uma categoria por meio da qual se atribui sentido a tudo, organizando as relações sociais e construindo as identidades pessoais: o azul está ligado ao universo masculino, as roupas e as profissões são destinadas a cada um, de acordo com o gênero ao qual pertencem, e até os crimes têm “seu gênero” definido a partir das possibilidades permitidas pelo discurso hegemônico.

Ao romperem com essa lógica, o envolvimento com o tráfico significaria poder, e as mulheres traficantes seriam protagonistas de sua história. Essa diferenciação de outras mulheres seria, inclusive, em relação a outras mulheres criminosas, como vimos: as mulheres

do tráfico são “as mais consideradas”. É esse o efeito de sentido construído por Verônica, como vimos anteriormente.

De maneira geral, dessas análises, é possível compreender o motivo de a máxima de que mulheres se envolvem no tráfico devido à influência dos maridos/companheiros ser tão repetida, afinal, esse argumento é recorrente em praticamente todas as narrativas. Todavia, mesmo constatando que a presença masculina é uma constante em suas histórias, não se pode afirmar que as narradoras se posicionam tão somente como vítimas – tampouco como protagonistas, apenas.

Embora, na maior parte do tempo, elas posicionem seus companheiros, as questões familiares e/ou expressões de desigualdade econômica como os principais elementos que as induziram a ingressar no tráfico de drogas, não se mostram como pessoas desprovidas de discernimento e vontade e/ou, necessariamente, submissas.

Apesar de afirmar que fatores externos as levaram ao mundo do crime, em vários momentos, as narradoras lembraram que sabiam em que estavam se envolvendo. Mas, devido ao sentimento que nutriam pelos parceiros, à necessidade de manter o casamento e às dificuldades financeiras, seguiram adiante no tráfico de drogas. Ademais, como mostrado, nem todas as mulheres estavam sob a “aba” de um homem na atividade criminosa. Algumas delas vendiam droga independentemente dos parceiros que tinham.

A análise possibilitou verificar que havia de tudo na história de vida dessas mulheres, que não havia apenas um casamento, mas também problemas financeiros; não havia somente histórico de violência, mas também o desejo de transgredir etc. Assim, as identidades de traficante e de mulher das narradoras foram construídas de acordo com cada circunstância vivida, numa relação complexa cercada de rupturas e permanências quanto aos discursos heteronormativos, pois, como afirma Nepomuceno (2005, p. 128),

a história de gênero se constrói contraditoriamente porque contraditório é o tempo e o

lugar onde se inscreve. Este jogo de identidades complexas e instáveis nos parece inconcluso. O que vemos é um grande labirinto de caminhos a quais homens e mulheres constroem e refazem suas histórias e identidades.

Considerações finais

Para construir a pesquisa relatada, partimos de uma ideia inquieta, sabendo que os resultados poderiam desconstruir não apenas o discurso dominante que binariza e hierarquiza as relações entre os gêneros – não somente essa “verdade” do mundo – mas também a verdade de quem realizava a pesquisa, que insistia em fazer refletir sobre as mulheres do tráfico: elas seriam mesmo vítimas nessa história toda?

Talvez com o desejo de se justificar diante da pesquisadora e do leitor de sua história, as narradoras posicionaram imediatamente um homem como protagonista, responsável por seu ingresso na atividade do tráfico, reiterando a tese do amor bandido. No entanto, durante o processo de interanimação dialógica, surgiram outros elementos que pareciam ter ainda mais força para empurrá-las para o “mundo do crime”: a necessidade econômica, a necessidade de poder e de status, a falta de estabilidade e a violência familiar.

A construção da identidade de gênero dessas mulheres se mostrou um processo complexo, composto de permanências, contradições e ambivalências. O limite entre posicionar-se como vítima ou protagonista foi bastante tênue. Num instante, são traficantes, donas de si, sabem o que fazem, onde estão indo e as consequências de suas ações... Em outro, envolvem-se com pessoas que as controlam, com questões sociais, desejos de consumo que parecem empurrá-las para um caminho sem volta... Assumem, portanto, identidades distintas em momentos diferentes da vida, e seus relatos sinalizam incoerências e contradições que marcam a construção de suas trajetórias de vida.

Referências

ARAGAKI, S. S. *et al.* Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. *In: SPINK, M. J. et al (org.). A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 57-72.

BARCINSKI, M. Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 5, n. 1, p. 52-61, jul. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1983-348220120001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2019.

BENITES, A. P. O.; BARBARINI, N. Histórias de vida de mulheres e saúde da família: algumas reflexões sobre gênero. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 21, n. 1, p. 16-24, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-718220090001&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** INFOPEN, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZTk1MWI5MzUtZD-FIMS00NmY0LWJkNjctM2YxZThlODI1MTNlIiwidCI6Im-ViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiO-GRhNmJmZThlMSJ9&pageName=ReportSection>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-166.

CÉSAR, M. A. **Exílio da vida: o cotidiano de mulheres presidiárias**. Brasília, 1995. 157f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1995.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 103-133.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LANG, A. B. S.; CAMPOS, M. C. S. S.; DEMARTINI, Z. B. F. **História oral, sociologia e pesquisa: a abordagem do CERU**. São Paulo: Humanitas, 2010.

LISBOA, T. K; MANFRINI, D. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 67-77, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179616194007.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-35.

MOREIRA, V. S. **Impactos do envolvimento de mulheres presidiárias com o fenômeno das drogas**. 2012. 125f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MOURA, M. J. **Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão**: estudo realizado no presídio feminino no Ceará. 2005. 145f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

NASCIMENTO, V. L.; TAVANTI, R. M.; PEREIRA, C. C. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. *In*: SPINK, M. J. *et al* (org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 247-272.

NEPOMUCENO, M. A. Ser e não ser: ambivalência nas identidades de gênero. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 2, p. 119-129, jul. 2005. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/issue/view/243>. Acesso em 17 dez. 2019.

PEREIRA, S. V. J. **Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte**. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PIMENTEL, E. Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas. *In*: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: mundos sociais – saberes e práticas, 6., 2008, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <https://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, jan./jun. 1997. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/revph/issue/view/788/showToc>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SANTOS, L. P. **Histórias do corpo negado**: uma reflexão educacional sobre gênero e violência feminina. 2005. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SILVA, E. E. D. **A (des) construção social de identidades de mulheres criminosas**: estigmas, negociações e diferenças. 2012. 313f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/issue/viewIssue/3038/363>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. **Prisioneiras**: vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.


SOUZA, I. M. A. Um retrato de Rose: considerações sobre processos interpretativos e elaboração de história de vida. *In*: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (org.). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 151-168.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.119-126, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issue-toc&pid=0080-623420030002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 dez. 2019.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; ARAGAKI, S. S.; PIANI, P. P. Uso de repertórios linguísticos em pesquisas. *In*: SPINK, M. J. *et al* (org.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 229-246.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. *In*: SPINK, M. J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41-62.



EIXO 2:
**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E
ORGANIZAÇÃO FEMININA**



CONTEMPLAÇÕES DE GÊNERO: O ENGAJAMENTO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL RURAL DE SERGIPE - BRASIL²²

*Magaly Nunes de Gois
Márcia Santana Tavares*

1 ADUBAÇÃO PARA O PLANTIO – Introdução

A participação das mulheres nos movimentos sociais e sindicais do campo e as lutas empreendidas por elas, em um primeiro momento, contra a naturalização das diferenças entre homens e mulheres, tanto no público quanto no privado, que reproduzem desigualdades de gênero e as afastam das lutas e dos movimentos sindicais ou as inserem em funções de menos prestígio e poder e, em um segundo, pela construção de um mundo com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e sem violência constituem o solo de nosso plantio.

22 Versão revista e ampliada do artigo ‘Miradas de Gênero: a participação das mulheres no movimento sindical rural de Sergipe/Brasil’, apresentado e publicado nos Anais do XXXII Congreso Internacional ALAS Perú 2019, Dossier Desarrollo Rural y Cuestión Agraria, Grupo de Trabajo 5, Lima, Perú, 2020 de autoria de: GOIS, M. N. de; TAVARES, M. S. Disponível em: <http://sociologia-alas.org/>.

Refletir sobre a participação das mulheres no movimento sindical rural, a partir de uma perspectiva de gênero, e apontar avanços, tensões e perspectivas de mulheres trabalhadoras rurais, no cenário brasileiro contemporâneo, que sinaliza para o retrocesso dos direitos conquistados e a repressão às lutas e aos movimentos sociais e sindicais são, ao mesmo tempo, as sementes plantadas e nossas intencionalidades.

Para semear o solo e as sementes e colher os frutos, utilizamos os seguintes tratos culturais, denominados, no mundo acadêmico, de percurso metodológico: revisão de literatura, pesquisa documental nos arquivos das entidades sindicais rurais do Brasil e de Sergipe – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE) e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) - e entrevistamos quatro mulheres que exercem ou exerceram posições de liderança no movimento sindical – Federação e sindicatos – e na *Marcha das Margaridas*: a) a ex-secretária Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais²³ da FETASE; b) a ex-secretária de finanças do STTR de São Cristóvão²⁴ - Polo Sindical Cotinguiba; a ex-presidente da Federação, primeira mulher a assumir a presidência em Sergipe e nas federações dos nove estados da Região Nordeste²⁵; a ex-secretária Nacional de Trabalhadores/as da Terceira Idade; c) a tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida²⁶ - Polo Sindical Centro

23 Em função da realização, em 2020, de eleições para a Diretoria da FETASE, ela não é mais secretária.

24 Em função de sua morte, ela não é mais secretária.

25 Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

26 Quando da realização da entrevista, em 2019, ela era presidente e passou a ser tesoureira devido à realização, em 2020, de eleição da diretoria.

Sul; e d) a presidente do STTR de Feira Nova²⁷ - Polo Sindical Sertão.

As entrevistas objetivaram discutir sobre o processo de inserção das mulheres na gestão do movimento sindical das/os trabalhadoras/es rurais – como, quando e por que ocorreu, a representação do STTR para elas, o rebatimento da atuação delas nesse movimento, nas relações familiar e conjugal, e as possibilidades, os limites e os desafios presentes em seu engajamento no movimento sindical do campo.

Ressaltamos que a CONTAG é uma entidade nacional, que atua no âmbito político e no sindical, por meio das federações estaduais, nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, e tem a seguinte estrutura: presidência, vice-presidência, relações internacionais e dez secretarias: a Secretaria Geral, a de Finanças e Administração, a de Política Agrária, a de Política Agrícola, a de Meio Ambiente, a de Políticas Sociais, a de Formação e Organização Sindical, a de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a de Jovens Trabalhadoras/es Rurais e a de Trabalhadoras/es da Terceira Idade (CONTAG, 2021). A Federação do Estado de Sergipe é composta de uma presidência, nove secretarias²⁸ – Geral, de Finanças e Administração, Política Agrícola, Assalariadas/Os Rurais, Agrária e Meio Ambiente, Organização e Formação Sindical, Políticas Sociais, Mulheres Trabalhadoras Rurais e de Jovens Trabalhadoras/Es Rurais - e uma Comissão de Trabalhadores/as Rurais da Terceira Idade (FETASE, 2021). A estrutura da CONTAG e das federações comporta uma

27 Foi reeleita presidente em 2020.

28 Até a gestão de 2016/2020, a FETASE contava com 11 secretarias. No Congresso Estadual, que elegeu a diretoria para o quadriênio 2020/2024, passou a ter nove secretarias, por causa da unificação das Secretarias de Política Agrária e do Meio Ambiente, e transformou-se na Secretaria de Política Agrária e Meio Ambiente e, da transformação da Secretaria dos/as Trabalhadores/as Rurais da Terceira Idade em Comissão Estadual de Trabalhadores/as Rurais da Terceira Idade (FETASE, 2021).

Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais e coordenações de mulheres trabalhadoras rurais em todos os sindicatos.

A FETASE está presente nos 75 municípios sergipanos. Essa presença é materializada na localização de sua sede na capital do estado, nos 72 sindicatos municipais de trabalhadoras e trabalhadores rurais e duas bases sindicais em dois municípios, distribuídos em cinco polos sindicais – Baixo São Francisco - (15 STTRs), Centro Sul (17 STTRs), Cotinguiba (16 STTRs), Sertão (12 STTRs) e Sul (14 STTRs) (FETASE, 2021).

Com a intenção de apresentar os resultados de nosso plantio – a colheita e os frutos – adotamos os seguintes passos: a) semeadura – a presença das mulheres no movimento social e sindical; b) da plantação à safra – a trajetória das mulheres no movimento sindical em Sergipe; c) de frutos a novas sementes – derradeiras considerações e, por fim, d) a adubagem, em que apresentamos as referências bibliográficas e nossas entrevistadas, as mulheres protagonistas das lutas e do movimento sindical rural sergipano.

2 SEMEADURA – A presença das mulheres no movimento social e sindical

Os movimentos sociais e sindicais constituem o solo e as sementes que geram e produzem os movimentos sociais e sindicais e os movimentos de mulheres do campo e da cidade, como, por exemplo: o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS), o Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), a Marcha das Margaridas, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Marcha das Vadias.

Esses movimentos se configuram como uma dinâmica gerada pela classe trabalhadora, que se orienta para defender interesses específicos, e cuja ação visa questionar as estruturas de dominação e de exploração inerentes ao modo de produção, ao Estado e à sociedade capitalistas, e promover a transformação parcial ou total das condições econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais vigentes. Eles expressam as tensões e a correlação de forças entre as classes e as frações de classes, cuja luta é construída por meio de “[...] formação política, organização popular e mobilização de grupos sociais que reivindicam direitos que lhes foram negados e mantêm vivos os direitos humanos [...]” (TÁBOAS, 2018, p. 19).

As lutas e os movimentos sociais e sindicais rurais e os movimentos de mulheres do campo, que reivindicam melhores condições de vida e de trabalho, incluem, em suas bandeiras/repertórios, a democratização do acesso à terra e à água, crédito adequado para as realidades do campo, assistência técnica, extensão rural, formação/capacitação, alternativas de comercialização, saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, assistência social, previdência social, bem como a construção e a implementação de políticas públicas que considerem e assegurem as características, as especificidades, os conhecimentos e a sabedoria dos povos do campo²⁹ e sejam socialmente referenciadas na realidade de quem produz e se reproduz no campo; elas têm que ser do campo, estar presentes no campo e ir ao encontro das demandas, desejos e sonhos das/os trabalhadoras/os rurais.

Na contemporaneidade, os principais movimentos sociais no campo são: MST, MAB, MMC, MPA, CONTAG, MMTR, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos

29 As/os agricultoras/es familiares, as/os extrativistas, as/os pescadoras/es artesanais, as/os ribeirinhas/os, as/os assentadas/os e acampadas/os da reforma agrária e dos programas de compra de terra, as/os trabalhadoras/es assalariadas/os rurais, as/os quilombolas, as/os caiçaras, os povos da floresta, as/os caboclas/os e outras/os que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (SANTOS *et al*, 2020).

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil (CONTRAF) e os sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais vinculados à CONTAG. Tais movimentos têm como sujeitos políticos as pessoas pertencentes às camadas populares da classe trabalhadora do campo, incluindo as mulheres, as comunidades remanescentes de quilombos, os povos indígenas e as/os trabalhadoras/es sem terra, portanto, a perspectiva de classe é central nesses movimentos, aliada às questões de gênero e raça.

Vimos que, historicamente, o mundo rural é um solo fértil para a criação de movimentos sociais, e as mulheres e os homens rurais são as sementes que frutificam e lhes dão sentido. As mulheres geram vida e lutas não somente por causa da exploração de classe, mas também, e talvez prioritariamente, das condições desiguais e da opressão de gênero que vivenciam no cotidiano.

A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero nas famílias é um exemplo, as jornadas de trabalho e o tempo dedicado pelas mulheres aos fazeres domésticos espelham exatamente tais desigualdades. A sobrecarga de trabalho cumprida por elas, ao se responsabilizarem por suas famílias e exercerem outras atividades, além das domésticas e de cuidados, é exaustiva e revela a permanência de desigualdades de gênero [...] a desigualdade permeia as relações entre homens e mulheres no nosso país e se reflete na esfera privada (família), como nos espaços públicos (na política, no movimento sindical, nos partidos políticos, no trabalho, etc.) [...] (CONTAG, 2019a, p. 16; suprimimos).

O cotidiano das mulheres, em especial, das que moram na zona rural e são pobres, é marcado pela invisibilidade de seu trabalho e de sua contribuição para a reprodução da família, apesar de

participarem permanentemente do trabalho, executando múltiplas tarefas, que incluem “[...] a criação das condições de reprodução da família e da reprodução da força de trabalho necessária às atividades produtivas propriamente ditas” (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 134) e de representarem 51,6% da população do Brasil (IBGE, 2017). As mulheres do campo, além das tarefas reprodutivas – cuidar da casa e da família – desenvolvem atividades produtivas ligadas ao plantio, aos tratos culturais, à colheita, aos cuidados com os animais e à produção de alimentos, todas vistas e concebidas como “ajuda”, e não, como trabalho, “[...] termo entendido como subtração do valor do trabalho realizado nas tarefas domésticas [...]” (MENEZES; ALMEIDA, 2013, p. 132) e das demais tarefas que realizam ao redor das casas, nos quintais.

Segundo a CONTAG (2019b, p. 14-15),

[...] as mulheres representam, no mundo, quase 2 bilhões do conjunto de trabalhadores do campo das florestas e das águas (agricultores, criadores, camponeses, extrativistas, coletores, pescadores), cujos conhecimentos e trabalho cumprem um papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, particularmente nos países em desenvolvimento. Elas sempre tiveram papel de destaque na preservação dos ecossistemas e das sementes locais tradicionais e/ou crioulas, por deterem um vasto e tradicional saber sobre a biodiversidade. Na América Latina e Caribe, as agricultoras familiares, camponesas e indígenas produzem 45% dos alimentos que consumimos e no Brasil, elas são responsáveis por 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. Inegável, portanto, a importância do seu trabalho nosso cotidiano. No entanto, é um trabalho silencioso, invisível e, também por

essas razões, desvalorizado por boa parte da sociedade.

Nesse sentido, o trabalho no campo é fortemente marcado pela divisão sexual e por relações de trabalho desiguais entre mulheres e homens, que são respaldadas por:

leis, pela cultura, por instituições públicas e privadas que silenciam as vozes camponesas, escondem suas histórias, omitem as duras jornadas de trabalho feminino no campo e negam os direitos mais básicos às mulheres camponesas [...] Reproduzindo os valores sociais, culturais e políticos de toda a sociedade brasileira atual, as relações humanas no campo são construídas de maneira a naturalizar a exploração do trabalho feminino, a violência doméstica e familiar e as opressões e discriminações de gênero [...] (TÁBOAS, 2018, p. 81-83; suprimimos).

As lutas e os movimentos de mulheres, solo de construção deste artigo, constituem um movimento de classe, gênero e raça, cujas mulheres estão na condição de protagonistas de uma série de ações sócio-políticas. Touraine (2007) entende que, como as mulheres vivenciam a dominação, a subordinação, a submissão e a opressão em suas experiências cotidianas, têm mais possibilidades de desenvolver ações mais gerais, de reconstruir as experiências individuais e coletivas e de afirmar a identidade de sujeitos autônomos, portadoras/es de direitos e protagonistas de suas histórias.

Corroborando a visão de Touraine, o IBGE afirma, no documento *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, que,

[...] na maioria das sociedades, há diferenças e desigualdades entre mulheres e homens nas funções e responsabilidades atribuídas,

atividades desenvolvidas, acesso e controle sobre os recursos, bem como oportunidades de tomada de decisões [...] (IBGE, 2018, p. 2).

Um dado interessante e instigante é que a forte presença de mulheres nos movimentos e organizações ainda confere pouca visibilidade às suas lutas e atuações. Segundo Vasconcelos e Mota (2016, p. 127-128),

os movimentos sociais do campo e da cidade, especialmente de mulheres, vêm tentando construir e reconstruir uma história que pouco foi contada. Os movimentos de mulheres em suas lutas, pautam espaços e direitos negados pela sociedade, que, historicamente, afirma que os grandes feitos foram protagonizados por figuras masculinas. Essa condição silencia a participação e a resistência feminina.

A já falada invisibilidade é decorrente de múltiplos fatores produzidos pela sociedade e pelo Estado: histórica exclusão das mulheres do espaço público; confinamento no espaço privado; ocupação de posição subordinada na família; divisão sexual do trabalho – para os homens, o trabalho produtivo e de valor no mercado, para as mulheres, o trabalho improdutivo, as tarefas necessárias e a reprodução da família, de menos valor e importância no processo de produção e reprodução das relações sociais; submissão delas à lógica e ao poder masculino; pouco ou nenhum acesso às esferas de poder nos distintos espaços da sociedade e das políticas públicas; e existência e persistência do patriarcalismo, do sexismo, dentre outros (GOIS, 2012; CHIMINI, 2016; DEERE, 2004; HORA, 2018).

Apesar da submissão imposta historicamente às mulheres, elas questionam as condições em que são inseridas na esfera doméstica, no âmbito das relações familiares, e na esfera pública, no mundo

e no mercado do trabalho, em uma constante busca por respeito, reconhecimento, visibilidade, direitos, condições justas de vida, fim da violência, liberdade e autonomia.

Quando a gente percebeu que nós mulheres somos sujeitos de direito do campo, a gente também percebeu a necessidade de buscar e viabilizar condição de viver. A gente lutou para conquistar o crédito no Pronaf Mulher, que passa a ser uma política pública por uma pressão muito forte dos movimentos camponeses [...] A gente luta também por acesso à água porque a gente sabe que o gerenciamento da água do quintal da casa é das mulheres na produção de alimentos saudáveis. A gente luta pela saúde que reconheça a integralidade do corpo da mulher, não vejo a mulher somente como peito e útero, processo da reprodução machista, a forma do governo dominar os nossos corpos. A gente lutou muito na marcha das margaridas por uma política integral da Saúde da mulher, que vai desde a sua mente até os outros membros do corpo. E, sobretudo, o enfrentamento à violência contra a mulher no campo, nos lares familiares [...] Essa questão que perpassa sobretudo pelo empoderamento financeiro e econômico da mulher. Isso é tão forte que a mulher tem um cartão cidadão que tenha condição de ela ir lá e sacar o benefício social, seja do Bolsa Família ou qualquer outro benefício, ela chega e entrega na mão do companheiro. Aposentadoria não é diferente. A gente tem casos de mulheres que vão para a fila do banco com companheiro do lado. “Tome o dinheiro da sua passagem o outro dinheiro fica comigo”. Isso ainda é muito forte no campo. Está muito

ligado a “o que você faz é apenas uma ajuda, quem tem que gerenciar toda a renda da família sou eu, porque eu sou o homem da casa”. (Ex-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais; suprimimos).

As lutas, as organizações e os movimentos das mulheres contra a dominação, a discriminação, o preconceito, o não reconhecimento de sua condição de sujeito de direitos, a invisibilidade no que tange à participação nos espaços decisórios e sua contribuição nos processos produtivos geradores da riqueza não são recentes, uma vez que “[...] pesquisas têm destacado o papel das mulheres desde sociedades antigas e primitivas [...]” (GOHN, 2008, p. 136), e desde o século XVIII até os dias atuais, as mulheres vêm se desenvolvendo e/ou se envolvendo nas lutas e nos movimentos sociais que questionam a desigual e injusta realidade posta e imposta pelo capitalismo à classe trabalhadora, e lutando pela construção de outra organização de sociedade e Estado para além do capitalismo.

Com a intenção de questionar, enfrentar e superar a desigualdade de gênero, as mulheres que produzem e reproduzem suas vidas no campo iniciaram, na década de 1980, uma caminhada cujos principais passos foram: inserção nos sindicatos na condição de associadas; inclusão nas diretorias dos sindicatos de trabalhadoras e trabalhadores rurais; ampliação da participação nas lutas empreendidas pelos sindicatos e pelos movimentos sociais populares; e discussão sobre a desigualdade de gênero na pauta do I Encontro Nacional dos Assentados, realizado em 1986, momento em que se discutiu e se aprovou a resolução *Posicionamento sobre a questão da mulher assentada*, “[...] apresentada como um primeiro passo na direção de tornar orgânicos os esforços para a construção das transformações necessárias para a dissolução das desigualdades de gênero que se reproduziam no interior do MST” (GOHN, 2003b, p. 121).

Foi justamente na década de 1980 que começou a surgir as primeiras formas de organização das mulheres do campo, que se proliferou em todo o país, reivindicando o seu reconhecimento como trabalhadora rural o direito à sindicalização e acesso aos direitos previdenciários, garantindo que a seguridade social fosse respeitada. Ou seja, que as trabalhadoras rurais tivessem direitos à aposentadoria, licença-maternidade, auxílio-doença, pensão por morte etc. [...] (CONTAG, 2019a, p. 8).

Na luta pela igualdade de direitos e de oportunidades, as mulheres do campo também criaram a Coordenação Nacional de Mulheres do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), nos anos de 1980; o MMTR-NE, em 1987; o Movimento de Mulheres Camponesas com a fundação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em 1995; e o Coletivo Nacional de Mulheres do MST, com a realização do I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST (1996).

Além de criar movimentos, comissões, coordenação e/ou secretarias, as mulheres do campo realizaram o I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais (1986), na cidade de Serra Talhada (PE). De acordo com Thayer (2001, p. 111), suas discussões se concentraram em dois tipos de problema:

[...] aqueles que enfrentavam como mulheres e aqueles que enfrentavam como membros de uma classe trabalhadora rural. Em cada tipo de problema, o grupo priorizou uma questão: como trabalhadoras rurais, as mulheres concordaram que sofriam mais com a falta de condições de sustentar uma agricultura familiar; como mulheres, elas protestaram contra a desigualdade de ganhos entre trabalhadoras e trabalhadores. Uma década depois elas

estudavam relações de gênero, mas também discutiram agricultura sustentável; organizaram-se em torno do impacto da Aids sobre as mulheres, mas também pressionaram o governo em favor dos pequenos agricultores nos programas de combate aos efeitos da seca. Enquanto as especificidades das questões mudavam, a insistência na manutenção das lutas de gênero e de classe – e na ligação permanente entre essas lutas – permaneceu.

Não foi por mero acaso, portanto, que as mulheres garantiram a publicação, pelo MST, de duas resoluções sobre o tema ‘gênero’: 1) *Articulação das mulheres no MST* (1989), no Caderno de Formação Normas Gerais do MST, documento em que o Movimento assume publicamente que a responsabilidade por solucionar as discriminações de gênero não é exclusiva das mulheres, mas também de todo o Movimento; e 2) *A mulher nas diferentes sociedades* (1995) e a Coletânea *Compreender e construir novas relações de gênero* (1998). Em 1989, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) organizou o Primeiro Encontro sobre a Questão da Mulher Trabalhadora – urbana e rural; em 1991, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG; em 1995, o Segundo Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais, quando foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), e o *Movimento* Interestadual das *Quebradeiras de Coco Babaçu* (MIQCB) (TÁBOAS, 2018; DEERE, 2004; HORA, 2018).

Nesse período, segundo Táboas (2018, p. 24),

também foram realizados cursos de formação política/ideológica, direcionada aos diferentes níveis de militância e da base e elaborados materiais, como cartilhas, panfletos, folhetos e cartazes, como instrumentos de trabalho para

a base e para as lutas. Nesse processo de formação, os movimentos autônomos de mulheres reafirmaram a luta das mulheres em dois eixos: gênero e classe.

Thayer (2001), ao questionar sobre o suposto isolamento e distanciamento das mulheres do campo do mundo globalizado, lembra que, ainda nos anos de 1990, as trabalhadoras rurais nordestinas do MMTR não só negociaram com entidades de fomento internacionais como também participaram da Conferência das Mulheres da ONU, realizada em Beijing (1995),³⁰ e se aproximaram de teorias feministas sobre relações de gênero desenvolvidas por autoras como Joan Scott³¹ no espaço acadêmico, portanto, “bem longe do sertão”. Continuando, a autora reforça:

O MMTR organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou

30 Referimo-nos à IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada na cidade de Beijing (Pequim), na China, em 1995. As deliberações do encontro estão sistematizadas no documento intitulado “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, que contém 12 temas principais que servem de parâmetro para compor as agendas de governos comprometidos com a promoção da igualdade entre homens e mulheres. Tais áreas são: Mulheres e Pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na Liderança; Mecanismos Institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a Mídia; Mulheres e Meio Ambiente e Direitos das Meninas (IPEA, 2015).

31 A articulação das organizadoras do MMTR com feministas urbanas especialistas em gênero, para ajudá-las a desenvolver materiais e promover oficinas sobre o tema, resultou na coprodução de um livreto com o SOS Corpo, em 1995, intitulado ‘O que é gênero? Um novo desafio para a ação das mulheres trabalhadoras rurais’, em que Sílvia Gouveia e Tatiana Correia elaboraram uma versão popular para a área rural das reflexões de Joan Scott sobre a utilidade do gênero como categoria analítica. O texto explicava que gênero, diferentemente de sexo, era socialmente construído e repercutia em todos os aspectos da vida, inclusive na sexualidade, na identidade, na política e na divisão do trabalho (THAYER, 2001).

por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca, e pelo direito das mulheres de participar de seus sindicatos em pé de igualdade. Em meados da década de 90, o movimento foi estendido para quase 900 grupos locais nos nove estados nordestinos, estabelecendo laços com mulheres rurais de todo o Brasil e entrando em circuitos feministas transnacionais (THAYER, 2001, p. 104).

Ainda segundo Thayer (2001), o MMTR-NE se apropria do discurso de gênero e passa a utilizá-lo como uma ferramenta para criticar e reconstruir as relações sociais assimétricas entre homens e mulheres engajados no mesmo movimento de classe.

Nos anos 2000, as mulheres do campo criaram coletivos/secretarias de mulheres trabalhadoras rurais nas Federações Estaduais de Trabalhadores Rurais, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o setor de Gênero no MST e no MPA, a Secretaria de Mulheres na CONTAG e na Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil (CONTRAF) e a Marcha das Margaridas. “Ao ingressar nos movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmar como portadoras de um saber-poder no campo da política que lhes proporcione também repensar seu cotidiano” (SALES, 2007, p. 438).

A trilha construída diariamente pelas mulheres do campo em busca de reconhecimento, visibilidade e autonomia inclui a liberdade de ir e vir e a construção de uma nova compreensão sobre si mesmas e o mundo ao seu redor. Ao caminhar e/ou correr por essa trilha, querem, segundo Cordeiro (2006), ter confiança, respeito, estima e voz para formular e expressar ideias e opiniões que possibilitem ir além da casa e do quintal, alcançar a condição de trabalhadoras e produtoras de riqueza na esfera da produção e da reprodução, adquirir novos aprendizados, lutar por direitos e por

igualdade de gênero, participar de ações coletivas e do fazer político e ter acesso às políticas e aos recursos.

As mulheres em luta querem enfrentar e superar a condição excludente que lhes é imposta, tanto do ponto de vista econômico quanto político, social e cultural, pois, apesar de representarem 48% da população rural do Brasil, 36% da população economicamente ativa do mercado rural e de serem responsáveis pela produção de 30% dos alimentos básicos do país, elas se envolvem mais nos afazeres domésticos e nos cuidados com as pessoas – atividades denominadas improdutivas e não geradoras de renda – ocupando 18,1% das horas semanais, enquanto os homens dedicam 10,5% a essas atividades. Quando desenvolvem atividades produtivas, elas têm rendimentos mensais inferiores aos dos homens – as mulheres recebem, em média, R\$ 1.764,00, e os homens, R\$ 2.306,00, portanto, as mulheres recebem em torno de 23,51% a menos do que os homens, ocupam menos cargos gerenciais e de mais poder do que os homens – mulheres 39,1% e homens 60,9% e têm baixa representação política, considerando que apenas 11,3% das cadeiras do Congresso Nacional são ocupadas por elas – 16% no Senado, e 10,5%, na Câmara, mesmo em tempo de cotas mínimas para a participação de mulheres (IBGE, 2018).

Quando o assunto é participação política as mulheres sofrem mais violência e desrespeito. Muitas sofrem assédio, desqualificação e até violência física, principalmente quando começam a exercer um cargo com mais poder ou despontar como lideranças, seja nos movimentos mistos, sindicatos, partidos ou no parlamento [...] (CONTAG, 2019c, p. 13).

De acordo com a CONTAG (2008, p. 16), a violência contra as mulheres do campo “[...] acontece em casa, no trabalho, no movimento sindical e em diversos espaços da sociedade [...]” e, conforme o Relatório Conflitos no Campo Brasil 2018 (COMISSÃO

PASTORAL DA TERRA, 2019), as violências estão cada dia mais presentes na vida das mulheres do campo, visto que, de 2009 a 2018, as mulheres vivenciaram uma conjuntura de muita violência, configurada por 38 assassinados, 80 tentativas de assassinato, 409 ameaças de morte, 22 mortes em decorrência de conflitos; 111 foram presas; 410, detidas; 37, estupradas; 75, agredidas; 16 sofreram ameaças de prisão; 19 foram contaminadas por agrotóxicos; 52, feridas; 67, humilhadas; e 97 sofreram algum tipo de humilhação.

De 2008 até 2018, este último foi o mais violento para as mulheres do campo, com um crescimento de 377% de casos de violência que impactam a vida de 482 camponesas, indígenas e quilombolas: a) 36 foram ameaçadas de morte; seis sofreram tentativas de assassinato; seis foram feridas em tentativas de despejo; duas, torturadas; uma sofreu aborto por causa da violência; e duas foram mortas em conflitos agrários; b) aumento da criminalização da luta pela terra: 15 mulheres foram presas em ações policiais e 400 camponesas detidas dentro de ônibus e obrigadas a passar por revista durante a ocupação de uma fábrica da Nestlé (ação contra a privatização da água); c) os casos de violência incluem 13 mulheres indígenas, oito quilombolas, duas advogadas, duas agentes pastorais e 20 líderes de movimentos ou de comunidades; d) invisibilização social e dificuldades no acesso a políticas públicas por essas mulheres e crescimento da violência no contexto da luta pela terra – em 2018, foram registrados 964 conflitos agrários, que resultaram em 25 mortes de líderes camponesas, indígenas e quilombolas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019).

Nessa caminhada, as mulheres organizam marchas, que se constituem como grandes manifestações públicas, com o objetivo de ter “[...] visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo” (SCHERRER-WARREN, 2006, p. 112), como, por exemplo, a *Marcha das Margaridas* - uma ação

coletiva sociopolítica em adesão à *Marcha Mundial de Mulheres*³², de caráter formativo, denúncia e pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, organizada pelas mulheres do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), com o lema *Mulheres contra a Fome, Pobreza e Violência Sexista*. É coordenada pela CONTAG, com intensa participação de um conjunto de movimentos sociais e ONGs do campo e da cidade, de mulheres e/ou coordenações e coletivos de mulheres nacionais e internacionais. Para a CONTAG (2014, p. 2), “[...] a Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena”.

A *Marcha* tem esse nome em homenagem à dirigente sindical Margarida Alves – presidente do STTR de Alagoa Grande, na Paraíba, Brasil, assassinada pelos usineiros – grande símbolo da luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça, dignidade e pela ruptura com padrões tradicionais de gênero. Desde sua primeira edição, no ano de 2000, é realizada em Brasília, no Distrito Federal, no mês de agosto, com o objetivo de denunciar, reivindicar, propor e negociar ações e políticas públicas, “[...] que contribuam para a construção de um Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (CONTAG, 2014, p. 1).

Já foram realizadas seis edições da *Marcha*, nos anos 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2019, com os seguintes lemas: 2000 - *2000 Razões para Marchar: fortalecendo o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável*; 2003 - *2003 Razões para*

32 Mobilização organizada em todo o mundo contra os modelos políticos e econômicos que não têm se preocupado com a igualdade de direitos e a equidade de gênero. De acordo com Aguiar (2016), a MMM foi inspirada na Marcha Pão e Rosas, que ocorreu em 1995, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam por dez dias pelo interior do Quebec, entoando a canção “Du Pain et des Roses pour changer les choses” (Pão e rosas para mudar as coisas). Durante um fórum paralelo à conferência de Beijing, foi sugerida a ideia de uma iniciativa mundial contra a pobreza, o que se concretizou com a Marcha Mundial das Mulheres.

Marchar por Reforma Agrária, Acesso a Água, Saúde, Salário Digno e Contra a Violência Sexista; 2007 – 2007 Razões para Marchar por Terra, Água e Agroecologia, Valorização do Salário Mínimo, Soberania e Segurança Alimentar, Trabalho, Renda e Economia Solidária, Garantia de Emprego e Condições de Trabalho das Assalariadas, Saúde Pública, Direitos Previdenciários e Educação do Campo; 2011 – 2011 Razões para Marchar por Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade; 2015 – Margaridas Seguem em Marcha por Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade; e 2019 – Desenvolvimento Sustentável na Perspectiva das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas.

Desde a primeira edição, a *Marcha das Margaridas* vem trazendo reivindicações das mulheres do campo, da floresta e das águas, no tocante a “[...] reforma agrária, defesa das terras indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais, luta por soberania alimentar, pelo fim da violência contra as mulheres e por autonomia econômica” (MARCHA..., 2015, p. 1).

A *Marcha das Margaridas* é, potencialmente, um encontro afetivo, amoroso e sociopolítico de mulheres dos nossos campos, das nossas florestas e das nossas doces e salgadas águas, de todas as regiões, de todos os estados brasileiros, de outros países e de mulheres de várias gerações e etnias. É um momento formativo, de trocas de saberes, sabores, cheiros, vivências produtivas e reprodutivas, de apresentação e comercialização de produtos feitos pelas mãos femininas na casa – artesanato, doces, bolos, geleias, biscoitos, queijos, embutidos, roupas; no quintal – galinha, porco, cabra, frutas, verduras e legumes; e na roça. É um poderoso espaço de autocuidado e de cuidado coletivo, um território, essencialmente, feminino e feminista, de resistências, de lutas e de liberdade.

A *Marcha das Margaridas* possibilita às mulheres do campo, da floresta e das águas: a) participarem da elaboração e da negociação coletivas de reivindicações específicas das mulheres e de questões de interesse geral da categoria trabalhadora rural; b) ampliarem sua presença nas direções da confederação, das federações estaduais e

das STTRs; e c) assumirem posições contundentes no enfrentamento dos grandes desafios colocados para a construção de um Brasil verdadeiramente soberano, justo e solidário, com garantia dos direitos e cidadania plena das mulheres do campo, da floresta e das águas, de todas as raças, etnias e gerações.

A participação na construção e na realização da *Marcha das Margaridas* afirma a necessidade e a urgência de desconstruir o Estado e a sociedade patriarcais, sexistas, machistas, racistas, misóginos, lgbtfóbicos, xenofóbicos, heteronormativos, injustos, desiguais e concentradores de riquezas e de poder, enfim, do capitalismo, e reafirma as reais possibilidades de construir um Estado e uma sociedade para além do capital, como bem diz Mézáros (2008), que tenha como protagonistas as mulheres. Além disso, não é possível formular outro campo, outro Estado e outra sociedade sem a participação efetiva das mulheres.

As maiores conquistas de ser e estar na *Marcha* consistem em tatuar, na mente e no coração, que a luta por destruir o capitalismo e construir outro modelo de Estado e sociedade é uma tarefa de todas, todos e todes que acreditam, resistem e lutam por justiça, igualdade, autonomia e liberdade, e as mulheres são essenciais nessa árdua caminhada de resistência e de luta.

3 DA PLANTAÇÃO À SAFRA - A trajetória das mulheres no Movimento Sindical em Sergipe

Uma das particularidades da formação sócio-histórica do Brasil é o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais. Como nascemos rurais e permanecemos com uma área rural extensa e um percentual significativo de municípios rurais (60,4%), cuja população corresponde a 17% da população brasileira, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) 2017 (IBGE, 2017), os movimentos sociais e sindicais do campo continuam presentes e com forte capacidade de resistir, de lutar, de enfrentar e de construir

outro projeto de campo, de sociedade e de Estado (GOHN, 2003a; GOIS, 2012; GOIS; TAVARES, 2020).

Scherer-Warren (1993) e Gohn (2003a), ao analisar os movimentos sociais no campo ocorridos no século XX – décadas de 40, 50 e 60 – identificaram lutas protagonizadas por posseiras/os e camponesas/es, que resultaram na organização do movimento sindical rural e no surgimento da CONTAG. Nos anos de 1970 e 1980, despontaram novos movimentos, como MAB, MST, MPA, Mulheres Agricultoras, Movimento Indígena e Movimento das/os Seringueiras/os. Também se intensificaram as lutas das mulheres e, nessa caminhada, “[...] a mulher assumiu-se como militante nos movimentos, partidos e sindicatos e deixou os departamentos femininos como capítulos de uma história do passado” (GOHN, 2008, p. 141). Os departamentos foram criados nos anos de 1950, 1960 e 1970, nas estruturas dos movimentos e dos sindicatos comandados, hegemonicamente, por homens.

No âmbito do movimento sindical do campo, a inserção das mulheres ocorreu a partir dos anos 60 e 70 do século XX. O objetivo era de que elas fossem reconhecidas como trabalhadoras e tivessem acesso aos benefícios, aos serviços da previdência social e o direito de sindicalizar-se (LIMA, 2006), o que seria materializado com o acesso a terra e a titularidade em nome das mulheres, porque somente 18,6% das propriedades de terras têm as mulheres como titulares, tendo em vista que “[...] nossa sociedade ainda entende que terra e espaço de produção são coisas de homens [...]” (CONTAG, 2019d, p. 34).

A inserção das mulheres no movimento sindical surge na década de 60 para 70 sobre uma reivindicação das mulheres em lutar pela terra [...] Logo no início a luta das mulheres era pelo direito previdenciário, mas surgiu principalmente pelo direito à terra, o ter condição de se manter no campo com dignidade, mas produzir o alimento. Tanto é que na história foram

as mulheres que descobriram a agricultura familiar, cuidando dos afazeres domésticos, com o resto dos alimentos jogava sementes no quintal da casa e lá a gente descobriu que a semente germinava que aquilo era forma de a gente reproduzir o alimento do dia-a-dia. Com a ampliação das conquistas dentro do movimento sindical - e aí, voltado na luta das mulheres para se garantir na constituição federal e sermos reconhecidas como profissionais trabalhadoras - foi a luta pelo direito a aposentadoria rural. De lá para cá a gente tem trazido a vida das mulheres e o contexto social como pautas que o movimento sindical defende. A gente começou com a luta pela terra foi até o direito previdenciário, mas a gente percebeu que não são só essas faltas que dá conta e que as mulheres buscam em seu empoderamento e que saiam das amarras sob o jugo do machismo (Ex-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais; suprimimos).

Meu pai era sócio do sindicato minha mãe não podia porque naquela época a mulher não podia ainda. Por que era dependente do marido. Precisava não ter marido para se associar ao sindicato. Se ela tinha um companheiro ela não podia por que era aquela coisa de ser dependente. Isso foi até a década de 80. Em meados dos 80 foi quando as mulheres começaram a se acordar principalmente aqui no Nordeste. No Pernambuco foi muito forte no Rio Grande do Norte também. E as mulheres começaram a querer também um espaço no sindicato enquanto militantes, enquanto mulheres que assumiam o papel também de companheiras. Na época tinha o nome meio chato que

era “companheira que ajudava o marido”. Isso demorou muito tempo. Mesmo com a compreensão de ajudar o marido elas iam para lá escondidas porque não podiam participar disso tinham que ficar em casa, porque eram as responsáveis pela comida, por lavar as roupas no final de semana enfim. Mas muitas que foram declaradas, as mulheres mais ousadas, começaram a aparecer, pouquinhas, meio que receosas, mas começaram a aparecer não para de bater para dar opinião nas assembleias, mas para ouvir um pouco e tomar o gosto por isso [...] Não foi fácil porque eram pouco os maridos que aceitavam, mas tinha as ousadas que fizeram esse debate e graças a isso a gente tem hoje muitas mulheres o que são militantes. É de dar inveja são mulheres guerreiras são mulheres que defendem o que querem. (Ex-presidente da FETASE - suprimimos).

Antes dos anos de 1980, as trabalhadoras do campo e sertanejas só participavam dos sindicatos como dependentes de seus pais e maridos, já que, na época, seu trabalho não era reconhecido, mas considerado como mera ajuda ou complementar ao dos chefes de família, ou seja, dos homens, o que implicava o não pagamento por seu trabalho. Ainda nos anos de 1970 e 1980, sua participação em sindicatos as expunha a um risco moral, mesmo como funcionárias, pois sofriam discriminação, eram malvistas e sofriam pressões no âmbito familiar, porque poderiam comprometer a honra e o nome da família (CARVALHO; COSTA, 2017). Thayer (2001, p. 109-110; supressão no original) reforça:

Até meados dos anos 80 era negada às mulheres a condição plena de membro dos sindicatos, enquanto o acesso a benefícios do governo como as pensões ou aqueles vindos

de programas de combate aos efeitos da seca era dado apenas através da ligação delas com o chefe (masculino) de família. Muitas mulheres terminaram internalizando nelas mesmas essa condição de inexistência enquanto produtoras de valores de troca. Uma ativista afirma que “ainda hoje tem mulher que diz ‘não, eu não faço nada não... Só fico em casa; não trabalho’. Agora, ela lava, passa, cozinha, busca lenha (...) [e] trabalha na roça.... Apanha o feijão, quebra o milho, apanha algodão, e ainda diz ‘não, eu não faço nada não’”.

A condição de “membro não remunerado da família” exprime uma desigualdade de gênero e dissimula o significado da inserção produtiva das mulheres. Embora elas executem várias atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada, seu trabalho permanece invisível (PACHECO, 2009) até mesmo para elas, que costumam reproduzir o discurso da “ajuda” ou afirmar que “não fazem nada”, sem se darem conta de que as atividades que realizam na casa, no quintal, nas hortas, nos pomares e a criação de pequenos animais garantem a subsistência e a segurança nutricional do grupo familiar (SOUZA; BORGES, 2015). Por essa razão, desde o início dos anos 1990, os movimentos de mulheres investiram em campanhas voltadas para o seu reconhecimento como trabalhadoras rurais.

As lutas das mulheres do campo pelo reconhecimento de suas atividades como trabalho e de sua condição de trabalhadoras e o direito de sindicalizar-se têm gerado alguns frutos para além da sindicalização, pois elas estão ocupando 50% dos cargos de direção e do Conselho Fiscal da CONTAG, o que corresponde à ocupação de seis dos 12 cargos da diretoria e a dois membros dos quatro do Conselho Fiscal, nas gestões 2017/2021 e 2021/2025 (CONTAG, 2021), e vêm assumindo cargos nas gestões das federações estaduais, em polos sindicais e em sindicatos. A ampliação da presença

das mulheres nas gestões das entidades sindicais rurais deve-se à conquista da paridade de gênero nos espaços deliberativos a partir dos anos 1990.

Na política sindical, as mulheres do campo concebem a paridade de gênero como um instrumento político e jurídico, que determina que

mulheres e homens devem ter as mesmas condições de participar politicamente, de ocupar espaços de poder [...] significa possibilitar que homens e mulheres tenham oportunidade de aprender, crescer e se formar nos estudos e debates políticos, nas instâncias de decisão do movimento sindical [...] (CONTAG, 2019a, p. 34 - suprimimos).

No caso de Sergipe, campo empírico de nossa pesquisa, as mulheres atuam em cargos que compõem a atual Diretoria Executiva da Federação Estadual. Na gestão de 2016 a 2020, dos 12 cargos, sete (58,3%) eram ocupados por mulheres, conforme dados apresentados no **Quadro 1**; dos seis membros do Conselho Fiscal, cinco eram mulheres; nos cinco polos sindicais, a maioria era coordenada por mulheres. Os Polos Sindicais Baixo São Francisco, Cotinguiba e Sertão eram coordenados exclusivamente por mulheres; os polos Centro Sul e Sul tinham duas mulheres em suas coordenações, respectivamente; 41 (56,9%) dos 72 STTRs existentes em Sergipe eram presididas por mulheres, e 45 (62,5%) contavam com mulheres que atuavam no cargo de tesoureiras, de grande poder de influência e de decisão e historicamente ocupado por homens (FETASE, 2019).

A gestão atual da FETASE (2020/2024) passou a ter 11 cargos em função da unificação das Secretarias de Política Agrária e do Meio Ambiente, e as mulheres continuam ocupando cargos na gestão, porém, em menor número e proporcionalidade, considerando que cinco (45,4%) são ocupados por mulheres. Esses

números confirmam que a presença das mulheres na gestão da Federação diminuiu, como demonstrado no **Quadro 1**; o Conselho Fiscal conta com 50% de mulheres, e nos cinco polos sindicais, as mulheres continuam sendo maioria em suas coordenações. Os polos sindicais Baixo São Francisco, Cotinguiba e Sertão continuam sendo coordenados exclusivamente por mulheres, e os polos Centro Sul e Sul mantêm a participação de duas mulheres em suas coordenações (FETASE, 2021).

Quadro 1 – Composição da Diretoria da FETASE por sexo

CARGOS	GESTÃO			
	2016/2020		2020/2024	
	SEXO		SEXO	
	FEM.	MASC.	FEM.	MASC.
Presidência	-	X	-	X
Secretaria Geral	X	-	X	-
Secretaria de Finanças e Administração	X	-	-	X
Secretaria de Políticas Agrícolas	X	-	-	X
Secretaria de Política Agrária*	X	-	X	-
Secretaria de Meio Ambiente*	X	-	-	-
Secretaria de Assalariados e Assalariadas	-	X	-	X
Secretaria de Políticas Sociais	-	X	X	-
Secretaria de Formação e Organização Sindical	-	X		X
Secretaria de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras rurais	-	X	X	-
Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais	X	-	X	-
Secretaria de Trabalhadores e Trabalhadoras da Terceira Idade	X	-	-	X
TOTAL	7/58,3	5/41,7%	5/45,4%	6/54,6%

Fonte: FETASE (2021)

*Na gestão atual – 2020-2024 – as Secretarias de Política Agrária e de Meio Ambiente se transformaram em uma única secretaria, a Secretaria de Política Agrária e Meio Ambiente.

Ao analisar a composição da Diretoria da FETASE nas gestões de 2016 a 2020 e de 2020 a 2024, alguns dados chamaram nossa atenção: a) a presença exclusiva de homens na presidência; b) a presença exclusiva de mulheres nas Secretarias Geral e de Política Agrária; c) a alternância da presença de homens e de mulheres na coordenação das demais secretarias; e d) a presença exclusiva de homens na Presidência e de mulheres na Secretaria Geral, que contribui para reproduzir a desigualdade de gênero e o sexismo, pois o cargo de comando e de maior poder é dos homens e o que exige mais organização e realização de atividades burocráticas é ocupado por mulheres.

Assim como ocorre na Diretoria da Federação, a presença de mulheres ocupando cargos nas diretorias das STTRs foi reduzida na gestão vigente (2020/2024), e a ocupação da Presidência por mulheres passou de 41 (56,9%) STTR, na gestão de 2016 a 2020, para 34/47,2% dos 72 STTRs. A presença de mulheres na Secretaria de Finanças e Administração/Tesouraria também foi reduzida na gestão em curso, considerando que, na gestão de 2016 a 2020, 45 (62,5%) STTRs dispunham de mulheres, e na gestão atual, elas estão presentes em 37 (51,3%) (FETASE, 2019; FETASE, 2021). Apesar da redução do número de mulheres na Presidência e na Secretaria de Finanças e Administração, nos cargos de grande poder de influência e de decisão, historicamente ocupados por homens, a presença delas ainda é muito significativa e sobremaneira importante para o reconhecimento do poder de resistência e de lutas e da capacidade de as mulheres do campo liderarem e gerirem suas organizações sindicais.

A realidade de Sergipe não é a de todas os estados, mas consequência da coragem das mulheres sergipanas de fazerem valer a obrigatoriedade da presença da mulher nas direções dos sindicatos, as denominadas cotas, que elas conquistaram arduamente, e do exemplo de outras que passaram pelas diretorias da Federação e de alguns sindicatos.

A organização das mulheres ganhou força na época até a gente chegar num congresso mais adiante com a cota mínima de mulheres nas direções dos sindicatos e das federações e, em consequência, também na própria Contag. De lá para cá a gente conquistou a paridade de gênero. Hoje para um processo eleitoral de sindicato ser validado a gente precisa garantir que 50% do gênero feminino esteja como candidatas na chapa. Aqui em Sergipe é diferente. A gente conseguiu esse diferencial por conta do processo histórico. Hoje 80% das direções dos sindicatos e na federação a gente vê isso. 80% estão [sic] mulheres: presidentes, tesoureiras, secretárias-gerais, secretárias de juventude e o próprio cargo de coordenadora de mulheres (Ex-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais).

No movimento sindical cresceu muito a questão das mulheres e nosso estado hoje tem cerca de 80% das diretorias e tem sindicatos como os de Malhador e Areia Branca que chegam a ter 90% da diretoria ser de mulheres [...] Talvez a mulher do movimento sindical de Sergipe agarrou as cotas e começou a aprimorar mais, a ter mais conhecimento e se empoderou mais nesses cargos das direções do sindicato por ter coragem de fazer esse enfrentamento. Talvez por ter Lúcia na época em que eu era da comissão de jovens - ela fazia parte da Coordenação Estadual de Mulheres - a gente precisa ter um bom exemplo. A gente vê alguém que tem uma garra, uma força de vontade, que tem uma boa fala. Então foi acontecendo dessa forma; a gente foi vendo exemplos de ter muitas mulheres que passaram por aqui [...] A gente foi vendo

que a gente podia tanto quanto os homens e que a gente precisava também estar se colocando nas diretorias do sindicato [...] (Tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida; suprimimos).

[...] Então quando elas veem outras companheiras está em qualquer função dá mais coragem para as outras enfrentarem. ‘Fulana não estava lá? Aquela mulher que não conseguiu?’ Então dá coragem para aquelas outras também quererem se juntar para lutar pelos seus direitos, querer se candidatar. Então ajuda bastante quando tem alguma mulher em alguma diretoria, incentivar a querer participar (Presidente do STTR de Feira Nova).

Convém enfatizar que as mulheres também estavam na gestão de 2016 a 2020, na Secretaria Geral de 64 (88%) dos sindicatos (FETASE, 2019). Na gestão de 2020 a 2024, a participação das mulheres na Secretaria Geral aumentou visto que, dos 72 sindicatos, 68 (94,4%) são secretariados por mulheres (FETASE, 2021). Esse cargo é historicamente ocupado por mulheres, devido à concepção de que as atividades inerentes a ele são burocráticas e mais afeitas às mulheres – atendimento às/aos sindicalizadas/os, acolhimento, orientação, organização do espaço para reunião e formação, elaboração de editais, atas e correspondências – e, principalmente, por não ser um cargo de comando.

A inserção das mulheres no movimento sindical, seja na condição de associadas ou de ocupantes de cargos de Diretoria, representa uma grande conquista, por lhes possibilitar acesso à informação, ao conhecimento e à formação política, ouvir outras mulheres e serem ouvidas por elas; incentivá-las a se engajarem no movimento sindical, a ampliarem sua visão de mundo, incluindo o cotidiano familiar; a participarem da construção de políticas públicas e a se inserirem na luta por visibilidade, direitos, autonomia e liberdade.

Ajuda porque incentiva outras companheiras a também ingressar e se interessar no movimento sindical, já que muitas vezes elas têm um pouco de receio porque ser presidente ou trabalhar em qualquer [...] (Presidente do STTR de Feira Nova).

É a gente ser vista [...] independente de ela ter um trabalho que seja como funcionária, que seja no campo, mas que ela tenha independência financeira, que seja dona de si. Isso me fez ver, me fez enxergar. Tenho esse exemplo de vida, meu mesmo, que a partir do momento que eu entendi que eu estava sofrendo violência psicológica, que naquele momento a atitude era minha, era eu que tinha que tomar uma decisão, não precisava que meu ex-companheiro tomasse uma atitude por mim. Isso surgiu do movimento sindical, eu como presidente do sindicato fui perceber que isso estava acontecendo comigo mesma (Tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida; suprimimos).

É a liberdade de você pensar e dizer o que pensa em alguns espaços e ajudar alguém. Você pensando em tanta liberdade de pensar, de ajudar e orientar [...] Todas as mulheres que eu conversei enquanto coordenadora de mulheres enquanto diretora da terceira idade quem mais se abria com a gente eram as mulheres [...] Pelo menos dar coragem. Tem mulheres desencorajadas. A gente encontra mulheres vivas-mortas. A gente sabe que é viva, mas por dentro mortas por que não têm como viver por dentro. Você se acha que não vale nada. Primeiro por ser mulher, porque já traz isso impregnado... E quando você dá uma condição de ela enxergar, se ela sentir que é capaz de alguma coisa, isso

não tem preço (Ex-presidente da FETASE; suprimimos).

Na caminhada de luta para se inserir no movimento sindical, as mulheres enfrentam desafios na esfera privada – a família – e na esfera pública – as entidades sindicais. Todos os desafios têm intrínseca relação com o machismo, o sexismo e a desigualdade de gênero. A resistência dos companheiros/maridos configura o maior desafio na esfera privada, como mostram estas falas:

A gente tem realidades horríveis, mulheres que se separaram por causa da militância. O marido não aceitou e não iria aceitar nunca. A mulher sair e passar oito dias fora de casa, sem ele saber onde anda, no mundo machista, em que o marido só está confiando se estiver vendo a mulher ou coisa parecida... É muito difícil. A gente tem N histórias absurdas [...] Eu tenho história dos filhos que não aceitavam a mãe sair para uma reunião de sindicato. Os filhos! Ela era viúva, não tinha nem o marido para interferir. Mas os filhos não deixavam: “isso aqui não é lugar. Um monte de homem e a senhora vai fazer o quê”? Impregnado o machismo dentro de você, não podia fazer nada (Ex-presidente da FETASE; suprimimos).

A gente ainda ver alguns relatos de companheiras que ainda estão tendo problema com o companheiro porque estão viajando muito. O movimento exige uma representação dentro do seu raio de atuação ou fora dele. E aí nos casos de formação política que exige um tempo mais ausente de sua própria casa da sua unidade familiar: “ah, eu não vou poder ir porque tenho meus filhos e meu marido” [...] “não tenho condição de ir porque o marido

não vai deixar”. A gente ainda se depara com essa situação de as mulheres abrirem mão de buscar uma formação de potencializar sua luta porque o marido não deixa por causa desses afazeres impostos, porque não tem ainda uma divisão das tarefas domésticas (Ex-secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais; suprimimos).

A primeira questão é que os companheiros não entendem que vida é essa porque o movimento social é doação [...] Então você começa a aparecer, você cria um nome, você não é só mais a mulher de fulano: você passa a ser a pessoa do sindicato e ele é quem passa a ser o marido de fulana de tal [...] O que incomoda mais não é a independência financeira, porque muitas vezes a gente não ganha tanto, mas a independência de você dizer assim: “eu sou mais eu e eu posso viver. Sou sua esposa; não sua propriedade” (Tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida; suprimimos).

Além de diminuir em casa o tempo com o marido, muitas das vezes os maridos não aceitam. Lá mesmo tem uma mulher que teve que desistir porque o marido não deixava ela viajar. É porque se fosse viajar já ia arrumar outro. É porque nós somos mulheres fortes e não desiste [sic] assim fácil. Mas quando chega em casa é o marido reclamando, os filhos também porque estão ausentes da mãe, do carinho da mãe. Às vezes nós passamos dias e dias em reunião. Tudo isso aflige um pouco o casamento [...] então temos que ter esse diálogo com os companheiros para eles terem essa compreensão, que mulher não é só para ficar na cozinha: cozinhando, lavando, passando. A mulher tem que estar onde ela quiser e pretender, tem que

lutar pelos seus direitos (Presidente do STTR de Feira Nova; suprimimos).

A saída das mulheres da esfera doméstica e seu ingresso em espaços de participação política não acontecem sem tensões e conflitos no interior da família, uma vez que desestabiliza as relações de poder. E quando é em algum movimento, comumente provoca a resistência de pais, maridos ou até filhas/os, em virtude da ruptura do cotidiano familiar e dos padrões morais que regem as relações na família e na comunidade (PINTO, 1992).

De acordo com Cordeiro (2006), as trabalhadoras envolvidas com o movimento sindical também são alvo de censura e crítica de vizinhas/os e das próprias mulheres da comunidade, que exercem controle sobre sua mobilidade, isto é, determinam e restringem o seu ir e vir no campo. Então, se as mulheres não enfrentam empecilhos para sair de casa quando vão resolver problemas relativos à saúde, à educação, ao trabalho ou à família ou quando viajam para “pagar promessa”, são impedidas pelos maridos de dormir fora de casa ou de se ausentar por dias seguidos para participar de reuniões ou eventos. A restrição de ir e vir denuncia o controle da sexualidade feminina – cujo exercício continua atrelado aos marcos da união conjugal – em que a mulher não é vigiada somente pelo marido, mas também pela comunidade, pelas/os vizinhas/os e pelas/os conhecidas/os, o que finda por inibir algumas delas de se engajarem nas resistências, nas lutas e nos movimentos e de exercerem o ativismo político.

Na esfera pública, os maiores desafios são a aceitação da presença da mulher nas diretorias, especialmente quando elas ocupam cargos diretivos, portanto, com poder de decisão, e a visão de que estão tomando o espaço dos homens, não têm competência e estão nos cargos, única e exclusivamente, por exigência da paridade sindical, conquistada pela adoção do sistema de cotas de gênero e o diálogo com todas as mulheres, seja do campo ou da cidade, e com a sociedade.

[...] Essas mulheres agora querem tudo. E aí fica a questão do machismo ainda porque é predominância mesmo. Até os próprios companheiros... a gente 'é mais' diretora, às vezes no momento de falar a gente tem que falar mais alto que eles [...] se a gente for fazer uma análise geral ainda eu acho que hoje nossos companheiros não vão nos ouvir, eles sempre vão achar que a gente está aqui ocupando cotas [...] a última palavra é a deles [...] A gente conquista nossos espaços, mas ainda coloca um dedinho lá e acha que é por causa de cota ou alguma outra coisa. Eles acabam fazendo isso. É como se eles estivessem nos dando alguma coisa. A gente conquista, mas eles têm que dar alguma explicação diferente (Tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida; suprimimos).

[...] Tem uns que não querem aceitar, tem homem na diretoria que não quer ficar abaixo da mulher. Lá mesmo nós trabalhamos em equipe. Sou presidente, mas considero todo mundo a mesma coisa. Mas aí tem muitos que "ah, fulana é presidente, é mulher e eu sou homem e estou mais embaixo". Sempre encontro essa resistência entre os homens na hora de lançar chapa. Eles querem ser candidatos. A gente encontra essa resistência de não aceitação [sic] (Presidente do STTR de Feira Nova).

O maior desafio é chegar até lá, é se encorajar [...] e se manter até lá com muita cautela. Não dá para você chegar nesses espaços sem cautela por que os que não têm cuidado, que são donos da verdade, estão lá: 'eu faço tudo, eu é que mando, eu determino, eu digo quem é a diretora que vai ficar. A mais bonitinha, a mais

novinha, no final de semana eu saio com ela'. Você precisa ser você porque se você não tiver certeza de quem você é você vai cair que nem um patinho lá dentro. Tem que ter personalidade firme, determinação [...] (Ex-Presidente da FETASE).

[...] O nosso grande desafio é dialogar com a sociedade [...] É mulher? Pode ser rica, pobre, negra, quilombola, indígena, branca: ela sofre na sua condição de ser mulher. Então esse sentimento de buscar as mulheres para se libertarem dessa condição, superar essa situação, perpassa pela organização política [...] É dialogar sobre o que a gente tinha, sobre o que a gente tem, sobre o que a gente quer. É reconstruir um Brasil com soberania com democracia sem violência, que promova a oportunidade das mulheres, mas também que reconheça que não é só promover oportunidade, mas a gente precisa estar nos cargos de decisão e de poder, desde a esfera privada até a esfera pública (Ex-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais - suprimimos).

De acordo com Abreu Lima (2006), o processo organizativo das mulheres não se deu nem se dá de forma linear, tampouco tranquila, sem tensionamentos. Inicialmente, as mulheres enfrentaram desde resistência até desconfiança, além de zombaria e descrédito, entretanto, conseguiram se impor, mesmo porque sua participação no movimento sindical atendia aos interesses do próprio movimento, no tocante ao seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e sua integração aos sindicatos.

Abreu Lima (2006) acrescenta que, por outro lado, sua participação nos sindicatos rurais exige que, tal qual os homens, as mulheres se mantenham sempre disponíveis, mesmo que suas

responsabilidades na esfera doméstico-familiar sejam afetadas. Elas também têm que ser dotadas de capacidade política e de fazer trabalhos maiores, a fim de obter o reconhecimento e o respeito dos companheiros de sindicato, o que, muitas vezes, implica assumir uma postura determinada, contundente e incisiva e evitar quaisquer demonstrações de emotividade. Finalmente, cobra-se das mulheres um comportamento ilibado, no plano moral, ao contrário dos homens.

Os desafios e os limites enfrentados pelas mulheres do campo, para se inserirem e se manterem no movimento sindical e nas demais lutas e movimentos sociais, não as impedem de enxergar e de colher alguns frutos que contribuem para que resistam e continuem lutando, conforme falas das presidentes dos sindicatos de Feira Nova e de Nossa Senhora de Aparecida, respectivamente.

O que eu acho uma grande conquista é o conhecimento. É uma riqueza que ninguém toma. Então para mim poder conhecer mais um pouquinho da nossa história e poder fazer aquele trabalho de formiguinha, de transmitir para outras companheiras [...] (Presidente do STTR de Feira Nova).

Eu digo que a nossa caminhada é exemplo de várias pessoas que me fizeram assim e a gente tem nossa autonomia, nosso respeito, gostar de si próprio, saber que a gente é tão grande. As pessoas dizem que a mulher é o sexo frágil, mas a gente é tão grande, a gente consegue ser mãe, consegue ser mulher, consegue ser militante, tanta coisa ao mesmo tempo e a gente consegue agarrar tudo. A gente tem tempo para tudo e tem hora que não tem tempo para si própria [...] (Tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida).

Tudo que a gente conquistou, que nos faz ecoar nas ruas, que a gente não aceita o jogo do machismo, que a gente não aceita o jogo do capital e que nos condiciona à exploração, à negação e sobretudo à violência gratuita [...] a indignação, a vontade de fazer justiça (Ex-Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais).

Essas mulheres, em sua militância, falam de lutas e de entraves, mas, principalmente, de conquistas do conhecimento sobre elas e sobre o mundo à sua volta, sobre a opressão e a discriminação de gênero, que tolhem sua autonomia, cerceiam sua liberdade de ir e vir, mas também reprimem sonhos e desejos. Esse conhecimento faz com que descubram sua força e seu valor, passem a se reconhecer como trabalhadoras e, não mais, como “ajudantes”, e sujeitos políticos que enfrentam o machismo, os valores patriarcais e a violência de gênero, que permeiam as relações entre homens e mulheres no campo, além de transmitir seu conhecimento para outras tantas mulheres que permanecem distantes dos movimentos sociais e sindicais, invisíveis e isoladas no espaço doméstico.

4 DE FRUTOS A NOVAS SEMENTES – Derradeiras considerações

A participação das mulheres do campo nos movimentos sociais e no movimento sindical constituiu uma trilha na luta por autonomia econômica, trabalho e renda; políticas públicas universais, estatais, de boa qualidade e socialmente referenciadas na realidade dos povos do campo; igualdade, justiça e uma vida livre de violência, sem racismo e sexismo. Essa participação construída, desconstruída e reconstruída nas esferas privada e pública proporcionou a gestação de uma diversidade de frutos e o surgimento de novas sementes que, para frutificar, precisam ultrapassar o limite da intensa resistência das mulheres e do reconhecimento de sua capacidade organizativa.

Isso requer o envolvimento de toda a classe trabalhadora, sem perder de vista o protagonismo das mulheres do campo, das florestas, das águas e das cidades na construção de uma nova sociedade e de um novo Estado, em que:

- Todas as expressões e formas de trabalho sejam reconhecidas e valorizadas. Esse processo exige “[...], em um primeiro momento, compreender como a sobrecarga com o trabalho doméstico e de cuidados resulta em desigualdades entre mulheres e homens [...]” (CONTAG, 2019d, p. 14) e, em seguida, construir e implementar alternativas que contribuam para superar a divisão sexual do trabalho.
- As mulheres tenham garantia de acesso à terra, à água, às sementes, à assistência técnica social e ambiental e a todos os meios necessários para realizar suas atividades produtivas – agricultura, criação de animais, extrativismo, pesca e artesanato, incluindo produção e comercialização.
- As mulheres tenham acesso a políticas públicas diferenciadas, que reconheçam, valorizem e apoiem o desenvolvimento de projetos concebidos por elas e, a partir dos seus desejos e sonhos, favoreçam a criação de atividades produtivas individuais e/ou coletivas protagonizadas por elas próprias.
- As mulheres entendam a força da auto-organização como espaço para a formação, com base em suas experiências e nos aprendizados concretos, na construção coletiva de novos sujeitos políticos e em uma agenda política. Trata-se de um espaço privilegiado, em que possam criar e desenvolver ações e atividades que questionem, de forma radical e contundente, a sociedade capitalista, patriarcal e, na era do “bolsonarismo”, mais machista, mais racista, mais sexista, mais misógina e em que o ódio contra as mulheres, as negras, as/os LGBTQIA+, a população pobre e periférica e a classe trabalhadora é disseminado, pois, como afirma Táboas (2018, p. 42),

[...] o processo de libertação das mulheres das relações de violência, dominação e exploração passa pelo processo de formação de consciência que é articulado pelo tripé formação política, organização popular e luta, e é desenvolvido de forma a envolver as dimensões individual e coletiva.

Por fim, que as mulheres do campo continuem com a cabeça – a razão – e o coração – a emoção – na luta para plantar e colher frutos e sementes que fortaleçam as resistências e os movimentos sociais e sindicais de mulheres que questionam e enfrentam as desigualdades de classe, gênero e raça inerentes à sociedade e ao Estado capitalistas, aprofundadas na era do capitalismo ultraliberal.

ADUBAGENS – REFERÊNCIAS

ABREU LIMA, M. do S. As mulheres no sindicalismo rural. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006. p. 101-123.

AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, Edição Especial, p. 261-295, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261>.

CARVALHO, C. R.; COSTA, M. A. T. S. A trajetória do movimento das mulheres trabalhadoras rurais do sertão central de Pernambuco: 1984 – 2015. **Extensão Rural**. DEAER – CCR – UFSM, Santa Maria, v. 24, n. 2, p. 37-54, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5902/2318179622565>.

CHIMINI, L. A opressão contra a mulher não é o mundo que a gente quer: enfrentamento a partir do MPA do Rio Grande do Sul. *In*: TAVARES, J; COSTA, J; FAGUNDES, M. (org.). **Diversidade**

produtiva das mulheres do MPA. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 167-172.

CONTAG. **Quem somos** – diretoria. 2021. Disponível em: www.contag.org.br. Acesso em: 14 abr. 2021.

CONTAG. Cadernos de debates: desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. **Caderno 1 – Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres.** Brasília: CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, 2019a.

CONTAG. Cadernos de debates: desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. **Caderno 2 – Pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética, pela proteção e conservação da sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns.** Brasília: CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, 2019b.

CONTAG. Cadernos de debates: desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. **Caderno 4 – Por uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo, pela autonomia e liberdade das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade.** Brasília: CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, 2019c.

CONTAG. Cadernos de debates: desenvolvimento sustentável na perspectiva das mulheres do campo, da floresta e das águas. **Caderno 3 – Por autonomia econômica, trabalho e renda, por terra, água e agroecologia.** Brasília: CONTAG/Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, 2019d.

CONTAG. **Marcha das Margaridas** – Projeto para captação de recursos. Brasília: CONTAG/ Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais Agricultoras Familiares, 2014.

CONTAG. **Combate à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais**: abram os olhos para seus direitos. Brasília: CONTAG, 2008. Disponível em: www.contag.org.br. Acesso em: 10 abr. 2021.

CORDEIRO, M. R. Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no sertão - Central de Pernambuco. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 145-171.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo** – Brasil 2018 (CPT, 2019). Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/conflitos-no-campo-brasil-2018-cpt-2019/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100010>.

FETASE. **Quem somos** – diretoria. 2021. Disponível em: <http://fetase.org.br/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FETASE. **Quem somos** – diretoria. 2019. Disponível em: <http://fetase.org.br/>. Acesso em: 17 maio 2019.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOHN, M. da G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003a.

GOHN, M. da G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003b.

GOIS, M. N. Marcha das Margaridas: mulheres trabalhadoras rurais construindo igualdade de direitos, políticas públicas e cidadania. *In: SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL*, 20., 2012, Córdoba. **Anais [...]**, Córdoba: ALAEITS, 2012. p. 1-12.

GOIS, M. N.; TAVARES, M. S. Miradas de gênero: a participação das mulheres no Movimento Sindical Rural de Sergipe/Brasil. *In: CONGRESO INTERNACIONAL ALAS PERÚ*, 32., 2019, Lima. **Anais [...]**. Lima: Associação Latino-americana de Sociologia, 2020. p. 963-977.

HORA, K. E. R. Ubuntu: eu sou porque nós somos – desafios para a luta das mulheres rurais por políticas públicas pós-golpe 2016. **Okara: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 434-466, 2018. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 20 jun. 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPEA. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília: DF, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/beijing_20.html. Acesso em: 21 set. 2019.

LIMA, M. do S. A. As mulheres no sindicalismo rural. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 101-122.

MARCHA DAS MARGARIDAS SE ENCERRA COM NOVAS CONQUISTAS E MOSTRA A FORÇA DAS MULHERES ORGANIZADAS. *In*: **Sempreviva - Organização Feminista (SOF)**, 2015. Disponível em: www.sof.org.br/2015/08/15. Acesso em: 24 maio 2019.

MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de. Reorientações produtivas na divisão familiar do trabalho: o papel das mulheres do sertão do São Francisco (Sergipe) na produção de queijo coalho. *In*: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres camponesas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 129-146.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHECO, M. E. L. **A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico**. 2009. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/sugestao-de-leitura?cat_show=141. Acesso em: 20 set. 2019.

PINTO, C. R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In*: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.

SALES, C. de M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio/ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200010>.

SANTOS, C. A. dos *et al.* (org.). **Dossiê educação do campo:** documentos 1998-2018. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020.

SCHERRER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5212/4736>. Acesso em: 31 out. 2023.

SCHERRER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SILVA, C.; PORTELLA, A. P. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no nordeste brasileiro. *In*: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. (org.). **Agricultura familiar e gênero:** práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 127-144.

SOUZA, W. A. P.; BORGES, J. R. P. Quando o trabalho das mulheres e o campo aparecem, os conhecimentos sobre a vida crescem. **Bahia anál. Dados**, Salvador, v. 25, n. 3, p. 559-577, jul./set. 2015.

TÁBOAS, I. M. *É luta!* Feminismo camponês popular e enfrentamento da violência. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

THAYER, M. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 9, v.1, p. 103-130, 2. sem. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100006>.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VASCONCELOS, E. B. de; MOTA, R. M. Espaços de resistência feminina no alto sertão sergipano: a experiência de mulheres camponesas da Comunidade Garrote do Emiliano em Poço Redondo. *In*: TAVARES, J.; COSTA, J.; FAGUNDES, M. (org.). **Diversidade produtiva das mulheres do MPA**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 127-136.

ENTREVISTAS

Entrevista de A. P. Oliveira, ex-presidente e tesoureira do STTR de Nossa Senhora de Aparecida, Sergipe, realizada em 2019.

Entrevista de L. dos R. Santos, Presidente do STTR de Feira Nova, Sergipe, realizada em 2019.

Entrevista de M. A. O. Nascimento, ex-secretária de Mulheres Trabalhadora Rural da FETASE, realizada em 2019.

Entrevista de M. L. S. Moura, ex-secretária de Finanças do STTR de São Cristóvão (SE), ex-presidente da FETASE e ex-secretária da Secretaria Nacional da Terceira Idade da CONTAG, concedida às autoras em 2019.



MUJERES RURALES Y ORGANIZACIONES COMUNITARIAS EN CHILE Y COLOMBIA: TRABAJO, RESISTENCIA Y ACCIÓN COLECTIVA

*Mónica Lilian Cantillo Quiroga
Vicente Sisto Campos*

1 INTRODUCCIÓN

En este capítulo, buscaremos relevar un campo de tensiones en el que se desenvuelve la mujer trabajadora rural que forma parte de organizaciones comunitarias, en medio del actual modelo económico postsocial. Iniciaremos explorando el papel de las mujeres rurales en el capitalismo neoliberal y la acumulación primitiva, en la relación entre género, trabajo y ruralidad a partir de una revisión mínima de la historia, para trazar la continuidad en esta práctica que sostiene al capitalismo de libre mercado en la actualidad, especialmente en los países del sur global. Posteriormente, nos introduciremos en las geopolíticas económicas sobre el Desarrollo Rural Territorial (DTR) y la relación de ellas con el trabajo campesino. Por último, expondremos el papel de las resistencias y acciones colectivas en las mujeres rurales de Colombia y Chile. En este apartado, abordaremos las maneras como las mujeres han enfrentado las políticas públicas globales y las sociedades patriarcales, a partir de sus acciones colectivas y resistencias en dos países dentro de un mismo modelo económico: Colombia y Chile.

Este es un trabajo de orden cualitativo, de tipo documental, donde, como plantean Silveira Lemos *et al.* (2015), buscamos problematizar y entender las maneras en las que los documentos hablan de los procesos estudiados desde la historia y el presente. En este caso, queremos exponer cómo se presenta la situación actual de las mujeres rurales en Latinoamérica, principalmente en su condición de trabajadoras. Todo ello a partir de la revisión de algunas investigaciones de tipo empírico realizadas en Chile y Colombia. Igualmente, comparamos las distintas realidades que experimentan las mujeres rurales para encontrar similitudes, diferencias, aspectos problemáticos y formas de resistencia en estas comunidades que han sido consideradas como vulnerables por las distintas legislaciones y protecciones internacionales, globales y locales. Las investigaciones consultadas tratan la temática con un componente histórico que parte de la época colonial, y, de igual forma, se interesan por explicar las repercusiones del periodo del capitalismo postsocial en el trabajo rural. Este periodo, que parte desde los años 80, impactó especialmente a las mujeres de las comunidades rurales, en un ambiente de dictaduras o gobiernos autoritarios que han generado mayores movimientos colectivos.

En este estudio, entonces, pretendemos realizar un aporte al campo desde la comprensión sobre la mujer rural, el trabajo remunerado y no remunerado, las labores de cuidado y de resistencia que ha desempeñado de manera sostenida en el tiempo dentro del territorio rural global.

2 LAS MUJERES RURALES EN EL CAPITALISMO NEOLIBERAL Y LA ACUMULACIÓN PRIMITIVA

En este apartado mostraremos nuestra comprensión histórica de la figura de las mujeres rurales en el escenario capitalista y postsocial especialmente. Esta figura aparece en una lógica de continuidad temporal, que no se puede desligar de lo que significa ser una habitante de los territorios rurales desde la conquista hasta

nuestros días. Las transformaciones en el trabajo que convierten a las mujeres en asalariadas, las dobles o triples jornadas laborales que tienen que asumir y la falta de titularidad de la tierra, nos hacen pensar en que la acumulación primitiva sigue vigente. El modelo postsocial subsume los cuerpos femeninos rurales que le resultan amenazantes desde su poder sexual, de conocimientos médicos y su capacidad organizativa comunitaria (FOUCAULT, 2008; RIVERA CUSICANQUI, 2010).

Las transformaciones macroeconómicas en América Latina y sus políticas de libre mercado, hacia los años 80, abrieron el espacio para que las mujeres ingresaran masivamente y de manera precaria al mercado laboral (VALDÉS, 2015, 2017; CÁTEDRA IBEROAMERICANA DE PREVENCIÓN DE RIESGOS LABORALES, 2011; RIELLA; MASCHERONI, 2015). Las mujeres rurales se convirtieron en asalariadas por la expansión de la industria agrícola de exportación a nivel global. De esta forma, al trabajo reproductivo – tradicionalmente desarrollado por las mujeres –, se sumó el trabajo productivo en las agroindustrias, uno de los sectores más importante de la economía actual (VALDÉS, 2020).

Las mujeres rurales, al convertirse en asalariadas, han desempeñado trabajos acordes a la comprensión cultural hegemónica de lo femenino, es decir, labores relacionadas con el cuidado en general y específicamente de los animales, los cultivos y la asistencia en los procesos tecnificados que les son asignados a los hombres. Los empleos que se les ofrecen son, además, de mala calidad y la gran mayoría son temporales. Aun así, casi la mitad de la población económicamente activa del sector rural, conformada por mujeres, está sometida a este tipo de trabajo (ILO, 2013).

Otro aspecto significativo, en cuanto a las mujeres rurales, es el uso del tiempo. Ellas invierten más tiempo que las mujeres urbanas y los hombres en las tareas del cuidado y del hogar. Por ello, la situación laboral de ellas se resume en una carga excesiva de trabajo, caracterizada en la literatura como doble o triple jornada laboral. Esta jornada está marcada por el desarrollo de tareas agropecuarias

y de cuidado, pocas horas de sueño, baja o nula remuneración y reconocimiento (FAO, 2009; ARPINI *et al.*, 2012; ENRÍQUEZ, 2015; LOGIOVINE, 2017; RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

Por otro lado, las mujeres rurales no cuentan con la titularidad de las tierras en las que trabajan y viven y, por si esto fuera poco, el modelo económico actual, y desde el inicio de la economía capitalista, ha centrado su afán en la acumulación primitiva que hace uso de la desposesión o el acaparamiento de tierras como estrategia para generar riquezas. Este acaparamiento refleja la manera en que el pensamiento hegemónico concibe a los territorios conquistados como despensa de materia prima para su producción: mano de obra y recursos naturales. Es así que, lejos de pensar en la desaparición de la violencia con la que se conquistaron los territorios de lo que se denominó América Latina, el exterminio de comunidades, poblaciones y personas que habitan territorios de interés para el capital sigue siendo una práctica común que permite la apropiación de tierras en el continente, y, al mismo tiempo, es uno de los motores de este sector económico y del modelo postsocial (DE ANGELIS, 2012; TORRES MORA, 2020).

La acumulación primitiva, como concepto, fue acuñado por Marx en *El Capital* y lo concibe como uno de los puntos de partida del capitalismo, en donde la violencia, el exterminio por el expansionismo europeo, la apropiación de las riquezas y de las tierras, el esclavismo, entre otras prácticas, estuvieron en la base (DE ANGELIS, 2012; VALDÉS, 2020; TORRES MORA, 2020). Estas prácticas de acumulación primitiva perviven y se refinan en este tiempo, las organizaciones de poder globales crean un sistema de imposición de leyes, normas y valores asociados a las nuevas realidades laborales del mundo capitalista y neoliberal a lo largo de los siglos.

Las labores asignadas a las mujeres desde el nacimiento del capitalismo se sostienen en la relación reproducción y producción que se evidencia en la clásica división sexual del trabajo. Las mujeres, lejos de no participar en las tareas productivas, han empleado

su fuerza física en las haciendas, los latifundios y la industria agropecuaria internacional. Asimismo, han desempeñado tareas que implican sobrecarga física en sus propios hogares. Sin embargo, estas labores han contado con poco o nulo reconocimiento económico. Con la entrada en vigencia de la mujer en el mercado laboral, paradójicamente, se presentó el primer gran momento de empobrecimiento femenino (FEDERICI, 2004). Esto fue producto del acaparamiento de tierras y los bajos salarios de las industrias; las mujeres entraron en una pobreza profunda que, desde ese momento hasta ahora, las ha convertido en las más pobres entre los pobres (OXFAM, s.f.; FAO, 2009; ILO, 2013).

El capitalismo, en su desarrollo, desvalorizó y desvirtuó el trabajo reproductivo, y, de este modo, controló el cuerpo de las mujeres como el primer territorio a expropiar. El control y disciplinamiento del cuerpo femenino son fundamentales para la construcción del capitalismo. Las mujeres, en general, pero especialmente las mujeres rurales resultan amenazantes para el modelo económico en cuanto a su poder sobre la sexualidad, sobre el conocimiento médico y la construcción de comunidades solidarias, entre otros aspectos (FEDERICI, 2004; RIVERA, 2010).

El modelo económico requiere obreros y la mujer es vista como una máquina generadora de mano de obra, la sexualidad de ellas debe ser controlada para que no pueda decidir sobre su cuerpo gestante. Asimismo, la sexualidad, en su forma no procreativa, soporta la censura, pues es una fuente de placer hacia un objeto diferente al trabajo. El cuerpo de las mujeres es amenazante para el capitalismo y, en la actualidad, el capital se ha apropiado de él de maneras cada vez más refinadas y perversas. En el área rural, la violencia sexual es una práctica de la hegemonía neoliberal que atenta contra la dignidad de las mujeres en el mundo (FOUCAULT, 2008; RIVERA CUSICANQUI, 2010).

En cuanto al saber de las mujeres acumulado por siglos, sobre la salud y la enfermedad, en relación con su conocimiento sobre las plantas y distintas prácticas que siguen siendo fundamentales en

las comunidades para conservar la salud, ellas fueron consideradas altamente peligrosas para el modelo económico, ya que, en el origen del capitalismo, el saber se restringió a un grupo particular de hombres y en el espacio de educación institucionalizada. El saber médico, entonces, debía ser sostenido por hombres formados en la Universidad y no por mujeres “brujas” que amenazaban, con sus poderes sobrenaturales, el orden dominante. No hay que olvidar que los conocimientos asociados a la sexualidad y la reproducción, en su relación con el uso de plantas medicinales, ha sido precursor de las técnicas de fertilidad e, igualmente, de anticoncepción en la historia (FEDERICI, 2004; RIVERA, 2010).

Con respecto a la construcción de comunidades solidarias, las mujeres, históricamente en medio de los panoramas más adversos, han logrado sostenerse no solo a ellas sino a sus comunidades. La conservación de tradiciones, costumbres, prácticas ancestrales de cuidado y de trabajo comunitario ha sido una tarea desarrollada por las mujeres a pesar de la amenaza constante que han experimentado. En los escenarios más violentos vividos por la humanidad causados por el pensamiento hegemónico, la mujer ha conservado estrategias para que la comunidad sobreviva y se sostenga desde la resiliencia.

Como conclusión, las mujeres rurales juegan un papel fundamental para el pensamiento hegemónico y son empleadas como fuerza de trabajo reproductivo y productivo con bajas o nulas remuneraciones y reconocimientos. La violencia ha sido una de las estrategias empleadas para su sometimiento. No obstante, ellas continúan conservando sus saberes y prácticas transformadoras que les han permitido sobrevivir en el actual contexto postsocial.

Geopolíticas económicas sobre el Desarrollo Rural Territorial

En la actualidad, el Desarrollo Rural Territorial (DRT) es la estrategia a partir de la cual las distintas agencias de desarrollo globales han venido interviniendo sobre el espacio y los sujetos rurales en América Latina. Su creación se plantea por la CEPAL

como respuesta a cuatro cambios en el agro durante la década de los años 2000. El primero de estos cambios es la diversificación de actividades económicas vinculadas a la ruralidad como el turismo, la manufactura, las artesanías, entre otras, que no habían sido tenidas en cuenta. (CEPAL, 2010)

El segundo es planteado como el surgimiento de nuevos problemas que determinan el desarrollo agrario como son la pobreza, el medio ambiente, la inocuidad de los alimentos, la equidad territorial; estas problemáticas deben ser atendidas de manera dessectorizada, es decir, que se deben intervenir en conjunto por diversas instancias gubernamentales para darles solución. (CEPAL, 2010).

El tercer cambio es la crisis de las estrategias utilizadas tradicionalmente al formular políticas públicas. Esto es consecuencia de una mayor participación de movimientos sociales que intervienen en la agenda pública. Para abordar este problema, la CEPAL plantea que se requiere un enfoque donde se combinen las modalidades de negociación, cooperación y competencia (CEPAL, 2010).

El cuarto cambio se presenta como la descentralización y delegación de atribuciones y competencias de los Estados nacionales, tanto en el nivel supranacional, como en el nivel regional, estatal o municipal, local y territorial. Es un cambio relacionado con la privatización de los servicios públicos que, según la CEPAL, se busca hacer de manera más participativa e incluyente con la sociedad civil, darles espacio a particulares para la prestación de servicios públicos.

En este escenario, durante el año 2000, se crea el Grupo Interagencial de Desarrollo Rural de América, constituido por instituciones de gran poder que plantean acciones y gestionan conocimientos sobre estos temas (SANCHÉZ; GÓMEZ, 2015; RODRIGUES LOPES, 2015). Las agencias que componen este grupo son:

- El IICA (Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura);
- La CEPAL (Comisión Económica para América Latina y Caribe);

- El Banco Interamericano de Desarrollo (BID);
- El Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA);
- La Sociedad Alemana de Cooperación Técnica (GTZ);
- La Red Internacional de Metodología de Investigación de Sistemas de Producción/Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural (RIMISP);
- El Proyecto Regional de Cooperación Técnica y Formación en Economía y Políticas Agrarias y de Desarrollo Rural en América Latina (FODEPAL);
- La Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO);
- El Banco Mundial (BM);
- La Agencia de los Estados Unidos para el Desarrollo Internacional (USAID);
- La Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID).

Cada una de estas organizaciones tiene una labor – no mutuamente excluyente –, que se sincroniza con las demás para consolidar la estrategia que plantean como Desarrollo Territorial Rural. Entre estas labores, se encuentran:

- Consolidar la producción investigativa e interventiva, organizar eventos, divulgar documentos: IICA, la CEPAL, el BID, el FIDA y la GTZ;
- Ahondar en algunas investigaciones, proponer reuniones, realizar cursos, talleres y actuar como consultores: RIMISP y FODEPAL;
- Financiar la implementación del DTR: FAO, el BM, USAID y la AECID.

Ahora, la pregunta en qué consiste el DTR, asunto que asumió la RIMISP en el 2004 y que definió como “un proceso de transformación productiva e institucional en un espacio rural determinado, cuyo fin es reducir la pobreza rural” (SCHEJTMAN;

BERDEGUÉ, 2004, p. 2) Esta transformación tiene cuatro características:

- Transformación productiva: busca articular, desde la economía y la sustentabilidad, al territorio con el comercio dinámico. Esto implica transformaciones profundas en el empleo y el negocio rural.
- Desarrollo y transformación institucional: busca acuerdos globales y locales entre agentes internos y externos del negocio rural, se plantea la inclusión de los intereses privados del mercado en la toma de decisiones e intervenciones en las políticas de desarrollo rural. Pretende transformar la supresión de los pobres sobre los beneficios y procesos en medio de la transformación productiva (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004). Estas son transformaciones profundas que involucran al territorio y el poder local y supranacional.
- Espacio rural determinado (territorio): busca cambiar el uso del concepto espacio rural por territorio como sujeto económico. En la definición de RIMISP, el territorio es un espacio con identidad y con un proyecto de desarrollo concertado socialmente (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004). Esta interpretación del concepto territorio lo equipara a un ser humano con su mención a la “identidad”, y, al mismo tiempo, lo constituye como un espacio de construcción social dirigido hacia el desarrollo. Sin embargo, llama la atención que en el documento de RIMISP, donde se define DTR, no se presenta una definición amplia de este concepto que implica arraigos, relaciones entre distintos actores cercanos a la tierra, conflictividades estructurales e históricas. Al parecer, en esta mención al territorio, el desarrollo es el centro.
- Reducción de la pobreza rural: con respecto a este tema, la definición de DTR, tampoco profundiza, se habla de reducir y no de eliminar la pobreza. Por otra parte, tampoco

se hace referencia a la acumulación de riquezas, que es uno de los problemas centrales de la ruralidad en el mundo.

El objetivo del DTR es facilitar la aplicación de procesos estandarizados en los territorios rurales, lo que hace desaparecer la naturaleza diversa de ellos y sus vocaciones productivas. Y, por su parte, en la construcción de la política pública que implementa los lineamientos del DTR, los habitantes rurales cuentan, como actores pasivos del proceso, que intervienen como evidencia de participación ciudadana, pero no en la transformación de los territorios hacia la eliminación de la pobreza rural (RODRIGUES LOPES, 2015).

Por otra parte, el DTR, como documento marco, comprende a las mujeres rurales en clave de víctimas, ya que las describe como mano de obra pobre que realiza un trabajo mayormente extraparellario. Esta forma de trabajo, para el DTR, modifica las relaciones intrafamiliares y los roles tradicionales de género. Asimismo, las describe como trabajadoras que perciben una remuneración menor frente a los hombres. Y, por último, como personas que no poseen una condición de plena ciudadanía (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004).

Las soluciones, frente al panorama anterior que plantea el DTR, se centran en que, para conseguir la superación de la pobreza, las mujeres deben realizar empleo rural no agrícola, así como actividades “de refugio”, que son aquellos trabajos precarios que se realizan por cortos periodos o de manera variable en el tiempo. O deben migrar para poder recibir un mejor salario en su trabajo (SCHEJTMAN; BERDEGUÉ, 2004).

Las situaciones en las que se presenta el trabajo femenino rural en el DTR no permiten la transformación de la pobreza. Al contrario, las somete a condiciones de explotación y desarraigo. El DTR se convierte en una herramienta para fortalecer el agronegocio y conciliarlo de manera normada con el trabajo tradicional de los habitantes rurales de los distintos territorios. Esta conciliación de manera pragmática no puede llevarse a cabo, puesto que fenómenos

como la concentración de la propiedad de la tierra o el extractivismo, entre muchos otros, no permiten la co-existencia con los mínimos vitales de la población rural y de la agroindustria (RODRIGUES LOPES, 2015). Para las mujeres rurales, esto se transforma en condiciones laborales precarias que las siguen sumergiendo en la pobreza.

3 RESISTENCIAS Y ACCIONES COLECTIVAS EN LAS MUJERES RURALES DE COLOMBIA Y CHILE

Como parte de los procesos de subsistencia y búsqueda de protección sobre sus vidas, trabajos y territorios, las comunidades campesinas en América Latina a lo largo de la historia han realizado una serie de acciones que les han permitido seguir existiendo. Esta situación se da en un continuo de resistencias que se conectan desde la época colonial hasta el momento presente. Con los cambios que generó la implementación de las políticas neoliberales en el continente, la lucha popular tuvo que cambiar de la protesta social de clase a la protesta territorial contra el extractivismo y la acumulación por desposesión (MUZLERA; SALOMÓN, 2020).

Las mujeres rurales del continente tienen diversas formas de existencia y presencia en la historia. En Colombia existen mujeres rurales (quienes habitan en el territorio rural, pero no necesariamente trabajan allí), mujeres campesinas (quienes trabajan el territorio rural), mujeres afrodescendientes (mujeres de descendencia africana), mujeres indígenas (mujeres de los pueblos originarios), mujeres raizales (mujeres descendientes de los pueblos originarios que se asentaron en las Islas de San Andrés, Providencia y Santa Catalina), palenqueras (mujeres afrodescendientes que provienen de los primeros pobladores de corregimiento de San Basilio de Palenque, quienes fueron esclavos cimarrones. Ellos establecieron su propia lengua y cultura), mujeres gitanas o Rrom (mujeres descendientes de la cultura gitana), todas ellas emplean sus tierras como medio de subsistencia (OXFAM, s.f.).

En Chile, las mujeres rurales son llamadas de diversas maneras: jornaleras (mujeres que cobran a razón del tiempo dedicado a una tarea en una jornada), temporeras (mujeres que trabajan por las temporadas de cosechas en los cultivos agrícolas), asalariadas rurales (mujeres asalariadas de la agricultura), también forman parte de ellas las mujeres de los pueblos originarios. La categoría “mujer” encubre diferencias en cuanto a la etnicidad, la edad, el lugar de origen, la clase social, la orientación sexual, entre otros aspectos. No es posible homogenizar las experiencias de vida y trabajo de las diversas comunidades que componen a las mujeres rurales ni sus luchas (VALDÉS, 2020; RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

En este apartado, haremos una exposición de las principales problemáticas que enfrentan las mujeres rurales en Chile y Colombia, para observar continuamente estas situaciones y las formas de resistencia que estas mujeres despliegan. Uno de los temas comunes en la descripción de las problemáticas de las mujeres rurales es la continuación de las prácticas de dominación que vienen desde el periodo colonial. La investigadora colombiana Laura Rodríguez trae el concepto de Matriz Colonial del Poder (MCP), propuesto por el sociólogo peruano Aníbal Quijano, para exponer cómo aún en nuestro continente se asientan las colonialidades como estructura de dominación. La MCP se compone de varios dominios que están interrelacionados: control de la economía a través de la apropiación de tierras, explotación laboral, control de los recursos naturales; control de autoridad por medio de las instituciones y el ejército; control del género y, por último, control de la sexualidad en la intervención sobre la familia y la educación (RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

Prácticas como el desplazamiento de las poblaciones originarias, son continuas desde el siglo XVI y se convierten en problemáticas predominantes, que se exacerba en los años 80 del siglo XX, y que se asienta en la estrategia de acumulación por desposesión, así como los asesinatos continuos y los exterminios de las comunidades que habitan las tierras productivas de los países. Todo ello con la

anuencia de la implementación de políticas y de tácticas ilegales por parte de actores privados en relación con los Estados, favorecidas por las agencias internacionales, que generan retrocesos en la implementación plena de derechos para la población y favorecen al mercado y el capital (MUZLERA; SALOMÓN, 2020).

Las prácticas de exclusión y violencia hacia lo que en la época colonial se llamó raza sigue causando efectos en la actualidad. La clasificación racial es un elemento de la colonialidad del poder y se estableció como la primera forma global de dominación. La pervivencia de los valores ligados al reconocimiento de una raza superior se va transformando de siglo en siglo, pero no desaparece (RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

En el caso de Chile, durante el periodo colonial, la población que habitaba las haciendas experimentaba una estructura de dominación donde las mujeres, particularmente, tuvieron que ocupar el papel de siervas en las casas patronales, realizando labores domésticas, de cocina y ordeño. Todo lo anterior a cambio de la dependencia de lugar con el patrón (VALDÉS, 2020).

Con la transformación de las haciendas en latifundios, las condiciones de vida y trabajo cambiaron y las familias se convirtieron en inquilinas. Las mujeres trabajaron en el interior de los hogares y los hombres salieron a trabajar el campo. Esta situación permaneció así durante el periodo de la Reforma y Contra Reforma Agraria y hasta la introducción del modelo neoliberal, que rompió con esta práctica a partir del Plan Laboral de 1979, donde se implantó la desregularización laboral, lo que ocasionó desempleo para los hombres y aumentó los empleos temporales para las mujeres. El fenómeno de la reprimarización de la economía, es decir, la desindustrialización y el fortalecimiento del sector primario, así como el auge de la agricultura exportadora, requirieron mano de obra femenina para su consolidación (VALDÉS, 2020).

El modelo imperante en el sector agrícola, promovido por las cadenas globales agroalimentarias, combina formas tradicionales y de alta tecnologización, para la sobreexplotación de la tierra y

las personas que trabajan en esta. Así, para el modelo actual de reprimarización de las economías en Latinoamérica, han tomado relevancia los trabajadores asalariados rurales. El sector ha creado más empleos de menor calidad, generando problemáticas como el incremento de trabajadores rurales que tienen que salir a la ciudad para vivir allí. Este hecho se ha llamado urbanización de los trabajadores rurales, así como la feminización del trabajo rural, una situación que consiste en que las labores del campo tanto en los espacios privados como en las grandes cadenas globales de producción agrícola, son desarrolladas por mujeres, por dos razones: les pueden pagar menos que a los hombres por sus tareas y desarrollan actividades de cuidado y atención más vinculadas con lo que se ha considerado la “naturaleza femenina”.

Lo anterior se relaciona con que, en el trabajo agrícola, la separación jerárquica entre hombres y mujeres se hace visible, principalmente en la contratación y asignación de tareas. A las mujeres se les asignan tareas consideradas del “orden natural”, como se decía en el párrafo anterior, dadas por la naturaleza, como la paciencia, el cuidado, la precisión.

Esta asignación no reconoce la experiencia ni el aprendizaje que ha requerido la mujer para desempeñar sus tareas y, de esta manera, las mujeres son asignadas a puestos donde sus salarios no se equiparan a los masculinos. Adicionalmente, la idea del salario femenino como complemento y no como fundamental para la manutención de los hogares, es una justificación para generar contratos temporales y mal pagados para las mujeres (RIELLA; MASCHERON, 2015; BUTTO, 2017).

Otra de las problemáticas relacionada con la baja calidad de empleo es la estacionalidad de los trabajadores rurales, consistente en que, para lograr un salario de subsistencia, los asalariados rurales deben migrar a los lugares donde exista trabajo en recolección, especialmente de frutas, para evitar periodos en los que no reciben remuneración. La estacionalidad del trabajo rural afecta

principalmente a las mujeres (RIELLA; MASCHERON, 2015; RODRÍGUEZ LEZICA *et al.*, 2021).

El empleo rural, al transformarse en un espacio de gran flexibilidad y demanda, emplea actualmente formas de contratación con intermediación para conseguir trabajadores y especialmente mujeres que se sometan a la movilidad y desplazamiento territorial, generando una mayor vulnerabilidad laboral, pero, al mismo tiempo, puede ser un indicador de disminución de la pobreza que de manera caricaturesca puede ser resaltada por la agenda global (RIELLA; MASCHERONI, 2015).

Las grandes problemáticas que se presentan en el espacio laboral para las trabajadoras rurales se pueden resumir en la continuidad de las relaciones de dominación que se evidencian en prácticas de servidumbre y explotación laboral, y, de manera dramática, en el desplazamiento y violencia extrema hacia las comunidades rurales y las mujeres de manera particular. Las transformaciones en el trabajo rural que se presentan por la entrada del liberalismo económico generan estructuras precarias de trabajo como la urbanización, la feminización y la estacionalidad de las trabajadoras rurales. Las condiciones en las que las mujeres desarrollan sus trabajos y habitan sus territorios, en medio de este panorama, se hacen cada día más difíciles.

En la búsqueda histórica de transformación sobre la dominación y violencia, las mujeres rurales han generado estrategias de trabajo colectivo. Con esta referencia a la experiencia y casos particulares de organizaciones comunitarias, efectuamos la apertura del campo de estudios para seguir profundizando en él y relevar la relación entre género, trabajo, ruralidad, en el contexto común económico y patriarcal que comparten las mujeres rurales del sur global. Haremos referencia a algunas de las estrategias y formas de vida en resistencia que exponen las mujeres a lo largo del tiempo y en especial en la contemporaneidad. Narraremos estos procesos desde una perspectiva micro y local de cada país, así como desde una dimensión global.

En Colombia, la práctica del comadrazgo se convierte en una resistencia cotidiana. El comadrazgo es una relación entre amigas, vecinas, familiares en donde las mujeres construyen y reconstruyen vínculos comunitarios. La palabra tiene una relación con el ritual católico del bautismo, en el que se elige, para los hijos e hijas, una madrina y un padrino que se debe encargar de enseñar a sus ahijados y ahijadas a vivir en los valores católicos y, en caso de ausencia de los padres, encargarse de la manutención de ellos. Sin embargo, la palabra “comadre” amplió el significado y se refiere a las mujeres que comparten un sentido de compromiso y cuidado mutuo y de sus familias muy estrecho (RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

Otra de las resistencias cotidianas en Colombia es la partería, un conocimiento ancestral que implica el ejercicio de acompañamiento a las mujeres embarazadas hasta el parto, que se enseña de una mujer a otra, de generación en generación. Las parteras están preparadas para atender a las madres en cualquier momento y no es un trabajo que tenga necesariamente remuneración, se realiza más como una tarea de cuidado entre las comunidades de mujeres (RODRÍGUEZ LEZICA *et al.*, 2021).

En Colombia, a los pequeños territorios donde viven grupos de familias que no se pueden considerar municipios, se les llama veredas. Otra práctica de resistencia cotidiana es el “veredear”, esto es, conversar con las vecinas en la vereda, caminando y reconociendo el territorio, colaborando en las causas comunes y compartiendo algún alimento. El veredear es esencial para la apropiación y defensa de la vida del territorio (RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

Las zonas de reserva campesinas, que en Colombia son adjudicaciones de tierra a comunidades para su usufructo, han sido espacios especiales para las resistencias femeninas, puesto que han permitido que las mujeres construyan proyectos productivos conjuntos y creen colectividades.

Con respecto a Chile, en 1998 en el país se dio el nacimiento de la Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) ante la imposibilidad de formar sindicatos. Esta

organización hace las veces de controladora laboral de la Sociedad Civil. ANAMURI denuncia las condiciones de trabajo imperante en el campo como forma de encarar la indefensión de las asalariadas rurales (VALDÉS, 2020; RODRÍGUEZ LEZICA *et al.*, 2021).

Esta organización, después de la dictadura, logró reformas legales dirigidas a resituar a las mujeres en igualdad de condiciones respecto a los hombres y se alió con las conferencias mundiales de mujeres para asumir políticas de igualdad de género. ANAMURI ha permitido la cobertura en el servicio de salud para las temporeras, la creación de baños químicos en las plantaciones, la dotación de casinos en las empresas, la mejora de los campamentos y dormitorios para los migrantes, entre otros aspectos que favorecen a las trabajadoras. ANAMURI realizó un aporte fundamental en el logro de la pensión para el 60% de las temporeras con ingresos más bajos, mayores de 65 años y que nunca han cotizado. Esta previsión social la entrega el Estado (VALDÉS, 2020; RODRÍGUEZ LEZICA *et al.*, 2021).

Otra situación importante de resistencia de las mujeres rurales en Chile es la que se vincula con la liberación de la dominación masculina al interior del hogar, producto de la gran demanda de trabajadoras rurales por parte de la agroindustria. Esto les permite a las mujeres salir a trabajar y recibir una remuneración. Las mujeres se convierten en jefas de hogar que realizan jornadas vastas y extenuantes de trabajo y aunque esta realidad de precariedad las acompañe, el hecho de ganar un salario favorece la emancipación de las mujeres, que, de acuerdo con Valdés (2017), se entiende como emancipación precaria. Así, los cambios legales emanciparon a las mujeres de las tutelas maritales y de ciertas manifestaciones de la dominación masculina gracias a leyes antidiscriminatorias de carácter universal, promulgadas a partir de los noventa. Paralelamente, se mantuvo la informalidad laboral, el trabajo a destajo, el salario por pieza y las extenuantes jornadas laborales para las temporeras (VALDÉS, 2020, p. 39).

4 CONCLUSIONES

Las mujeres de América Latina han tenido que vivir la guerra en su territorio primario, su cuerpo. No obstante, este se convierte en lugar de resistencia y reexistencia. Es a través de la reivindicación del cuerpo femenino en comunidad, donde los habitantes de la ruralidad construyen colectividades, fundan su buen vivir opuesto a la individualidad de los valores neoliberales, y crean colectividades lejos de la lógica de propiedad y posesión (RODRÍGUEZ CASTRO, 2020).

Al estudiar este amplio panorama de resistencias femeninas rurales, vemos la fuerza del trabajo colectivo y de la constancia en la búsqueda de la defensa del territorio desde las relaciones de vecindad en el veredear, o la camaradería del comadrazgo y la partería. Igualmente, encontramos la trama y la urdimbre de la vida campesina, en las diversas formas de organización y lucha con ANAMURI en Chile, las zonas de reserva campesina en Colombia y su persistencia en el reclamo de su derecho a existir sin ser objeto de explotación. Los movimientos de mujeres campesinas logran avances en la restitución de sus derechos, en medio de la precariedad. La emancipación precaria y la resistencia, potencializada en palabras de Valdés (2017) y Afonso e Scopinho (2015), son herramientas de lucha que muestran avances con la primera expresión, en la recuperación de derechos civiles y con la segunda, en el ejercicio de la defensa de la tierra y la enseñanza de una forma de vida que respete el ambiente y a los demás, comprensiones del mundo que están lejos de lógicas del modelo neoliberal.

REFERENCIAS

AFONSO, M. L.; SCOPINHO, R. A. Mulheres camponesas: identidades que resistem. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, v. 41, n. 2, p. 247-264, dez. 2015. Disponible en: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/2427>. Fecha de consulta: 1 nov. 2023.

ARPINI, P.; CASTROGIOVANNI, N.; EPSTEIN, M. **La triple jornada, ser pobre y ser mujer**. Buenos Aires: Margen, 2012.

CATEDRA IBEROAMERICANA DE PREVENCIÓN DE RIESGOS LABORALES, DIÁLOGO SOCIAL, RELACIONES LABORALES Y RESPONSABILIDAD SOCIAL. **Mujeres rurales en condición de vulnerabilidad social en mercados laborales**: una contribución para el diseño de políticas. El caso de Chile. 2011. Disponible en: https://oiss.org/wp-content/uploads/2018/11/1-_Primera_parte_Mujeres_vulnerables.pdf. Fecha de consulta: 20 oct. 2020.

CEPAL. **Estrategias de gestión territorial rural en las políticas públicas en Iberoamérica**. ONU, 2010. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/3847-estrategias-gestion-territorial-rural-politicas-publicas-iberoamerica>. Fecha de consulta: 20 jun. 2019.

CEPAL. **El empleo de las mujeres rurales**. Lo que dicen las cifras. 2009. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/items/c1d1b85f-759a-4c45-99f3-f76fbf20d64d>. Fecha de consulta: 20 jun. 2019.

DE ANGELIS, M. **Marx y la acumulación primitiva**. El carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas. Buenos Aires: Teomai 26, 2012.

ENRÍQUEZ, C. R. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva sociedad**, Buenos Aires, n. 256, p. 30-44, mar./abr. 2015. Disponible en: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4102_1.pdf. Fecha de consulta: 1 nov. 2023.

FAO. El empleo en las mujeres rurales. 2009. Disponible en: <https://www.fao.org/3/i0616s/i0616s01.pdf>. Fecha de consulta: 22 oct. 2020.

FEDERICI, S. **Caliban y la bruja**: mujer, cuerpo y acumulación originaria. Quito: Autonomedia, 2004.

FOUCAULT, M. **Historia de la sexualidad 1**: la voluntad del saber. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.

ILO. **Informe general**. Decimonovena Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo, Departamento de Estadística. Ginebra, OIT, 2013. Disponible en: https://ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_218062.pdf. Fecha de consulta: 20 sept. 2020.

LOGIOVINE, S. División sexual del trabajo y ruralidades: abordaje psicosocial sobre el uso del tiempo y trabajo no remunerado en mujeres rurales. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA, 9., 2017, Buenos Aires. **Anais** [...]. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2017. p. 168-172.

MUZLERA, J; SALOMÓN, A. **Diccionario del Agro Iberoamericano**. TeseoPress: Buenos Aires, 2020.

ONU. Comité para la Eliminación de la Discriminación Contra la Mujer (CEDAW). **Recomendación General N° 34 (2016) sobre los derechos de las mujeres rurales**. CEDAW/C/GC/34, 7 Marzo 2016. Disponible en: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2016/10709.pdf>. Fecha de consulta: 19 oct. 2020.

OXFAM. Página web **Campesinas empoderadas contra el hambre y la pobreza**. Sin fecha. Disponible en: <https://www.oxfam.org/es/agricultoras-empoderadas-contra-el-hambre-y-la-pobreza>. Fecha de consulta: 15 sept. 2020.

RIELLA, A.; MASCHERONI, P. (coord.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevideo: CLACSO, 2015.

RIVERA, S. **Violencias re(encubiertas) en Bolivia**. La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010.

RODRIGUES LOPES, G. Desmontando el Desarrollo Territorial Rural (DTR) en América Latina. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 23, p. 181-202, jul./dic. 2015. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39643561009>. Fecha de consulta: 10 set. 2020.

RODRÍGUEZ CASTRO, L. **Decolonial Feminisms, power and place**. Sentipensando with rural women in Colombia. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

RODRÍGUEZ LEZICA, L. *et al.* **Asalariadas rurales en América Latina: abordajes teórico metodológicos y estudios empíricos**. Montevideo: Universidad de la República de Uruguay, 2021.

SÁNCHEZ, A. P; GÓMEZ, J. R. M. Estructura institucional y participación de actores en la estrategia de desarrollo territorial rural. Una aproximación en el Territorio Paraná Centro en Brasil y en la Región Huamantla en México. **Revista Gestión y Política Pública**, Ciudad de México, v. 24, n. 2, p. 417-457, 2. sem. 2015. DOI: <https://doi.org/10.29265/gypp.v24i2.109>.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. RIMISP – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, Santiago, 2004. Disponible en: https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1363093392schejtman_y_berdegue2004_desarrollo_territorial_rural_5_rimisp_CARdumen.pdf. Fecha de consulta: 13 ago. 2020.

SILVEIRA LEMOS, F. C. *et al.* Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. **Psicologia em Estudo**,

Maringá, v. 20, n. 3, p. 461-469, jul./set. 2015. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145646012>. Fecha de consulta: 11 ago. 2020.

TORRES MORA, A. G. Acumulación primitiva y acaparamiento de tierras en Colombia. *Dinámicas del desarrollo. Papel político*, Bogotá, v. 25, p. 1-22, dic. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.papo25.apat>.

VALDÉS, X.; GODOY, C.; MENDOZA, A. Acción colectiva y resistencia: asalariadas agrícolas en Chile frente a la precarización laboral. *Izquierdas*, Santiago, n. 35, p. 167-198, sept. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-50492017000400167>.

VALDÉS, X. Feminización del empleo y trabajo precario en las agriculturas latinoamericanas globalizadas. *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, n. 41, p. 39-54, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.34096/cas.i41.1595>.

VALDÉS, X. **De la dominación hacendal a la emancipación precaria**. Historias y relatos de mujeres: inquilinas y temporeras. Santiago, Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2013.



A LIDERANÇA FEMININA DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILO-PB

*Alcione Ferreira da Silva
Patrícia Cristina de Aragão*

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, evidenciamos a liderança feminina quilombola através da história das mulheres líderes da comunidade negra Nossa Senhora Aparecida, comumente conhecida como Sítio Grilo, localizada na zona rural do município de Riachão do Bacamarte na Paraíba. Colocamos em relevo o modo como as mulheres da referida comunidade vivenciaram experiências de luta e o exercício de liderança comunitária em defesa da conquista de titulação das terras tradicionalmente ocupadas.

Nesse sentido, aproximamo-nos de mulheres quilombolas da Comunidade do Grilo-PB, visando perceber os aspectos acerca de suas trajetórias que lhes possibilitaram, por meio de elementos de sua ancestralidade, edificar lugares de atuação em espaços de liderança comunitária.

Ao falar de suas vidas e lutas, as mulheres entrevistadas falam da própria vida e luta da comunidade. Suas vozes são um documento singular que salvaguarda a história dos modos de resistir em um contexto adverso, que impunha várias formas de marginalizar o

povo quilombola, em épocas de falta de políticas públicas que lhes reconhecessem como sujeitos de direito. Elas indicam os deslocamentos que a luta quilombola empreendeu para que suas demandas fossem reconhecidas pelo Estado brasileiro e, de igual modo, fazem perceber como essas políticas, uma vez formuladas, passaram a ser elementos que indicavam a necessidade de novas formas de lutar.

Metodologicamente, adotamos a pesquisa de campo, por meio da história oral, que, conforme Santos e Araújo (2007), quando apropriada como método, é alçada para o lugar de fonte principal da investigação e envolve um conjunto de entrevistas que articulam informações fundamentais do universo em análise. Para tanto, adotamos a técnica de entrevista semiestruturada, por ser um instrumento importante para a produção documental sobre grupos sociais que não tiveram seus modos de vida devidamente registrados em documentos escritos/oficiais. A análise das entrevistas foi fundamentada na perspectiva da afrocentricidade a partir de Asante (2009).

Nesse caminho, apresentamos um debate sobre a liderança feminina quilombola fruto de dois momentos da pesquisa. O primeiro foi realizado em 2010, por ocasião de nossa colaboração no projeto 'Práticas culturais, memória e a arte de inventar o cotidiano: (re)escrevendo brincadeiras infantis, cantigas, festas e práticas de cura em três comunidades afrodescendentes paraibanas', do qual extraímos uma entrevista. O segundo, central neste artigo, ocorreu por ocasião da pesquisa de Mestrado em Serviço Social – 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da Comunidade Quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social à terra' (2016-2017). Ambos os momentos foram realizados na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Trazemos, ainda, entrevistas feitas com seis pessoas: cinco mulheres e um homem, que foram selecionados (as) por terem aproximação com o tema e convivido diretamente com as mulheres líderes na comunidade, que são mencionadas em todas as narrativas, com destaque para Leonilda Coelho Tenório, que atuava como líder comunitária na ocasião das entrevistas.

A partir desse percurso, desenvolvemos o debate sobre o tema em quatro momentos. O primeiro, intitulado ‘Entre o patriarcado do colonizador e a matrilinearidade ancestral: cenas da construção da liderança quilombola’, trata da construção sócio-histórica de faces da liderança exercida por mulheres negras, traçando um elo entre alguns exemplos de tradições africanas e as mulheres negras em diáspora no território brasileiro a partir da colonização.

A seguir, em ‘Ancestralidade africana (re) criada na história das mulheres negras e quilombolas’, caminhamos por uma reflexão acerca da liderança feminina quilombola e apontamos elementos da Comunidade do Grilo-PB que são aprofundados no ponto seguinte: ‘A Comunidade Quilombola do Grilo-PB e a construção da liderança feminina’.

Seguimos o debate com o tópico ‘Liderança feminina a serviço da comunidade: ‘a terra é vida de quem tiver na mão’, no qual enfocamos a atuação das mulheres líderes da Comunidade do Grilo-PB nas questões fundiárias. Por fim, no tópico ‘A liderança em diálogo com as políticas públicas’, tecemos considerações a respeito da atuação feminina na efetivação de políticas públicas de acesso a terra na comunidade referida.

Com base no debate apresentado, compreendemos que as mulheres quilombolas, sobretudo as líderes femininas da Comunidade do Grilo-PB, ocupam um lugar fundamental nos processos de efetivação do direito ao acesso às políticas de reconhecimento, certificação e titulação de posse coletiva das terras.

2 ENTRE O PATRIARCADO DO COLONIZADOR E A MATRI- LINEARIDADE ANCESTRAL: CENAS DA CONSTRUÇÃO DA LIDE- RANÇA QUILOMBOLA

A mulher - no singular – durante muito tempo, expressou um silenciamento sobre a diversidade, as múltiplas formas de constituir-se e as possibilidades de vivenciar as formas de ser mulher que assumem contornos determinados e diferenciados em diferentes

culturas, momentos históricos e pertencimentos étnico-raciais, dentre outros aspectos. Para Nicholson, ser mulher

[...] não tem um sentido definido. Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da uma elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos, o que não quer dizer que possam ser universalizadas. Nessa proposta, não se trata de pensar em mulheres como tais, ou mulheres nas sociedades patriarcais, mas em mulheres em contextos específicos (NICHOLSON, 2000, p. 13, *apud* PISCITELLI, 2002, p. 35).

No que concerne ao pertencimento étnico-racial, as mulheres negras escravizadas ou descendentes de escravizadas nas Américas tiveram acesso a um modo de ser mulher muito diferente do que é genericamente apontado para as mulheres, porém diz respeito, mais especificamente, às brancas da elite. Frequentemente, o senso comum anuncia que a presença das mulheres nos espaços públicos, além de ser fruto unicamente do Movimento Feminista, é uma conquista recente. O imaginário social está fortemente marcado pela ideia de que “há muito tempo atrás, mulher não andava só” ou sem permissão do marido.

Ressalte-se, todavia, que essa concepção arraigada, que tende a ser generalizante, não contempla a ideia de que, para alguns grupos de mulheres, estar no espaço público, antes de ser um direito, é uma obrigação e questão de sobrevivência. As mulheres negras, em regra, sempre estiveram nessa condição, desde o período colonial. Para elas, o espaço público não foi uma conquista, mas uma pena a ser cumprida em função das condições socioeconômicas vivenciadas.

Muitas delas, principalmente as libertas, precisavam estar na rua para sobreviver. Nepomuceno (2012, *apud* PINSKY; PEDRO, 2012, p. 121) afirma que

às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até o início do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégia para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos. A chegada do novo século encontrou-se trabalhando como pequenas sitiantes, agriculturas, meeiras, vendedoras de leguminosas e demais produtos alimentícios nas ruas das cidades brasileiras. Muitas delas viviam em lares sem presença masculina, chefiando a casa e providenciando o sustento dos seus. Outras trabalhavam para as famílias de mais posses como criadas para todo o serviço. Algumas haviam conseguido acumular patrimônio, formar núcleos familiares estáveis, criar rede de solidariedades e comunidades religiosas. Ao contrário do prescrito para a mulher idealizada da época, as negras circulavam pelas ruas, marcando a seu modo presença no espaço público.

A própria noção de que as mulheres estão sob o espectro da fragilidade nunca alcançou as mulheres negras. Enquanto e por onde vigorou a escravização, a mão de obra negra - feminina e masculina - era vista da mesma forma: como forte o suficiente para suportar extenuantes e desumanas jornadas de trabalho:

O sistema escravagista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram

vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. [...] A maioria das meninas e das mulheres, assim como a maioria dos meninos e dos homens, trabalhava pesado na lavoura, do amanhecer ao pôr do sol. No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo. Nesse sentido, a opressão das mulheres era idêntica à dos homens (DAVIS, 2016, p. 18- 19).

Essa concepção sobre as mulheres negras está ancorada, primordialmente, no fato de elas serem compreendidas como objetos de exploração laboral e sexual. As negras foram destituídas da “feminidade” no mesmo movimento por meio do qual foram destituídas do direito de serem reconhecidas como integrantes da “humanidade”. Nesse contexto, é possível afirmar que, como vulneráveis a toda sorte de exploração, sob a perspectiva dos escravizadores, as mulheres negras são vistas apenas como “fêmeas reprodutoras”, pois, como unidades de trabalho, elas eram igualadas aos homens negros, mas só havia um aspecto em que eram particularizadas: nos crimes de violação sexual.

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram

reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 1944, p. 19).

Cabe ressaltar que, devido, principalmente, à proibição do tráfico internacional da mão de obra negra escravizada, a condição de fêmeas das mulheres negras passou a ser valorizada como um importante incremento de sua unidade de trabalho, pois os proprietários escravagistas contavam com a reprodução natural dos escravizados para repor e ampliar os braços que produziam suas riquezas (DAVIS, 2016).

[...] as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze ou catorze filhos era cobiçada como verdadeiro tesouro. Mas isso não significava que, como mães, as mulheres negras gozassem de uma condição mais respeitável do que tinham como do que a que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos dos seus proprietários, elas não eram realmente mães, eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 19).

Nesse contexto de escravização, são evidentes as diferenças entre as mulheres negras e as brancas, especialmente as da elite, nos campos do trabalho, da maternidade e da circulação no espaço público. Todavia, esse cenário de violência vivenciado pelas mulheres negras também foi palco de múltiplas formas de resistência. Acerca da relação com o espaço público, e considerando a realidade

brasileira, para as mulheres negras, que transitavam por ele porque precisavam sobreviver, também era um espaço de sociabilidade e de articulação de formas de resistência.

Um [...] grupo de mulheres que resistiu com muita força e criatividade foram as quitandeiras e as vendedoras ambulantes que tinham um grande prestígio na comunidade sendo valorizadas por seu conhecimento e experiência. Extrapolavam muitas vezes as suas funções de vendedoras e desempenhavam outras, como de benzedoras e espíãs. As autoridades coloniais e depois imperiais passaram a limitar as ações dessas mulheres, pois elas mantinham contato com os escravos fugidos, dessa forma, facilmente tornavam-se intermediárias dos quilombos, vendendo os produtos que esses produziam e comprando tudo o quanto os quilombolas necessitavam para a sobrevivência (RAIMUNDO, 2003, p. 40).

Escravidadas ou libertas, a exclusividade do espaço doméstico/familiar ou o mito da doçura/fragilidade e da submissão ao domínio paterno ou marital não coube às mulheres negras. Como artífices importantes na resistência da população negra, elas continuaram ocupando posições importantes no pós-abolição, pois,

[...] nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares (GONZALEZ, 2020, p. 40).

Essas mulheres que não escaparam a violência do patriarcado, ao contrário, foram suas vítimas preferidas, construíram uma história particular de resistência a ele. Mulheres negras foram líderes entre os seus, em espaços urbanos e rurais, como as comunidades quilombolas.

Cabe ressaltar que a história de resistência e de liderança das mulheres negras não começou com a escravização. Ao contrário, o sequestro, a diáspora e a escravização se impuseram como uma barreira às múltiplas e seculares histórias dos povos oriundos do continente africano. Vasta e diversa, a África foi palco de várias formas de exercício da liderança feminina.

Bakare-Yusuf (2003) refere que, quando se trata das mulheres negras em situação de liderança, é importante buscar aproximações com as epistemologias africanas, pois, para a autora, as teorias eurocêntricas frequentemente se distanciam da possibilidade de se conhecer “a abundante evidência de poder e autoridade das mulheres nas esferas religiosas, políticas, econômicas e domésticas pré-coloniais” (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 03), haja vista o eurocentrismo fundamentar uma epistemologia que, frequentemente, põe em descrédito as formas como as mulheres lideram, ao advogar que elas estão sempre circunscritas e subsumidas pela autoridade masculina. Nesse sentido, as relações de gênero estariam, conforme perspectivas eurocentradas, relegando sempre às mulheres lugares de inferioridade no que se refere às instâncias de poder.

É mister observar que, em espaços da África pré-colonial, “[...] o laço mais importante está dentro do fluxo da família da mãe [...]. A ideia de que as mães são poderosas é muito mais uma característica definidora da instituição e de seu lugar na sociedade” (OYÈWÚMI, 2000, p. 1097). Em consonância com essa perspectiva, Chagas (2011) afirma que o modelo de organização social e política da África pré-colonial, baseado na matrilinearidade, delegava às mulheres o poder de comandar e de tomar decisões tanto quanto os homens:

[...] a mulher não se limitava a participar do poder ao lado do homem, mas também era quem decidia sobre as questões políticas, administrativas e econômicas [...] era a responsável direta pelos destinos e manutenção das comunidades tradicionais (CHAGAS, 2011, p. 02).

As concepções sobre esse modelo de organização, conhecido por muitos africanos que foram escravizados no Brasil, estariam relacionadas à formação de comunidades tradicionais negras no Brasil, visto que, nessas comunidades, traços da “África tradicional” foram recriados e reatualizados e, em certa medida, mantidos, por meio da oralidade, conforme aponta Munanga (1996). A matrilinearidade, presente em diversos espaços tradicionais africanos, teria sido obscurecida pela visão eurocêntrica de mundo, porque,

[...] mesmo sendo um modelo de organização relevante para a compreensão da história da África pré-colonial, fora considerado pelos cientistas ocidentais um estágio primitivo no processo de organização social e política, sobretudo, porque sua base organizativa estava centrada na família e com uma mulher à frente (CHAGAS, 2011, p. 02).

Essa lógica estava incrustada nas relações sociais para além do sistema de parentesco, nas quais a mulher tinha expressividade tanto na vida privada quanto na pública. Sobre isso, Diop (2014, p. 52) expressa:

[...] durante o primeiro milênio, antes da nossa era, isto é, uma época que se situa entre a Guerra de Tróia e Homero, os países meridionais [africanos] já poderiam ser governados por mulheres. O reinado da rainha Candace foi verdadeiramente histórico, foi contemporânea

de César Augusto no apogeu de sua glória. Esse, depois de ter conquistado o Egito empurrou seu exército para o deserto da Núbia até às fronteiras da Etiópia. [...] A rainha assumiu ela mesma o comando de suas tropas [...] a perda de um olho durante combate apenas contribuiu para redobrar a sua coragem. Essa resistência heroica impressionou toda a Antiguidade Clássica.

O relato de Diop não se configura como uma história singular, mas como uma situação comum em vários espaços do continente africano, uma vez que

a história da África conhece várias rainhas guerreiras, estadistas que em vários casos enfrentaram a arena militar e política os escravistas e colonizadores europeus. [...] exemplos não configuram casos isolados, mas confirmam uma tradição que nasce de profundas raízes históricas e culturais. Trata-se do sistema social e político matrilinear, que caracteriza a civilização africana desde seus primórdios (NASCIMENTO, 2008, p. 79).

As concepções sobre esse modelo de organização social, conhecido por muitos africanos que foram escravizados no Brasil, relacionam-se com a formação de comunidades tradicionais negras no Brasil, porque, nelas, traços da “África Tradicional” foram recriados e reatualizados. Para compreender essa relação, precisamos perceber que a gênese das comunidades quilombolas está intrinsecamente vinculada ao momento histórico da escravização, quando a fuga e a formação de quilombos foram uma forma recorrente de resistir ao regime de intensa exploração que atingia a população negra.

Isso não significa advogar que, nas comunidades quilombolas, não há machismo ou opressão às mulheres, o que não seria possível nem se estivéssemos falando da África, berço da matrilinearidade, pois, conforme Oyewumi (1997), citada por Nascimento (2008, p. 80), “a influência de outras matrizes culturais, impostas por meios violentos, têm seu papel no estabelecimento de hierarquias de gênero nas sociedades africanas”.

3 A ANCESTRALIDADE AFRICANA (RE) CRIADA NA HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS E QUILOMBOLAS

Quando o povo negro foi trazido para o Brasil na condição de escravizado, trouxe saberes que incidiram diretamente nas formas de resistência. Coube a essa população escravizada e jovem, selecionada para o desumano trabalho em regime escravagista, a função de salvar e reatualizar esses saberes. Na África tradicional esse papel competia às pessoas idosas. Porém, entre os que foram trazidos para o Brasil, a juventude era um traço importante, porquanto o vigor físico era uma característica importante para os que iriam ser forçados a cumprir jornadas extenuantes de trabalho.³³

Nesse contexto, a palavra falada se manteve como elemento aglutinador que fortalecia os laços e a cultura dos povos africanos, mesmo em um contexto absolutamente adverso como o da escravização. Serrano (2009) afirma que, nas sociedades africanas essencialmente orais, é através da palavra que a população pode invocar seus ancestrais e sua força e trazer para o plano do sensível a ordem para solucionar conflitos e estabelecer o poder e a chefia, comumente identificado com os mais velhos.

33 Embora, na perspectiva do colonizador, o vigor físico ganhasse relevo, as pessoas que foram escravizadas compunham uma mão de obra especializada em saberes diversos, que também foram atributos que “valorizavam” o escravizado. Também foram escravizados líderes que, na África, exerciam a política no cotidiano de suas relações sociais e grupos advindos de sociedades complexas em relações políticas.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender como, diante de extrema opressão, os povos que tiveram seus corpos escravizados conseguiram manter e recriar traços de seus modos de viver. Nesse processo de salvaguarda da ancestralidade africana, as mulheres tiveram um lugar de destaque, uma vez que

a África “imaginada” foi aqui recriada através desse mundo mítico-religioso, tendo as mulheres negras e suas descendentes, grande importância nesse processo. Na figura das mães-de-santo elas representavam uma resistência à opressão branca. Essas mulheres tiveram um papel fundamental na reorganização desses grupos, na reconfiguração das antigas relações de domínio colonial, resgatando a memória ancestral africana, rituais, danças, língua e histórias sagradas e assim contribuindo para a formação de uma identidade afro-brasileira (CAVAS; D’ÁVILA NETO, 2013, p. 02).

As mulheres negras, nesse contexto, foram essenciais no processo de transmissão das tradições orais, o que, conforme Bovini (2001), assegurou a conservação da história dos costumes de um povo apesar da escravidão, que não conseguiu aniquilar a tradição oral afro-brasileira, “por meio da qual os negros preservaram sua identidade e afirmaram sua dignidade” (BOVINI, 2001, p. 37).

A oralidade engloba, para além do dito, os signos que carregam expressões de uma verdade compartilhada pelo grupo:

A palavra torna-se silenciosa, mas está presente. Ela é incorporada, materializada em objetos, esculturas e representações gráficas: seu novo suporte. Como muito bem explica Cartry: “os signos comandam as ‘coisas’; e, o artesão dos signos, longe de se tornar um simples imitador,

completa sua obra” (SERRANO, 2009, p. 169-170).

Nesse sentido, pensar nas mulheres negras como “artesãs dos signos” de seus povos pressupõe que compreendamos que a ancestralidade está presente nos espaços de sociabilidade por meio da oralidade, mesmo sob o signo da “palavra silenciosa”, porque um enunciado aceito e incorporado pelo grupo torna-se presente mesmo no silêncio, sem que seja necessária uma constante repetição.

A preservação e a reconstrução de costumes advindos da ancestralidade africana teve grande influência das práticas das mulheres que exerceram a função de griots.

A palavra griô, também chamada dieli em bambara; nyamakala em fulfulde significa animadores públicos na cultura africana e se tornou mais conhecido pelo termo francês griot. Os Griots eram definidos como mestres e portadores de sabedoria. Na cultura africana, eram conhecidos como trovadores ou menestréis classificados como griots músicos (tocam instrumentos, cantam e compõem); griots embaixadores e cortesãos (responsáveis por mediar desavenças entre famílias) e griots genealogistas, historiadores e poetas (contadores de histórias e grandes viajantes) (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 191-193, *apud* SAMPAIO; PACHECO, 2015, p. 56).

Os griots são verdadeiros guardiões da memória de um povo. Com base em Xavier e Franzoni (2016), nas comunidades quilombolas, diversos líderes transmitem a tradição e a cultura, em sintonia com a ancestralidade, o que remonta aos griôs. Portanto, nas referidas comunidades, as mulheres negras continuam sendo as grandes transmissoras das histórias de seu povo por meio da

oralidade, visto que são elas que, frequentemente, ocupam os lugares de liderança.

O fato de as mulheres ocuparem a função de transmissoras dos conhecimentos se confirma na Comunidade Quilombola do Grilo-PB. Isso é demonstrado nas falas das mulheres locais, das quais destacamos Leonilda Tenório (mais conhecida como Paquinha) que, ao falar do que sabe acerca da história da origem da comunidade, afirma que tudo o que conhece vem das histórias que as mulheres de sua família vieram repassando: “A minha mãe contava que a minha bisavó já contava para ela, contava pra minha vó e minha vó passou pra minha mãe” (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Em documentos orais, produzidos na Comunidade do Grilo, encontramos a mesma afirmação acerca da preponderância das mulheres como guardiãs da história local. É pertinente a fala de D. Maria Pereira, que afirma não “ser do Grilo”, porque só foi morar lá depois de se casar com um de seus membros. A respeito do conhecimento que tem acerca da comunidade, falou:

Alguma coisa que eu sei foi da minha sogra. Então, minha sogra, quando eu cheguei pra qui, era pessoa já muito velhinha [...] ela foi nascida aqui. Ela nasceu aqui e contava muita história assim das coisas que se passava. Que já se passou dos tempos dos pais dela [...] Era muita, muita coisa ela me contava (Maria Pereira dos Santos, 2010).

Como é possível constatar nessa fala, a Comunidade do Grilo continua testemunhando a importância das mulheres como transmissoras dos costumes e dos saberes em comunidades tradicionais, que não são aprendidos e transmitidos em instituições formais, mas no próprio cotidiano, culturalmente baseado na tradição da oralidade, posto que essas “narrativas orais configuram os pilares onde se apoiam os valores e as crenças transmitidas pela tradição

e, simultaneamente, previnem as inversões éticas e o desrespeito ao legado ancestral da cultura” (DUARTE, 2014, p. 172).

A transmissão dos saberes e dos costumes de um povo também carrega a memória de suas formas de resistir. Para o povo quilombola, isso significa resistir à posse comunitária da terra, que lhe permite existir e perpetuar como grupo. Nesse contexto, compreendemos que foi devido à atuação das mulheres, que carregaram as tradições ancestrais, que o “processo de territorialização quilombola constitui-se, muitas vezes, na luta para continuar a existir, na reinvenção de uma identidade política portadora de direitos que é informada por uma memória ancestral” (SILVA, 2012, p. 01).

Tal perspectiva encontra respaldo na fala de Leonilda sobre sua história de luta pela terra acerca do que sua mãe dizia:

“Ela já falava muito da terra, né? Falava muito da terra, que sem terra ninguém vive, pra trabalhar, pra se libertar, a gente tinha que ter terra... e foi por aí... Incentivava que a gente pra viver tinha que ter terra” (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Assim, subjugado a um vasto processo de exclusão social, o povo negro manteve muito de seus costumes, saberes e formas de resistência por meio da oralidade que, no que diz respeito às comunidades quilombolas, foi fundamental para a transmissão intergeracional dos conhecimentos tradicionais e dos processos de luta pelos elementos que foram importantes para a sobrevivência do grupo e para a conquista do direito ao território, como veremos nos pontos a seguir.

4 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DO GRILLO-PB E A CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA FEMININA

A Comunidade Negra Nossa Senhora Aparecida é chamada pelo(as) moradores(as) da Comunidade do Grilo e conhecida por todos(as) os(as) que a visitam por esse nome. Conforme o Relatório

Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que foi escrito por uma equipe multidisciplinar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Estado da Paraíba, constituída pela ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR-18/G/Nº053/08, em março de 2011, a Comunidade do Grilo é formada de 71 famílias que habitam em uma área de 138.8964 hectares localizados na microrregião do Agreste.

O nome Grilo é uma alusão ao bichinho que cantava nas auro-ras, acompanhando os moradores na busca por água em uma fonte natural, que foi, durante muitas décadas, o único ponto em que era possível ter acesso a esse líquido fundamental à sobrevivência. Hoje, os caminhos que levam à água foram encurtados com as cisternas³⁴, mas o canto do grilo, presente no passado em que o percurso para se chegar à água era mais distante, não foi apagado da memória local:

O que eu ouvia falar é que aqui era muito pacato, muito escuro, a gente andava de quatro pé, andava de quatro pé, não tinha água em canto nenhum, nem tinha luz, era tudo escuro. Aí tinha uma cacimba embaixo, bem embaixo, era mais mato do que água. Aí a gente acordava quatro horas, três horas da manhã, pra apanhar água, todo mundo com o pote na cabeça com a rudia pra pegar água. Aí como tinha muito grilo, dizia: “vamos buscar água na cacimba do grilo gente, vamos cedo!”, pra pegar água. Aí pegava, né? E ficou conhecido como Grilo por causa disso, a cacimba que havia lá em baixo que era a única, era cacimba não era um olho d’água, sabe? Que mina água, aí juntava água

34 As cisternas da comunidade foram construídas por meio do programa federal Um Milhão de Cisternas, que foi incorporado pela agenda das políticas públicas em 2003 e tem como objetivo construir cisternas para favorecer a convivência do homem do campo com o Semiárido brasileiro.

e quem chegasse mais cedo pegava, quem chegasse mais tarde não pegava e o nome foi esse, por causa da cacimbinha (Massilene Tenório da Silva, 2017).

A fala de Massilene Tenório não só explica a origem do nome da comunidade, como também retrata a pauperização e o estado de abandono relegados pelos poderes públicos aos grupos quilombolas. O canto dos grilos testemunhou um passado de caminhos com acessibilidade difícil, quando os moradores percorriam trechos “de quatro pés”, um movimento no qual as mãos se agarram ao chão para dar equilíbrio na caminhada em sinuosas ladeiras. É nesse cenário que a liderança feminina se constrói historicamente na comunidade.

Na Comunidade do Grilo, a liderança é referida como uma característica com forte ligação familiar, que transpassou quatro gerações de mulheres. Todavia, não é a consanguinidade o fator central de ligação entre essas mulheres, pois, embora sejam da mesma família nuclear, é o aprendizado por meio da oralidade que se destaca na relação entre elas.

Ao viver e narrar as experiências, as mulheres líderes transmitem umas às outras seus conhecimentos e modos de ser. Na Comunidade do Grilo, quando falaram em características e ações das mulheres nas conquistas comunitárias, elas foram apontadas unanimemente como proativas, participativas e destemidas. Leonilda, uma das líderes comunitárias, quando perguntada sobre se a convivência e o aprendizado com outras mulheres exerceram alguma influência em sua luta pela terra e no exercício de liderança, ela prontamente respondeu:

Minha vó foi muito importante. Eu acho que já vem de tradição de mãe pra filho, minha vó era uma mulher bem acreditada na comunidade, ela criou 4 filhos sozinha [...]. Deu estudo pra minha mãe, ela pagava, minha mãe

foi professora aqui. [...] As lideranças daqui de antigamente vêm de mãe pra filha, já veio da minha mãe [...] Minha mãe tinha tudo da minha vó e minha vó não tinha medo de nada [...] E eu tenho essa característica da minha mãe, minha mãe não tinha medo de nada e eu não tenho medo de nada, até se chegar uma pessoa aqui na minha porta pra me matar, ele pode me matar [...] Hoje terra é morte, a terra era pra ser aberta pra quem quiser trabalhar, mas terra tem um poder muito forte (Leonilda Coelho Tenório, 2016).

Essa relação de aprendizado e de liderança transmitidos entre as mulheres, segundo Duarte (2014), é um traço significativo no que se refere aos saberes tradicionais, porquanto eles não são aprendidos nem transmitidos em espaços institucionais, mas nas relações cotidianas baseadas na tradição e na oralidade, elementos fulcrais em sua herança africana.

O que Duarte (2014) assevera sobre a correlação entre a liderança feminina e a herança cultural de matriz africana encontra eco na fala das mulheres na Comunidade do Grilo. Massilene, filha de Leonilda, ao ser perguntada sobre se a força das mulheres do Grilo tinha alguma relação com o fato de serem negras, respondeu: “Acho que sim, resistência do povo negro do quilombo, resistência”. Portanto, é nessa ancestralidade transmitida, principalmente, pela oralidade que as mulheres de sua família (re)atualizam o lugar de liderança. Leonilda reafirma o aprendizado geracional ao explicitar:

Eu acho que essa minha... esse jeito de viver, de me expressar, de não ter medo de lutar, querer as coisas e eu tenho que conseguir, coisas que sejam boas para a comunidade. Eu acho que eu consigo através dela, porque quando ela... ela era adorada por esse povo daqui todinho, ela era muito bacana assim, com palavras, com

coisas bonitas, nunca ela guardava pra ela só
(Leonilda Coelho Tenório, 2017).

A liderança da mãe de Leonilda, Dona Dôra, continuou sendo afirmada na comunidade mesmo depois que ela faleceu. Dona Maria Aparecida Tenório, ao falar sobre as pessoas que foram mais conhecidas na comunidade, afirmou que todas as pessoas, fossem da comunidade ou de fora, procuravam-na: “tudo procurava ela, o povo aqui qualquer coisinha era “Dôra Duda, Dôra Dura”, era assim, ninguém chegava por aqui pro mode procurar outra casa não, era a casa dela” (Maria Aparecida Tenório, 2017).

A liderança de Dona Dôra foi reconhecida porque ela usava seu conhecimento em favor do Grilo. Essa assertiva se confirma nesta fala de Dona Maria Aparecida sobre a resolução dos problemas na comunidade: “Quem mais corria atrás era comadre Dôra Duda aí, que já morreu. Só, dos mais antigos mesmo que tinha mais inteligência era ela” (Maria Aparecida Tenório, 2017). Em outras falas, foi dito que as ações e os saberes de Dona Dôra sempre foram usados em benefício da comunidade, fruto de aprendizados que vieram diretamente de sua mãe Arquelina, que também foi reconhecida pela comunidade e fora dela por causa dos seus saberes acerca das ervas medicinais. Quando perguntamos se sua avó era uma personalidade reconhecida pela comunidade, Leonilda respondeu: “Sim. Minha mãe disse que sim, e ela era parteira. Aquele pessoal rico todinho (de fora da comunidade) ela ensinava remédio [...], o que Arquelina não curasse de doença, não tinha mais médico...” (Leonilda Coelho Tenório, 2016).

As mulheres da família de Leonilda que eram líderes tinham consciência de seu lugar de liderança e o compreendiam como um bem familiar a ser transmitido. Tal situação fica nitidamente expressa na passagem em que Dona Dôra fala para sua filha, Leonilda, sobre o momento certo para lhe transmitir o que ainda não havia sido dito sobre seus conhecimentos:

Ela contou tudo de bom pra mim e ela dizia: “Paquinha, quando eu tiver perto de morrer, se eu ficar numa cama falando, tudo que eu sei eu vou passar pra você. Eu só não posso passar pra você agora, porque se eu ver que eu não morro, as minhas coisas não vai servir, as minhas coisas não vai servir pra você, mas quando tiver perto, se eu ver que não vai ter solução (Leonilda Coelho Tenório, 2016).

A morte de uma líder marcaria, segundo Leonilda, a transição completa da liderança. A escolha de quem ficaria em seu lugar não era feita arbitrariamente, pois o fato de nunca ter deixado a família e a comunidade definitivamente, ao contrário de algumas irmãs, foi um dos fatores centrais de relação de proximidade entre Leonilda e Dona Dôra. A primeira, ao falar sobre a relação de proximidade entre ambas, apontou: “Ela tinha doze filhos, treze filhos, mas Leonilda pra ela era tudo [...] porque eu tinha uma irmã, mas depois que ela estudou, largou ela, foi pra o Rio, e ela não queria que fosse” (Leonilda Coelho Tenório, 2016).

O agir pela comunidade se configurou como um elemento de ligação, continuidade e coexistência da liderança. Quando teve a possibilidade de acessar políticas públicas que lhes garantissem a posse da terra, Leonilda, principal moradora da comunidade envolvida no processo, disse que recebeu apoio de sua mãe, que afirmou: “Não, Leonilda, você não vai levar esse trabalho sozinha não, muita coisa para você” (Leonilda Coelho Tenório, 2016). Ela complementou dizendo que a relação com a mãe foi fulcral para seu empenho na luta pela comunidade: “Eu acho que toda minha luta, meu trabalho pelo recomeço da terra, tudo, eu acho que eu tenho tudo a ver com a minha mãe” (Leonilda Coelho Tenório, 2016).

O compartilhamento dos mesmos valores foi fundamental para a vivência e a transmissão da liderança. As principais características desses valores e a própria relação entre as mulheres líderes, frequentemente centrados no espaço da comunidade, encontram

ressonância no que a perspectiva epistemológica da afrocentricidade, de acordo com Asante (2009), aponta como essenciais em alguns processos de sociabilidade das comunidades tradicionais negras: a centralidade da comunidade e o respeito à tradição expressos, preponderantemente, nos saberes dos mais velhos. É latente como o processo que tradicionalmente envolve a história de liderança feminina no Grilo perpassa vários momentos pelas referidas características.

No mesmo sentido, Leonilda não deixou de lado os cuidados com “as coisas do quilombo”. Com orgulho, ela fala que as novas gerações de sua família continuam lutando: “Minha filha que ela é apaixonada por quilombo, apaixonada pelas coisas do quilombo. A minha nora também, essa que chegou com o neném no braço, ela é muito apaixonada por quilombo” (Leonilda Coelho Tenório, 2017). Assim sendo, é majoritariamente pelas mãos das mulheres que vem se transmitindo, de geração em geração, o sentimento de pertença e de luta pela comunidade.

5 A LIDERANÇA FEMININA A SERVIÇO DA COMUNIDADE: “A TERRA É VIDA DE QUEM TIVER NA MÃO”³⁵

No exercício da liderança feminina, uma questão sempre figurou como central nas lutas pela comunidade: a terra - que significa um modo de viver que está diretamente ligado ao espaço que tradicionalmente ocupam. Ser líder, historicamente, é realizar ações pelo bem-viver na e pela terra onde se vive. É difícil compreender a trajetória das mulheres líderes sem situar a relação de suas vidas com o anseio pelo direito de retirar de seu território, sem interferências do poderio de terceiros, o necessário para viver.

Assim, as líderes, muito antes de se vislumbrar a possibilidade legal de possuírem o título da terra, já consideravam necessário lutar constantemente para melhorar a vida dos moradores do Grilo.

35 Fala de Leonilda Coelho Tenório em entrevista.

Antes de existirem as políticas públicas para os quilombolas, lutar pela terra significava, antes de tudo, conquistar condições dignas de vida no espaço tradicionalmente ocupado.

Na luta para melhorar as condições de vida, a história da construção da escola e de trechos da estrada é importante para ilustrar alguns caminhos que as mulheres percorriam e percorrem para exercer a liderança no Grilo. A educação encerra uma das maiores lutas de Dona Dôra, mãe de Leonilda. Uma professora que sempre sonhou em construir uma escola, mas, antes de alcançar esse intento, foi a transmissora do saber, que estava carregado de anseio por falar de sua ancestralidade negra, e fonte do sustento da família após a morte do esposo. Ao falar acerca da mãe, Leonilda relata:

Depois que meu pai faleceu, o que tinha acabou, mas ela ficou continuando trabalhando, continuou ensinando [...] e ela já falava na sala de aula naquela época, que eu me lembro, ela já falava na sala de aula sobre os negros, sobre escravos, falava muito de Zumbi, Zumbi na época que libertou os escravos quase que nem a Princesa Isabel e foi ele que morreu por nós. Então, ela falou muito isso, enquanto eu já vi meu filho estudar, eu não vi a professora falando sobre Zumbi em uma sala de aula, eu sempre presenciei os estudos dos meus meninos eu vi muito pouco (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Dona Dôra antecipou a história do povo negro na Comunidade do Grilo. A consciência de sua ancestralidade e de sua história levou para suas aulas o que ainda hoje se resiste fazer em muitas escolas, apesar da Lei 10.639, desde 2003, impor o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

As reivindicações de Dona Dôra pela construção de uma escola e de uma estrada, na Comunidade do Grilo, são lembradas por um de seus filhos:

João Cabral, que foi o primeiro prefeito daqui, falou para minha mãe: “Olhe, Dona Dôra, eu vou fazer”, que foi uma promessa dele quando ele ganhar, assim que passasse as eleições... [...] Foi uma promessa que ele fez, que era fazer o colégio daqui e a estrada até aqui na comunidade e morreu botou no papel e não fez, pra não fazer a história muito comprida, porque era o sonho da gente das mãe de família, de nós todos, das mãe de família, dos pai de família era ter um colégio aqui, porque ele tava desse pessoal daqui Serra Rajada, correndo o risco de ser atropelado pelo um carro ou alguma coisa assim, aí quando o Amaral ganhou aqui, que é esse que tá hoje. Ele disse: “Olhe, Dona Dôra, o outro prefeito não fez, prometeu de fazer seu colégio aqui e não fez, mas eu, se for eleito, eu faço”. E todo mundo votou nele, ele ganhou e fez mesmo o colégio (Elias Tenório Coelho, 2017).

Feita a escola, faltava a estrada, cuja construção foi outro momento emblemático na luta pela melhoria da vida da comunidade. Conforme afirmado por Seu Elias, essa demanda da comunidade não foi atendida de imediato pelo poder público. Esse problema isolava a comunidade em relação aos direitos fundamentais, como os de ter ambulância e água através de carros-pipa, visto que esses veículos não conseguiam chegar aos pontos mais altos da comunidade.

Também havia impedimento para terem acesso a bens de consumo, pois, sem a estrada, não era possível entregar as compras de maior porte. Problemas dessa natureza já haviam levado Dona Dôra

a solicitar do poder público a construção da estrada. Sem sucesso, a questão continuou a inquietar sua filha, Leonilda, que narra as dificuldades que a comunidade enfrentou em relação à estrada.

Olhe, das coisas que eu fiz aqui e foi boa parte do meu dinheiro, das coisas, né? [...] porque você viu que não tinha uma rodagem³⁶ aqui pra nada, você vinha e ficava com carro lá em cima, e você vinha no apertozinho, se você sobrasse cá pra você ia batia seu carro na barreira, na pedra e pro outro lado então [...] hoje em dia passa aí carro grande, carro pipa de água e cheio, passa carro de água, passa carro do Armazém Paraíba que tem três metros, passa carro aqui com nove metros, nove toneladas de comida, passa carro de 3 metros que é um baú e é uma maravilha, porque antes você não passava aqui nem com burro de carga e agora... foi uma das coisas que eu fiz, quase só (Leonilda Coelho Tenório, 2017)

Leonilda explica que, sem estrada, a comunidade ficava isolada e impedida de obter água e mantimentos, por exemplo. Tal quadro a levou a buscar meios para construir os trechos da estrada por onde era mais difícil passar, conforme explicita ao relatar o processo para fazer a estrada:

Foi quebrando pedra de lá da entrada até aqui, porque da entrada até aqui você vê que é pedra, era pra passar um carrinho pequeno e com muito cuidado, até que de vez em quando virava um carro ali em cima [...] mas isso aí eu gastei muito, eu comprei uma máquina fiado, eu matei três burro carregando essas lenhas,

36 Trecho de estrada

pra pagar [...], os meninos não queria saber, Mailson (filho) também não queria saber e eu com aquela cisma, eu fazia trabalho até meia noite, até dez horas, quebrando pedra, carregando lenha, pra quando amanhecer já tá tudo pronto pra tocar fogo e quebrando na mão, mas pra chegar ali em cima não teve jeito de quebrar a mão, de quebrar com fogo, porque lá é rocha, né? [...] um monte alto, aí eu consegui, mas não foi eu que fiz, foi pago pro menino fazer, foi quebrado com estilete, não foi feito com dinamite, porque eu andei o exército quase todo, onde tinha dinamite eu fui atrás pra ver se encontrava uma banana de dinamite pra dividir, pra fazer ou duas ou três ou cinco ou dez... pra destruir, mas não teve como, aí o último passo que eu fui, foi no exército em Campina Grande, aí eu falei parece que foi com Dr. Temer, ou foi Michel, era um nome assim, ele disse: “Leonilda, eu vejo seu trabalho aí, eu vejo você quebrando pedra, eu vejo tudo, mas não tem jeito” [...]. Aí pronto, quando eu comecei a trabalhar, nos caminhos na rodagem, cavar o primeiro buraco, quebrar a primeira pedra (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Lutar pela terra é lutar pelas condições mínimas para o grupo viver nela. Para isso, seria fundamental uma estrada que possibilitasse chegar água e comida, entre outros serviços e produtos. Nesse sentido, a ausência do poder público levou Leonilda, que também é pedreira, a “fazer justiça com as próprias mãos”.

Essas ações denotam o desejo de que a comunidade continue a existir como grupo e, para tal, a posse da terra sempre foi uma questão fundamental. Sem ela, pouco significado teriam a água, a escola e a estrada, porque, destituída da possibilidade de usar o território, a comunidade se diluiria. Nesse sentido, Leonilda afirma que sua

mãe Dôra, assim como sempre falava “dos negros”, de Zumbi, falava também da terra, indicando que essa era a preocupação primordial.

Ela já falava muito da terra, né? Falava muito da terra, que sem terra ninguém vive, pra trabalhar, pra se libertar a gente tinha que ter terra e foi por aí... Incentivava que a gente pra viver tinha que ter terra. Mas como que a gente ia arrumar terra? Foi tanto que nego foi criando um porcozinho, criando alguma coisa e foi comprando um pedacinho de terra e foi saindo de um a um da fazenda e foram comprando e foram fazendo uma casinha foram morando, então foi isso (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Antes de tudo, era preciso ter terra. Com a falta de políticas públicas que possibilitassem isso, os núcleos familiares eram incentivados a angariar meios de comprar um pedacinho de chão. Assim, a luta se ancorava em ações que possibilitassem condições mais dignas de sobrevivência coletiva no território que se pretendia, de fato e de direito, possuir.

Com o conhecimento das políticas públicas para as comunidades quilombolas, a referida luta, sem perder as características de centralidade da comunidade e o respeito à tradição, passou a focar e a interagir mais com instituições que atuavam como canais de acesso a essas políticas. Abriu-se um novo momento da liderança voltada, primordialmente, para conquistar a titulação da terra. Agora, o bem que se entendia historicamente como libertação aparecia no horizonte como uma possibilidade concreta.

6 A LIDERANÇA EM DIÁLOGO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A realidade social na qual estava imersa a comunidade quilombola do Grilo não diferia da realidade nacional. O massacre causado pelo trabalho exaustivo e sem direitos, em terras alheias, fazia eclodir a consciência de que era fundamental conquistar terras

para que se pudesse, de fato, distanciar-se de um dos mais fortes ranços da escravidão que ainda estava presente em suas vidas. Por isso, comumente os moradores do Grilo se referem à posse da terra como libertação.

Essa percepção está atrelada a um contexto em que a terra foi um dos direitos negados, durante séculos, à população negra. Antes da Constituição de 1988, as comunidades remanescentes de quilombos rurais viviam sob o domínio senhorial dos “donos” de seus territórios. Sem políticas que lhes possibilitassem possuir a terra e imersos nos piores indicadores sociais relativos à pobreza, que os impossibilitavam, em grande parte, de comprá-la, os quilombolas lutavam por seus territórios essencialmente por meio de ações cotidianas para que pudessem sobreviver coletivamente no espaço onde haviam se estabelecido. A luta se dava através de estratégias de permanência em ações que favorecessem a continuidade do grupo.

Com a chegada das políticas públicas, às lutas históricas se somaram outros embates e, com eles, iniciou-se um novo momento da liderança feminina na Comunidade do Grilo. A primeira das lutas que esse momento trouxe, apresentada nas falas, estava posta na necessidade de interagir com pessoas e instituições, até então, estranhas à comunidade, o que causava um clima de medo e de insegurança à comunidade. Leonilda relata o processo de estranhamento que a presença de novos sujeitos causou na comunidade: “Faz uns 18³⁷ anos, foi quando começou o primeiro carro que chegou aqui, foi lá por baixo que aqui não passava carro por aqui, chegou aquele caminhão, chegou aquela caminhonete aqui quatro por quatro branca e a gente ficou assim abismado” (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Esse estranhamento da comunidade levou parte dela a se distanciar temerosa. Todavia, Leonilda afirma que foi nas mulheres que ela encontrou mais respaldo para interagir com a nova situação que chegava à comunidade. Quando perguntamos sobre se homens

37 Tempo percorrido em relação ao ano de 2017.

ou mulheres reagiram igualmente à presença dos “estranhos”, ela respondeu:

Não, não é mesmo, tem uma diferençazinha, porque as mulheres, ela é mais confiante no trabalho que ela faz, mais eficaz e ela é mais atenciosa, tanto que chegar um carro aqui, os homens olha e vai embora e as mulher fica pra saber quem vai sair de lá de dentro, as mulher tem isso aí principalmente nos quilombos (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Nesse momento, entre as mulheres, Leonilda se colocou mais proativa diante da situação. Sem poder precisar o período, explicou que, já nos primeiros momentos, colocou-se à disposição de quem chegava para ajudar no processo:

Eles chegaram, não disseram que era da AACADE [Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes] ... e daí começou tudo, ele foi perguntando como é que a gente fazia com água, quem é que tinha cisterna, como era, como não era, foi quando veio esse programa, já tava no papel esse programa das cisternas, aí quando veio na terceira vez, já foi dizendo que já ia começar as cisternas e falou que era da AACADE [...], mas eu não sabia nem o que era AACADE, não sabia que força tinha, né? Aí na terceira vez disse que tinha essa parceria com o governo [...]. Aí da quinta pra oitava vez chegou Edibrando fazendo levantamento, um antropólogo, né? Fazendo levantamento da terra, e quem vai andar? Ninguém vai andar com esse homem, ninguém conhece, aí ele mandou procurar Paquinha, eu não contei duas vezes, botei uma

bermuda... uma calça, montei em cima de uma moto e saí (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Dona Lourdes, irmã de Leonilda, também reafirma o receio que a novidade levou para a comunidade. Ela disse que, acompanhada da sobrinha e de um irmão, foi à primeira viagem que estava relacionada às políticas públicas para o Grilo. Nessa ocasião, Leonilda estava impossibilitada de participar. A reunião foi realizada em João Pessoa - PB e contou com a participação de representantes de outras comunidades paraibanas. Contudo, a decisão de ir participar desse momento foi desaprovada por alguns moradores do Grilo.

A gente fomos pra João Pessoa, porque não tinha ninguém que quisesse ir, ficaram com medo [...] Disseram que a gente ia ser vendido [...] Eu disse: “Eu vou” (Maria de Lourdes Tenório Coelho, 2017).

ENTREVISTADORA: O povo achou que quando chegou gente de fora aqui, que iam vender vocês?

Era, praquele negócio do exterior, né? Aí disseram. Uma cunhada minha que mora lá em Serra Rajada, ela disse: “Não vai hoje não”, eu disse: “eu vou”, ela: “não vai”, eu disse “eu vou, se for alguma coisa pra levar pro exterior e eu me importa? Matar eu é que eles não vão matar, se deixar lá tem nada não”. Aí fui (Maria de Lourdes Tenório Coelho, 2017).

Além de intensificar os diálogos com sujeitos externos à comunidade, a chegada das políticas públicas de acesso a terra trouxe outra situação temerosa para os(as) líderes comunitários(as). A partir daquele momento, seria preciso enfrentar diretamente os “donos” da terra. De acordo com Leonilda, mesmo antes de o direito a terra existir, havia uma clara tensão entre os moradores do Grilo e os que legalmente eram “donos” do lugar. “Tinha muito medo, eu tinha até medo de passar por eles antigamente, era medo mesmo” (Leonilda Coelho Tenório, 2017).

Esse medo era estendido à comunidade que, não raramente, expressava temor por ela. Seu Elias corrobora essa perspectiva dizendo: “tanto é, que quando começou esse processo aí, o pessoal, como eu já disse a você, ficava falando: ‘mas Paquinha tá correndo risco demais, Paquinha vai terminar morrendo’” (Elias Tenório Coelho, 2017).

Esse receio continuou durante todo o processo de titulação das terras no Grilo, que tramitou por dez anos, desde seu reconhecimento pela Fundação Palmares como território quilombola, em 2006, até o Ato de Imissão de Posse em 2016. Nesse processo, apesar do medo, as mulheres continuaram se destacando, conforme expressa Dona Lourdes, ao emitir opinião sobre se as mulheres foram mais fortes do que os homens no processo de conquista da terra:

Foi! Foram fortes, fortes, as mulheres foram bastante fortes e não tinham medo não, no dia que a gente tomou posse mesmo da terra, aí foi uma multidão de mulher pra fazenda lá (Maria de Lourdes Tenório Coelho, 2017).

ENTREVISTADORA: Até no dia de receber foi mais mulher do que homem?

Foi, muito mais mulher do que homem, pra lá pra fazenda, que tinha aqui. [...] “esse povo vai pra lá, mas é capaz de haver tiro!, [...] Morrer...”. Ele podia dar um tiro neu, [...] mas não podia matar tudo (Maria de Lourdes Tenório Coelho, 2017).

Algumas imagens³⁸ do Ato e Imissão de Posse também demonstram essa história. As imagens feitas por Alberto Banal, estudioso das comunidades quilombolas paraibanas, que esteve presente em

38 Para analisar as imagens, aportamos em Paiva (2002), para quem a imagem pode ser considerada um simulacro da realidade, não a realidade histórica em si, pois precisa ser analisada através de crítica interna, análise da foto e externa, na qual o contexto que gerou a imagem é apreciado. Assim, a imagem pode subsidiar a compreensão de um fato a partir da crítica que se faz à referida imagem.

todo o processo de titulação das terras, mostram membros da comunidade, suas emoções e uma mensagem que propuseram passar no dia de conquista definitiva da terra. Na imagem 1, aparecem, em primeiro plano, Leonilda e seu Irmão Elias, emocionados por causa da conquista; na imagem 2, mulheres, à frente, conduziam uma faixa na caminhada realizada em comemoração à titulação da terra, escrito: “Esta terra é nossa”. Uma frase de alívio e de afronta, que rememora o cerne e as principais personagens do fato vivenciado. Embora essas e Leonilda estivessem em destaque, elas não foram os únicos sujeitos da comunidade atuantes na conquista da terra.

Imagem 1 – Ato de Imissão de Posse



Fonte: www.quilombosdaparaiba.blogspot.com.br

Imagem 2 – Ato de Imissão de Posse



Fonte: www.quilombosdaparaiba.blogspot.com.br

As muitas faces da exploração e da opressão que impactam, sem cessar, as vidas das mulheres quilombolas, resultaram em muitos exemplos de resistência e de liderança por todos os seus.

7 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

No Brasil, o lugar social destinado às mulheres negras esteve assentado nas mazelas oriundas da escravização. A sociedade direcionava a elas o espaço do trabalho, em subempregos, e de “símbolo sexual” a serviço do desejo masculino. Todavia, a esse projeto excludente, as mulheres negras agenciaram e se tornaram importantes sujeitos em muitos processos de resistência do povo negro, construindo espaços em favor da sobrevivência de sua cultura e da ancestralidade do seu povo. Além disso, foram agentes em espaços de liderança, como, por exemplo, as comunidades quilombolas.

Nesse contexto, as comunidades tradicionais compuseram um espaço onde a atuação das mulheres negras ocupou historicamente

um lugar central em muitos processos de decisões e exercícios de liderança, pautadas na transmissão e no respeito aos elementos de sua herança cultural transmitida por meio da tradição oral. Essa tradição também carrega a memória de seus modos de resistir como grupo.

A história da Comunidade Quilombola do Grilo, pertencente ao município de Riachão do Bacamarte - PB, não é uma exceção nesse contexto. Com sua origem marcada pelas sequelas da escravidão, essa comunidade foi e é lócus do exercício da liderança feminina, que tem caráter familiar e é transmitida de geração em geração, carregando fortes traços de ancestralidade cultural.

Há muitas gerações em uma família nuclear, a base da liderança do Grilo é a transmissão dos saberes por meio da tradição oral, na qual os modos de ser líder são transmitidos no cotidiano, e a vivência é compartilhada entre as mulheres. Nesse contexto, Arquelina, Dona Dôra, Leonilda e Massilene são protagonistas de uma mesma família, que esteve e está à frente das lutas e das conquistas comunitárias.

REFERÊNCIAS

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. Sobre griots: por uma história das mulheres negras, por elas mesmas. *In*: SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 5., 2015, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2015. p. 1-12.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: a fenomenologia da existência feminina africana. Tradução: Aline Matos da Rocha, Emival Ramos. Título original: Beyond Determinism: the phenomenology of african female existence.

Feminist Africa, África, v. 2, 2003. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/bibi_bakare-yusuf_-_al%C3%A9m_do_determinismo._a_fenomenologia_da_exist%C3%Aancia_feminina_africana.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

BOVINI, Emílio. Tradição oral afro-brasileira: as razões de uma vitalidade. **Revista Projeto História**. São Paulo, v. 22, p. 37-48, jan./ jun. 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10729>. Acesso em: 1 nov. 2023.

CAVAS, Cláudio de São Thiago; D'ÁVILA NETO, Maria Inácia. A diáspora negra: como as mulheres recriaram através da religião a África “imaginada” no Brasil de todos os santos. In: FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 02-09.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A condição da mulher na África tradicional. In: SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 3., 2011, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2011. p. 1-11.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Angola: Pedago, 2014.

DUARTE, Zuleide. A tradição oral na África. **Estudos de Sociologia**. Recife, v. 2, n. 15, p. 181-189, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/view/235328>. Acesso em: 1 nov. 2023.

E.T. C. **Elias Tenório Coelho**. 1º depoimento [abr. 2017]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao projeto 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo - PB na luta pelo direito social à terra'.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

L.C.T. **Leonilda Coelho Tenório**. 1º depoimento [mar. 2016]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao projeto 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo- PB na luta pelo direito social à terra'.

L.C.T. **Leonilda Coelho Tenório**. 1º depoimento [abr. 2017]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao projeto 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo-PB na luta pelo direito social à terra'.

M.A.T. **Maria Aparecida Tenório**. 1º depoimento [abr. 2017]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao projeto 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo - PB na luta pelo direito social à terra'.

M.L.T.C. **Maria de Lourdes Tenório Cândido**. 1º depoimento [abr. 2017]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao projeto 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo - PB na luta pelo direito social à terra'.

M. P. S. **Maria Pereira dos Santos**. 1º depoimento [out. 2010]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao

projeto '(Re)escrevendo as brincadeiras infantis, cantigas, festas e práticas de cura em três comunidades afrodescendentes paraibanas'.

M.T. S. **Massilene Tenório da Silva**. 1º depoimento [abr. 2017]. Entrevistadora: Alcione Ferreira da Silva. Entrevista concedida ao projeto 'Nas trilhas da ancestralidade e na força da cor: protagonismo social de mulheres da comunidade quilombola do Grilo - PB na luta pelo direito social à terra'.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 56-63, fev. 1996. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p56-63>.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. As civilizações africanas no mundo. *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A matriz africana no mundo**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p. 73-108.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras: protagonismo ignorado. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409.

OYÈWÚMI, Oyèronké. Family bonds/Conceptual Binds: African notes on Feminist Epistemologies. **Feminisms at a Millennium**, Chicago, v. 25, n. 4, p. 1093-1098, verão 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3175493>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" *In*: ALGRANTI, Leila (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. p. 7-42.

RAIMUNDO, Valdenice José. **É preciso ter raça**: as formas de organizações informais no cotidiano das mulheres negras da favela Bola de Ouro – território de maioria negra. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

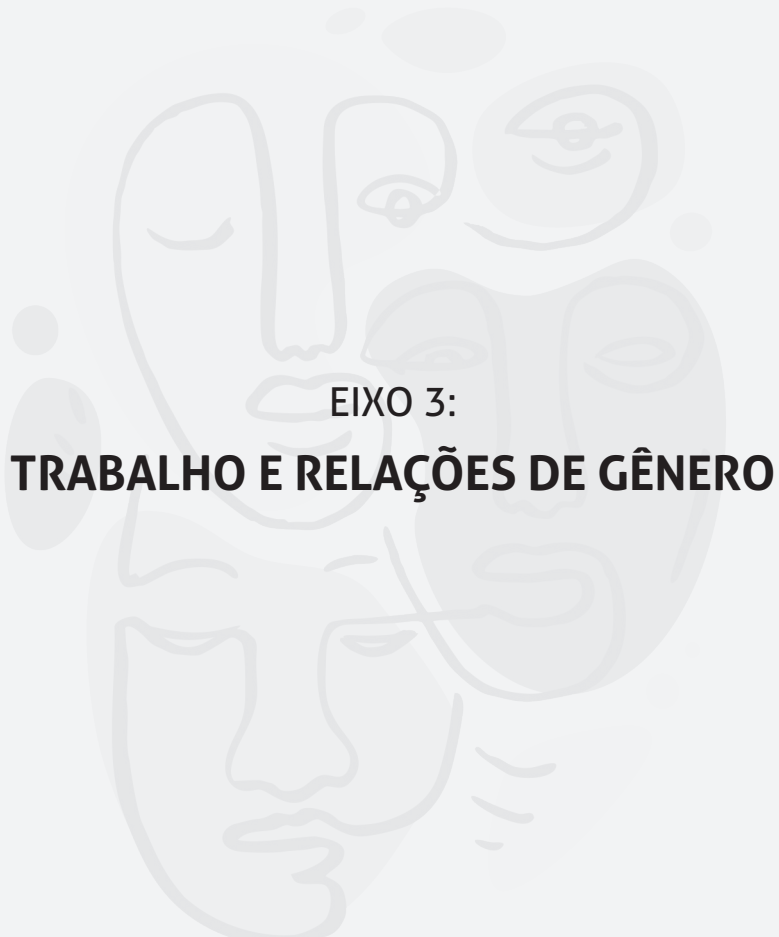
SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres Griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de interrogação**: Revista de Crítica Cultural. Alagoinhas, v. 5, n. 2, p. 55-70, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.30620/p.i.v5i2>.

SANTOS, Sônia Maria dos; ARAÚJO, Osmar Ribeiro de. História oral: vozes, narrativas e textos. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 6, p. 191-201, jan./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/issue/view/56>. Acesso em: 1 nov. 2023.

SERRANO, Carlos. A dimensão ritual na solução de conflitos na justiça tradicional de sociedades africanas. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo, n. 24-26, p. 163-173, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i24-26p163-173>.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA, 12., 2012, Bogotá. **Anais** [...]. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012. p. 41-48.

XAVIER, Carine Rossane Piassetta; FRANZONI, Tereza Mara F. Narrativas quilombolas: o resgate e a potencialidade criadora dos saberes da terra das mulheres idosas da comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, no município de Palmas-Paraná. *In*: JORNADA LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS TEATRAIS, 9., 2016, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: Instituto de Artes, 2016. p. 41-49.

The background features a large, faint, light gray graphic of several stylized human faces. The faces are drawn with simple, rounded outlines and are arranged in a cluster, overlapping each other. Some faces have closed eyes, while others have open eyes. The overall style is minimalist and artistic.

EIXO 3:
TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO



“ELES DIZEM QUE É AMOR. NÓS DIZEMOS QUE É TRABALHO NÃO REMUNERADO”³⁹: A DESIGUAL DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE HOMENS E MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

*Fernanda Marques de Queiroz
Maria Ilidiana Diniz*

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio versa sobre a desigual divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, no contexto da pandemia da covid-19⁴⁰, a partir da produção e da reprodução social e do “lugar” que elas ocupam nessa divisão, ao executarem gratuitamente o trabalho doméstico, que é importante e necessário para manter a força laboral.

39 Expressão utilizada por Sílvia Federici na obra **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução social e luta feminista** (2019, p. 40).

40 A pandemia do novo coronavírus é uma realidade sem precedentes no cenário mundial contemporâneo. Em 31 de dezembro de 2019, autoridades da Organização Mundial da Saúde (OMS) foram informadas de casos de infecções respiratórias de origem misteriosa na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China. Em 11 de janeiro de 2020, foi anunciado o primeiro óbito em razão da doença oficialmente registrado no mundo. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, devido aos surtos da doença em diferentes países.

Cotidianamente, pessoas dedicam determinado tempo para trabalhar nas esferas pública e privada. Todavia, não estamos falando só de tempo cronológico, mas também de um tempo social e econômico, que se configura de maneira abstrata e depende das características da organização do tempo social (DEDECCA, 2008). Acrescentamos a essas características as dimensões imbricadas entre classes, relações patriarcais de gênero e raça.

O tempo social é o que é dispensado para a realização das tarefas domésticas, um trabalho que é desvalorizado devido à sociabilidade fundada no sistema patriarcal/capitalista/racista, geralmente realizado pelas mulheres e repartido de forma desigual, o que contribui para que elas continuem nos espaços privados do lar. Já o tempo econômico é empregado em trabalhos remunerados, quase sempre desenvolvidos por homens. Assim, esse tempo é destinado aos mais variados processos sociais e econômicos, porém não é decidido por nós.

Para analisar os impactos da divisão sexual desigual do trabalho entre homens e mulheres, no contexto da pandemia da covid-19, fundamentamo-nos nas dimensões das relações patriarcais de gênero e no trabalho doméstico praticado pelas mulheres e sua agudização no contexto supracitado.

2 A FACE INVISÍVEL DO TRABALHO DOMÉSTICO: O TEMPO QUE COMEÇAMOS A OLHAR PARA DENTRO DE CASA

O fato de o trabalho doméstico não ter sido considerado como trabalho silenciou e invisibilizou, durante muito tempo, as relações desiguais e de poder entre homens e mulheres. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e nas reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e de opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumplicidade familiar. Assim, o amor e o cuidado com a família eram atribuídos às mulheres, e a provisão financeira, aos homens.

O trabalho doméstico, nesse sentido, envolve um conjunto de atividades e tarefas diárias destinadas à produção de valores de uso e

aos serviços necessários para atender às necessidades da reprodução da força de trabalho.

O curso da história delineou um modelo de família cuja protagonista, a mãe, era responsável por cuidar da educação dos/as filhos/as e da formação moral das crianças no interior dos lares. Nessa configuração, os espaços públicos, por direito, pertenciam aos homens, vistos como provedores e chefes da família. A partir do momento em que o trabalho doméstico passou a ser analisado como trabalho, tanto quanto o trabalho profissional, caminhos foram abertos para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho” (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Do mesmo modo, histórica e culturalmente, sobretudo na sociedade capitalista-patriarcal-racista, sempre coube às mulheres a tarefa de cuidar da casa e da família, independentemente de sua idade, da condição de ocupação e do nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, que vigora até hoje, de que o cuidado é da natureza feminina. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado. Posteriormente, as transformações socioeconômicas e a busca das mulheres por independência trouxeram a desigualdade salarial e a precarização do trabalho, dentre outras formas de discriminação.

Há, portanto, um claro esforço para manter um modelo que garante a coextensividade dos espaços políticos - de trabalho e doméstico - que se estruturam a partir da lógica de divisão sexual de papéis socialmente estabelecidos como “femininos e masculinos”, assegurando o espaço da reprodução como eminentemente feminino e se conectando com os marcadores de diferenças necessárias para garantir postos e salários desiguais entre homens e mulheres na esfera do trabalho.

De acordo com Federici (2019, p. 42), o trabalho doméstico imposto às mulheres “também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade

interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina”.

Essa “naturalização” parte de elementos que se estruturaram por meio de determinados construtos históricos, sociais, políticos, sexuais, físicos e emocionais, que moldaram papéis que as mulheres deveriam desempenhar na organização social no interior das famílias apropriadas pelo capital. É exatamente essa “combinação particular de serviços físicos, emocionais e sexuais que está envolvida no papel que as mulheres devem desempenhar para que o capital possa criar a personagem específica da criada que é a dona de casa”, o que faz com que seu trabalho seja tão pesado e tão invisível concomitantemente (FEDERICI, 2019, p. 45).

A divisão sexual desigual do trabalho fincou suas bases em um modelo de sociedade calcada no patriarcado, no capitalismo, na divisão de classes e na propriedade privada. Essa sociabilidade engendrada pelo capital resultou em uma divisão rígida dos espaços políticos: de um lado, o trabalho exercido fora de casa (sócio e culturalmente reconhecido efetivamente como trabalho), que se situa na dimensão da produção social e é majoritariamente destinado aos homens; de outro, o trabalho doméstico, invisibilizado, desvalorizado, precarizado e executado pelas mulheres, assegurando o instrumento da reprodução social que se situa no âmbito da reprodução ampliada do capital, que é acompanhada pelas relações de classes que tendem a se aprofundar.

Delphy (2009, p. 257) foi uma das primeiras a afirmar que o trabalho doméstico determinava a condição de todas as mulheres. Para a referida autora, “o modo de produção familiar regido pelo patriarcado organiza as relações sexuais, a educação das crianças, os serviços domésticos e a produção de certos bens, como pequenas produções mercantis [...]”.

Dados divulgados pelo IBGE, em 2019, mostraram que as mulheres dedicaram mais horas aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais às dos homens. As que não estavam ocupadas no mercado de trabalho

dedicavam 23,8 horas semanais a essas atividades, enquanto para os homens nessa mesma situação, o total de horas destinadas foi de 12,0 horas. A diferença entre ocupados se manteve também em proporções significativas: mulheres (18,5 horas) e homens (10,3 horas).

No que se refere ao cuidado, ainda segundo a referida pesquisa, a taxa de realização foi de 37%, para as mulheres, e de 26,1%, para os homens. Em 2018, 54,0 milhões de pessoas de 14 anos ou mais prestaram cuidados a crianças, idosos ou pessoas enfermas – moradores/as do domicílio ou parentes não moradores/as - o que corresponde a uma taxa de 31,8%. Houve um aumento de 974 mil pessoas em relação a 2017, ou seja, 31,5%. O número de cuidados prestados foi maior no Norte (38,0%) e menor no Sul (30,7%).

Os dados mencionados demonstraram as disparidades em torno da maior responsabilização das mulheres com o trabalho doméstico e com o cuidado no âmbito da reprodução social. O que queremos enfatizar, no entanto, é a capacidade de aprofundar essa responsabilização em tempos de pandemia, porquanto muitas mulheres foram obrigadas a deixar o trabalho, e isso adensou substancialmente a situação de precariedade e de pobreza advinda, sobretudo, dos cortes nas políticas de transferência de renda, como, por exemplo, o Bolsa Família e o auxílio emergencial, com impacto direto nas classes mais pauperizadas e nas famílias chefiadas por mulheres.

No Brasil, ao longo da história, embora as mulheres tenham avançado em relação à sua inserção no mercado de trabalho e na educação, a divisão sexual do trabalho doméstico ainda persiste como uma marca da dinâmica conjugal do país que, nesse caso específico, perpassa todas as classes, mesmo que de forma diferenciada. São as mulheres, pagas ou não, que cuidam de crianças ou de idosos/as, fazem comida, limpam a casa e lavam a roupa. Se lançarmos o olhar para as empregadas domésticas, veremos que elas vão além, pois fazem o serviço na casa dos patrões/patroas e nas suas, acumulando uma jornada extensa de trabalho ou transferindo

parte desse trabalho para suas filhas ou outros membros da família geralmente do sexo feminino.

Segundo Dedecca (2008, p. 287), “seja em sociedades desenvolvidas, seja em sociedades em desenvolvimento, o trabalho da reprodução social é preferencialmente de responsabilidades das mulheres”. Em relação ao trabalho da reprodução social, Bruschini e Ricoldi (2012, p. 263) apontaram cinco blocos de atividades constituintes do trabalho doméstico:

- 1) cuidado com a moradia familiar (limpeza, arrumação, cuidar de plantas, limpeza e manutenção de utensílios domésticos etc.);
- 2) alimentação e higiene pessoal [*sic*] (cozinhar, lavar utensílios, costurar, lavar e passar roupas);
- 3) prestação de cuidados físicos e psicológicos aos membros da família (cuidado com filhos, idosos ou dependentes);
- 4) administração da unidade doméstica (administração do patrimônio e das contas do domicílio e aquisição de bens de consumo);
- e 5) manutenção da rede de parentesco e de amizades (visitas, telefonemas e troca de presentes ou de pequenos favores, reforçando laços de solidariedade).

Federici (2019, p. 41), ao fazer referência ao trabalho doméstico, afirmou: “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado”. Isso chama a atenção para o fato de que grande parte do trabalho desenvolvido no mundo sequer é reconhecido como tal e é prestado pelas mulheres de forma inteiramente gratuita e naturalizada, apesar de seu elevado valor social e econômico.

A respeito do que chama de “um trabalho de amor” (com aspas no texto original, certamente para enfatizar a ironia da expressão), Federici (2019, p. 42) se refere a um trabalho distinto dos outros e diz tratar-se “da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da

classe trabalhadora”. Isso porque, embora entenda que o capitalismo promove a exploração e a manipulação de qualquer trabalhador/a, no caso dos demais trabalhadores, o fato de haver pagamento pelo labor é uma forma de reconhecer e de estabelecer um típico pacto social, o que conferiria ao trabalho a finalidade de instrumentalizar a sobrevivência, permitindo distinguir-se o trabalho do/a trabalhador/a em si, que com aquele não se confunde. O oposto se dá com as mulheres quanto ao trabalho doméstico não remunerado. De acordo com essa autora,

a diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (FEDERICI, 2019, p. 42-43).

Federici (2019, p. 43) nos convida a refletir sobre esse processo, não de forma isolada, como algo “natural” que a mulher realiza, mas como estratégia de acumulação e reprodução do capital no curso da história e seu caráter geracional:

Não existe nada de natural em ser dona de casa, tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamentos diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a filha para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida.

Nesse sentido, o trabalho doméstico é imposto socialmente como uma tarefa reservada para as mulheres, em caráter predominantemente não remunerado, o que se obtém mediante naturalização dos papéis sociais, que, em verdade, são construídos e erigidos para justificar a exploração não economicamente valorada de tal labor.

Tanto no trabalho doméstico – que visa à reprodução social – quanto no profissional – voltado para a reprodução econômica – o regime, para o primeiro caso, e a jornada, para o segundo, denotam uma desigual divisão sexual do trabalho socialmente estabelecida, independentemente da classe social ocupada por homens e mulheres (ABREU; QUEIROZ; DINIZ, 2020).

No âmbito do trabalho, a remodelação pode ser percebida contemporaneamente sob dois enfoques: o primeiro, na esfera produtiva, assalariada, com a inserção da mulher em funções que só eram exercidas por homens; o segundo, no espaço doméstico, no plano da reprodução social, com a concorrência e – por que não dizer? – a exploração de mulheres por outras mulheres. Enquanto os atributos de cuidado e do serviço são considerados características naturais do gênero feminino, competências como criatividade, capacidade de tomar iniciativa, liderança, responsabilidade,

habilidades técnicas e autonomia são vinculadas estritamente aos homens (HIRATA, KERGOAT, 2003).

Importa ressaltar que o tema ‘cuidado’ tem espaço de destaque nas reflexões feministas, fundamentalmente pela forma desigual com que o trabalho doméstico se mantém quando comparado com os trabalhos dos homens. Apesar das transformações na sociedade e nas famílias, expressas, prioritariamente, pelo aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e na reconfiguração do modelo tradicional de família, no qual cabia exclusivamente ao homem o papel de provedor, e à mulher as tarefas domésticas, isso não significou mudanças substanciais na dinâmica de divisão do trabalho entre homens e mulheres. “Os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e trabalho não remunerado” (SORJ, 2010, p. 58).

A historicidade desse tema - particularmente no contexto europeu - pode ser analisada com base nos sistemas de proteção social, em que estudiosas feministas francesas, na década de 1980, questionaram sobre as concepções de bem-estar social que prevaleciam naquele contexto e constataram uma omissão na perspectiva dos cuidados com a família como uma dimensão a ser analisada. As abordagens insistiam em valorizar o direito à segurança econômica do trabalhador como um aspecto fundamental do modelo de bem-estar social. Nesse contexto, os direitos trabalhistas se voltavam exclusivamente para o trabalhador assalariado produtivo, ou seja, os homens. Isso fez com que as feministas questionassem sobre o acesso a esses direitos e os considerassem insuficientes para abarcar toda a proteção social que demanda uma sociedade, além de ignorar o trabalho reprodutivo no interior das famílias.

Segundo Sorj (2010, p. 60), as estudiosas feministas identificaram três modelos de gestão dos cuidados:

[...] o regime social-democrata, que enfatiza os serviços públicos como substitutos parciais

dos cuidados familiares; o regime liberal, onde o mercado destaca na provisão parcial de cuidados familiares; e o regime baseado na família, quando essa assume o principal papel de cuidadora. Mais recentemente, as estudiosas acrescentaram um quarto conjunto de instituições para contemplar uma gama heterogênea de provedores, como organizações sem fins lucrativos, organizações não governamentais, entidades filantrópicas e “comunidades”, que tanto no passado como no presente, atuam na provisão de serviços de cuidados às famílias.

Não precisamos nos aprofundar muito para saber que, no contexto brasileiro, prevalece o modelo de cuidado centrado na família, ou melhor dizendo, no trabalho não remunerado e quase solitário das mulheres. As consequências disso têm sido as jornadas extensivas, intensivas e intermitentes de trabalho e a pouca disponibilidade de vagas para as mulheres no mercado de trabalho, com ocupações mais qualificadas e mais bem remuneradas. Ademais, quando extrapolamos esse contexto, visitamos o *care work*⁴¹ e os problemas relativos ao cuidado são deslocados dos sujeitos para a sociedade em geral, constatamos as marcas da subvalorização e da marginalização desse tipo de trabalho, o que estreita as relações entre o trabalho doméstico e o *care*. Consideradas como executoras de um trabalho menos importante, “as profissionais que se dedicam ao trabalho do *care* sofrem com os salários baixos, com a falta de garantias e direitos e com a precarização das condições de trabalho” (SIMÕES, 2015, p. 579).

41 Trabalho de cuidadoras.

3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: DESNUDANDO AS DESIGUALDADES PATRIARCAIS ENTRE HOMENS E MULHERES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

O estudo de algumas categorias, em particular, é essencial para se compreender a dinâmica da desigualdade existente entre homens e mulheres, no mundo laboral, como fruto de um sistema patriarcal capitalista e racista. Dentre essas categorias, destacam-se as relações patriarcais de gênero como uma forma específica de vivência socialmente construída e legitimada trazendo impactos negativos para a saúde física e mental das mulheres.

Em todos os tempos, as diferenças entre homens e mulheres foram convertidas em elementos de desigualdade, de discriminação, de dominação e subjugação de um grupo por outro. De maneira geral, o centro do problema associado a tais expressões está na forma como a sociedade, por meio de elementos culturais e econômicos, gera desigualdades tendo como ponto de partida o que só se pode nominar de diferença (QUEIROZ, 2008).

O patriarcado, na perspectiva feminista gestada a partir dos anos 1970, especificamente no Ocidente, é “uma formação social em que os homens detêm o poder” ou deles são titulares, associando-se essencialmente à “dominação masculina” e à “opressão das mulheres”, contexto no qual se apresenta como um “sistema a ser combatido” (DELPHI, 2009).

Embora sem definição unívoca, as palavras ‘gênero’, ‘patriarcado’ e ‘relações sociais de gênero’ são empregadas aqui em conjunto, pois não se concebe sua leitura como uma “atitude individual” para se vislumbrar um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais. Trata-se de termos que, quando lidos sob a ótica feminista, apresentam-se em uma relação de complementaridade que vai além da mera constatação da dominação masculina para, em uma abordagem “explicativa” e histórica, afirmar a “existência de um sistema sociopolítico” em particular (DELPHI, 2009).

Isso, no entanto, não pode conferir um tom uníssono a tais expressões. Quando se trata, em particular, do termo gênero, é possível falar-se na ênfase a aspectos diferenciados da expressão, embora sob a advertência crítica de que “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Nada obstante, de maneira geral, existiria um limitado campo de consenso a permitir que se afirme o gênero como a construção social do masculino e do feminino. Nesse sentido, somente a categoria gênero, articulada ao conceito de patriarcado, explicita que as mulheres são o vetor de dominação/exploração e opressão (QUEIROZ, 2008).

Assim, compreender e propor enfrentamento às várias estruturas que repousam sob a proteção desse sistema sócio-político, que engendra desigualdades e opressão, não tem sido uma tarefa fácil, especialmente em uma sociedade cujos avanços tecnológicos e as diversas mudanças inerentes aos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens, nos espaços públicos e nos privados, parecem remeter o senso comum à ideia de alcance da igualdade de gênero aliada à extinção do patriarcado.

Ressalte-se, no entanto, que, “como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). O poder patriarcal que, na Roma Antiga, conferia ao patriarca a disponibilidade sobre a vida e a morte de sua esposa e de seus/suas filhos/as assume hoje outras formas de desigualdade, dentre elas, as várias expressões de violência e discriminação.

As expressões do patriarcado, sobretudo das relações patriarcais de gênero, podem revestir-se de formas mais sutis e não menos naturalizadas. Ou seja, um dos principais desafios da reprodução do sistema de dominação patriarcal é o enfrentamento ao “[...] discurso de uma igualdade sob os moldes mercadológicos, o qual se ancora na ideia central de que a igualdade real já teria sido alcançada pelas mulheres através de sua inserção no “mercado de trabalho formal” (DINIZ, 2017, p. 133).

Quando tomamos como referência o trabalho doméstico, objeto de nossa abordagem neste ensaio, estas reflexões de Federici (2019, p. 27) nos parecem bastante pertinentes:

Atualmente, sobretudo entre as mulheres mais jovens, essa problemática pode parecer ultrapassada, porque elas têm uma possibilidade maior de escapar desse trabalho quando são mais novas, inclusive, em comparação com a minha geração, as jovens mulheres de hoje têm maior autonomia e independência com relação aos homens. No entanto, o trabalho doméstico não desapareceu, e sua desvalorização, financeira e de outros tipos continua a ser um problema para muitas de nós, seja ele remunerado ou não.

Nesse contexto de subvalorização e invisibilização das mulheres, a desvalorização e a desqualificação de seu trabalho, assim como “[...] a atribuição de papéis através de construções sociais específicas e funcionais ao modo de vivência capitalista são aspectos determinantes do sistema patriarcal de gênero” (DINIZ, 2017, p. 134). Isso nos remete à ideia de que esse sistema é produtor e reproduzidor das desigualdades presentes no âmbito da divisão sexual do trabalho. Nesse contexto, o trabalho é considerado como outra categoria socialmente determinada e que apresenta sentidos distintos para homens e mulheres na sociedade capitalista.

Ao mesmo tempo em que o fervor teórico das discussões em torno do conceito da divisão sexual do trabalho se expandia, as insurgências práticas adormeciam, esvaziando sua utilidade conceitual. O capital, com seu poder de acomodar as coisas em favor de seus interesses, abafou os debates relativos ao trabalho exercido no âmbito doméstico e imprimiu novas terminologias a assuntos como ‘dupla jornada’, ‘conciliação’, ‘delegação’ etc. Assim, surgem novas configurações para a divisão sexual do trabalho.

A expressão divisão sexual do trabalho remonta ao início dos anos de 1970, quando seu arcabouço teórico foi moldado pelo pensamento feminista francês à luz do reconhecimento de que parte substancial do trabalho executado pelas mulheres era realizado de forma gratuita e socialmente invisível e a elas era atribuído com conotações naturalísticas e sentimentais e sem qualquer tipo de reconhecimento e valorização. Nesse sentido, o resultado de uma tal visão crítica viria a ser o tratamento das atribuições domésticas como tipo de trabalho, tanto quanto o trabalho designado profissional (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Na França, esse movimento não se encerra na noção inicial de “articulação” apenas entre duas esferas distintas de trabalho – o doméstico e o profissional. Inicialmente, seu emprego generalizado, em especial, nas ciências sociais, levou a uma reestruturação da forma de se pensar no “trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, a inter-relação de múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 598).

Em tal contexto, a divisão sexual do trabalho, situada histórica e socialmente, seria uma forma de divisão do trabalho social decorrente das relações entre os sexos, indispensável à sobrevivência dessas relações e pautada, prioritariamente, na atribuição da esfera produtiva aos homens e da esfera reprodutiva às mulheres, o que resulta em “apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Essa conceituação geral, que congrega elementos já sedimentados na categoria divisão sexual do trabalho, depende de uma análise mais acurada, alcançando-se aí dois princípios constitutivos de tal divisão: o *princípio da separação*, que divide os trabalhos de homens e de mulheres, e o da *hierarquização*, em que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres, os quais, para valerem para toda e qualquer sociedade, seriam legitimados pela “ideologia naturalista”, indicando-se aí o desempenho sob a justificativa de se constituírem como “destino natural da espécie”. Entretanto, essa

permanência não significa imutabilidade, de sorte que a essa divisão, embora bastante variável no tempo e no espaço, ancora-se em uma distância entre as classes de sexo. E embora se fale que a condição feminina melhorou, a distância entre homens e mulheres persiste.

Destarte, elementos como a repartição desigual das tarefas domésticas e a responsabilidade quase que exclusiva das mulheres por tais tarefas, mesmo quando elas desenvolvem atividades profissionais fora do lar, deixam claro que essa distância continua a existir, apesar de algumas mudanças discretas, e que os processos de naturalização social desse distanciamento ainda são mecanismos importantes de sua continuidade.

A teorização de Hirata e Kergoat (2007) associa a quebra dos paradigmas conceituais do trabalho ao rompimento da perspectiva funcionalista da família, *locus* antes compreendido de forma exclusivamente natural e biológica, numa noção restrita a par do reconhecimento de suas atividades como trabalho. Isso se justifica porque, de fato, essencialmente fundada em aspectos naturalistas, com atribuição de papéis específicos, emocionalmente divididos, diversos e justificados para homens e mulheres, a instituição familiar caminha lado a lado com a divisão sexual do trabalho, endossando-a, legitimando-a e garantindo-lhe continuidade dentro do contexto das relações patriarcais de gênero.

Assim, no contexto das relações patriarcais de gênero, associar a análise das categorias trabalho e divisão sexual do trabalho ao fenômeno tempo exige que se reconheça que, para além de sua dimensão natural, o tempo é um “processo que construímos como parte de nossa trajetória pessoal, dentro das condições de sociabilidade com as quais convivemos, ficando claro que a decisão sobre seu uso não é autônoma” (DEDECCA, 2008, p. 281).

Especialmente nas últimas décadas, com a crise, a crescente tecnologia e os seus consequentes rearranjos empresariais, vem se exigindo a ampliação do tempo associado à “reprodução econômica” e consequente redução do tempo livre para o/a trabalhador/a, o que se configura como “[...] um movimento que se apresenta de forma

diferenciada para homens e mulheres, em aspecto de manutenção da desigualdade da divisão sexual do trabalho” (DEDECCA, 2008, p. 288).

Assim, tanto no tocante ao trabalho doméstico, classificado aqui como trabalho para a reprodução social, quanto o trabalho profissional, qualificado aqui como trabalho para a reprodução econômica, o regime de trabalho para o primeiro caso e a jornada de trabalho para o segundo caso, permitem afirmar a desigual divisão sexual do trabalho socialmente estabelecida, independente da classe social ocupada por homens e mulheres.

Na sociedade capitalista atual, a divisão dos afazeres domésticos aponta que o acesso das mulheres ao trabalho de reprodução econômica não lhes subtraiu a responsabilidade pelas tarefas domésticas em situação de desigualdade em relação aos homens, tanto no que diz respeito à execução direta desses afazeres quanto à delegação.

Para compreender melhor o debate sobre a delegação de tarefas no espaço doméstico, Hirata e Kergoat (2007) nos apresentam distintos modelos de articulação da vida profissional com a vida familiar. Esses modelos servem como norte para se pensar na “repartição” de tarefas entre mulheres e homens do trabalho profissional e doméstico. Porém, para o trabalho profissional, a repartição das modalidades de emprego se concretiza com a reprodução dos papéis sexuais.

É importante salientar que só as mulheres vivem esse dilema da “conciliação” entre o trabalho doméstico e o profissional, pois, numa sociedade patriarcal/capitalista, essa conciliação não existe, devido à divisão sexual do trabalho desigual, como já explicitamos aqui.

O primeiro deles é o *modelo tradicional*, em que as mulheres são responsáveis por cuidar da família e executar as tarefas domésticas, e os homens, de provedores. O segundo modelo, caracterizado como de *conciliação*, confere quase que exclusivamente às mulheres a função de conciliar, o que algumas autoras denominam de “maternalista”. O terceiro modelo, denominado de *paradigma da parceria*, considera que mulheres e homens são parceiros e suas relações se

produzem em termos de igualdade, e não, de poder. Por fim, tem-se o modelo de *delegação*, em que as mulheres que ocupam a alta escala econômica delegam os afazeres domésticos a outras mulheres (em geral, faxineiras e empregadas domésticas) e que se sobrepõem ao modelo de conciliação. Esse modelo surgiu como resultado da polarização do emprego das mulheres e do aumento do número de mulheres exercendo cargos de poder e profissões intelectuais de nível superior (HIRATA; KERGOAT, 2007).

O fato de algumas mulheres poderem delegar as tarefas domésticas a outras tende a amortizar as reflexões sobre o trabalho doméstico. Porém essa pacificação das relações sociais nos casais em nada contribui para o avanço das lutas pela igualdade e pela emancipação das mulheres. “Ao contrário, ela tem sobretudo uma função mais regressiva a esse respeito, pois funciona no nível do mascaramento e da negação” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 602).

Essa política é

fortemente sexuada, visto que define implicitamente um único ator (ou atriz) dessa “conciliação”: as mulheres, e consagra o *statu quo* segundo o qual homens e mulheres não são iguais perante o trabalho profissional. Na própria essência dessa política há um paradoxo: a vontade de chegar à igualdade pela promoção da conciliação (NOUVELLES QUESTIONS FÉMINISTES, 2004, p. 8, *apud* HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 603).

Em decorrência da pandemia da covid-19, muitas famílias que utilizavam o modelo de delegação, normalmente executado por empregadas domésticas/diaristas, optaram por dispensar esse trabalho. Naquele momento, tentaram implementar o paradigma da parceria. Nas mídias eletrônicas, alguns homens socializaram imagens raras em que faziam atividades domésticas. Alguns deles foram apresentados, pela primeira vez, a uma vassoura ou a um

aspirador de pó, uma cena tão incomum de se ver que mereceu compartilhamentos.

Conforme observado ao longo do ensaio, o trabalho doméstico, para grande parte das mulheres, configura-se historicamente como *locus* de isolamento, responsabilização e exploração, e a pandemia acentuou essa situação, que já é bem dolorosa. Dentre os vários impactos, podemos citar a diminuição do padrão de vida desse segmento, devido ao desemprego, e, conseqüentemente, de sua renda, e a superexposição ao vírus, por estarem trabalhando mais expostas à contaminação.

Um dos primeiros golpes que a covid-19 sofreu foi contra os empregos. Especialmente, os femininos. O secretário-geral da ONU, António Guterres, disse que, em muitos países, “a primeira onda de demissões coletivas” graves foi no setor de serviços, exatamente onde as mulheres “estão bastante representadas”. No caso da América Latina e do Caribe, chegaram a 80% em 2019. O que significa que mais mulheres do que homens perderam o emprego, portanto, seu sustento e independência econômica (ORTEGA, 2021, p. 01).

É bem verdade que, tendo em vista a necessidade de isolamento social, os aspectos da histórica divisão sexual do trabalho passaram a ser abordados de forma mais acentuada, no contexto familiar e na sociedade como um todo. A naturalização do trabalho feminino e o fato de não ser remunerado ganharam o centro das análises, uma vez que as mulheres, cuja maioria assegura a reprodução da vida humana, foram impactadas não somente pela possibilidade de serem contagiadas pelo coronavírus como também de ficarem desempregadas ou sobrecarregadas de trabalho, devido à dedicação, em tempo integral, aos cuidados com os/as filhos/as, que ficaram afastados das escolas, e com idosos e doentes que eventualmente

compunham a família, com as tarefas domésticas, além das precauções de higiene para evitar que o coronavírus se propagasse para os demais membros da família.

Além disso, durante a pandemia, não usufruíram de tempo livre e de lazer e, como são maioria nas áreas de Saúde⁴², no setor de serviços e na informalidade, constantemente punham em risco a própria saúde e a segurança.

Passado mais de um ano da pandemia do novo coronavírus, parece não ter havido grandes alterações, visto que as mulheres continuam sendo as mais afetadas por toda essa situação de crise sanitária, econômica, social e política. De acordo com pesquisa da ONU Mulheres/COFEN (2020), as entrevistadas dizem que estão mais exaustas, preocupadas e com a sensação de que são responsáveis pelo vírus não entrar em casa. Essa condição se funda na mistificação entre trabalho e cuidado no âmbito do lar, em que ambos são postos como indivisíveis e de caráter exclusivamente feminino.

Em seu relatório mais recente, a CEPAL registrou que, em 2020, a desigualdade nas taxas de emprego e na participação laboral foi agravada, especialmente para as mulheres. Assim, “a injusta divisão sexual do trabalho e as obrigações do lar”, que caem primordialmente sobre elas, ameaçam a autonomia e o exercício de direitos das mulheres (ORTEGA, 2021, p. 01)

A pesquisa ‘Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia’ (realizada pela ONG ‘Gênero e Número’ e pela Organização

42 No Brasil, 85% de trabalhadores e técnicos de Enfermagem são mulheres; 45,6% dos profissionais de Medicina são mulheres; 85% dos cuidadores/as de idosos é composto de mulheres (ONU MULHERES/COFEN, 2020).

Feminista Sempre Viva) entrevistou 2.641 pessoas⁴³. Os dados apontaram que 47% das entrevistadas afirmaram ser responsáveis por cuidar de outra pessoa: 57% eram responsáveis por filhos/as de até 12 anos de idade, 6,4% afirmaram ser responsáveis por outras crianças, 27%, por idosos/as, e 3,5%, por pessoas com alguma deficiência (BIANCONI *et al*, 2020).

[...] o cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. Não há a possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global, que nos fala sobre uma “crise do cuidado”. Não se trata de um problema a ser resolvido, nem de uma demanda a ser absorvida pelo mercado. Trata-se de uma dimensão da vida que não pode ser regida pelas dinâmicas sociais pautadas no acúmulo de renda e de privilégios. Não deu certo até aqui sendo assim. A organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades

43 A pesquisa reuniu dados em meio ao universo da população brasileira, mais especificamente, a que dispõe de algum equipamento digital com acesso à internet, configurando 10 uma amostra não probabilística com viés de conveniência. Para que a amostra representasse a população brasileira, considerou-se, ao estimar os pesos, uma amostra aleatória simples, sem reposição (cada pessoa só poderia responder uma vez). Os pesos utilizados para analisar os resultados foram calculados especificamente para os que responderam ao questionário, considerando-se o estrato da área de residência, raça/cor e sexo, o peso amostral representa a unidade da amostra multiplicada pelo valor que ela representa na população. Essa técnica de amostragem considera a probabilidade de inclusão na amostra, ou seja, o quanto um indivíduo representa o grupo ao qual ele pertence (BIANCONI *et al*, 2020).

antes e durante a pandemia do coronavírus (BIANCONI *et al.*, 2020, p. 11).

Nessa perspectiva, já é possível afirmar que a pandemia, em regra, acentuou as desigualdades que vitimizam mais as mulheres em relação a outros grupos sociais e as atingiu de forma diferenciada, de acordo com sua classe e raça. Ademais, quanto mais pobres as famílias, maior a quantidade de trabalho gratuito a ser desempenhado.

A pandemia, portanto, veio demarcar o lugar de agudização dos estereótipos sociais atribuídos ao gênero feminino. Para muitas mulheres, o trabalho doméstico não foi um episódio desse contexto, mas ela nos forneceu elementos suficientes para pensarmos esse trabalho indispensável e invisível, no que se refere às relações de mercado e, conseqüentemente, sua desvalorização socioeconômica.

Em tempos de isolamento social, esse trabalho teve que ser dobrado, porque, além de arrumar, limpar, cozinhar e passar roupas, a mulher deveria estar disponível emocionalmente para o núcleo familiar. Para outras que exerciam diferentes atividades e que permaneceram nos empregos, o desafio foi de adequar as atividades do denominado *home office* às demandas familiares e domésticas. O vírus parece impor uma nova sobrecarga, porquanto sua eliminação requer muito cuidado e trabalho. Nesse sentido, eliminar um vírus invisível é análogo ao trabalho doméstico, porque ambos parecem não ter fim.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da covid 19 imprimiu um novo ritmo de trabalho às mulheres que tiveram que se submeter a um confinamento forçado e as que saíam para trabalhar. Além de terem enfrentado uma jornada extensiva e intensiva de trabalho, elas tiveram que conviver com o medo de se contaminar ou de contaminar a família. No caso das empregadas domésticas, embora seu trabalho não ter sido considerado como um serviço essencial, a maioria não foi

dispensada dos empregos, e as que foram tiveram seus vínculos trabalhistas cortados ou reduzidos. Conseqüentemente, ficaram ameaçadas de perder seu meio de subsistência, e isso ampliou o quadro de desigualdade e de miséria no país.

Para as que conseguiram ficar em casa, a fim de manter o distanciamento social, novas atividades lhes foram atribuídas, principalmente porque têm a responsabilidade de gerir novas estratégias para o cotidiano doméstico, já que todos/as estavam em casa, sobretudo as crianças, que requerem mais atenção. Exemplo disso é o longo tempo que dedicam a acompanhar as tarefas remotas de seus/suas filhos/as, dentre outras várias ações que devem “conciliar” com suas obrigações profissionais.

Ademais, nos últimos tempos, a pandemia da covid-19 mudou o mundo do trabalho formal, do informal e do autônomo, que pouco alterou o trabalho doméstico, ao contrário, ele agora é mais intenso dentro e fora de casa. Portanto, esse tipo de trabalho nunca foi tão visível no sistema capitalista.

Não se pode negar, com base no exposto, que a precarização e a sobrecarga das mulheres no trabalho doméstico são produtos de uma perspectiva neoliberal, que produz, a partir das relações desiguais entre sexo e gênero, o discurso, a sociabilidade e o cuidado como uma expressão exclusiva das mulheres, dotada de feminilidade, e visa determinar o lugar e os sujeitos nas relações sociais de forma subalternizada.

Outro aspecto que tem preocupado vários/as especialistas ao redor do mundo se refere aos impactos que a crise atual pode acarretar na permanência das mulheres no mercado de trabalho. De fato, quem continuará cuidando das crianças se as escolas permanecerem fechadas? “Segundo a professora Diane-Gabrielle Tremblay, se a recuperação econômica for difícil nos setores em que estão muito presentes, por exemplo, serviços ou se o apoio às famílias é limitado, algumas mulheres podem ser forçadas a ficar em casa” (PARÉ, 2020, p. 1, tradução nossa). Essa situação pode significar, em curto prazo, o que se denomina de “armadilha da pobreza”, que

é a dificuldade de retornar ao mercado de trabalho depois de uma ausência mais ou menos prolongada.

Por fim, não se pode pensar na emancipação política e humana das mulheres sem rever a repartição do trabalho doméstico de forma igualitária entre elas e os homens. Nesse sentido, desmistificar o trabalho doméstico como “atributo feminino” e “trabalho de amor” implica reconhecer seu peso político e seus entraves para que haja igualdade real e substancial entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

ABREU, Fernanda; QUEIROZ, Fernanda Marques de; DINIZ, Maria Ilidiana. Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da covid 19. **Revista Inter-legere**, Natal, v. 3, n. 28, p. 343-363, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n28>

BIANCONI, Giulliana *et al.* **Sem parar o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Relatório de pesquisa, São Paulo: Gênero e Número e SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2020. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 259-287, jan./abr. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000100014>.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. *In*: SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena (org.). **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 279-298.

DELPHI, Cristhine. Patriarcado. *In*: HIRATA, Helena *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p.173-179.

DINIZ, Maria Ilidiana. **Mulheres como eu, mulheres como as outras**: o assédio moral e sexual contra as mulheres na esfera do trabalho. São Paulo: Lumen Juris, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>. Acesso em: 26 ago. 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. *In*: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003. p. 111-123.

ONU MULHERES. **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

ORTEGA, María Camila Rincón. **Dia da Mulher**: o que a pandemia da covid-19 piorou para meninas e mulheres. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PARÉ, Marie-Ève Gagnon. **La conciliation travail-famille en temps de pandémie**. 2020. Disponível em: <https://csf.gouv.qc.ca/>

article/publicationsnum/les-femmes-et-la-pandemie/famille/la-conciliation-travail-famille-en-temps-de-pandemie/. Acesso em: 20 jun. 2020.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. **Não se rima amor e dor**: cenas repetitivas de violência contra a mulher. Mossoró: Edições UERN, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SIMÕES, Julian. Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do *care*. Resenha, **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 45, p. 577-585, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201500450577>.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: COSTA, Albertina *et al.* (org.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO, 2010. p. 57-65.



GÊNERO E TRABALHO: TRAJETÓRIAS DE PROSTITUTAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB

Nataly Barros Pereira
Edil Ferreira da Silva

1 INTRODUÇÃO

No seio das relações sociais, a questão do *gênero* serve como um mecanismo imprescindível na “fabricação do sujeito”, a partir de uma discriminação binária, que coloca, no universo do masculino, adjetivos e características positivas em detrimento do feminino, visto como inferior e negativo. Tal questão atravessa complexas redes de poder que, por meio de discursos, códigos, práticas e símbolos, atualizam o que é adequado, normal ou aceito, constituindo hierarquias entre gêneros. Louro (1999, p. 22) assevera que “as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas [...], mas nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação”.

Assim como ocorre com o gênero, as normas que atravessam a esfera da *sexualidade* também servem de mecanismo para regular os corpos e os prazeres, construindo e reproduzindo relações desiguais entre os sujeitos. De acordo com Miskolci (2012), o Estado brasileiro, em sua forma republicana inicial, colocava o eixo justificador

que conectava os interesses da elite política, econômica e sanitária ao progressivo controle das classes populares e das *sexualidades dissidentes*. Para Foucault (1988), essas sexualidades, consideradas como anormais, pertencem àqueles e àquelas que burlam as normas sociais impostas aos seus corpos. Nisso, a figura da prostituta se faz presente, ao representar um desvio ao esperado do que seja uma “mulher normal”.

De acordo com Rago (1985), em termos de comportamento encarado como subversivo à sociedade burguesa, para incluir a mulher em um projeto nacional, em que ela era restrita à domesticidade e à reprodução, tinha-se como suporte ideais que defendiam a moralidade como “progresso”, considerando a nação e a reprodução como sinônimas, para justificar o policiamento das “classes perigosas”, como a classe trabalhadora, e criminalizar condutas como homossexualidade, masturbação e prostituição. A construção dessas normas e condutas para a sociedade em geral, em especial, direcionadas à identidade da mulher, estava fortemente intrincada com a construção do modelo ideal da boa esposa e mãe de família. Isso se fez sentir, também, de maneira explícita, na criação de leis e seus desdobramentos sobre atos de violência contra a mulher.

Fumar ou assobiar em público, vestir roupas muito coloridas ou decotadas, ir a bares e restaurantes sem uma companhia masculina ou participar dos movimentos sociais eram vistos como atitudes reprováveis, já que sinalizavam condutas desviantes para as “mulheres honestas”, termo que se perpetuou no Código Penal até 1988 (RAGO, 1985, p. 13, grifo da autora).

No processo de industrialização, é necessário ensaiar novos mecanismos de controle sobre a massa de trabalhadores em prol do desenvolvimento da sociedade capitalista, em que a mulher é considerada responsável pela educação dos filhos e a segunda mãe de seu companheiro, logo, sua cuidadora. É esse corpo e essa

sexualidade que serão tomados como domínio central no campo da regulamentação do biopoder. Tomando a análise sobre o *dispositivo da sexualidade* em Foucault (1988), na questão da prostituição, podemos considerar o trabalho, o dinheiro e a sexualidade como relacionados entre si. Assim, as contradições históricas na relação entre o público e o privado e o trabalho pago e o não pago construíram a figura do homem proprietário e negaram que as mulheres fossem indivíduos capazes de posse. Assim, aplicavam-se vistorias para policiar os limites entre o dinheiro “normal” e o “sujo”, entre o trabalho “normal” e o “sujo” e entre a sexualidade “normal” e a “suja”.

A esfera da sexualidade envolve aspectos políticos que são imbuídos de conflitos, interesses e manobras políticas que operam em atributos morais, sociais, culturais e históricos no cerceamento da sexualidade feminina. Esses aspectos moldaram a identidade da prostituta com silenciamentos e estigmas justapostos a problemas que surgem inicialmente, no sexo e na sexualidade, como ameaça difusa e latente no processo de normatização da sociedade. Gaspar (1988, p. 36, grifo do autor) conclui que, “se o sexo é um acesso para o conhecimento sobre o indivíduo, a curiosidade sobre as pessoas que vivem o sexo de maneira “desviante”, tal como as prostitutas, é também um caminho para o conhecimento sobre a sexualidade”.

No Brasil⁴⁴, a prostituição não é considerada uma atividade criminosa. No entanto, não há uma lei em vigor que garanta os direitos trabalhistas das/os profissionais do sexo. Embora a Constituição de 1988, no segundo parágrafo de seu artigo 174, permita que todos os trabalhadores se organizem de forma legal em cooperativas, esse tipo de organização é vetada aos trabalhadores

44 O Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, por meio da Portaria n. 397, de 9 de outubro de 2002, através da Classificação Brasileira de Ocupações, reconheceu a atividade de profissional do sexo como lícita e, embora seja uma grande conquista do movimento de prostitutas, a profissão ainda não é regulamentada em lei (BRASIL, 2002, on-line).

sexuais pelo Código Penal⁴⁵, que equipara a exploração sexual ao exercício da prostituição.

A reformulação do Código Penal de 1890 para o de 1940, que se encontra em vigência até hoje, baseado na Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, traz, no capítulo V, intitulado ‘Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual’, toda uma problemática com disposições confusas de permissões e proibições em que o exercício da prostituição não é penalizado, tampouco a compra desse serviço, e qualquer ajuda ou facilitação é desencorajada por ser entendida como uma ação que tende a ludibriar as “vítimas”. Em suma, nem está regulamentada nem se está buscando, autenticamente, aboli-la. Portanto, espera-se que ela continue existindo na clandestinidade, à margem dos interesses da normalização social.

Sabendo que a atividade prostitucional ainda é tomada por arbitragens em seu aspecto legal, é necessário reconhecer que muitas mulheres desenvolvem esse trabalho, a depender, substancialmente ou exclusivamente dele, mas acabam vivenciando o preconceito e a estigmatização perante a sociedade, por fazerem de sua sexualidade ferramenta para obter renda.

Neste capítulo, objetivamos mostrar como oito mulheres se inseriram na atividade prostitucional da Feira Central de Campina Grande e as singularidades de suas trajetórias de vida. Depois de expor o caminho metodológico que adotamos na pesquisa, abordaremos a cartografia da prostituição em Campina Grande e explicitaremos os resultados da pesquisa, apresentando as trajetórias de vida de um conjunto de prostitutas que labutam em bares da Feira Central.

45 O Art. 231 do Código Penal Brasileiro, em favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual, diz: Induzir ou atrair alguém para a prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa (BRASIL, 1940, on-line).

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este capítulo foi idealizado com base na dissertação de Mestrado intitulada *Vivendo na 'Batalha': um estudo sobre o trabalho de prostitutas na Feira Central em Campina Grande – PB*⁴⁶. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os discursos de mulheres sobre sua atividade prostitucional realizada no recorte espacial delimitado. Considerando que esse espaço era a principal área da cidade que condensava a atividade prostitucional feminina, mapeamos dois bares como os principais lócus da pesquisa. A partir deles, adotamos a técnica de amostragem não probabilística 'Bola de Neve', que ocorre quando o/a pesquisador/a solicita a cada participante da amostra que identifique outras pertencentes à mesma população-alvo de interesse, neste caso, trabalhadoras que desenvolvem a atividade prostitucional, na Feira Central para participarem da pesquisa. Dessa feita, foram reunidas oito prostitutas, levando em conta alguns critérios de inclusão: ser mulher cisgênero, com mais de 18 anos, que estivesse há, pelo menos, um ano na atividade prostitucional e trabalhasse na Feira Central. Para fins éticos, todos os nomes utilizados são fictícios, com a intenção de resguardar a imagem de todas as participantes.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, trabalhou no interior de um universo de significados e visou responder a questões particulares com a intenção de aprofundar a compreensão social e explicar a dinâmica das relações sociais das participantes envolvidas. Para desenvolvê-la, foi empregada a técnica de observação-participante, em sua forma artificial, em que ocorreu a integração ao grupo pesquisado, com a finalidade de obter informações sem ocultar seu objetivo ou sua missão. O diário de campo também foi uma importante ferramenta empregada para coletar as informações,

46 Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Linha de pesquisa: Gênero, Diversidade e Relações de Poder (PEREIRA, 2019).

assim como as entrevistas semiestruturadas, para cuja obtenção usamos um gravador. Os dados foram coletados durante os meses de agosto a novembro do ano de 2018.

Por fim, o caminho metodológico foi conduzido sob a perspectiva da análise de discurso foucaultiana, pois, corroborando o pensamento de Foucault (1995), acredita-se que o sujeito não tem uma essência como algo pré-existente, mas que sua subjetividade é constituída no e pelo discurso, como uma multiplicidade de elementos que podem entrar em estratégias diferentes, a depender da posição e do contexto em que se encontram, com o que se admite em coisas ditas e ocultas.

É, precisamente, nessa perspectiva que categorias como gênero, sexualidade e trabalho foram marcadas por meio de ferramentas de poder, controle e normatização desses corpos. Assim, é relevante perceber em que momentos os ditos e os não ditos produzem afirmação e resistência sobre o discurso do trabalho prostitucional na construção de suas vivências, legitimando o lugar de fala das participantes de nossa pesquisa.

3 NOTAS SOBRE A CARTOGRAFIA DA PROSTITUIÇÃO EM CAMPINA GRANDE-PB

Sousa (2006) e Nascimento (2008; 2011), ao retratar o cenário de Campina Grande do final do século XIX e início do século XX, mostram que o Brasil passava por diversas mudanças em suas principais cidades, como, por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, que seguiam as inspirações de reformas higiênicas e modernas vindas da Europa e de seus grandes centros urbanos, como Paris e Londres. A malha que tecia esse processo civilizatório tinha a intenção de “levar o progresso” para a sociedade, com uma preocupação moral que defendia a “limpeza dos degenerados”. Desse modo, a prostituição garantia um destaque especial, por ser percebida como mazela e símbolo de atraso. Essa concepção tomou forma em diversas outras regiões do país e também foi registrada na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba.

Sousa (2006), ao estudar as transformações cartográficas pelas quais Campina Grande passou em seu processo de modernização, visou mostrar a cidade por meio de uma polissemia sociocultural que foi marcada por um período de grandes mudanças em certos espaços e territórios. “Campina Grande aparecia, em grande parte do discurso e da propaganda das elites, ambigualmente, como um lugar em franca expansão e cheio de mazelas, mas onde o progresso e a civilização deitavam raízes” (SOUSA, 2006, p. 112). Tal expansão, em nome do progresso e da civilização, fez com que, desde os anos de 1920, moradores “indesejáveis” fossem paulatinamente deslocados das áreas centrais para territórios que foram se constituindo como subúrbios e periferias.

Assim, com a intenção de atrair mais negócios e de tornar a cidade mais movimentada e mais “agradável”, as elites e os “letrados” da época reivindicavam às autoridades saneamento para a cidade e sua higiene estética, visando mudar não só sua arquitetura, mas também todos os grupos com que confrontassem e não servissem para sustentar a ideia de modernidade que se pensava implantar no espaço campinense.

A prostituição, em Campina Grande, tornou-se um problema para os letrados da cidade no final dos anos de 1920 e início dos anos de 1930. A área central da cidade, que era composta praticamente pela rua Grande, Venâncio Neiva e Emboca, eram áreas de constantes denúncias dos nossos letrados, visto a cidade estar crescendo e, em certa medida, se “modernizando”, por isso mesmo não poderia existir, em pleno centro da cidade, algo tão “repugnante”, como as “caixas de fósforos” e o “exibicionismo” de meretrizes de “baixo calão”. Para o articulista do Brasil Novo, “aquilo se tolera em subúrbio não no centro de uma cidade como a nossa”. Daí a necessidade de se transferir aquelas

mulheres para um local mais afastado, onde suas “vestes porcas e imundas” não incomodasse a visão e o olfato de homens e mulheres que queriam respirar e sentir “ares modernos” (NASCIMENTO, 2011, p. 02).

O crescimento econômico da cidade favoreceu a abertura de um mercado mais sofisticado e mais rentável para as prostitutas. De acordo com Nascimento (2008), desde a chegada do trem de ferro à cidade, no ano de 1907, e com o desenvolvimento econômico proporcionado pelo algodão, a cidade passou a ser considerada uma das principais exportadoras de algodão do mundo - só perdeu para Liverpool, na Inglaterra. Campina Grande, afirma a mesma autora, passou a receber comerciantes de outras cidades, estados e, até, de outros países. Também “vieram muitas mulheres, que, para o prazer ou desgosto de alguns, comercializavam o próprio corpo, o que, para muitos, era o ‘reverso’ desse progresso que fazia ‘evanecer-se’ a moral média em que se apoia o respeito público da sociedade” (NASCIMENTO, 2008, p. 91, grifo da autora).

Com as reformas na estrutura arquitetônica que, segundo Sousa (2006), ocorreram de 1920 a 1945, Campina Grande passou por demolições de antigos prédios para reforçar o apelo a um ideal de modernidade tão desejada. Devido a isso, a zona do meretrício, que era vizinhança das áreas residenciais centrais, aos poucos, foi se transferindo para perto de onde hoje se localiza a Feira Central, na época, conhecida como bairro chinês: a Mandchúria.

Assim, entre os anos de 1937 e 1943, a cidade teve um cabaré que ficou bastante famoso, o Cassino Eldorado, uma edificação de estilo *art déco*, localizado na Rua Manoel Pereira de Araújo (antiga Rua 5 de Agosto). A construção do Cassino Eldorado marcou algumas mudanças no entorno da Mandchúria, já que, como era um cabaré de luxo, era devidamente saneado e oferecia requintes de luxo aos seus clientes, como autonomia na geração de energia, telefone automático, quartos amplos e limpos e bebidas das

melhores marcas, o que sinalizava um pequeno lampejo ao lugar e despertava a curiosidade de muitos moradores.

Em meados de 1945, houve uma queda no comércio de algodão, na cidade, que prejudicou o fluxo de transeuntes no território onde o cassino estava instalado e fez com que ele não sobrevivesse por muito tempo. Assim, só permaneceram na área cabarés e prostíbulos pequenos, que jamais tiveram a dimensão do Eldorado, frequentado agora por pessoas de baixo poder aquisitivo. É importante ressaltar, considerando os novos enquadramentos das apropriações das zonas, que a Feira Central ficou marcada como um espaço de decadência da atividade prostitucional.

Com o fechamento do Eldorado, a vida boêmia foi se transferindo para a região central, conhecida como ‘Boninas’ e para a Rua João Pessoa, que eram tomadas por botecos, bares e restaurantes populares, consideradas como as ruas mais comerciais e movimentadas da cidade. Esse deslocamento, demarcado nos anos de 1950 e prolongado até os anos 1970, nunca atingiu o mesmo brilho e “glamour” de épocas anteriores.

Compreender a leitura dos códigos, as sociabilidades e as hierarquias que deram corpo à Feira Central, principalmente no que concerne à prostituição, requer um movimento que também dê conta de abordar como essa atividade funciona. Para isso, recorremos aos discursos das mulheres que desenvolvem esse trabalho nos bares que ali existem, evidenciando, inicialmente, como ele envolve a trajetória de suas vidas.

4 TORNAR-SE PROSTITUTA: ENQUADRAMENTOS E ENFOQUES DISCURSIVOS SOBRE A ATIVIDADE PROSTITUCIONAL

Com base nos dados expostos aqui, pretendemos trazer à tona os aspectos socioeconômicos das protagonistas desta pesquisa, ressaltar suas experiências de vida, em seus aspectos singulares e suas especificidades, e deixar fluírem suas representações, seus sentidos e suas compreensões sobre o trabalho que desenvolvem.

Assim, inicialmente, faremos uma breve apresentação das oito participantes da pesquisa, destacando suas principais características socioeconômicas.

Tarcila tinha 20 anos, iniciou a atividade prostitucional aos 16 e declarou-se parda; era solteira, cursou o ensino fundamental incompleto. No momento da pesquisa, disse que tinha dois filhos: um menino de cinco anos e um menina de um ano e seis meses. Residia com a filha, e o filho morava com a madrinha na cidade de João Pessoa. Recebia uma pensão para a filha mais nova, no valor de R\$ 140,00, porém, para o filho, não dispunha dessa ajuda, e quem arcava com suas despesas era a madrinha. Pagava R\$ 200,00 de aluguel da casa onde morava e era beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF)⁴⁷, no valor de R\$ 171,00. Até a época da entrevista, não contribuía para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em relação ao seu trabalho como prostituta, fazia, em média, de zero a três programas por dia, por cada um dos quais cobrava, no mínimo, R\$ 50,00. Além de atuar como prostituta, trabalhava com vendas de *Hinodé, Avon, Natura e Jequití*.

Dalila, irmã de *Tarcila*, tinha 27 anos. Iniciou a atividade prostitucional aos 18 anos, declarou-se parda, casada e não concluiu o ensino médio. Tinha três filhos, com idades de três, quatro e 12 anos. No momento da pesquisa, morava com o companheiro, os três filhos e seu irmão mais novo. O mais velho não era filho biológico de seu companheiro, e *Dalila* não recebia pensão do pai dele. Pagava R\$ 250,00 de aluguel da casa onde morava, era beneficiária do PBF, cujo valor era de R\$ 254,00. Na época da entrevista, não contribuía com o INSS. Quanto ao trabalho como prostituta, fazia de zero a três programas por dia e cobrava, no mínimo, R\$ 50,00

47 O Programa Bolsa Família - PBF - é um programa do Governo Federal, instituído no Governo Lula, que foi convertido em lei em 9 de janeiro de 2004 pela Lei Federal nº. 10.836. Ele visa à transferência direta de renda sob algumas condições que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País (BRASIL, 2004, on-line).

por programa. Também trabalhava com vendas de *Hinodé, Avon, Natura e Jequití*.

Eva tinha 35 anos e iniciou a atividade prostitucional aos 26. Autodeclarada parda, era viúva, com o ensino fundamental incompleto e tinha três filhos com idades de nove, 15 e 17 anos. Na ocasião da entrevista, só residia com os filhos. Pagava aluguel de sua residência no valor de R\$ 300,00. Na época da entrevista, não participava de nenhum programa social nem contribuía com o INSS. No trabalho como prostituta, fazia de zero a dois programas por dia, por cada um dos quais cobrava, no mínimo, R\$ 50,00. Além da prostituição, trabalhava como manicure e vendia panos de prato.

Madalena, de 40 anos, iniciou a atividade prostitucional aos 27. Declarou-se branca, solteira e cursou o ensino médio completo. Tinha um filho com 18 anos de idade, com quem residia na época da entrevista e pelo qual recebia uma pensão no valor de R\$ 187,00. Pagava aluguel de sua residência no valor de R\$ 400,00 e era beneficiária do PBF, do qual recebia R\$ 48,00. No momento da entrevista, não contribuía com o INSS. Em relação ao trabalho como prostituta, fazia de zero a três programas por dia e cobrava, no mínimo, R\$ 50,00 por cada um. Não tinha outra ocupação laboral senão a prostituição.

Amélia, que se declarou parda, tinha 41 anos e iniciou a atividade prostitucional aos 27. Era solteira e cursou o ensino fundamental incompleto. Tinha um filho com 17 anos de idade e que, na ocasião da entrevista, morava com a mãe dela. No período em que foi realizada a entrevista, residia sozinha. Pagava aluguel de sua residência no valor de R\$ 450,00 e era beneficiária do PBF, do qual recebia R\$ 132,00. Na época da entrevista, não contribuía com o INSS. Em relação ao trabalho como prostituta, realizava de zero a cinco programas por dia e cobrava, no mínimo, R\$ 50,00 por programa. Sua única ocupação laboral era a prostituição.

Elis, de 36 anos, começou a trabalhar como prostituta aos 22 anos. Era parda, casada e cursou o ensino médio incompleto. Tinha uma filha com 17 anos de idade, que morava com a avó materna. Na

ocasião em que foi entrevistada, residia apenas com o companheiro, não participava de nenhum programa social nem contribuía com o INSS. Pagava aluguel no valor de R\$ 250,00. No trabalho como prostituta, fazia de zero a seis programas por dia e cobrava, no mínimo, R\$ 50,00 por cada um. Não tinha outra ocupação laboral senão a prostituição.

Salomé, de 36 anos, iniciou a atividade prostitucional aos 17. Autodeclarada parda, era casada e com o ensino fundamental incompleto. Tinha duas filhas - uma de 19 anos, que era casada e morava com o companheiro, e uma de 14, que morava com o pai, e um filho de 18 anos, que morava com ela e o companheiro. Pagava R\$ 400,00 pelo financiamento casa própria e recebia o BPC⁴⁸ no valor de R\$ 998,00 para o filho paraplégico. Na época da entrevista, não contribuía com o INSS. Como prostituta, fazia de zero a três programas por dia e cobrava, no mínimo, R\$ 50,00 por programa. Também trabalhava como cozinheira, com carteira assinada, em um restaurante da cidade.

Anita tinha 22 anos e iniciou a atividade prostitucional aos 20. Autodeclarada negra, era viúva e cursou ensino médio completo. Não tinha filho e morava com seu irmão mais novo, a mãe e o padrasto. Pagava R\$ 500,00 de aluguel da casa onde morava. Na época da entrevista, não participava de nenhum programa social nem contribuía com o INSS. Como prostituta, realizava de zero a cinco programas por dia, por cada um dos quais cobrava, no mínimo, R\$ 50,00. Não tinha outra ocupação laboral senão a de prostituta.

A primeira entrevista que realizamos foi com *Dalila*, em sua residência, a pedido dela mesma. Como já havíamos tido algum contato, ela se sentiu mais à vontade. Quando explicamos como

48 A Lei Orgânica da Assistência Social, em seu art. 20, discorre sobre o Benefício de Prestação Continuada – BPC, no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos/as com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (BRASIL, 1993, on-line).

as perguntas iriam ser conduzidas, *Dalila* disse, prontamente, que responderia tudo e que “não tinha nada a esconder!”. No entanto, o seu companheiro acredita que *Dalila* “largou essa vida”, ou seja: sua fala é contraditória, pois, ao mesmo tempo em que afirma não ter nada a esconder em relação ao seu trabalho, esconde isso do companheiro.

Dalila contou que mora com seu companheiro há seis anos, que ele é beneficiário do BPC, devido a uma deficiência que apresenta nas pernas, e trabalha fazendo bicos. Disse que, assim que o conheceu, falou que trabalhava como garçom em um bar, mas, pouco tempo depois, ele descobriu que, na verdade, ela era prostituta e pediu-lhe que largasse a profissão e trabalhasse em outro tipo de emprego. Porém *Dalila* resolveu continuar em seu trabalho e passou a dizer que sua renda advinha apenas das vendas dos produtos de beleza das linhas *Hinodé*, *Avon*, *Natura* e *Jequití* e que precisava sair de casa para oferecer os produtos e voltar com os pagamentos.

Dalila fala como entrou na atividade prostitucional:

Pois é ... Porque eu precisava, né? Eu tinha..., eu tinha já uma família na minhas costa, né? Quando minha mãe morreu..., ficou eu, meu filho e meus três irmão, né? Pra *mim* ficar com eles... (DALILA, 27 anos).

Ficou órfã aos 18 anos. Sua mãe morreu devido a uma parada respiratória e, pouco tempo depois, o pai foi assassinado. Sozinha, teve que cuidar dos quatro irmãos, além de um filho pequeno, fruto de seu primeiro relacionamento, de cujo pai não obteve apoio emocional nem material para cuidar dele. *Dalila* não procurou judicialmente pensão para o seu filho, já que o pai da criança que esperava na época havia sido preso por tráfico de drogas e nunca havia trabalhado.

Quando mãe morreu, eu comecei a sair, saía pra beber, aí eu *num* me conformava, né, em sair só pra beber... Bebia e vinha pra casa lisa... Às *vez* saía com os cara e *num* ..., *num* trazia

nada pra casa... Aí eu disse: “Caramba, esse negócio *num* tá dando certo não...”. Aí sempre tinha, tem aquelas amiga, né? “*Aff...*, eu tem um *vêi* que sai comigo ali e me dá tanto... *Num* sei o quê... Têm uns barzinho bom da porra lá na Feira que dá pro *caba* descolar um dinheirinho...” Aí eu fui me *interessanu* e comecei a perguntar a elas como era... “Aí *vâmo* qualquer dia! Num sábado que é o dia melhor...” Aí fui, parei lá no bar... Aí pronto, desde esse dia que eu fui a primeira vez, aí *num* parei de ir não... Aí ia a semana todinha, aí depois foi a fracando e ia dois dia na semana... Já acabei indo só um dia no final de semana... Aí comecei, aí entrei... (DALILA, 27 anos).

O discurso de *Dalila* caminha em contramão ao que se espera como “mulher ideal” em nossa sociedade, pois ela fissa a norma imposta para a sexualidade feminina, quando percebe que o sexo pode estar associado a um rendimento financeiro, e não, à ideia de “amor romântico”, quando o sexo ocorre apenas em uma relação monogâmica, alicerçado pela fidelidade conjugal e pelos sentimentos, geralmente, de “amor”, “cumplicidade” e “estabilidade”. Assim como *Dalila*, outras entrevistadas também relataram seus discursos a respeito de como havia sido sua entrada na prostituição:

Foi chocante, mas... (risos) era o jeito, né? A única solução pra criar meu menino, já tinha ele, *num* tinha pra onde correr..., e foi o único jeito, melhor do que roubar, né? Mulher..., foi peso, porque eu não queria essa vida pra mim, mas era o jeito, tinha meu filho pra criar, *tumá* de conta... O pai *num* assumiu nada... Aí vim trabalhar (TARCILA, 20 anos).

A entrevistada *Tarcila*, assim como sua irmã *Dalila*, perdeu a virgindade com o primeiro namorado e acabou engravidando e tendo um destino semelhante em termos de abandono pelo pai da criança. Seu primeiro filho tinha cinco anos e morava com a madrinha na cidade de João Pessoa/PB. Porém, mesmo dizendo que sua entrada na prostituição foi para obter recursos para cuidar dele, contou que encontrou muita dificuldade de sair para o trabalho e

não ter com quem deixá-lo. Por causa disso, achou melhor que a madrinha se responsabilizasse por ele. Disse que essa situação seria “passageira” e que, assim que tivesse mais condições, “o pegaria de volta”. Ao ser mãe pela segunda vez, *Tarcila* passou a receber o valor de R\$ 140,00 de pensão para sua filha. Também informou que sempre tinha a ajuda de uma vizinha para ficar com sua filha enquanto estivesse no trabalho.

O discurso de *Tarcila* produz alguns “efeitos colaterais”, ao dizer que “não queria aquela vida”, e mostra que ela não percebe a atividade com naturalização. Contudo, ao ser indagada sobre o que era “ser prostituta”, ela gera uma descontinuidade em seu argumento:

Pra mim é normal, eu tô fazendo uma coisa que..., pelo menos eu *num tô dâno* de graça! Pelo *meno* eu tô *ganhanu...* *Oxente?* *Nam...* Muita *nêga* hoje em dia nova *num* sabe se dá o valor, né? Fica por aí nem liga, mas pelo *meno* eu tô ganhando pelo que *tô* fazendo, é o meu trabalho, minha profissão (TARCILA, 20 anos).

Em nossa sociedade, o papel da mulher “valorizada” corresponde a um mecanismo disciplinatório que a classifica como recatada e passiva, logo, em um polo oposto ao que se espera do comportamento masculino. De acordo com Gaspar (1988, p. 103), quando as prostitutas fazem uma dissociação entre sexo e sentimento amoroso, “entram em relações sexuais e mantêm por eles sentimentos que se distanciam das formas de amor legitimado. No entanto, essa dissociação é uma característica do comportamento do indivíduo do sexo masculino na sociedade”.

Em seu discurso, *Tarcila* atribui outro sentido ao “valor”, que aparece como uma reivindicação positivada feita a uma mulher que troca sexo por dinheiro. Assim, quando diz que o dinheiro ganho na atividade prostitucional é o reconhecimento de seu trabalho realizado, *Tarcila* faz dele objeto de “valor” pessoal e diz que sua atividade representa um “valor” que talvez outras mulheres próximas de sua realidade tenham, mas não põem em prática. Logo, “no

processo de troca, o dinheiro expressa o relacionamento de valor entre as coisas, mede-os e facilita o intercâmbio de objetos e (ou) pessoas [...] Ele fixa um preço e, sem preço – no significado mais geral da palavra – não há valor” (RUSSO, 2007, p. 55).

O ato de fazer de sua sexualidade uma ferramenta para obtenção de renda, o que a inscreve como “anormal”, não impede que os efeitos das normas disciplinares contra aqueles que estão em situação de desvio também sejam um meio de defesa como critério próprio no campo de forças a que submetem sua condição social. Isso pode ser observado nos processos de diferenciação, o que possibilita agir sobre a ação dos outros. Nesse caso, as diferenças estão postas no modo de apropriação econômica como uma recompensa dos meios empregados para se chegar a um fim. “Toda relação de poder opera diferenciações que são, para ela, ao mesmo tempo, condições e efeitos” (FOUCAULT, 1995, p. 246).

Sobre a entrada na atividade prostitucional, a entrevistada *Amélia* referiu:

A entrada foi a partir da separação, né? O pai ficou ausente, não deu pensão, tive que procurar outros meios de trabalho, não tive oportunidade e fui procurar num lugar diretamente onde eu tinha oportunidade, por ser mulher, nova e bonita... [...] Foi através de uma prima minha, ela fazia programa também, aí ela viu minha situação e me levou, né? [...] Aí no primeiro dia fiquei acanhada, não fiz nada. Eu poderia ter conseguido, mas fiquei muito envergonhada, né? Aí não fiz. Porque eu fui conhecer aí se rolasse eu faria, mas no primeiro dia não rolou, mas no segundo já aconteceu, aí fui, fui, fui... até hoje... Foi um choque pra minha mãe, meu pai e um irmão meu que eu tenho que já faleceu. Foi um choque. Na primeira semana descobriram. Como, é... Eu não tinha como sustentar meu filho, eu mandei... Achei melhor entregar pro pai, né? Pra ele se responsabilizar, já que ele não me dava pensão, porque eu não ia deixar ele precisando de algo, né? Pra se alimentar, pra se vestir...Aí foi quando **minha família**

pensou, já *tavam* apegado ao menino aí não deixaram. Aí eles *queria* me expulsar de casa e tal... Aí eu disse: “eu não posso ficar sem trabalhar, né? Pra sustentar meu filho!” Minha família era humilde também, minha mãe não era aposentada nem nada, aí eu *tava* precisando... Depois eles disseram: “já que você é de maior, você *assuma* o que você tá fazendo e com isso sustente seu filho”. Pronto, até hoje (AMÉLIA, 41 anos, grifo nosso).

Em seu discurso, quando se refere ao pai de seu filho, *Amélia* tenta estabelecer uma fissura em relação à norma de gênero sobre o cuidado com filhos e/ou, talvez, demonstrar certa estratégia para que sua família, já “apegada” ao seu filho, aceitasse seu trabalho na prostituição. Por meio de conversas depois da entrevista, ela contou que, no primeiro dia em que foi ao cabaré por indicação de sua prima, “apenas para conhecer”, aproveitou para levar bilhetes premiados que vendia na época: “Eu fui vender e observar o local, né? Mas eu não vendia quase nada, aí vi que, trabalhando com sexo, eu teria mais vantagem” (anotações de campo). Sua narrativa coloca em prática alguns signos culturais estabelecidos na relação entre gênero e sexualidade, associando as “vantagens” que a prostituição traz pelo fato de “ser mulher, nova e bonita” e mostra que as exigências disciplinares que envolvem a profissão também são reguladas pela marca do poder dominante que valoriza seus efeitos em corpos jovens e padronizados. Essa classificação da idade cronológica se espalha na regulamentação da vida, sobretudo no corpo feminino, em que o discurso normativo apregoa que, à medida que esse corpo vai envelhecendo, para de reproduzir e leva, juntos, o desejo e o prazer que só são adequados para a juventude.

Vê-se, então, que, na vida de muitas dessas mulheres, a prostituição partiu de um sentido coletivo, fortalecido por suas amigas ou, como foi visto no caso de *Amélia*, pela prima. Nesse caso, suas dificuldades econômicas não as levam a tomar decisões solitárias e à margem dos saberes sobre a prática a ser realizada. Isso ocorre numa teia e numa circulação mais ou menos intensas de informações e

dicas, em que a experiência das que já estão envolvidas serve como ponto de referência.

A entrada com base na indicação de amigas apareceu também na fala de outras entrevistadas:

A entrada foi com 26 anos, quando meu marido morreu em 2009... Quem indicou foi uma colega minha que ela já trabalhava com isso, eu via que ela já ganhava um bom dinheiro e era melhor falar com ela do que ir atrás de outro trabalho que a pessoa rala e não ganha nada. No meu caso, mesmo que não tenho estudo, seria assim... aí na época, eu disse: “*Vanessa*, eu tô dependendo de tudo da minha família ... arruma uns cliente pra mim...”, aí foi quando ela me apresentou, e eu comecei... trabalhava por contato de telefone e depois fiquei frequentando os bares também... (EVA, 35 anos, grifo nosso).

Foi assim, através de uma amiga minha que me chamou pra ir, aí antigamente era o *Donas da Noite* lá na Prata, foi o primeiro bar que eu fui ... Aí ela disse: “bora mulher! Bora conhecer! Tu vai ganhar dinheiro! Tu é bonita!” no tempo eu era mais novinha né? Aí fui com ela... Aí ganhei um dinheiro bom, comprei uma televisão pra minha mãe... Só numa noite eu arrumei..., no tempo, né? Mais de mil reais. Aí gostei e fiquei indo, fiquei indo... Até hoje... Acho que faz uns 13 anos (ELIS, 36 anos).

Foi assim... Eu sempre gostei de transar, né? Sou muito danada, aí passou um tempo e eu precisava transar, porque minha mãe sumiu com meu maranhão, porque eu sempre gostava dessas coisas, aí ela escondeu tudinho por conta do meu irmão mais novo... Aí eu comecei a ficar com algumas pessoas [...] Ai um deles falou assim “tu transa tão bem, se tu fosse fazer programa tu ia ganhar muito dinheiro”... Aí eu fiquei pensando, mas na realidade eu nem levei a sério, mas aí eu *tava* precisando de grana e foi quando conheci duas meninas, a gente ficou bem *amiga*, e elas me falaram como era e tal.. elas já eram prostitutas e perguntaram se eu queria

trabalhar *num* bar, aí eu disse: “eu..., se eu já dou de graça, imagine pagando...” (ANITA, 22 anos).

O discurso de *Anita* aparece como uma afronta à estratégia disciplinar que atribui um lugar considerado ideal para cada sexo – leia-se homem/mulher. Logo, sua visão desmonta a ideia de que a mulher é apenas um ser passivo e submisso aos desejos masculinos, quando opera a afirmação do seu desejo sexual como ferramenta de prazer e de agência pessoal, nesse caso, potencializada pelo uso do *maranhão*, objeto fálico que visa proporcionar prazer sexual na prática da masturbação. Também tem uma característica que evidencia certa heterogeneidade das outras enunciadas, por consagrar o prazer junto com a prática sexual e, conseqüentemente, com o recebimento do dinheiro, uma situação que, inicialmente, é vista como um trabalho vantajoso, sob o ponto de vista econômico, e prazeroso, do ponto de vista físico.

De acordo com Gaspar (1988), essa “racionalização”, que estabelece, a priori, certa satisfação sexual das prostitutas, tende a apagar a imagem delas como as que “realmente precisam”. Essas mulheres são associadas às das camadas médias e, por isso, “devem arcar com o peso da “escolha perversa”. Coloca-se então como hipótese que, não existindo a priori a determinação econômica, elas gostem de se prostituir, e com isso ganha força a acusação de doença – ninfomaníaca – como justificativa de conduta” (GASPAR, 1988, p. 80-81).

A experiência das participantes desta pesquisa na prostituição também apresentou descontinuidades em relação à indicação de amigas, como mostram os discursos de *Salomé* e de *Madalena*, que indicam que tal atividade foi descoberta por elas mesmas:

Eu fui pra beber, só beber, beber, né? Eu e uma colega minha... A gente achou que era um bar comum, não sabia que era um cabaré. Aí eu depois foi que fiquei vendo que era um bar diferente, via as mulher entrando dentro dos *quarto*... Aí eu achei estranho porque eu não era disso, eu era diferente, né? Quando foi de noite que a gente terminou de beber aí a

mulher, que era a dona, foi e chamou a gente pra ficar vindo... “Por que vocês *num* fica vindo beber aqui?” Aí depois fui me envolvendo e com 3 dias me envolvi. Mesmo o bar sendo aqui na feira eu antes não sabia não que era assim, nem eu e nem ela... Quem contou a gente depois o que era foi a dona que também explicou tudo como era que funcionava, aí até no primeiro dia que eu me envolvi mesmo eu fiz até uma cruz antes de entrar pra fazer a relação (repetiu gesto com as mãos). Até hoje eu me lembro disso... Aí me *avicieí*..., pronto..., caí de paraquedas (SALOMÉ, 36 anos).

A minha entrada foi... (risos) Eu tava no começo, né? Que eu me separei, comecei a beber muito, então fui morar com a minha mãe, meu filho tinha 2 anos..., aí eu fui chamar um moto táxi pra ele me deixar num barzinho perto onde mãe morava, aí ele pegou e me levou, mas eu não sabia que era um ponto de encontro... Aí cheguei lá e fiquei tomando uma *dosinha* que eu gostava de tomar *Montila*, na época, aí fiquei lá tomando uma *dosinha* e tome uma e tome duas..., e os cara vinha me perguntar quanto era meu programa, aí foi que eu vi que a casa não era, não era um bar normal..., aí eu soube. Na época eu era bem magrinha, logo quando eu me separei, né? Os cabelo batia na bunda e era galega. Quando eu cheguei lá, pronto... Os caba ficaram tudo doido minha fia! Aí vinham me perguntar, né? “Quanto é seu programa?” Aí eu parei assim um tempo... Aí chamei a dona, aí a dona falou assim: “Você *num* sabe o que é aqui não?” aí ela falou assim.... “Aqui é um bar de encontro” Aí eu falei, “Sim? E o que é bar de encontro? É porque todo mundo se encontra por aqui *num* é?” Aí ela, “Não, você *num* sabe não? Você nunca fez programa, não é?” aí eu falei, “Minha filha eu *num* sei nem o que é isso...” Aí ela disse, “E você é de onde?” Aí eu disse: “eu sou daqui, mas eu era casada, eu agora me separei faz uma semana e nunca fui de sair...” Aí ela: “ah eu *num* sabia não, eu pensei que você era... Porque tem as meninas aqui oh, você tá vendo? Elas vêm, aí os *homem* vem aí pergunta seu preço e leva você pra pousada porque aqui *num* tem quarto

não, aí por isso que se chama bar de encontro, porque não tem quarto. Aí eu falei: “pelo amor de Deus! O que é que eu tô fazendo aqui? Eu *num* sou disso não!” Mas aí fiquei... Aí tinha o coroa lá que ele me infernizou tanto! Disse: “diga quanto é seu preço que eu pago quanto você quiser!” Aí foi quando comecei... Já tava separada, meu filho precisando das coisas e o dinheiro que o pai dava não dava pra nada... Ele só dava R\$70,00, depois foi que eu botei ele na justiça e ele passou a dar mais um pouco... Aí pronto mulher, depois do coroa me *aperriar* eu fui falar com a dona do bar e aí ela veio e falou assim: “você *num* quer fazer um programa não?” Aí eu falei assim: “mas eu nunca fiz isso daí não” Aí ela: “mulher, tu vai pra pousada com ele... Diga seu preço...” Aí eu disse: “minha fia eu *num* sei não... Quanto é que as menina cobra?” Aí ela falou: “eu vou dizer a ele que é R\$150,00, tá certo? É o preço que as meninas cobram, posso dizer?” Aí eu disse: “pode, ajeite aí hõmi...” Aí eu só confiei... Aí ela foi e falou e disse: “olhe, ela não é disso, assim, assim e assim...” Aí *ôxe*, o *hõmi* ficou doidinho... Aí fez: “*vâmo simbora*” Aí entrei no carro dele minha fia... Me tremendo não, feito uma vara verde... Aí fui..., e pronto... O resto a vida foi me ensinando (MADALENA, 40 anos).

Embora o discurso de *Salomé*, assim como o extenso discurso de *Madalena*, mostre que suas entradas na atividade prostitucional aconteceram de modo desprezioso, suas narrativas carregam representações estigmatizantes sobre o trabalho sexual. Sutilmente, elas apresentaram certo esforço em se diferenciar das mulheres que já trabalhavam nesses locais, usando termos como “caí de paraquedas”, “eu não sou disso”, “eu era diferente”, empregados como certo olhar negativo sobre a prostituição, com base nos mesmo padrões morais da sociedade que as estigmatiza.

O “início” na prostituição é um tema muito delicado na arena das políticas da prostituição. É ali que, por exemplo, muito do discurso

patologizante e salvacionista se esforça para encontrar razões, depoimentos, argumentos. Espera-se uma “queda”, uma falta essencial, uma traição, um sequestro ou o abandono da miséria. Um evento diferencial que a levou a... É sempre a necessidade da explicação, da justificativa que liberte a mulher imaginada de suas próprias decisões. Isto é, desde a lógica da falta, a prostituição seria algo tão, tão ruim e longínquo, que só por uma doença ou falta de moral, ou então por uma crua exploração uma mulher entraria nessa vida (OLIVAR, 2013, p. 76).

De acordo com Olivar (2013), quando se pergunta como ocorreu a entrada na prostituição, é comum que se criem tensões em suas respostas, principalmente ao responder isso a pesquisadores não muito conhecidos como nós ou, até mesmo, um amigo. “Não se trata de contradições, nem muito menos de mentiras, mas da enorme complexidade e ambiguidade que constitui essa memória” (OLIVAR, 2013, p. 77). Nesse sentido, trata-se de percepções que as fazem relacionar a prostituição a uma atividade marginalizada, considerando suas entradas como uma “queda” diferencial.

Foucault (1988) enuncia que é preciso analisar as continuidades e as descontinuidades que o discurso carrega. Nesse exercício, a percepção naturalizada que se faz por meio de atos, falas e gestos que resultam em certa culpa pelo caminho da trajetória sexual *anormal* também serve, eficientemente, ao reforço daquilo que o poder disciplinar tem como intenção, ou seja, se o indivíduo estiver associado ao erro, devido à sua conduta desviante, a norma, mais uma vez, mostra-se intacta, o que torna sua vigência mais poderosa, e “as relações de poder *se mostram* intencionais e não subjetivas, porque [...] não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos” (FOUCAULT, 1988, p. 90, grifo nosso).

A forma como as entrevistadas veem a prostituição em sua vida é um potente fio condutor nas marcas que as atravessam como indivíduos. Sobre “ser prostituta”, vejam-se estes discursos:

Ah... É ser guerreira! Ter coragem na vida! Sempre que alguém me pergunta isso, isso é as duas palavra que eu digo. Que você tem que ter coragem, né? (DALILA, 27 anos).

Ser prostituta é um ato de muita coragem, tem que ter muita coragem (AMÉLIA, 41 anos).

Na composição discursiva de *Dalila* e de *Amélia*, evidenciam-se atributos que geralmente remetem ao universo masculino, como “ser guerreira” e “ter coragem”, que aparecem como conceitos que as distanciam da figura da vítima e são opostos a qualquer tipo de ideia de força e garra que uma prostituta pode ter. E ainda que a prostituta seja vista ora como “vítima” ora como “perversa”, essas características caminham na contramão do que é construído em torno dessa trabalhadora, já que essas não são ações dignas de sentimentos positivos e honestos. A manifestação desses atributos reflete uma questão de luta política. O termo ‘batalha’, ao se referir à própria atividade, foi mencionado em vários momentos de nossas idas a campo por algumas delas. Isso mostra que essas expressões denotam algumas marcas árduas da profissão situada no campo das relações de poder, em sua trajetória, e traz uma múltipla implicação, jamais, uma linearidade explicativa. Essas expressões não excluem a possibilidade de se contraporem em algum momento, já que o mesmo discurso está em constante transformação e, nesse sentido, pode se abrir para um conjunto de respostas, reações e diversos efeitos possíveis.

Sobre “ser prostituta”, vejamos os discursos de *Madalena*, *Elis* e *Salomé*:

Eu gosto porque eu sou mais independente. A mulher aqui se torna mais independente, tem dinheiro, compra o que quer, faz o que ela quer... É um ganha pão... (SALOMÉ, 36 anos).

Eu acho..., assim..., é o meu emprego, uma opção que tive. Com o dinheiro que ganho eu sustento minha casa, pago aluguel, sustento meu filho e ainda minha mãe que ainda não é aposentada. Eu tô trabalhando com meu corpo, que é meu, né? (risos) Um dia eu sei que eu vou ter que prestar conta com Deus, porque aqui na terra ninguém não vem me dar nada, não paga minhas contas, então... (MADALENA, 40 anos).

É assim.... A gente faz pelo dinheiro, né? Porque a gente precisa pagar as contas que chega. Mas também a gente não é obrigada a fazer de tudo, né? Porque tem gente que pensa assim: “garota de programa tem que fazer isso, aquilo, deixar gozar na boca...”, mas não é assim... A gente não é obrigada a deixar o cliente fazer o que quiser com o corpo da gente não..., fazer anal, chupar sem preservativo, dar sem camisinha... É só o que a gente quiser. Mas é uma profissão, é um trabalho, né? (ELIS, 36 anos).

Esses discursos codificam a atividade prostitucional como um trabalho que lhes possibilita autonomia e sustento financeiro. *Madalena* demonstra certo receio a um poder divino, que faz com que acredite que tenha que “prestar contas a Deus”. Assim, concebe a prostituição como uma prática pecaminosa, mas que, devido às relações sociais em que se encontra, como sujeito autônomo, não teria mais satisfações a dar, por isso, constrói uma imagem positiva de si mesma.

Elis, ao relatar sua agência na prática prostitucional, enxerga o corpo como um veículo que conduz o cliente à satisfação, mas de acordo com suas regras. O controle na racionalização de seu trabalho é estipulado de acordo com as interações preestabelecidas entre ela e o cliente, o que logo se distancia da construção que percebe a prostituta como um objeto e figura-se como um silenciamento de suas vontades. De acordo com *Olivar* (2013, p. 126, grifo do autor), entender como se corporificam “pré-reflexivamente” os saberes que envolvem essa profissão é admitir que não há passividade possível nessa relação, porque se trata de “uma relação que acontece sempre

entre ‘dotados de agência e intenção’, não entre sujeitos e objetos”. Nas relações sociais, ser um indivíduo dotado de agência, segundo Blanchette e Silva (2011), não deve ser confundido com a noção liberal iluminista de não ter limites em suas atividades além dos que ele mesmo impõe. Aqui, a questão da agência é marcada em um campo de possibilidades em que a trabalhadora sexual, segundo suas percepções, estipula decisões e pode conduzir o programa do modo que lhe for mais conveniente.

Uma imagem comumente retratada sobre a prostituta é a de mulher de “vida fácil”, o que seria o contrário do “trabalho duro” e “honesto”, que aponta as prostitutas como homogeneamente preguiçosas e que não gostam de trabalhar, logo, muito distantes da imagem de corajosas e/ou fortes. Ou seja, além de estigmatizadas, são indivíduos desviantes, no sentido descrito por Goffman (1985), porque não seguem as mesmas regras e os caminhos aprovados para os que estão inscritos em certa formalidade para o sustento básico. Isso nega coletivamente a ordem social do que, de fato, fosse visto como trabalho. As participantes da pesquisa não compreendem sua atividade como fácil.

Sei lá... Eu brigo quando o povo diz, mais eu *num* sei não...
Num sei falar sobre esse termo não... Porque não é uma vida fácil, quem fala é quem pensa que é uma vida fácil. Vida fácil é você ficar em casa ficar olhando televisão e esperando seu marido chegar ou então alguém chegar e lhe dar alguma coisa, né?... Mas tá ali *num* é não (DALILA, 27 anos).

Dalila afirma que vida fácil é a das mulheres que ficam em casa vendo TV, esperando o marido ou alguém para lhe dar o sustento. Com esse argumento, ela apresenta um conceito de vida idealizado na percepção de que a mulher que depende financeiramente do marido e por não estar inserida no mercado de trabalho e obter ganhos materiais como sujeito passivo em relação ao homem ativo economicamente representa uma “vida fácil”. Essa visão faz com que *Dalila* seja preconceituosa, porquanto nem todas as mulheres

“sustentadas” pelos maridos têm uma vida fácil. Também trabalham em casa nos afazeres domésticos, cuidando dos filhos, entre outros afazeres que são construídos como atos invisíveis. Mas, talvez, o fato de essas atividades serem consideradas naturalizadas para as mulheres faz com que *Dalila* perceba como uma condição natural e/ou obrigação das mulheres, e não, como um trabalho. Essa visão corrobora os discursos hegemônicos que apontam a mulher que não trabalha fora do lar como preguiçosa e que não tem obrigações “sérias” a cumprir para além de suas “meras ações rotineiras” dentro de casa, observando o “ócio feminino” em uma relação conjugal como símbolo de *status* e que toma a posição do trabalho reprodutivo como não trabalho, visto como valor econômico de classe.

Na sequência, da conversação que tivemos com as enunciadoras da pesquisa sobre o conceito “vida fácil”, obtivemos as seguintes respostas:

O termo em si é bom, bom demais! (risos) Mas não num é tão fácil assim não... Às vezes sofre dentro do quarto, só a gente sabe o que a gente passa, né? Tem homem pra humilhar... Acho que pra todas nós, né? A gente sente aquele medo... Você vai entrar com um cara que você num sabe nem quem é, né? (TARCILA, 20 anos).

As pessoas acham que é fácil, mas não é nada fácil... Se deitar com homem que nunca viu... Eu não digo assim, com homem fedorento, asqueroso... Porque comigo nunca aconteceu... Como eu tava te dizendo..., é sempre..., sempre bem-vindo os meus babados (EVA, 35 anos).

Eu queria que quando alguém dissesse isso, eu queria que viesse pra o lugar da gente! Pra ver se essa vida é fácil... nenhum trabalho é fácil e o da gente menos ainda, porque ainda tem que encarar o preconceito que em outras profissões não têm (MADALENA, 40 anos).

Fácil? É nada, não é fácil não. Não é fácil não porque ali você tá se deitando com uma pessoa que você nunca viu na vida, às

vezes você se sente humilhada com cliente que bebe demais e fica lhe humilhando... A gente passa cada uma aqui, não é nada fácil, principalmente eu que não bebo, aí vou assim de cara, aí é que é mais difícil... Quando a pessoa bebe não, pega tudo mesmo, mas você sai assim de cara é fogo (ELIS, 36 anos).

Eu acho que não tem nada fácil. Na realidade, assim..., é uma vida boa. Eu não digo que a vida de prostituição é uma vida ruim, mas fácil ela não é não... Porque você tem que encarar cada homem, às vezes... Assim, tipo, às vezes você não tá nem com vontade, mas tá precisando daquilo ali e tem que ir. Tem muitas meninas que tá aqui, entendeu? Não porque quer, mas porque precisa, entendeu? Eu não vou negar pra você não, se eu quisesse eu não estaria aqui, se eu quisesse eu estaria em casa dormindo agora, entendeu? (ANITA, 22 anos).

Ao analisar os enunciados, percebemos certa semelhança nos discursos que operam nos desafios da profissão marcada pelas dificuldades de lidar com diversos tipos de clientes: “Se deitar com um homem que nunca viu...”, “ainda tem o preconceito”, “tem homem pra humilhar”, “às vezes você se sente humilhada”, “porque você tem que encarar cada homem às vezes.” Esses registros evidenciam a experiência da interação entre a prostituta e o cliente, permeada de sentimentos hostis e que percorrem um descaminho do que seria “vida fácil”.

Entre as falas, a de *Eva* revela um contexto interdiscursivo específico, no campo das relações hierárquicas de poder, que fazem com que ela se sinta privilegiada por nunca ter se deparado com clientes “fedorentos ou asquerosos”, o que pode ser interpretado como uma higienização que recai sobre a própria imagem.

Promovendo um diálogo com algumas questões já abordadas neste texto, consideramos interessante um traço presente na fala de *Anita*, quando ela diz que, às vezes, não sente vontade de se prostituir, mas, como precisa de dinheiro, sente-se na obrigação de fazer programas. E ao referir que “faz porque precisa”, traduz

um pensamento que, de acordo com Gaspar (1988, p. 122), mostra que “o dinheiro, agora representado por sua ausência [...], torna-se desse ângulo um agente purificador na medida em que oferece uma justificativa legítima para conduta sexual”. Nesse caso, ao mesmo tempo em que considera que esse é um olhar baseado em outras realidades que ela assiste, *Anita* diz que, se quisesse, estaria em casa dormindo, e não, trabalhando, o que se configura como uma contradição, quando afirma que o dinheiro, ou melhor, a falta dele também motivou sua entrada na prostituição: “mas aí eu *tava* precisando da grana”. Tal contradição confirma o que Goffman (2004) chama de confronto de atributos presentes na arena de negociação de suas identidades, a manipulação de sua identidade deteriorada.

Rebatendo, ainda, a expressão “vida fácil”, trazemos a fala da enunciada *Salomé*, que diz:

Eu acho que é meio complicado viu, porque quem tem vida fácil não é muito bom não. É bom suar um pouco, né? Tem que ser suado, e assim..., viver uma vida dessas não é fácil não. É só pra quem fala, mas pra quem convive dentro sabe que não é fácil. Mas é melhor tá aqui... Deu a hora de ir embora aí você sabe que tem filho em casa, sabe que tem a casa pra varrer, sabe que tem essas obrigações e os compromissos da mulher pra fazer... Não é vida fácil, essa não (SALOMÉ, 36 anos).

Seu discurso demonstra que ela não relacionou o termo “vida fácil” ao modo como o trabalho da prostituição é significado socialmente. Para ela, a vida não é fácil por causa das atribuições que estão relacionadas ao seu sexo. Percebemos, mais uma vez, o gênero na problemática da divisão sexual do trabalho, o que nos leva a compreender que o trabalho doméstico é visto como obrigação e responsabilidade das mulheres. Isso resulta para elas em uma condição *ad infinitum* do trabalho.

De acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599), “fala-se em termos como ‘dupla jornada’, ‘acúmulo’ ou ‘conciliação de tarefas’, como se fosse um apêndice do trabalho assalariado”. Desse modo,

essa perspectiva dinâmica formula princípios organizadores que servem para dissociar o que seria trabalho de homem como um trabalho que “vale” mais em termos econômicos e produtivos e reserva para a mulher a esfera do trabalho reprodutivo do lar, em nome da natureza, do amor e do dever materno. *Salomé* problematiza o termo “vida fácil” não só na prostituição, mas também em sua vida como um todo.

Seguindo o percurso da análise da “vida fácil”, a entrevistada *Amélia* enuncia:

Vida fácil... Nem toda vida é fácil, nem todo trabalho é fácil... Todos têm seus objetivos e suas consequências. Vida fácil que as pessoas visam na prostituição é assim, você ganha um salário, *num* é? E o da gente passa disso... [...] Vida fácil é porque você ganha mais do que outros que ganha só um salário, isso que as pessoas veem (AMÉLIA, 41 anos).

Sob o ponto de vista de *Amélia*, a representação do dinheiro como ganho econômico que ultrapassa o salário da maioria dos empregos com carteira assinada no Brasil é vista como uma afronta à classe trabalhadora tradicional. Mas, quando se trata de uma categoria que está situada nessa mesma classe, é preciso levar em conta outros aspectos. Gaspar (1988, p. 105) entende que “o dinheiro, ao mesmo tempo em que oferece um padrão para medir o valor, compara as prostitutas com ele próprio, colocando-as como algo despersonalizado [...] e reafirma que elas são todas iguais”. Sabe-se, também, que a crença em uma suposta facilidade de ganhos monetários na prostituição obscurece todas as suas desvantagens, vistas como questões em segundo plano.

Sobre outros empregos, dentre as nossas entrevistadas, *Tarsila*, *Dalila* e *Eva* trabalham como autônomas, revendendo produtos de empresas como *Hinode*, *Avon*, *Natura* e *Jequití*. Além disso, *Eva* vende panos de prato e trabalha como manicure em sua casa. No entanto, disse que essas coisas estariam “paradas no momento”,

sem demanda e que a atividade prostitucional é sua principal fonte de renda.

Salomé é a única que, além de trabalhar como prostituta, tem um emprego de cozinheira com carteira assinada em um restaurante da cidade. Quando perguntada se considerava a atividade prostitucional como uma profissão, respondeu:

É sim. Mas você tem que ter outra profissão na carteira, né? Porque você tem que ter o plano A e o plano B, se aqui não der certo, você pode entregar currículo em qualquer canto aí. Entendeu? É experiência (SALOMÉ, 36 anos).

Essa preocupação no mundo do trabalho possibilita uma construção analítica que percebe os trabalhadores como jogadores que também desempenham o papel de “senhores de seu jogo”. Isso quer dizer que há uma competitividade entre si. Tórtora (2011), ao tratar desse assunto em *‘Biopolíticas e capital humano’*, afirma que o trabalhador é concomitantemente capital e fonte de renda, logo, é entendido como uma “máquina” que investe sua competência em uma concepção de economia como unidade-empresa, racionalizando uma operação que o idealiza como empresário de si mesmo. Assim, ele não só depende de seu equipamento genético, como também se preocupa em adquirir e aprimorar técnicas como “experiência” e investimento em si mesmo.

A classe trabalhadora, em geral, desde muito cedo, precisa garantir sua sobrevivência mesmo nas condições mais precárias de trabalho. Assim, ter um emprego formal com carteira assinada e que seja reconhecido como um trabalho é uma conquista importante, devido ao fato de ter “experiência” e aptidão em certa atividade. Contudo, a estratégia de inserção profissional ainda se opera de modo insuficiente, quando induz Salomé a entender que deve manter outras atividades de trabalho – nesse caso, a prostituição – evidenciando as contradições do capitalismo, pois, ao mesmo tempo em que exige, cada vez mais, trabalhadores especializados,

também exige trabalhos flexíveis e integrados que formem um perfil de trabalhador polivalente.

Em seus discursos sobre outros empregos, algumas participantes da pesquisa destacaram que já haviam trabalhado como babás ou faxineiras. Porém, devido ao pagamento irrisório, à rigidez no horário e ao fato de se sentirem mais humilhadas, preferiram optar pela atividade prostitucional.

É nesse quadro macroeconômico que a prostituição surge como opção econômica. Colocando de forma bem simples, a prostituição oferece iguais ou até melhores condições de trabalho, por um “salário” bem maior, do que quase qualquer outro tipo de trabalho constitutivo do gueto dos subempregos femininos (BLANCHETTE; SILVA, 2011, p. 203).

Tarsila, em uma conversa informal, contou-nos que já havia trabalhado limpando os quartos de um “cabaré” onde não exercia atividade como prostituta. Ela informou que lavava toalhas, lençóis, pratos etc. Chegava às 7:00h e só ia embora no turno da noite, para ganhar uma diária de R\$ 50,00. Para ela, esse era um trabalho “sem futuro”, por isso preferia trabalhar como prostituta (anotações de campo). A informante *Madalena* também apresentou queixas sobre outros trabalhos já realizados, como cuidadora de uma senhora e babá de dois meninos. Deixou o trabalho de babá porque, além de cuidar das crianças, atividade para a qual foi contratada, tinha que fazer serviços domésticos, como lavar, passar roupa etc. (anotações de campo).

Embora se acredite que devem existir mulheres que são forçadas a entrar na atividade prostitucional contra a vontade, o que, em outros termos, seria configurado como exploração sexual, nesta pesquisa, não encontramos nenhum caso desse tipo.

O objetivo de nossa análise não é de colocar a prostituição como um destino inexorável da mulher pobre. Blanchette e Silva

(2011, p. 194) asseveram que “afirmar que a motivação principal da prostituição é econômica não é negar que outros fatores estão envolvidos na decisão de vender sexo”. Então, longe de apresentar as prostitutas como pessoas fracas, que recorrem à prostituição por não terem “outra saída”, é importante salientar a lógica econômica que as mantém no trabalho sexual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa revelaram que a prostituição funciona como uma atividade econômica para essas mulheres, que custeiam seus gastos, os dos filhos e dos demais familiares com o dinheiro obtido nos programas, que são a única fonte de renda das que só trabalham na prostituição ou como complemento substancial para as que mantêm atividades paralelas à prostituição.

Ainda que haja dificuldades e desafios no cotidiano da profissão, é necessário perceber como as relações sociais e culturais fazem parte da formação de seus pensamentos e suas vivências: são esses aspectos que, em muitas circunstâncias, denunciam o mal-estar como culpado de uma posição que fere os moldes ideais da mulher na sociedade, que enxerga o sexo comercial como poluidor pautado na redução da objetificação desse sujeito através do dinheiro. A análise desta escrita nos mostrou que a atividade prostitucional é um trabalho que exige a articulação de diversas estratégias, para que as mulheres possam exercê-la de modo seguro, por meio da manipulação de suas identidades, permeada de tensões e de conflitos internos e externos ao lidarem com a discriminação e com o estigma.

REFERÊNCIAS

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da. Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. *In*: PARKER, Richard; CORREA, Sônia

(org.). **Sexualidade e política na América Latina**: histórias, intersecções e paradoxos. Rio de Janeiro: ABIA, v.1, 2011. p.192-233.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código de Processo Penal de 1940**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Lei ordinária nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002. **Código Brasileiro de Ocupações – CBO**. Disponível em: <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/519805-profissional-do-sexo>. Acesso em: 15 set. 2021.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. Apêndice. *In*: DREYFUS, Hubert. L.; RABINOW, Paul (org.). **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. Publicação Original: 1891. Digitalização: 2004.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa FCC**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/344>. Acesso em: 4 set. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. v. 6.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do século XIX**. São Paulo: Annablume Editora, 2012.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. Mandchúria: o bairro chinês de Campina Grande. *In*: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2011. p. 1-11.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. **O doce veneno da noite: prostituição e cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Campina Grande: EDUFCEG, 2008.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir Puta** – política da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PEREIRA, Nataly Barros. **Vivendo na “batalha”**: um estudo sobre o trabalho de prostitutas na Feira Central em Campina Grande – PB. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1980-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RUSSO, Gláucia. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, set./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18901>. Acesso em: 4 set. 2023.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de confrontos**: Campina Grande 1920-1945. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

TÓRTORA, Silvana. Foucault: biopolítica e governamentalidade neoliberal. **Revista de Estudos Universitários - REU**, Sorocaba, v. 37, n. 2, p. 81-100, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/reu/article/view/646>. Acesso em: 4 set. 2023.



EIXO 4:
DIREITOS REPRODUTIVOS E SEXUAIS



ABORTO NA ABORDAGEM DAS/OS ENFERMEIRAS/OS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NA PARAÍBA

*Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Josilene Barbosa do Nascimento*

Introdução

Este artigo é parte dos resultados da pesquisa ‘Mulheres paraibanas: saúde sexual e reprodutiva’, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Edital MCTI/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 32/2012, ocorrida na vigência de dezembro de 2012 a junho de 2015.

Para a construção deste texto, com base nas informações coletadas na pesquisa, realizamos um recorte específico considerando aspectos relacionados à interrupção de gravidez tanto causada por aborto espontâneo quanto por aborto intencional legal ou não, sob a abordagem das/os profissionais de Enfermagem.

Mister se faz para introduzir a temática em estudo apresentar aspectos relacionados à definição de aborto. O aborto espontâneo ocorre quando a expulsão de um embrião ou feto é involuntária, sem ser por vontade da gestante, de forma não intencional. De acordo com Oliveira *et al* (2020), as causas possuem origem multifatorial, sendo genéticas e não genéticas, podendo estar interligadas. Segundo Marqui (2018, p. 278), os “fatores genéticos,

principalmente anomalias cromossômicas, são a causa mais comum de aborto espontâneo precoce (50 a 60%)”. Entre as causas não genéticas se destacam “a presença de agentes infecciosos, causas socioeconômicas, ambientais, ocupacionais, história de vida e distúrbios endócrinos e trombofílicos” (OLIVEIRA *et al*, 2020, p. 374).

O aborto intencional/induzido refere-se à “interrupção da gravidez provocada pela gestante (autoaborto) ou realizada por terceiros, em qualquer momento do ciclo da gestação, com ou sem expulsão do feto, e que resulte na morte do conceito” (VENTURA, 2009, p. 144). O aborto provocado pode ocorrer a partir de avaliações médicas, quando existem, por exemplo, malformações congênitas ou quando a vida e a saúde física e/ou psíquica da mulher são colocadas em perigo ou, simplesmente, por opção dela.

O aborto é considerado legal quando a interrupção da gravidez ocorre de acordo com a legislação em vigor de determinado país, realizado por médicos experientes, em condições adequadas e com elevado índice de segurança; e ilegal, quando não se enquadra na legislação em vigor e/ou é procedido em locais que não estão oficialmente reconhecidos para essa prática e, por isso, é feito clandestinamente por pessoas, na maioria das vezes, leigas, o que é considerado crime.

O objetivo deste artigo é de mostrar como as/os enfermeiras/os das Unidades Básicas de Saúde (UBS)⁴⁹ dos municípios de Patos, Cajazeiras, João Pessoa e Campina Grande – Paraíba - lidam com a questão do aborto na dinâmica de seus serviços e de refletir acerca dos procedimentos e dos encaminhamentos tomados por essas/es profissionais durante os atendimentos relacionados aos casos de

49 Os municípios de Patos e Campina Grande denominavam suas unidades de ‘Unidades Básicas de Saúde’; os municípios de Cajazeiras e João Pessoa as denominavam de ‘Unidades de Saúde da Família’. Como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) (BRASIL, 2012) as nominavam de ‘Unidades Básicas de Saúde’, adotamos a terminologia indicada pela PNAB para nos referirmos às unidades de saúde dos quatro municípios.

aborto. As UBS fazem parte da Estratégia Saúde da Família, uma estratégia prioritária para reorganizar a atenção básica à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). A escolha pela categoria profissional de enfermagem se justifica em função dos seguintes fatores: por comporem a equipe mínima da estratégia saúde da família desde sua estruturação em nível nacional e por desempenharem uma função preponderante na articulação com as famílias adscritas e com as/os agentes comunitárias/os de saúde. Portanto, são profissionais que, provavelmente, detêm bastante conhecimento a respeito da dinâmica dos serviços.

Para definir o campo de investigação, tomamos como referência a Resolução CIB/PB nº 193/2012, de 04 de setembro de 2012, da Secretaria Estadual de Saúde, que referenciou as cidades de Cajazeiras, João Pessoa, Patos e Campina Grande como regiões prioritárias da Paraíba para implementar o Plano de Ação Regional da Rede de Atenção à Saúde, no âmbito do SUS, o qual indicou essas cidades como centros de referência para os municípios circunvizinhos.

As UBS pesquisadas foram selecionadas por meio de consulta no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e nos sites das prefeituras, o que nos possibilitou ter acesso à quantidade e localização das UBS em cada cidade, bem como conversas com gerentes de Atenção Básica e gerentes de Saúde da Mulher de cada município. Consideramos como critério para escolher as UBS a distribuição geoadministrativa que as Secretarias Municipais de Saúde utilizavam para gerenciar seus serviços. Assim, em Patos, encontramos 04 distritos sanitários, chamados de distritos geoadministrativos, e entrevistamos 01 enfermeira de UBS de cada um deles. Quanto ao município de Cajazeiras, como é de menor porte, não tinha, na estrutura administrativa da Secretaria de Saúde, a divisão das áreas por distrito. Como a cidade estava distribuída geograficamente entre zona norte, sul e rural, as/os gestoras/es agruparam os serviços de saúde por essas zonas. Assim, entrevistamos 04 enfermeiras/os das UBS, 02 da zona norte, e 02 da zonal

sul, já que havíamos delimitado que a abrangência da pesquisa seria somente na zona urbana. As áreas de atuação da Secretaria de Saúde de João Pessoa eram divididas em 05 distritos sanitários. Dessa forma, entrevistamos 01 enfermeira das UBS de cada um desses distritos. A Secretaria de Saúde de Campina contava com 08 distritos sanitários. Estabeleciam duas classificações para identificar as UBS: porte I, equivalente a ter uma equipe de saúde, e porte 2, por terem em sua estrutura mais de uma equipe de saúde. Para selecionar as/os entrevistadas/os, tomamos como critério de escolha as UBS de porte II, distribuídas entre os distritos, por agregarem maior número de usuárias/os em seus atendimentos. Assim, 04 enfermeiras foram entrevistadas em Campina Grande. A amostra da pesquisa foi composta de 17 enfermeiras/os.

Os resultados apresentados neste artigo foram extraídos de pesquisa com abordagem descritivo-analítica, a partir da coleta de dados qualitativos, utilizando como método analítico a análise de conteúdo.

Para garantir a legitimidade das informações coletadas, apresentamos às/aos enfermeiras/os o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para referendar suas participações na pesquisa, depois de ter sido aprovada pelo Comitê de Ética da UEPB com o protocolo 33787114.0.0000.5187.

A estrutura do artigo contempla, no primeiro momento, uma reflexão acerca dos embates travados pelos movimentos feministas em prol da descriminalização e da legalização do aborto no país e apresenta um panorama sobre como se encontrava a legislação para o aborto no Brasil até o ano de 2015. O recorte temporal até 2015 é pertinente devido ao contexto histórico em que os dados da pesquisa foram coletados, que foi durante os anos de 2014 e 2015. No segundo momento, enfocaremos como as/os enfermeiras/os das Unidades Básicas de Saúde abordam a questão do aborto e, por fim, teceremos as aproximações conclusivas.

O feminismo nos embates pela descriminalização e legalização do aborto no Brasil

Segundo Scavone (2008), no Brasil, as ações feministas e os debates em defesa da liberalização do aborto foram assinalados por avanços, recuos e, principalmente, por inúmeros embates e negociações políticas. “Da omissão da palavra ‘aborto’, em meados dos anos 1970, à opção política pela descriminalização e pela realização dos casos previstos por lei, observa-se uma vocação política do feminismo brasileiro para a negociação” (SCAVONE, 2008, p. 675). No Brasil, o aborto é considerado um tema polêmico, quase sempre interdito, discutido pelo Poder Legislativo, por diferentes meios de comunicação, pela opinião pública e assunto de vários movimentos sociais, tanto propícios quanto desfavoráveis à sua descriminalização e legalização.⁵⁰

Um olhar retrospectivo sobre o percurso realizado da luta pelo direito ao aborto no Brasil possibilita recuperar alguns dados. Barsted (1992, 1997), objetivando construir um registro sucinto do debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil, apresenta propostas sobre a referida questão nos anos de 1970 e 1980, tanto por iniciativa do movimento feminista quanto do Congresso Nacional. Segundo a autora, o que estava em pauta de discussão nos referidos anos era se a luta seria pela total descriminalização do aborto, pela descriminalização regulamentada ou pela ampliação dos permissivos legais do Código Penal. Para as feministas, não havia incoerências entre essas três questões, visto que se tratava de escolher a melhor estratégia para que o Estado brasileiro aceitasse e

50 “**Descriminalizar/despenalizar** a interrupção voluntária da gravidez significa que a mulher deixa de poder ser acusada em Tribunal, deixa de ser perseguida pela justiça, julgada e punida com pena de prisão. **Legalizar** significa que a interrupção voluntária da gravidez deixa de ser vista como um crime. **Liberalizar** significa que compete à mulher decidir, independentemente de prazos como atualmente existem relativamente às 24 semanas, quando, como e onde efetuar a interrupção de gravidez” (PORTO, 2009, p. 56, grifos da autora).

legitimasse, como prática lícita, a interrupção voluntária da gravidez para além dos casos já permitidos por Lei na época, os vigorados no Código Penal Brasileiro de 1940.

No referido código penal, Decreto-Lei n° 2.848/1940, são demarcados os delitos que atingem o ser humano em seu aspecto físico ou moral, dentre eles, estão pressupostos os tipos de crime de aborto, quais sejam: Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque; Art. 125 - Provocar aborto sem o consentimento da gestante; e Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante. Tais modalidades são puníveis com detenção (BRASIL, 1940).

O supracitado Código Penal apresenta, em seu Art. 128, duas hipóteses em que o aborto poderá ser praticado por médico, o que é considerado aborto necessário, ou seja: quando a gravidez significar risco para a vida da gestante (aborto terapêutico) e quando for resultante de estupro. No primeiro caso, a Lei optou pelo resguardo da vida da mãe diante do sacrifício de um ser que ainda não foi totalmente formado. Nesse contexto, não seria prudente sacrificar a vida de ambos se uma vida poderia ser salva em detrimento de outra. Na segunda condição, quando a gravidez for resultado de estupro e o aborto for antecedido de permissão da gestante, o Estado não poderia impor a gestante a gerar e a parir um filho fruto de um crime – o estupro – porquanto prejuízos maiores poderiam ser causados, como os danos psicológicos vivenciados pela vítima.

Foi na época da ditadura militar, na segunda metade da década de 1970, que o assunto aborto surgiu com o movimento feminista no Brasil. Conforme assevera Barsted (1992), no Brasil, ao contrário das sociedades capitalistas modernas e desenvolvidas, não se tratava de ampliar a democracia, mas de conquistá-la, visto que cidadania, liberdade, igualdade e autonomia do indivíduo, assim como a delimitação do poder do Estado, não faziam parte daquela tradição política.

Scavone (2008) aponta que é necessário considerar a corrente predominante do movimento feminista no Brasil, que era a dos

direitos, situando-se no caminho do feminismo internacional do início dos anos de 1970, com evidente posição a favor da liberalização do aborto. Para a autora, o feminismo brasileiro, em meados da década de 1970, já tinha um posicionamento político sobre o aborto alicerçado no princípio do direito individual, remetendo a uma das bases do feminismo contemporâneo, ou seja: “o princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo” (SCAVONE, 2008, p. 677). O direito aqui é fundamentado nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, presente na máxima feminista ‘Nosso corpo nos pertence’, disseminada internacionalmente a partir dos países centrais, marcando significativamente as lutas feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto⁵¹. Obviamente, essa posição entrou em confronto com a proibição legal inscrita no Código Penal de 1940.

Há de se considerar que, na efervescente conjuntura da ditadura militar, o ano de 1975 trouxe para as mulheres brasileiras uma circunstância bastante favorável e nunca antes vista: o estabelecimento pela Organização das Nações Unidas (ONU) do Ano Internacional da Mulher. No referido ano, ocorreram alguns eventos pelos Estados brasileiros para discutir sobre a situação da mulher, com destaque para a criação do Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro (BARSTED, 1992, 1997).

Nesse período do feminismo brasileiro, Barsted (1992) afirma que duas orientações se destacavam nos grupos de mulheres: 1- a agenda de reivindicações que priorizava a luta jurídica e trabalhista, bem como a luta por creche (tinha-se como pano de fundo para essa agenda a referência às questões macro da sociedade); 2- a questão da sexualidade, da contracepção, do aborto e a crítica à desigualdade sexual na sociedade. “Embora as duas tendências tivessem vínculos

51 No Brasil, essa motivação foi evidente no início do “feminismo contemporâneo (1970/85) e, posteriormente, será ressignificada na adoção do conceito de direitos reprodutivos a partir de meados dos anos 1980” (SCAVONE, 2008, p. 677).

com os movimentos políticos de esquerda, apenas a primeira era considerada política” (BARSTED, 1992, p. 108).

Então, qualquer movimento de mulheres que não munisse seu programa de reivindicações mais gerais relacionadas ao trabalho, à miséria, às questões políticas e socioeconômicas do país seria julgado inapropriado e divisionista. É correto afirmar que, no Brasil, a luta pelo direito ao aborto foi estabelecida com a discussão e/ou negação da intromissão do Estado no corpo e no comportamento da mulher, contra o controle moral e religioso executado por parte dos diferentes setores religiosos sobre esse mesmo corpo, contra o moralismo da sociedade como um todo e, até mesmo, contra os setores de esquerda que consideravam a questão do aborto pouco importante socialmente (BARSTED, 1992, 1997).

Nessa perspectiva, o movimento feminista dos anos de 1970 encontrou alguns problemas que estavam relacionados à sua identidade, como: deveria reivindicar, em seus encontros e em suas falas, as lutas gerais ou lutar para legitimar temas específicos? Deveria se submeter aos aliados de esquerda e, para isso, ter que limitar suas demandas às questões do trabalho e igualdade legal ou deveria se manter com posições autônomas, aumentando seu leque de exigências para abranger as questões da sexualidade, da contracepção, do aborto e da violência contra a mulher? Essas contradições do movimento feminista na determinação de uma identidade se evidenciaram nos finais da década de 1970 em diversos encontros e publicações por todo o país (BARSTED, 1992, 1997).

Posteriormente, a partir da década de 1980, com a descompressão política do regime autoritário, foi mais viável ao movimento feminista assumir questões não privilegiadas por sua linha política. “A democratização do espaço interno permitiu que todas as questões passassem a ter a mesma legitimidade, abolindo-se as clássicas prioridades” (BARSTED, 1992, p. 110). Nesse momento, o movimento feminista, que estava mais aberto e ‘livre’, passou a assumir publicamente a questão do aborto, o que imprimiu uma

postura mais ofensiva sobre a temática. Cronologicamente, tal processo aconteceu de modo diferente nas distintas regiões do país.

Foi nesse contexto em que a defesa do direito ao aborto teve como forte justificativa a proteção à saúde da mulher, visto que o abortamento era um dado da realidade. Assim, devido às situações econômicas e sociais ou à condição da cultura feminina que incorporava a prática do aborto na história do ciclo reprodutivo das mulheres, comprovava-se a necessidade urgente de fazer com que, por meio da legalização do aborto, os efeitos nefastos do aborto clandestino fossem extintos para garantir proteção à saúde da mulher. A premissa do direito à saúde da mulher legitimava uma preocupação social, considerando que as mulheres pobres eram as principais vítimas de sequelas de abortamentos clandestinos (BARSTED, 1992, 1997).

Outra questão que se articula à defesa do direito ao aborto é o avanço da ciência na detecção das anomalias fetais. De fato, quando, em 1940, o legislador se preocupou em criar permissivos legais por motivo da honra da gestante ou preocupado com a sua vida, ainda não existiam os modernos exames pré-natais que possibilitam aferir com grande precisão a existência de anomalias fetais graves que inviabilizam a vida plena do nascituro (BARSTED, 1992, p. 105-106).

Além disso, houve a vinculação da questão do aborto com a efetivação de um sistema de assistência integral à saúde da mulher, com a criação do pioneiro Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que visava ofertar serviços e métodos contraceptivos que pudessem diminuir os casos de aborto. Defendia-se, ainda, a urgência de se libertar a questão do aborto das opiniões exclusivamente religiosas. Porém, para isso, o Estado deveria assumir uma posição laica a esse respeito. Essas condutas repercutiram nos

vários projetos e anteprojetos de lei, ao longo da década de 1980 e início dos anos de 1990 (BARSTED, 1992, 1997).

Legalização ampla ou legalização restrita e gradualista foram as posições colocadas pró-direito ao aborto, em oposição à postura dogmática da Igreja Católica de total criminalização do aborto, mesmo das indicações já previstas em lei como lícitas (BARSTED, 1992, p. 106).

Nos anos de 1990, as iniciativas de alguns grupos feministas continuaram a destacar a discussão sobre o aborto e a definir novas estratégias de ação a partir da discussão da antiga polêmica sobre o direito da mulher de escolher, ou não, a maternidade. Podemos destacar, entre os grupos feministas, a Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos, a Articulação de Mulheres Brasileiras e as Católicas pelo Direito de Decidir. A questão do aborto continuou sendo tratada como um direito social. Porém, para isso, seria imprescindível refletir sobre as condições inseguras em que ele era praticado no Brasil. Nesse contexto, as feministas dos anos 1990 passaram a considerar a elevada ocorrência de abortos clandestinos no País como um problema de saúde pública devido à alta mortalidade que lhe estava relacionada, o que o caracterizava como aborto inseguro (BARSTED, 1992, 1997; SCAVONE, 2008).

Segundo Porto (2009), a década de 1990 pode ser particularizada a partir das importantes discussões sobre mulher e saúde, como as que ocorreram durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, no ano de 1995, período em que o aborto foi considerado internacionalmente como um problema de saúde pública e requerido aos países que o criminalizavam que revissem suas leis. Para a autora, essa época foi marcada por importantes embates no Congresso Nacional entre movimentos de mulheres, feministas, igrejas cristãs (católicas

e evangélicas) etc., para assegurar ou não a tramitação e a votação de vários projetos de lei relacionados à vida sexual e reprodutiva.

Há de considerar que o tema aborto, na referida década, mereceu projetos de lei, como o PL 20/91 – aborto legal, que recomendava a criação de um serviço público de saúde para o atendimento aos casos de aborto previstos em lei. Devido ao fato de o referido PL não ter sido aprovado no Congresso Nacional, foi arquivado. Somente no ano de 1995 foi que o PL 20/91 voltou a tramitar nas comissões correspondentes. É importante destacar que, nesse mesmo ano, foi apresentada à Câmara dos Deputados uma emenda constitucional – PEC 25/95 – fortalecendo o debate sobre a defesa da vida desde o momento da concepção, porém foi recusada pela Câmara (PORTO, 2009).

O efervescente debate em torno do PL 20/91 provocou, a partir da mobilização das feministas e do movimento de mulheres, a campanha pela vida das mulheres em favor do citado projeto de lei, coletando cerca de 20 mil assinaturas, posteriormente enviadas ao Congresso Nacional. O PL 20/91, em meio a muitas restrições e discussões, conseguiu ser aprovado em 1997, prevendo a obrigatoriedade do atendimento pelo SUS dos casos de aborto previstos no Código Penal (PORTO, 2009). Essa mobilização do final dos anos de 1990 possibilitou, na década seguinte, legitimar uma resolução normativa do Ministério da Saúde “para regulamentar o pedido de aborto no SUS, resultando, posteriormente, na Norma Técnica de Atendimento à Mulher Vítima de Violência” (ÁVILA; CORRÊA, 2003, *apud* PORTO, 2009, p. 67).

Entre os anos de 1992 a 1997, as demandas legislativas que se caracterizavam como o eixo principal no que diz respeito ao aborto acabaram por se estabelecer na luta pela garantia do atendimento na rede pública de saúde nos casos de interrupção da gravidez previstas no Código Penal Brasileiro (CPB) [...] tais demandas acabaram por deixar em segundo plano

as reivindicações pela descriminalização do aborto ou pela ampliação de permissivos legais (PORTO, 2009, p. 68).

Em relação aos projetos de lei, nos anos 1990, mais de 23 propostas tramitaram no Congresso Nacional, a maior parte favorável à permissão da prática do aborto. As reivindicações mais radicais das feministas pelo direito ao aborto, como a luta pela total descriminalização desse ato, foram retomadas na década seguinte e prosseguiram empenhadas na luta pelos direitos das mulheres à sua sexualidade e à reprodução. Nesse contexto, a luta pela criação de políticas públicas que favorecessem a melhoria da vida de todas as mulheres possibilitou, no âmbito do governo federal, nos anos 2000, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) (PORTO, 2009).

A referida secretaria foi criada por meio da medida provisória nº 103/2003, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), tomou posse do governo brasileiro em janeiro de 2003. Vinculada à Presidência da República e com atribuição de Ministério, a SPM foi gerada objetivando desenvolver ações ligadas com todas as Secretarias Especiais e os Ministérios, tendo por desafio a incorporação de questões específicas das mulheres nas políticas públicas e a instituição de condições essenciais para a plena cidadania (PORTO, 2009).

A SPM, juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, realizou a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres em julho de 2004. Na plenária, durante a citada conferência, foi referendada uma direção que prenunciava a revisão da legislação que abordava o aborto. O governo, então, depois dessa primeira conferência, divulgou a instalação de um Grupo de Trabalho Interministerial para criar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que tinha como prioridade revisar a legislação punitiva que trata da interrupção da gravidez (PORTO, 2009).

De acordo com o I PNPM (2004), no capítulo 3, intitulado ‘Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos’, uma das prioridades é de “promover a atenção obstétrica, qualificada e humanizada, inclusive a assistência ao abortamento em condições inseguras, para mulheres e adolescentes, visando reduzir a mortalidade materna, especialmente entre as mulheres negras” (BRASIL, 2004, p. 66).

Porto (2009) enuncia que, concluídos os trabalhos do Grupo Interministerial, Nilcéia Freire, Secretária Especial de Políticas para Mulheres, encaminhou à Câmara dos Deputados, em setembro/2005, o anteprojeto de lei que propunha a descriminalização do aborto, apesar das diversas pressões exercidas, sobretudo, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, em novembro de 2005, foi determinada a votação do projeto de lei que retira o aborto do Código Penal. Entretanto, essa sessão foi protelada e anulada por falta de quórum parlamentar.

Para as feministas, a formação do Grupo de Trabalho Interministerial e a entrada do citado projeto na Câmara significaram um momento de grande importância na história do Brasil, principalmente por ter sido a primeira vez que o governo trouxe para si o compromisso de realizar um debate sobre o aborto. Essa proposta foi consequência de um trabalho conjunto das feministas com o governo (PORTO, 2009).

No mesmo ano em que correu a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), elaborada a partir dos diálogos entre governo e movimento feminista, que considerava o enfoque de gênero, os recortes raciais/étnicos e geracionais, assim como a integralidade da atenção e promoção da saúde como eixos norteadores da ação. Na última versão da PNAISM, publicada em 2011, constavam diretrizes que buscavam consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com a preocupação em melhorar a atenção obstétrica, o acesso ao planejamento familiar, a atenção ao abortamento inseguro e à

violência doméstica e sexual. A PNAISM de 2011, enquanto política de integralidade e promoção da saúde, apresentava, como um dos objetivos específicos, “promover a atenção obstétrica e neonatal, qualificada e humanizada, incluindo a assistência ao abortamento em condições inseguras, para mulheres e adolescentes” (BRASIL, 2011a, p. 69).

Sobre a questão da humanização do atendimento, em 2005, foi criada a Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento, depois de muitos embates entre as feministas e o governo para implantar um atendimento humanizado para as mulheres nos serviços públicos de saúde, tanto para os processos de parto quanto de abortamento. Em 2011, foi publicada uma segunda edição dessa norma técnica (BRASIL, 2011b).

A questão da interrupção da gravidez por anomalias fetais, mais exclusivamente, por anencefalia, foi um dos assuntos mais discutidos, em 2004, que originaram enorme repercussão tanto na mídia quanto em diversos espaços da sociedade.

À época, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, autorizou, em 01 de julho de 2004, a interrupção da gravidez de feto anencefálico. Essa liminar dispensava a autorização judicial para realizar o aborto no caso específico, inclusive desobrigando os profissionais de saúde a exigirem tal autorização. Do mesmo modo, tanto os profissionais de saúde como as gestantes não seriam penalizados legalmente, uma vez que, de acordo com o Código Penal, o aborto é classificado como “crime contra a vida” (PORTO, 2009, p. 71) (Grifo da autora).

O reconhecimento do direito à saúde e à liberdade da mulher – ou do casal – em continuar ou não com a gravidez era um dos principais objetivos desse documento. Entretanto, a isenção de

autorização judicial para a realização do aborto de anencéfalos foi garantida a partir de 2012.

Como a interrupção da gravidez de fetos incompatíveis com a vida não está prevista no Código Penal, até 2012, esse procedimento só era viável mediante liminar judicial. A partir daquele ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a antecipação terapêutica do parto poderia ser realizada legalmente, sem a necessidade de autorização da Justiça (MORTEJARO, P. K.; SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. C., 2021, p 01).

Em 2006, o aborto, mesmo colocado em discussão, não foi prioridade nas instâncias do governo federal, provavelmente por ter sido ano eleitoral. O debate sobre o aborto foi retomado com ênfase em 2007, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília, quando foi feita uma advertência para que o Projeto de Lei elaborado pelo Grupo Interministerial fosse reapresentado ao Congresso pelo Poder Executivo. Nessa conferência, as participantes solicitaram “tratamento médico qualificado e humanizado na área obstétrica para mulheres que optarem pelo procedimento, ainda que ele não esteja previsto em lei” (PORTO, 2009, p. 75).

O II PNPM apresenta, como uma das prioridades, no Capítulo 3, denominado ‘Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos’, “promover a assistência obstétrica qualificada e humanizada, especialmente entre as mulheres negras e indígenas, incluindo a atenção ao abortamento inseguro, de forma a reduzir a morbimortalidade materna” (BRASIL, 2008, p. 81). Porém, enquanto os movimentos feministas exigiam o aumento e a legitimação dessas leis, alguns deputados concebiam alternativas mais restritivas para a questão do aborto. Nesse contexto, em dezembro de 2007, foi elaborado um projeto intitulado ‘Bolsa estupro’, que objetivava combater a prática do aborto em gestações provenientes

de estupro, pagando um salário mínimo para a mãe do indivíduo gerado em situação de estupro, até os 18 anos. “Muitas feministas tomaram isso como uma afronta aos direitos humanos e reprodutivos das mulheres por acreditarem que essa decisão poderia estimular as vítimas a desistirem de seus direitos” (PORTO, 2009, p. 75). O projeto, portanto, foi removido da pauta de discussão.

Em 2007, no contexto do Poder Legislativo, o aborto esteve em debate por meio do PL 1.135/1991, que descriminalizava o aborto. É importante mencionar que, em 2008, esse projeto foi rejeitado três vezes, e em 2011, foi arquivado pela Câmara dos Deputados (PORTO, 2009). Em 2007, também, foi apresentado um Projeto de Lei, o PL 478/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro, objetivando garantir proteção integral ao nascituro e proibir a pesquisa com células-tronco embrionárias no país. Em seu formato inicial, o PL 478/2007 proibia o aborto em todas as circunstâncias e tornava mais rígidas as penas para a mulher que abortasse e a pessoa que fizesse o procedimento, propondo mudanças mais restritivas na legislação. Esse PL passou por várias mudanças e, até o ano de 2015, não havia sido aprovado (MORTELARO, P. K.; SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. C., 2021).

Porto (2009, p. 76) menciona que, no ano de 2008, foi divulgada “por jornais de circulação nacional a criação de uma ‘CPI do Aborto’ pelo presidente da Câmara dos Deputados, com o objetivo de investigar a prática de aborto clandestino”. Na época do ocorrido, movimentos feministas e de mulheres foram contrários à CPI, por considerá-la reacionária e ilegítima.

Em 2011, foi realizada a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo resultado foi o III PNPM, publicado em 2013. No Capítulo 3 desse PNPM, cujo título é ‘Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos’, não encontramos referência à assistência ao abortamento inseguro, apesar de seu texto informar que “a Conferência Mundial sobre Mulheres (Beijing, 1995) apontou para a eliminação de leis e medidas punitivas contra as mulheres que tenham se submetido a abortos ilegais, garantindo

o acesso a serviços de qualidade para tratar das complicações derivadas destas situações” (BRASIL, 2013, p. 31). Há, apenas, no referido documento a menção de “disponibilizar e ampliar os serviços de atenção integral à interrupção da gravidez nos casos previstos em lei” (BRASIL, 2013, p. 32). Ora, no texto do PNPM/2013, percebe-se um retrocesso por não existir nele citação da prioridade e/ou meta relacionada à atenção ao abortamento inseguro, como no caso do I PNPM do ano de 2004 e do II PNPM do ano de 2008, visto que podemos incluir, nesse caso, os abortos realizados clandestinamente.

Em 2014, foi criada a Portaria n° 415/2014, do Ministério da Saúde, objetivando normatizar os três tipos de aborto permitidos em lei. Tal Portaria criou e regulamentou o procedimento do aborto legal dentro da rede do SUS, como, por exemplo, a definição de custos e a padronização de normas, solicitações e autorizações. Segundo esse documento, não é preciso autorização judicial para a prática do aborto legal. Portanto, todos os procedimentos de aborto legal devem ser oferecidos gratuitamente pelo SUS, razão por que cada um desses casos deverá ser regulamentado pelo Ministério da Saúde para o amplo atendimento das gestantes que têm direito a esse recurso (BRASIL, 2014).

De 2014 até o ano em que este texto foi escrito – 2021 - muita coisa mudou no contexto brasileiro, no que se refere aos caminhos trilhados pela gestão pública em nível federal, que influenciaram fortemente o direcionamento das políticas públicas voltadas para as mulheres. Através do golpe parlamentar contra a então Presidente, Dilma Rousseff, do PT, em 2016, e a perseguição política ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e candidato às eleições de 2018 (que culminou na sua prisão), grupos conservadores e militares assumiram o poder central imprimindo um retrocesso no diálogo entre o governo e os movimentos feministas, em especial, no que diz respeito à questão do aborto.

Só para se ter uma ideia do que aconteceu com a SPM (até então, um canal de comunicação bastante explícito com o movimento de

mulheres, posto que sua última ministra, no governo do PT, era a histórica feminista Eleonora Menicucci), depois da posse de Jair Bolsonaro, em 2018, passou a ser denominada de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando de uma pastora evangélica. Com a gestão da nova ministra, foram canceladas as conferências municipais, estaduais e federais de políticas públicas para as mulheres e reforçada a pauta conservadora antiabortiva.

Ressalte-se, contudo, que consideramos inoportuno aprofundar as mudanças ocorridas na gestão pública depois da ascensão do grupo conservador, pois o contexto histórico que embasou as falas das/os enfermeiras/os entrevistadas/os, que serão refletidas no próximo tópico, foram anteriores a esse acontecimento. Conforme já enfatizamos, o recorte temporal da coleta de dados da pesquisa que subsidiou a confecção deste capítulo se deu no período de 2014 a 2015.

O aborto na abordagem das/os enfermeiras/os nas Unidades Básicas de Saúde (UBS)

Para situar melhor o/a leitor/a acerca da dinâmica dos serviços nas UBS, locus de atuação das/os enfermeiras/os agentes da pesquisa, faremos uma breve introdução sobre as diretrizes da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) no âmbito do SUS. Para isso, utilizaremos como base de reflexão o texto da PNAB publicado em 2012, que era o documento vigente no momento da pesquisa⁵².

Segundo o citado texto, a atenção básica necessita ser desenvolvida com descentralização e capilaridade e ocorrer no local mais próximo da vida das pessoas. Ela deve ser o contato preferencial das/os usuárias/os, a principal porta de entrada e o centro de comunicação com toda a rede de atenção à saúde do SUS, incluindo o

52 Em 2017, após o golpe parlamentar e tendo como presidente da República Michel Temer, foi editada a Portaria nº 2.436 (BRASIL, 2017) que revisou as diretrizes para a organização da atenção básica.

sistema de referência para os demais níveis de complexidade (média e alta). “Por isso, é fundamental que ela se oriente pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social” (BRASIL, 2012, p. 9).

Dentre os princípios e as diretrizes da PNAB, encontramos a alusão de que as UBS devem

se organizar para assumir sua função central de acolher, escutar e oferecer uma resposta positiva, capaz de resolver a grande maioria dos problemas de saúde da população e/ou de minorar danos e sofrimentos desta [...], ainda que esta seja ofertada em outros pontos de atenção da rede (BRASIL, 2012, p. 20).

Fica evidente a indicação das UBS como o ponto de partida para a gestão do cuidado integral da/o usuária/o no conjunto da rede de atenção à saúde do SUS. A esse respeito, a PNAB destaca:

As Redes de Atenção à Saúde constituem-se em arranjos organizativos formados por ações e serviços de saúde com diferentes configurações tecnológicas e missões assistenciais, articulados de forma complementar e com base territorial, e têm diversos atributos, entre eles, destaca-se: a atenção básica estruturada como primeiro ponto de atenção e principal porta de entrada do sistema, constituída de equipe multidisciplinar que cobre toda a população, integrando, coordenando o cuidado e atendendo às suas necessidades de saúde (BRASIL, 2012, p. 25).

Nas falas de algumas/ns depoentes, no que diz respeito aos programas executados pela atenção básica voltados para a PNAISM,

encontramos a referência aos seguintes serviços: planejamento familiar, pré-natal, puerpério, prevenção do câncer de mama e uterino e prevenção de HIV/aids e das doenças sexualmente transmissíveis.

No referente ao processo de trabalho das equipes de atenção básica, a PNAB (BRASIL, 2012) assevera que é preciso fazer “o acolhimento com escuta qualificada, classificação de risco, avaliação de necessidade de saúde e análise de vulnerabilidade, tendo em vista a responsabilidade da assistência resolutiva à demanda e o primeiro atendimento às urgências” (BRASIL, 2012, p. 41).

Não é atípico que as/os profissionais de saúde, incluindo os que trabalham nas UBS, encontrem, em seu cotidiano de trabalho, situações relacionadas ao aborto - natural ou provocado - ora pelo processo de abortamento já em andamento ora pelo pedido de auxílio à prática do aborto por parte das usuárias do serviço.

Como já referimos, entrevistamos 17 enfermeiras/os e verificamos que a maioria das/os entrevistadas/os são cristãos e apenas uma, apesar de indicar que acredita na existência de Deus, informou não ter religião. Assim, 11 entrevistadas/os eram católicas/os, 04 evangélicas, 01 espírita, e 01 não tinha religião. Estamos mencionando a religião das/os entrevistadas/os por entender que os posicionamentos “radicais” em defesa da vida, que impossibilitam o direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada, são fundamentados, geralmente, em concepções religiosas. A idade variou entre 23 e 57 anos, com prevalência da faixa etária entre 31-39 anos. Em relação ao gênero das pessoas entrevistadas, somente uma era do gênero masculino, o que corrobora o hegemonicamente estabelecido na cultura brasileira de serem alocadas ao feminino as profissões relacionadas ao cuidado.

Quanto à formação acadêmica, todas/os informaram que tinham Bacharelado em Enfermagem, sendo que 14 tinham algum tipo de pós-graduação *lato sensu*, principalmente especialização em Saúde da Família ou Saúde Coletiva, 01 estava concluindo a

especialização em Gestão em Saúde, e outra cursando pós-graduação *stricto sensu*, nesse caso, Mestrado em Ciências da Saúde.

No roteiro da entrevista semiestruturada, perguntamos às/ aos enfermeiras/os se atendiam a usuárias em processos de abortamento e como lidavam com isso, ou seja: se mulheres com indícios de abortamento procuravam as UBS e quais os procedimentos e os encaminhamentos tomados pelas/os enfermeiras/os para atendê-las.

Das 17 pessoas entrevistadas, somente 02 enfermeiras informaram nunca ter atendido nas unidades de saúde onde trabalhavam algum caso de mulher grávida apresentando suspeita de abortamento (01 de Cajazeiras e 01 de Campina Grande). A maioria das/os demais enfermeiras/os que positivaram ter recebido mulheres com suspeitas de abortamento indicaram ser, majoritariamente, casos de abortos espontâneos.

Relatando acerca de abortos espontâneos, as/os entrevistadas/os informaram que as usuárias procuravam assistência na UBS quando acontecia uma hemorragia ou alguma dor. Geralmente eram grávidas acompanhadas pelo pré-natal e que desejavam a gravidez.

Já, já teve, mas ela estava gestante. Fazendo pré-natal, era uma gravidez desejada. Mas aí abortou (Enfermeira de Cajazeiras).

Já. Elas vêm. Natural [referindo-se ao aborto espontâneo]. Quando elas querem a gravidez elas vêm (Enfermeira de João Pessoa).

Quando está em abortamento? Tem, às vezes, assim, inicialmente é um deslocamento de placenta, uma dor. Elas procuram mais por uma queixa de dor ou sangramento. [...]. É mais assim, esses abortamentos (Enfermeira de Patos).

E aborto espontâneo, assim, de vez em quando chega uma, mas, assim, como fala, a via de regra, geralmente, quando elas têm esse aborto é procurar logo a maternidade. Elas só vêm na unidade relatar o que aconteceu (Enfermeira de Campina Grande).

A última fala reportou que as usuárias não procuravam as UBS quando estavam no processo do abortamento espontâneo e que deveriam se dirigir diretamente às maternidades sem procurar a interlocução com as UBS. Indicou que essas mulheres só informavam às UBS a vivência do aborto depois de ocorrido o caso.

Em relação ao aborto provocado, encontramos uma diversidade de respostas das/os enfermeiras/os. Um bloco de entrevistadas/os afirmou nunca ter atendido usuárias que estivessem vivenciando abortamento induzido, que só souberam do aborto depois do procedimento e que elas não procuravam a UBS.

[..] De chegar aqui com indício de aborto, não. Eu já vi assim, de algumas chegarem e contar que fez [aborto provocado] (Enfermeira de Cajazeiras).

Não apareceu na unidade com indícios, não. Geralmente já é quando aconteceu o fato. Elas não vêm aqui. [...]. Mas quando a gestante inicia o pré-natal aqui, ou até mesmo durante a consulta no citológico, que eu tenho que perguntar a história da mulher, quando ela relata aborto eu procuro perguntar também se foi provocado ou espontâneo. Algumas até diz: 'olha, eu não vou mentir não, foi provocado'. Outras diz: 'não, não, não, não tomei nada não'. Mas de qualquer forma eu procuro saber a história daquela mulher (Enfermeira de Campina Grande).

Vem não. E as que tiveram problema passam direto pra Cândida Vargas. E tem umas que se... Agora já atendi uma que já tinha colocado (Cytotec), que tava com suspeita, e essa inclusive tava com uma certa resistência de ir pra maternidade (Enfermeira de João Pessoa).

Uma enfermeira de Campina Grande argumentou que as mulheres em processo de abortamento induzido não procuravam os serviços públicos de saúde, incluindo as UBS, devido ao fato de o aborto provocado ser ilegal na legislação brasileira.

[...] Já tivemos casos de aborto aqui mais conhecidos..., espontâneos. Provocados eu não tenho muita notícia justamente por isso, por conta que elas sabem..., acho que elas sabem que é ilegal, ainda (Enfermeira de Campina Grande).

Outro bloco de entrevistadas/os informou que era raro a mulher que estava vivenciando abortamento induzido procurar a unidade de saúde.

O índice acontece, não com tanta frequência. Nós não temos tanta frequência (Enfermeiro de Cajazeiras).

Não, é difícil. É difícil esses relatos. Eu tive só..., eu acho que nesses três anos que eu tô aqui, um caso, só assim de tentar..., agora conversa de..., como se diz, de vizinhos, né? A gente também não levou em conta porque não sabe realmente, a mulher nunca chegou pra dizer nada. É conversa de vizinho (Enfermeira de Patos).

Poucas, poucas, muito poucas. Espontâneo é mais comum, né? Que a gente sabe que elas têm medo, têm vergonha [...], precisam fazer um procedimento. Mas esses anos que eu trabalho acho que peguei uns três, quatro casos, que elas tiveram coragem mesmo, né? Na hora que elas engravidam novamente, que a gente vai pra a anamnese, elas: 'eu já provoquei aborto, e tal (Enfermeira de João Pessoa).

Contrariamente à posição de informar que as usuárias que provocam aborto procuram pouco a UBS, encontramos depoimentos que relataram situações em que houve bastante atendimento às mulheres em processo de abortamento induzido.

Já, muitos. Aqui tem uma incidência muito alta de meninas novas que engravidam e por motivo de arrependimento acabam fazendo essas tentativas. Uns com sucesso outras não. [...]. É, normalmente quando é pra iniciar o pré-natal, que elas procuram e diz que fez a tentativa, sem sucesso. E outras que tão com início de aborto, elas não falam, apenas referem

que tão com determinado sintoma que a gente enquadra como sendo suspeito e encaminha pra maternidade, né? e lá é feito o procedimento, a verificação do que seria realmente, né? Mas, normalmente, elas têm vergonha, não referem o problema. Mas, pela clínica, em geral, a gente consegue identificar e faz esse encaminhamento. Que geralmente é sangramento, dores, e a gente encaminha logo pra o serviço (Enfermeira de Patos).

Já chegou relatos de tentativas frustradas. Iniciou o pré-natal com mais de quatro meses, no caso, né? e disse que tinha tomado medicamento... [...] Ela tava muito constrangida, nervosa, aí disse que tinha tentado através de um medicamento e não tinha conseguido, de chás, e aí a gente encaminhou. Aí ficou uma consulta aqui, uma consulta no ISEA. Tá sendo como alto risco. Mas ainda não chegou o período não [de parir] (Enfermeira de Campina Grande).

Aqui o que mais se tem é aborto provocado [...]. Tem. E engravidam e quando descobrem que tá grávida fica escondendo da gente. Somem. É uma dificuldade que a gente também tem de captar a gestante no primeiro trimestre, porque o primeiro trimestre é o trimestre que elas tão tentando matar. [...]. É, é. Dessas meninas que se envolve com pessoas viciada, drogada, também e esconde porque elas não querem nem que os pais saibam, né? Aí fica escondendo. [...]. Porque elas acham que se a gente souber vai contar aos pais, porque muitas são de menor, 12 anos, 13 anos, 14 anos, 11 anos [enfocando a última idade em tom de indignação]. Aí fica escondendo... E os parceiros paga pra comprar o Cytotec. Aí elas tomam e coloca na vagina. Já atendi, sim, mulheres que colocou tanto Cytotec na vagina que feriu o colo do útero dela todinho que infeccionou. Chegou aqui com um mal cheiro horrível pra mim fazer o citológico, pra atender, né? (Enfermeira de João Pessoa).

Em relação à procura de informações sobre métodos abortivos, somente 02 enfermeiras confirmaram ter atendido a usuárias que procuraram as UBS solicitando informação sobre como abortar: “Já

vieram me procurar perguntando pra mim orientar que remédio tomar pra abortar” (Enfermeira de João Pessoa). Porém, a enfermeira informou que não podia fazer essa indicação.

Se muito aconteceu foram duas ou três vezes que alguém chegou pedindo..., perguntando o que era que fazia pra abortar. Primeiro que eu acho que elas sabem que é ilegal, então elas fazem realmente isso na clandestinidade. Muitas vezes elas chegam pedindo pílula do dia seguinte, né? (Enfermeira de Campina Grande).

As enfermeiras de Campina Grande, Cajazeiras e João Pessoa informaram que as UBS disponibilizavam, na época da pesquisa, a pílula do dia seguinte. Já as enfermeiras de Patos não trataram desse assunto.

Nos casos de aborto induzido, vimos que foi mais frequente as usuárias dizerem que já vivenciaram o aborto provocado ou que procuraram a unidade depois de tomar a iniciativa de utilizar algo para o início do abortamento, mas foi muito raro pedirem orientação às/aos profissionais sobre formas de como abortar. Segundo uma enfermeira de Campina Grande, “De perguntarem, não. Só tiveram coragem de dizer que tinham feito”.

No que se refere aos procedimentos e aos encaminhamentos feitos pelas/os enfermeiras/os quando atendiam a mulheres em situação de abortamento, a conduta adotada, via de regra, era encaminhar para o nível de complexidade da rede de atenção, que tem condições de solucionar o problema de saúde, ou seja, a maternidade. Entretanto, as respostas variaram na forma como as usuárias eram abordadas. Em algumas situações, simplesmente consistia em proceder o encaminhamento para a maternidade. Vejamos as respostas que sinalizaram nessa direção:

No caso, quando chegou aqui, ela não era nem da área [referindo-se ser usuária de demanda espontânea], ela já chegou passando mal, não tinha nem como ir pra maternidade. Ela

veio, veio pra cá. Aí daqui foi uma mão de obra pra poder encaminhar ela pra maternidade. [...] A gente só fez encaminhar. E levou ela pra maternidade (Enfermeira de Cajazeiras).

Aí, muita gente procura logo a maternidade porque é pertinho. A maternidade é dobrando aqui. Aí, muitas vezes não vem nem pra cá, vai logo direto pra lá (Enfermeira de Patos).

[...] Até um sangramentozinho, né?, e aí a gente encaminha; a gente detectando que ela é uma gestante, aí a gente já encaminha por ISEA (Enfermeira de Campina Grande).

A gente encaminha pra maternidade. Se ela tiver com sangramento na mesma hora a gente já faz o encaminhamento, ela já vai (Enfermeira de João Pessoa).

Em outras situações de atendimento, a abordagem às usuárias demonstrou mais acolhimento e cuidado no trato com a questão do aborto.

Ela veio, pediu sigilo, e eu orientei ela pra procurar um..., porque ela tem que ir pra um, pra um...[...] Ela tinha que ir, [...] ir até a maternidade pra eles fazerem o exame, avaliarem pra ver como é que tá. E aí ela veio pra médica, pra falar com a médica, achando que a médica teria uma posição mais concreta do que ela faria. [...]. Ela ficou com muito medo, né, de se..., de acarretar alguma questão judicial pra ela, mas aí parece que ela foi, fez um ultrassom e deu tudo certo (Enfermeira de Cajazeiras).

É, ela chegou [...], normalmente elas me procuram, porque normalmente a médica tá cheia e tudo o mais, aí tem mais acesso a enfermeira. Aí relataram a questão de tá com o sangramento, cólica, fui até a médica, chamei, e aí ela foi e avaliou a paciente e solicitou o ultrassom pra avaliar, e identificando a necessidade ela é encaminhada pra maternidade pra fazer o procedimento lá, né? (Enfermeira de Patos).

E aí quando chega uma mulher com sinal de aborto elas são encaminhadas pra maternidade. Aí a gente liga pra maternidade, ou faz um encaminhamento por escrito, e ela vai pra maternidade. Se ela tiver abortamento [...] a gente tem que chamar o SAMU ou um carro de remoção pra levar (Enfermeira de Campina Grande).

A gente encaminha para a Cândida Vargas. [...]. E lá é dado o suporte, depois eles orientam, é fornecido um método, né? e eles orientam alguém pra cá pra dá continuidade (Enfermeira de João Pessoa).

Uma das enfermeiras entrevistadas em Cajazeiras explicou o motivo de encaminhar a mulher gestante com suspeita de abortamento para a maternidade. “É porque a gente, no posto, não tem como cuidar. Aborto a gente só encaminha pra maternidade”. Algumas enfermeiras também informaram que, nas consultas de pré-natal, as gestantes eram aconselhadas a, em caso de sangramento e de cólicas fortes, por exemplo, procurarem imediatamente a maternidade. Segundo a informante, era por esse motivo que a procura de socorro nas UBS de casos de suspeita de aborto era pouco frequente.

As/os enfermeiras/os entrevistadas/os de Cajazeiras informaram que, quando uma mulher gestante procurava o serviço em situação de abortamento, era encaminhada para a maternidade Deodato Cartaxo, em funcionamento na cidade. Em João Pessoa, as enfermeiras comunicaram que as encaminhavam para as Maternidades Cândida Vargas e Frei Damião. Em Campina Grande, para a Maternidade do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida/ISEA, e em Patos, para a Maternidade Peregrino Filho.

Na época em que a pesquisa estava sendo desenvolvida, os municípios pesquisados contavam com centros de referência especializados para atender às mulheres que sofriam violência sexual e com estrutura para atender os casos de aborto previsto em lei. Em João Pessoa, esses centros estavam alocados na Maternidade

Frei Damião e no Instituto Cândida Vargas; em Campina Grande, no Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA); em Patos, na Maternidade Peregrino Filho; e em Cajazeiras, no Hospital Regional que incorpora a Maternidade Deodato Cartaxo (DOSSIÊ..., 2012; FERREIRA *et al.*, 2015). Note-se que as/os enfermeiras/os de Cajazeiras fizeram referência à Maternidade Deodato Cartaxo, que está integrada ao Hospital Regional de Cajazeiras.

Uma enfermeira de Campina Grande informou que era possível “sentir” quando o aborto era espontâneo e não provocado. Segundo ela, geralmente a mulher que quer ter o bebê faz pré-natal e, quando perde (aborta espontaneamente), passa por uma espécie de luto: “Inclusive passam pela questão do luto, da perda, a gente nota, realmente, a tristeza por ter perdido a gravidez”.

Aldana e Schuck (2010), ao mencionar os dados de uma pesquisa realizada com plantonistas de uma maternidade pública, concluíram que os casos de aborto provocado podem ser detectados, “baseando-se na percepção que se faz da reação emocional da usuária, a pouca presença de familiares e de idade da mulher” (ALDANA; SCHUCK, 2010, p. 23).

Se refletirmos sobre esse tipo de preocupação das/os profissionais em tentar perceber se o aborto foi induzido ou não, fica evidente o ranço discriminatório em relação ao aborto provocado. Então, perguntamos: Para que interessa saber e ‘sentir’ se o aborto foi induzido ou espontâneo? Será que não é, exatamente, para tratar de forma diferenciada quem provocou o aborto?

Também foram relatados casos de mulheres que escondiam da equipe de saúde quando provocavam o aborto e sequer procuravam a maternidade para que fosse realizado o procedimento de curetagem. Essa não procura ocorria por medo de serem descobertas e, como consequência, maltratadas.

[...] Aí esconde, fica tentando matar, e eles compram medicação, Cytotec, que elas tomam. [...]. Não vai pra maternidade fazer curetagem. [...] E, assim, elas têm na cabeça também é

que se for pra um serviço de saúde vão maltratá-las porque ela tentou o aborto, entendeu? Muitas têm isso na cabeça (Enfermeira de João Pessoa).

Certamente esse “medo” tem explicação, porque o aborto provocado no Brasil, se não for considerado legal, é crime. Nesse sentido, as mulheres que provocam aborto geralmente não procuram as UBS nem ajuda em outras referências de saúde por medo de serem repreendidas e não entendidas. Vejamos, por exemplo, o modo como a enfermeira de João Pessoa falou do aborto: “[...] elas estão tentando matar”. Esse “matar”, acreditamos, na concepção dela, significa que estão tentando fazer alguma coisa errada, visto que matar, simbolicamente, é destruir, impossibilitar que alguém nasça para viver, assassinar, prática extremamente condenada em nossa sociedade.

Ainda em relação ao “medo” que as mulheres sentiam de procurar as maternidades para efetivar o abortamento, outra enfermeira de João Pessoa relatou o ocorrido com uma usuária que procurou atendimento inicial na UBS:

Agora, já atendi uma que já tinha colocado [Cytotec], que tava com suspeita e essa inclusive tava com uma certa resistência de ir pra maternidade. [...] Falou que tinha colocado, que tava sentindo..., mas não tinha descido nada, e aí a gente pediu uma ultrassom, e depois ela disse que tava sangrando e o sangramento persistiu e aí a gente teve de convencer ela procurar a maternidade. Porque o problema dela de ir para a maternidade é porque o pessoal fica discriminando, não é? São agressivos, né? (Enfermeira de João Pessoa).

É correto afirmar que o aborto efetivado em circunstâncias de risco regularmente é acompanhado de complicações graves, intensificadas pelo fato de a maioria das mulheres não compreender esses sinais e demorem a procurar os serviços de saúde, em cuja

maioria não há profissionais de saúde capacitados e sensíveis para esse tipo de assistência.

Apesar de o aborto efetivado em situações inseguras representar uma das principais causas de morte materna no país e ser motivo de preconceitos e de violência institucional contra as mulheres nos serviços de saúde, pouco se faz para impedir que esse ato se repita, visto que as mulheres que apresentaram problemas de aborto estão entre as pacientes mais ignoradas em relação aos cuidados de promoção da saúde reprodutiva.

Segundo estudos de Soares, Galli e Viana (2010) e Rabay e Soares (2008), realizados na Paraíba, o cenário de criminalização do aborto no Brasil tem repercutido na atenção às mulheres nos serviços de saúde, que, às vezes, são submetidas a ações discriminatórias, punitivas e negligentes por parte das/os profissionais de saúde.

É importante ressaltar os preceitos de humanização previstos nas normatizações legais do Ministério da Saúde que balizam os atendimentos nos casos de abortamento. Dentre os indicadores de efetividade da atenção humanizada ao abortamento, presentes na PNAISM (BRASIL, 2011a) e na Norma Técnica de Atenção Humanizada ao Abortamento (BRASIL, 2011b), encontra-se o acolhimento como um dos requisitos essenciais. Trata-se de acolhimento amigável, com orientação e busca de soluções, escuta qualificada, sem pré-julgamento ou imposição de valores, garantia de participação das usuárias em processos de decisão nos momentos do atendimento, tratamentos necessários, disponibilidade de insumos, equipamentos e materiais educativos, entre outros.

A PNAISM (BRASIL, 2011a) alerta que humanizar e qualificar a atenção em saúde implica aprender a compartilhar saberes e reconhecer direitos, considerando a multiplicidade de fatores que envolvem as condições sociais, raciais, éticas, culturais e de gênero, a trajetória de vida e os direitos das usuárias no processo de atenção à sua saúde.

A humanização e a qualidade da atenção incluem não apenas aspectos que envolvem a disponibilidade de recursos tecnológicos

e resoluções de problemas, mas também tratamento benéfico e, sobretudo, amigável (BRASIL, 2011a). A qualidade e a humanização são processos indissociáveis na atenção em saúde das mulheres. No que diz respeito ao abortamento, tais processo devem obter maior vigilância por parte das/os profissionais da saúde, implicando em posturas de acolhimento, em procedimentos clínicos e encaminhamentos baseados nos direitos humanos das mulheres.

O despreparo de algumas/ns profissionais entrevistadas/os, no que se refere aos processos de humanização com o atendimento em situações de abortamentos provocados, chegou ao nível de desprezitar seus códigos de ética e ferir a legislação vigente. Caso emblemático foi o relatado por uma enfermeira de João Pessoa, que afirmou ter sido “intimada” pela equipe de uma maternidade a verificar um caso de aborto.

Já teve uma que abortou na Cândida Vargas e chegou investigação pra mim sobre o aborto e ela até se chateou. Porque eu recebi da Cândida Vargas e eu tinha que investigar, né? E ela achou que era invasão da privacidade dela. Mas eu recebi. A Cândida Vargas mandou pra investigar, que foi provocado. Ela chegou lá, com quase cinco meses. Um parto já, né? Um parto.

Essa enfermeira considerou correta a solicitação da maternidade, visto que, segundo ela, “aborto com cinco meses de gestação é um crime”. Conforme seu depoimento, concluiu a investigação e encaminhou o resultado para a Secretaria de Saúde.

Segundo o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, em seu Cap. V, Art. 45, em relação à prática abortiva realizada por profissionais de Enfermagem, eles são proibidos de provocar aborto ou cooperar em prática destinada a interromper a gestação. Porém, isso não os impossibilita de guardar sigilo e confidencialidade diante de práticas de aborto induzidas (BRASIL, 2000).

Outro caso que retrata o descuido em relação ao atendimento humanizado das/os profissionais de saúde com o trato da questão

do aborto induzido, bem como o desrespeito com as decisões e as situações de vida das mulheres, foi demonstrado no depoimento a seguir, que ilustra a posição da enfermeira de “convencer” a usuária a não abortar.

Eu peguei um caso no ano passado, um casal, ano passado, a mulher já tinha provocado cinco abortos e tava na sexta gestação. E esse ela conseguiu. Mas foi um trabalho bem difícil assim. Eu fiquei muito feliz porque ela teve o bebê. O bebê tá lindo, assim. E ela tinha uma coisa dela, assim, e não queria. Ela não queria ser mãe. E eu: ‘mulher, vai ser maravilhoso ter um bebê...’ Essa pessoa é do interior, aí ela disse: ‘olhe, não vou mentir pra você...’. Aí eu disse: ‘olhe, fica aqui nessa sala entre nós’. ‘Eu já fiz cinco abortos provocados. E eu tô na sexta gravidez e não sei como é que vai ser’. Aí eu percebi já que ela tava querendo abortar novamente. E eu como profissional eu não posso nunca dizer que é certo ou errado. Mas eu, particularmente, eu prezo muito pela vida. Então, assim, o que eu puder fazer pra uma mulher não provocar o aborto eu vou fazer, tá entendendo? [...] Porque eu sou uma pessoa assim que luta pela vida, [...] eu não sou a favor do aborto, assim sabe? Tenho..., porque tenho os meus princípios, minha religião e tudo mais (Enfermeira de Patos).

É evidente o quanto o aspecto religioso interfere na execução das práticas de saúde pública, apesar de estar explícita na Constituição brasileira a natureza laica do Estado. Vale lembrar, ainda, o preconizado pela PNAISM em relação à humanização da atenção em saúde:

É um processo contínuo e demanda reflexão permanente sobre os atos, condutas e comportamentos de cada pessoa envolvida na relação. É preciso maior conhecimento de si, para melhor compreender o outro com suas especificidades e para poder ajudar sem procurar

impor valores, opiniões ou decisões (BRASIL, 2011a, p. 59).

Em relação aos serviços de referência do SUS para os casos de abortos previstos em lei, das 05 enfermeiras entrevistadas da cidade de João Pessoa, apenas 02 sabiam quais instituições de saúde atendiam a esses casos: a Maternidade Cândida Vargas e a Maternidade Frei Damião. No caso de Campina Grande, todas as enfermeiras entrevistadas desconheciam a existência de uma referência de saúde para atender aos casos de aborto previstos em lei, apesar de o ISEA ser referenciado para esse tipo de atendimento. Em Cajazeiras, além de não conseguirmos informações das/os enfermeiras/os sobre os encaminhamentos de abortos previstos em lei, elas/es não souberam informar se a Maternidade Deodato Cartaxo estava credenciada ou não para atendê-los. No caso de Patos, algumas enfermeiras sabiam da existência do serviço na Maternidade Pelegrino Filho, mas outras desconheciam totalmente o assunto.

Conforme se depreende do analisado nas falas das/os depoentes, prevaleceu pouca atenção para as questões relativas ao abortamento na dinâmica de atendimento das UBS, o qual era tratado como um serviço a ser referenciado para a alta complexidade do SUS, no âmbito das maternidades.

O desconhecimento da abordagem que garante o aborto legal da maioria das/os enfermeiras/os entrevistadas/os se choca com o contexto socioeconômico que rodeia as dependências físicas das UBS, considerando que, vocacionalmente, esses serviços de saúde são instalados, prioritariamente, em comunidades periféricas com altos índices de violência doméstica e casos de abusos sexuais⁵³.

Corroborando os achados de nossa pesquisa, no que se refere à dificuldade das/os enfermeiras/os que trabalham na porta de

53 A respeito dos índices de violência doméstica e de abusos sexuais entre usuárias das UBS dos municípios de Cajazeiras, Patos, João Pessoa e Campina Grande, Estado da Paraíba, ver Santiago (2021).

entrada do SUS, na atenção básica, de lidar com o aborto, o “Dossiê sobre a violência contra as mulheres” (DOSSIÊ..., 2012) evidencia, mais gravemente, muita dificuldade dos profissionais de saúde que trabalham nas maternidades referenciadas para atendimento de aborto legal em lidarem com o tema, ocasionando grande rotatividade dos mesmos, por não optarem por trabalhar com o tema. O serviço de referência ao aborto, geralmente, não é bem visto pela maior parte dos profissionais de saúde, o que prejudica a questão dos direitos humanos das mulheres, principalmente os direitos reprodutivos.

Algumas considerações finais

No Brasil, a proibição legal não impede a prática de aborto, ao contrário, reforça a clandestinidade e acontece em todas as classes sociais, com mulheres de diferentes faixas etárias. O aborto clandestino está estreitamente relacionado ao elevado índice de morbimortalidade materna. Quando a mulher realiza o autoaborto, a depender da técnica utilizada, também poderá colocar em risco sua saúde e sua vida.

Na estrutura hierarquizada da prestação de serviços do SUS, as UBS, como estratégia de atenção básica, não possuem os insumos e os equipamentos de referência para atendimento de média e alta complexidades, que envolvem processos em abortamento, que precisam ser encaminhados para as maternidades e/ou centros de referências para abortos previstos em lei. Contudo, como porta de entrada das usuárias no SUS, as UBS são responsáveis pelo planejamento reprodutivo, pelo pré-natal e pelo acompanhamento de puerpério relacionados à saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Sem dúvidas, as questões que envolvem abortamentos estão intimamente vinculadas à saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Essa abordagem, seguramente, faz parte do cotidiano das mulheres brasileiras.

Dos achados da pesquisa, verificou-se que a abordagem acerca do aborto não é tratada com o devido cuidado que merece pela maioria das/os enfermeiras/os entrevistadas/os. Essas/es depoentes disseram que informavam às gestantes que realizavam pré-natal que, em situações de abortamento, dirigissem-se diretamente às maternidades, já que as UBS não teriam condições de atendê-las. Relataram que as usuárias em processo de abortamento, via de regra, não procuravam atendimento nas UBS, e a incidência das que procuravam atendimento era incipiente. Essas/es profissionais, pelo menos, souberam indicar para quais maternidades as usuárias deveriam se dirigir em processos de aborto.

Ressalte-se, contudo, que um número ínfimo de informantes demonstrou escuta qualificada e acolhimento às mulheres em processos de aborto e encaminhamento adequado das usuárias para as maternidades. Conforme registrado nas análises, foram poucas/os as/os entrevistadas/os que informaram a preocupação em solicitar o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) para transportar a usuária, em acompanhar o processo com solicitações de ultrassonografia, em fazer contato com a maternidade antes de encaminhar a usuária e em ter o cuidado de acompanhá-la depois da contrarreferência da maternidade.

O descompromisso com a abordagem do aborto, na dinâmica de atendimento da maioria das/os enfermeiras/os, ficou evidenciado no não conhecimento da existência dos centros de referência especializados em atendimento de aborto previsto em lei nas cidades onde trabalhavam. Um número muito restrito de enfermeiras/os detinha esse conhecimento. Cabe destacar que a portaria que regulamenta o aborto legal no SUS foi publicada em 2014, data bem próxima do período de realização das entrevistas, o que implicaria as equipes das UBS terem a informação dessa nova portaria, porque, quando novas portarias são editadas, o Ministério da Saúde e as secretarias estaduais e municipais têm a obrigação de divulgá-las.

A partir dos depoimentos das/os enfermeiras/os, pode-se conjecturar que, quando as mulheres procuram um serviço de saúde

público em situações de abortamento induzido, vivenciam assistência não humanizada, pois, segundo essas/esses profissionais, elas sentiam “medo” de procurar por atendimento e, conseqüentemente, recusavam-se a buscar assistência quando se submetiam ao aborto provocado.

Apesar de existir uma normativa técnica que possibilita assistência humanizada ao abortamento, publicada em 2005, a maioria das/os entrevistadas/os encontraram dificuldades de legitimá-la e aplicá-la. É fundamental, então, resgatar o sentido do cuidado dispensado ao próximo, visto que a mulher que induz o aborto necessita de uma assistência de saúde livre de julgamentos, estigmas e críticas. Também se deve considerar a grande importância não somente da imparcialidade no atendimento à mulher que passou pelo abortamento como também o sigilo profissional e a confidencialidade.

Referências

ALDANA, M. V.; SCHUCK, A. L. Direitos reprodutivos: representações sobre aborto entre profissionais da estratégia de Saúde da Família e do Hospital Regional do Oeste. *In*: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2010. p. 19-28.

BARSTED, L. L. O movimento feminista e a descriminalização do aborto. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 397-403, 1997.

BARSTED, L. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil: 10 anos de luta feminista. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 104-130, 1992.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021

BRASIL. Conselho Federal de Enfermagem. **Resolução 240 de 2000**. Aprova o Código de Ética dos profissionais de Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436 de 21 de setembro de 2017**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Atenção à Saúde. **Portaria nº 415, de 21 de maio de 2014**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2014/prt0415_21_05_2014.html. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2013. Disponível em: <https://www.eletronuclear.gov.br/Sociedade-e-Meio-Ambiente/Documents/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política**

Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011a. Disponível em: https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção humanizada ao abortamento:** norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011b. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/254506/mod_resource/content/1/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: SPM, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília: SPM, 2004. Disponível em: <https://bvmsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

DOSSIÊ SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA PARAÍBA. **Movimento de mulheres e feministas na Paraíba.** João Pessoa, set. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20265.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FERREIRA, A. M. P. *et al.* **Mulheres em situação de violência:** olhares feministas sobre a rede de atendimento. João Pessoa: Ideia, 2015.

MARQUI, A. B. T. Anormalidades cromossômicas em abortos recorrentes por análise de cariótipo convencional. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 18, n. 2, p. 277-288, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/cQKfQ8JZ3d37dmmzCcHkWjp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.

MORTELARO, P. K.; SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. C. As mulheres como objeto das práticas jurídicas: uma análise do Projeto de Lei 478/2007. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 01-12, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/3094>. Acesso em: 16 dez. 2021.

OLIVEIRA, M. T. S. *et al.* Fatores associados ao aborto espontâneo: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 20, n. 2, p. 373-384, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/tX8xjD4L48d5wRfPnfY6Rk-F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.

PORTO, R. M. “**Aborto Legal**” e o “**Cultivo ao Segredo**”: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RABAY, G.; SOARES, G. S. O percurso da (des) Atenção ao abortamento. *In*: RABAY, G; SOARES, G. S. (org.). **Abortamento inseguro**: assistência e discriminação. João Pessoa: Marmesh, 2008. p.41-65.

SANTIAGO, I. M. F. L. Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 386-396, maio/jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/WqshfBQtDdxYM7jPyqBPMpv/>. Acesso em: 25 out. 2021.

SCAVONE, L. Políticas feministas do aborto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 16, p. 675-680, maio/ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200023>.

SOARES, G. S.; GALLI, M. B.; VIANA, A. P. de A. L. **Advocacy para o acesso ao aborto legal e seguro: semelhanças no impacto da ilegalidade na saúde das mulheres e nos serviços de saúde em Pernambuco, Bahia, Paraíba, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro**. Recife: Grupo Curumim, 2010.

VENTURA, M. **Direitos reprodutivos no Brasil**. 3. ed. Brasília: UNFPA, 2009.



ASSÉDIO SEXUAL NAS ESCOLAS: POSSO FALAR?

Vanessa Lemos de Toledo
Valéria Oliveira de Vasconcelos
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho traz alguns recortes de uma pesquisa de Mestrado em Educação⁵⁴, cujo objetivo principal foi o de identificar como estudantes de uma instituição de Ensino Técnico Integrado ao Médio do interior de São Paulo-SP percebem o assédio sexual na escola, visando propor ações por meio das quais se possa superar essa situação-limite. O conceito de situação-limite foi utilizado inicialmente por Álvaro Vieira Pinto, filósofo brasileiro que a entendia como uma barreira a ser ultrapassada:

Constitui-se socialmente uma “situação-limite” quando a comunidade, tangida pelo agravamento das condições reais de vida [...], é levada à consciência de si e entra em violento conflito com o mundo material onde se acha.

54 TOLEDO, Vanessa Lemos de. “Assédio sexual em ambiente escolar: possíveis contribuições da educação popular e pedagogias descoloniais e feministas”. Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), 2020.

Sociologicamente, o que se deve definir como “situação-limite” não é o fracasso, mas sim o protesto (VIEIRA PINTO, 1970, p. 284, *apud* OLIVEIRA; MOREIRA; GUZZO, 2014, p. 100, grifos do autor).

O autor enuncia que, em situações-limite, é recorrente observarmos formas diferentes de entender essa circunstância em uma mesma sociedade. Para Paulo Freire⁵⁵ (2017, p. 132), elas expõem a contradição da “contemporaneidade do não coetâneo”. Em outros termos, a consciência que se tem dessa realidade não é a mesma entre diferentes grupos sociais, espaços, tempos ou pessoas. E isso ocorre igualmente com o assédio sexual.

A motivação para a pesquisa partiu, principalmente, de relatos de alunas sobre casos de assédio sexual praticados em ambiente escolar. As estudantes geralmente procuravam a pesquisadora responsável (que atuava como docente na instituição) e narravam situações de assédio sexual que ocorriam na escola. Participaram do processo 256 estudantes, com idades que variaram de 14 a 18 anos. Os dados foram coletados de observações feitas nas rodas de conversa – anotadas em diários de campo – de questionários e de entrevistas e analisados com base em temas geradores⁵⁶: ‘Posso falar?’; ‘Para que falar?’; ‘Com quem falar?’.

Nós, autoras deste capítulo, buscamos desvelar como as relações de poder se mostram por meio do assédio sexual. Para isso “garimpamos”, nos depoimentos e nos dados qualitativos e quantitativos, traços elucidativos que entendemos como sintomas de

55 Neste texto, apesar de termos conhecimento das normas da ABNT, optamos por trazer os nomes próprios de autores e autoras na primeira vez em que aparecem como uma escolha política. A partir disso, seguimos as normas estabelecidas.

56 Para Freire (2018, p. 122), “[...] o tema gerador, como uma concretização, é algo a que chegamos através não só da própria experiência existencial, mas também de uma reflexão crítica sobre as relações homens/mulheres - mundo e homens/mulheres – homens/mulheres, implícitas na primeira”.

uma sociedade que, em sua essência, continua sendo patriarcal, sexista e machista.

2 A METODOLOGIA COMO ESTRATÉGIA DIALÓGICA⁵⁷

A investigação organizou-se como uma pesquisa-ação, delimitada em etapas configuradas ciclicamente e que possibilita propor novas ações, com o fim de estimular a elaboração de mais ciclos da investigação. Partindo de um problema concreto, foi dividida em cinco fases (THIOLLENT, 1986): diagnóstico, planejamento, pesquisa aprofundada, ação e avaliação. As rodas de conversa entremearam todas as fases da pesquisa, como um importante instrumento metodológico – coerente com as propostas da Educação Popular, que serviu de arcabouço teórico no processo – e se basearam no diálogo, na problematização e no compartilhamento de saberes e vivências.

É importante que se reconheça a Pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no decorrer do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação (TRIPP, 2005, p. 445).

Na pesquisa-ação, a identificação da realidade integra a fase diagnóstica, como afirma Valéria Vasconcelos (2006, p. 236), que esclarece: “Na fase de diagnóstico, o que se pretende é detectar

57 Dados os limites inerentes à escrita de um capítulo de livro, para detalhar bem mais a metodologia da pesquisa, sugerimos a leitura da dissertação de Toledo (2020).

os problemas concretos da realidade social em que estão inseridos os participantes da pesquisa, dentro de um espaço temporal específico”. Essa metodologia parte de uma situação concreta, que provoca inquietações, junto com os sujeitos, e os coloca como atores e atoras de uma transformação, para a qual é essencial a realização de uma(s) intervenção(ões), e a pesquisa-ação pode fornecer inúmeras possibilidades práticas para reflexão, conscientização e resolução de problemas. Freire (2017) salienta que a tomada de consciência possibilita que homens e mulheres se apropriem da realidade e percebam-se como sujeitos dela e, por isso, são capazes de transformá-la. Metodologicamente as rodas de conversa foram adotadas como principal estratégia de investigação, em que o planejamento, a proposição e a avaliação das ações foram promovidos por meio de diálogos, troca de experiências, saberes e produção de novos conhecimentos.

Na fase diagnóstica, alunos/as do Grêmio Estudantil foram convidados/as para participar da investigação. Logo nas primeiras rodas de conversa, foi proposta uma problematização sobre o tema ‘assédio sexual na escola’, com a finalidade de promover reflexões sobre como superar as aflições e os desconfortos que essa situação-limite pode proporcionar. A partir dessas discussões, a pesquisadora e os participantes elaboraram um questionário, que foi disponibilizado entre os meses de julho e agosto de 2019, via *google docs*, para, aproximadamente, 360 estudantes matriculados/as no Ensino Médio, e que foi respondido por 256. O instrumento continha 16 questões, com a pretensão de caracterizar os sujeitos e entender como os/as alunos/as percebiam o assédio sexual, de maneira geral, e, especificamente, em ambiente escolar. Posteriormente, em quatro momentos, foram realizadas entrevistas com nove estudantes, entre setembro e outubro de 2019.

Na fase da pesquisa aprofundada, analisamos, junto com os/as participantes, as informações coletadas e possíveis ações a serem desenvolvidas na escola, como dinâmicas de grupo, palestras, peças de teatro, entre outras. Os diálogos travados durante as rodas de

conversa viabilizaram a emergência dos temas geradores referentes à percepção da realidade.

Na fase de avaliação, averiguamos as ações implementadas e vislumbramos novas perspectivas tendo como base o conhecimento produzido no decorrer da pesquisa. As rodas de conversa permearam as cinco fases da pesquisa e ocorreram de setembro de 2018 a novembro de 2019, um total de 26 encontros.

Para Márcia Melo e Gilmar Cruz (2014), as rodas de conversa possibilitam um espaço de diálogo e a aproximação dos sujeitos para que reflitam sobre si mesmos e sobre o cotidiano escolar.

Rodas de conversa são ‘falas’ sobre determinados temas discutidos pelos participantes sem a preocupação com o estabelecimento de um consenso, podendo as opiniões convergirem ou divergirem, provocando o debate e a polêmica. Cabe ao mediador garantir a participação igualitária de todos, bem como atender aos critérios de estruturação da discussão (MELO; CRUZ, 2014, p. 33).

3 A ESTRUTURA PATRIARCAL COMO MARCA DA COLONIALIDADE

Em ‘O poder do macho’, a socióloga Heleieth Saffioti (1990) equacionou um nó que deve ser levado em conta quando queremos compreender a subalternidade feminina. A partir da colonização, as relações sociais hierárquicas da modernidade colonial se espraiaram pelo continente sul-americano e naturalizaram práticas de dominação-exploração que foram se estabelecendo no decorrer da simbiose entre capitalismo, racismo e patriarcado (SAFFIOTI, 1990). Para a socióloga, o patriarcado e o racismo são sistemas de dominação-exploração anteriores ao capitalismo, mas que foram se fundindo historicamente e “se transformaram, através desse processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui

denominado de patriarcado-racismo e capitalismo” (SAFFIOTI, 1990, p. 60). A autora enuncia que as estratégias de luta contra as desigualdades devem desatar o “nó” entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, a fim de minar a potência da força imposta pela fusão desses três esquemas de dominação-exploração.

Assim, como sistema de dominação-exploração anterior ao capitalismo, o patriarcado é construído historicamente e transformado (funde-se ao racismo e ao capitalismo), a fim de garantir poder ao homem, ao macho. Nesse sentido, devemos conceber o patriarcalismo e sua origem inescapavelmente ligados à origem do monoteísmo.

3.1 PATRIARCADO E MONOTEÍSMO

Rosalind Miles, historiadora americana, afirma, em sua obra ‘História do mundo pela mulher’, que as religiões anteriores ao judaísmo cultuavam deusas e deuses. Uma dessas deusas era considerada suprema. Em muitas sociedades, as mulheres eram divinizadas por sua capacidade de gerar bebês, mas esse verdadeiro milagre não fazia com que dominassem os machos. Segundo Gerda Lerner (2019), evidências arqueológicas indicam registros de sociedades matrilocais ou matrilineares, e não, sociedades matriarcais.

Penso que só podemos falar em matriarcado quando as mulheres têm poder *sobre* os homens, não ao lado deles; quando esse poder inclui o domínio público e as relações exteriores, e quando as mulheres tomam decisões essenciais não apenas para seus parentes, mas para a comunidade [...] esse poder deveria incluir a definição de valores e sistemas explicativos da sociedade, bem como a definição e o controle do comportamento sexual masculino. Pode-se observar que defino o matriarcado como a imagem refletida do patriarcado. Segundo essa

definição, eu concluiria que nunca existiu uma sociedade matriarcal (LERNER, 2019, p. 59, grifo da autora).

A autora analisa que o patriarcado remonta há mais de quatro mil anos, no Antigo Oriente Próximo, em que a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres foram sendo apropriadas pelos homens, antes da instituição da propriedade privada e do estabelecimento das classes sociais. A historiadora austríaca explica que os homens, originalmente, aprenderam a exercer a dominação praticando-a sobre as mulheres do próprio grupo e que, no processo de formação dos Estados arcaicos, elas passaram a ser classificadas como “respeitáveis” e “não respeitáveis”, de acordo com sua subordinação sexual. Nessa conjuntura, os vínculos sexuais que uma mulher mantinha com um homem definia sua classe. Lerner (2019) explica que, mesmo depois da dominação sexual e econômica a que as mulheres foram subordinadas, no campo espiritual, mantiveram-se as divindades femininas, a figura da Deusa-mãe ainda era venerada, e a fertilidade era reverenciada como força mística pujante. Com o monoteísmo hebraico e o desenvolvimento das religiões judaico-cristãs, houve a substituição da Deusa-mãe com a instituição de um único Deus, masculino, soberano e onipotente, que consolidou a posição subordinada da mulher e a quebra de seu vínculo simbólico com o divino. O cristianismo atribui o controle da sexualidade e da procriação feminina a Deus, sendo que “o único acesso das mulheres a Deus e à comunhão sagrada é na função de mãe” (LERNER, 2019, p. 35).

Não importa quem veio primeiro, o patriarcado ou o monoteísmo, uma vez que são fenômenos inerentes um ao outro. Ao proclamar o homem criado à imagem e à semelhança de um Deus onipotente, e a mulher saída de uma costela, o judaísmo decretou a inferioridade e a culpa da mulher, que resultou em sua desvalorização.

O cristianismo primitivo suavizou o patriarcado, mas Paulo, um fariseu convertido⁵⁸, fortaleceu as relações de poder patriarcais e reforçou a submissão como característica “natural” das mulheres. Meninos criados em famílias cuja religião deriva do judaísmo do Velho Testamento provavelmente estão impregnados de uma “visão de mundo” que os valoriza e os livra do pecado, já que ele veio de Eva quando seduziu Adão no jardim do Éden e o fez perder o paraíso. Ainda que sejam marcados e pressionados pelo processo ideológico, o que também oprime os homens, esse mesmo processo os deixa livres para assediarem as meninas.

3.2 PATRIARCADO E CAPITALISMO

O colonialismo empreendido pelos europeus, no que se convencionou chamar de América Latina, foi uma estratégia de acumulação capitalista, mas que também introduziu o cristianismo em nosso continente por meio das missões jesuíticas, atrelando interesses religiosos aos econômicos e sociais. A utilização da mão de obra do povo indígena e negro escravizado nas colônias perpetrou os territórios e os imaginários coloniais e reproduziu uma classificação social de matriz eurocêntrica, que forjou o critério da raça para hierarquizar povos e naturalizar relações de opressão e de violência, tendo como norma o padrão europeu branco, masculino, cis-heteronormativo e cristão.

A mundialização do capitalismo – o qual, como se sabe, liberta, escraviza e oprime, conforme os interesses da acumulação – expresso, nas últimas décadas, pelo processo de globalização, naturaliza as diferenças como gênese das desigualdades sociais,

58 Essa observação se refere a uma famosa passagem da Bíblia, ocorrida na estrada de Damasco, depois da morte de Cristo, a quem Paulo não conheceu. Nessa ocasião, Deus perguntou: “Saulo, Saulo, por que me persegues?”. Depois disso, ele se converteu ao Cristianismo e se tornou um dos mais importantes divulgadores dessa doutrina, com o resgate dos valores machistas do Judaísmo.

buscando desumanizar grupos que não correspondem às normas deferidas pela ideologia dominante, com o fim de dar algum sentido ético a diversas formas de invisibilização, exclusão e violência.

As relações de poder estabelecidas pelo patriarcado subjagam as mulheres e hierarquizam os gêneros⁵⁹, substanciando a primazia masculina por meio da padronização de normas de comportamento, incluindo posturas naturalizadas como masculinas, e outras, como femininas. Nesse contexto, a escola pode ser um espaço de reprodução de relações de poder que, quando atravessadas pela colonialidade, naturalizam opressões normatizadas pela lógica capitalista, que é racista e patriarcal.

3.3 A LÓGICA DA COLONIALIDADE

O conceito de colonialidade foi cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e vem sendo utilizado por outros/as estudiosos/as do grupo Modernidade/Colonialidade⁶⁰. O termo se refere às estratégias empregadas para manter o poder mundial que atendem aos interesses capitalistas e delineiam relações que têm como marcadores fundamentais a raça e o gênero.

O atual padrão de poder mundial consiste na articulação entre: 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do

59 No caso do patriarcado, que tem mais de quatro mil anos, o capitalismo criou a ilusão de ter libertado as mulheres, mas, na realidade, essa liberdade tinha como alvo escravizá-las no mercado de trabalho.

60 O grupo Modernidade/Colonialidade começou a se estruturar, principalmente, a partir de 1998. É formado, predominantemente, de pesquisadores/as latino-americanos/as. O grupo denuncia a manutenção de lógicas de poder coloniais e a continuidade da imposição da matriz de conhecimento eurocêntrica como universal e única legítima. Recomendamos, como leitura introdutória, o texto de Luciana Ballestrin, intitulado ‘América Latina e o giro decolonial’ (2013). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010333522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt

padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/ intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento (QUIJANO, 2002, p. 4, grifo do autor).

Para o semiólogo argentino Walter Mignolo (2017, p. 13), a colonialidade é uma lógica de controle configurada como um padrão colonial de poder, que “é um complexo de relações que se esconde detrás da retórica da modernidade (o relato da salvação, de progresso e de felicidade) que justifica a violência da colonialidade”. De acordo com esse referencial, o colonialismo não teria findado com a independência das colônias em relação ao colonizador, mas se mantém através da atualização de lógicas de dominação-exploração introjetadas no imaginário de populações, fundamentando sua condição de subalternidade.

Sobre a colonialidade de gênero, Maria Lugones (2014) afirma que a logicidade de poder moderno/colonial que impera por meio do sistema capitalista dicotomiza e hierarquiza povos de acordo com marcadores de raça e de gênero. Essa lógica do pensamento eurocentrado opera por meio de uma racionalidade que tem como norma o padrão masculino, branco, heterossexual, cristão e burguês, que inferioriza outras formas de pensar, ser e estar no mundo, rechaçando a pluralidade.

Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Pensar sobre a colonialidade do

gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma unilateral (LUGONES, 2014, p. 939).

É importante enfatizar que os componentes ideológicos da Europa colonizadora foram reforçados pela pressão do colonizador e pela recepção do colonizado. Ou seja, a ideologia se torna mais eficiente quando imposta a populações colonizadas, as quais, como lembra Freire, hospedam o opressor, quando são incapazes de resistir ao poder da ideologia e da mercadoria. Enquanto nas metrópoles da Europa surgiram grupos de resistência que ganharam espaços graças ao movimento da História, nas colônias, as críticas são suprimidas “pacificamente” pela religião e pela burguesia local aliada ao opressor, quando não, afogadas em sangue pelas tropas coloniais.

4 EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA COLONIZADA

No Brasil, a educação escolarizada ainda é colonizada, portanto, marcada pela colonialidade, que se materializa em forma de currículos elaborados sob a ótica moderno/colonial. Sob essa lente, a única matriz de conhecimento considerada válida é a eurocêntrica, que postula que a racionalidade científica, proposta a partir dela, seria universal e totalizante. De acordo com o filósofo Enrique Dussel (2005), o mito da modernidade forjou uma racionalidade que justificou o apagamento ou a inferiorização de formas outras de conhecimento. Assim, alguns conteúdos são definidos como científicos, logo, deveriam ser abordados obrigatoriamente na escola. De acordo com esse filósofo, a colonialidade impregnada em nosso imaginário e refletida nos currículos não permite questionamentos nem incentiva diálogos que possam emergir das experiências de vida dos sujeitos.

O pensamento europeu, postulado pela Sociologia até bem pouco tempo, seria característica da cultura ocidental. Em outras palavras, a única forma de conhecimento dotada de racionalidade seria a “ciência” produzida pelo Ocidente. Nessa lógica, as outras

culturas não teriam racionalidade, e isso criaria uma ideologia perversa ilustrada pelo “fardo do homem branco”, que teria como missão levar essa “racionalidade” aos povos considerados inferiores incapazes de possuí-la⁶¹.

Na educação escolar, pensada como transmissora de uma cultura supostamente universal ou construída historicamente⁶², não se admitem debates – em nossa visão, obrigatórios – sobre temas considerados “não científicos”. Conteúdos como racismo, machismo, entre outros preconceitos, são jogados para uma categoria abstrata chamada de “temas transversais”, dos quais não fica claro quem ou que disciplina deveria se encarregar, e os debates acabam não acontecendo. O assédio sexual é um dos temas obscurecido por essa ideia generalista de que o saber a ser transmitido pela escola só deve ser o “conhecimento científico”.

Outro ponto de discussão que tangencia esse tema é que, com a chamada “Escola sem partido”, a escola está deixando de ser laica. Nesse sentido, o educador Carlos Rodrigues Brandão e a educadora Valéria Vasconcelos advertem que o movimento “Escola sem

61 Hoje, quando sociólogos/as explicam a questão da racionalidade ligada ao capitalismo, costumam criticar Max Weber, sociólogo alemão que ajudou a criar o método científico para as Ciências Sociais. Apesar de sua genialidade, Weber não escapou da influência da ideologia e, como consequência, escreveu textos (como o prefácio da “Ética protestante e o espírito do capitalismo”) que tomam a cultura ocidental como a única caracterizada pela racionalidade. Assim, Weber considera que a racionalidade é uma característica própria da cultura ocidental, que visa comprovar seus argumentos e se manifesta na ciência, na música sinfônica, nas abóbadas da arquitetura e na contabilidade de custos do sistema econômico. Para Weber, essa racionalidade se espalha como um todo, e o capitalismo teria essa característica como básica. Ou seja, aquele que talvez seja o mais irracional de todos os sistemas econômicos ficou sociologicamente caracterizado pela marca ideológica da racionalidade. A consequência disso foi que, considerando-se como únicos racionais, os capitalistas, os eurocêntricos, os que adotam a cultura ocidental como única dotada de racionalidade, concluíram que a cultura ocidental é universal e, assim, ela vai tentando destruir as outras.

62 Essa ideologia de uma cultura “construída historicamente” não respeita a historicidade presente em qualquer cultura.

partido” acusa professores/as “esquerdistas” de estarem impondo a doutrina marxista aos/às alunos/as e estimula essa prática a ser denunciada. Para o autor e a autora, essa proposta representa um retrocesso e tolhe a liberdade de ensinar a fim de amordaçar educadores/as mais críticos/as.

O discurso desse grupo que pretende deslegitimar o pensamento freireano não esconde a ideologia machista e sexista de onde parte, subsumindo a presença das mais de 80% de mulheres da educação básica, tratando-as como “professores”. Suas ideias, concepções, esperanças, dúvidas, valores, desafios, desaparecem na declinação do masculino como genérico. E isso se traduz como colonialidade e patriarcado, o que professam inconfessadamente (BRANDÃO; VASCONCELOS, 2018, p. 306, grifo dos autores).

O Estado e outras instituições, como as religiosas, historicamente vêm mostrando interesse em regular os corpos e a manifestação da sexualidade. Para isso, criam e estabelecem normas de comportamento forjadas como “naturais”, de acordo com o gênero, a raça e a classe (WEEKS, 2016). Essas prescrições atravessam o ambiente escolar e atentam contra os princípios da educação escolarizada que deveria ser laica.

Além disso, o fato de o assédio sexual ser praticado recorrentemente por homens contra mulheres resulta da desigualdade entre gêneros e é escorado pelo machismo. Entretanto, temas delicados como esses dificilmente são incluídos em grades curriculares e em planos de curso.

Nas rodas de conversa e nas entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, alunos e alunas citaram alguns temas considerados tabu, entre eles, todos os que envolvem a sexualidade humana. Por conseguinte, o assédio sexual não seria discutido na escola, que

desconsidera a necessidade de refletir sobre esses assuntos e negligencia um importante espaço para viabilizar diálogos fundamentais.

Não há por que temer debates ou tensões teóricas; eles podem significar novas e produtivas alianças, podem resultar em outros modos de análise e de intervenção social, talvez capazes de alterar, de forma mais efetiva, as complexas relações sociais de poder (LOURO, 2014, p. 163).

4.1 CANTADA, INTIMIDADE OU BRINCADEIRA?

Ao longo da pesquisa, dados do questionário e dos depoimentos colhidos nas rodas de conversa e nas entrevistas mostraram que os/as participantes tiveram dificuldades de definir assédio sexual. Muitos/as disseram que o assédio sexual pode ser confundido com cantadas, durante uma paquera, ou com atitudes e brincadeiras entre pessoas que aparentemente têm intimidade. Além disso, afirmaram que o assédio sexual não se configura somente quando há contato físico. Em um diálogo, uma aluna e um aluno ponderaram:

— É, as pessoas compreendem como assédio sexual somente quando há contato físico direto (aluno).⁶³

— Só que não é assim. A gente sabe que não é só isso. Porque muitas vítimas nem sabem que estão sofrendo assédio sexual. E as pessoas culpam a vítima (aluna).

— Mas às vezes as vítimas têm um pouco de culpa. Por exemplo, quando os meninos riem das piadinhas e brincam com o professor, e, aceitam as piadas dele, eles estão apoiando o

63 Optamos por utilizar somente o termo ‘aluna’ ou ‘aluno’ para discriminar o gênero de quem proferiu as palavras citadas. As falas foram marcadas por ‘espaços’ e ‘travessões’, antes de iniciar o discurso de uma pessoa diferente. O ‘entre chaves’ significa supressão de algum trecho no depoimento.

comportamento. Eu acho que, de uma certa maneira, têm culpa (aluno).

— As pessoas são influenciadas pela cultura e mídia. A vítima nunca tem culpa. Nunca! Até os meninos são influenciados, por isso acham normal as piadinhas (aluna).

O aluno refletiu:

— É...

4.2 ASSÉDIO SEXUAL É CRIME!

A legislação brasileira – Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001⁶⁴ – considera o assédio sexual como crime. Em 2018, foi incluído no Código Penal o crime de importunação sexual⁶⁵. De acordo com o Código Penal brasileiro, o assédio sexual se tipifica no âmbito dos “crimes contra a dignidade sexual” e pode ser considerado como uma forma de abuso sexual, pois implica a conduta de não reciprocidade. O assédio sexual não se configura somente por meio do contato físico e pode ser caracterizado por gestos, falas, ameaças ou outras condutas sexuais que provocam constrangimento.

64 Art. 1º. O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 216-A: “Assédio sexual: Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 2001).

65 Art. 1º. Essa Lei tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, torna pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelece causas de aumento de pena para esses crimes e define como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. Art. 2º - O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), passa a vigorar com as seguintes alterações: “Importunação sexual”.

Quando esquadriha o Código Penal brasileiro, o jurista Flávio Costa Higa (2016) critica a perspectiva reducionista apresentada na lei específica. Primeiramente, ele refere que há falha quando só se enquadra o crime de assédio sexual na esfera das relações de trabalho e nas hierarquias intrínsecas ao ambiente laboral e administrativo. Em segundo lugar, aponta que a lei reduz o crime de acordo com a provável lascívia do assediador.

Atualmente, a legislação brasileira entende que a hierarquia não é um pressuposto imprescindível no que tange ao assédio sexual e acontece por intimidação ou chantagem. O primeiro é definido quando se cria um ambiente hostil, ofensivo ou discriminatório tendo a vítima como alvo. O segundo se configura quando a vítima se sente ameaçada, teme perder algum benefício e se expõe a situações humilhantes que envolvem favores sexuais ao assediador, principalmente de forma recorrente.

O assédio sexual pode ocorrer tanto em relações verticais quanto horizontais, e tanto os homens quanto as mulheres podem praticá-lo ou sofrê-lo. Higa (2016) alega que as mulheres compõem a maioria das vítimas e os casos mais graves. E quando analisa o assédio sexual no ambiente de trabalho, aponta vulnerabilidades no Código Penal brasileiro quanto à repetição de estereótipos e de normas de gênero nessas circunstâncias.

Muitas vezes, a intenção do agressor é puramente discriminatória, constitui violência de gênero no sentido de subjugar a mulher, externando a misoginia – ou a misantropia – a partir da criação de um ambiente inóspito no qual o recado que se pretende transmitir, ainda que inconscientemente, é o de que ela deveria permanecer na esfera privada de seu domicílio. Não por outra razão, entende a doutrina que “o assédio sexual” não é mais do que uma evolução do assédio moral (HIGA, 2016, p. 495, grifo do autor).

Indiscutivelmente, refletindo com as autoras e os autores interlocutoras/es desta pesquisa, que se tornou plural no processo, citadas/os no decurso deste texto, a grande parte dos alvos de assédio sexual na escola é composta por alunas. Metodologicamente, como o exposto, nos diálogos construídos durante as rodas de conversa, surgiram temas geradores referentes à percepção da realidade, que serão relatados a seguir.

5 AH! EU VOU CONTAR!

Conforme citado anteriormente, os temas geradores da investigação foram definidos a partir da vivência dos/as alunos/as e de denúncias de casos de assédio sexual que, de alguma maneira, testemunhavam na escola. Extraídos das expressões e das críticas enfatizadas nas rodas de conversa, os temas geradores manifestados pelos/pelas participantes da pesquisa foram: “Posso falar?”; “Para que falar?”; “Com quem falar?”.

5.1 POSSO FALAR?

— Posso falar? Ah, eu vou contar! Quando ele começou a dar aulas, todas as meninas ficaram com um certo receio, porque todas acharam o jeito dele estranho, mas todas tentaram ignorar e pensaram que era coisa da cabeça delas, daí nós começamos a perceber que ele perguntava demais sobre coisas que não era normal um professor querer saber. [...] Porque foi um tempo pra entender tudo o que estava acontecendo e conseguir esboçar uma reação. [...] vive querendo nos abraçar [...] sempre puxa um assunto [...] Todas as meninas ficaram com receio, não foi uma menina, [...] o jeito que nos trata, fala, o toque (aluna).

As alunas se sentiram confortáveis para falar sobre assédio sexual com uma professora, ou seja, uma mulher. Durante as entrevistas e as rodas de conversa, elas declararam que ficavam constrangidas em

falar sobre assédio sexual com homens, a não ser com alguns colegas próximos. Então, ponderavam ou se recusavam a fazer a denúncia para algum professor, coordenador ou outro gestor da escola que fosse do gênero masculino. Assim, podemos notar que, mesmo que um homem esteja em uma posição com competência para punir assediadores sexuais, as alunas demonstraram insegurança para fazer a denúncia. Então, nesse primeiro momento, já pudemos detectar que as relações de poder são permeadas pelo gênero.

As estudantes disseram que, ao assediar sexualmente as alunas, os professores se aproveitavam da posição que ocupavam na escola. Nessas condições, as meninas assediadas geralmente ficavam desconfortáveis, mas, ao mesmo tempo, receosas de esboçar alguma reação no momento e de denunciar posteriormente.

— Só chama as meninas na mesa dele para “explicar”, sendo que a gente nem pediu. Aí faz gracinha.

— Eu não ficaria sozinha com ele na sala, nunca! [...] eu não ficaria confortável, sei lá, vai saber o que a pessoa pode fazer. Eu e minha amiga já cortamos. Sai fora!

— Mas assim, não é todo mundo que consegue falar. [...] fica chamando os meninos e mostrando cenas pornográficas. É maior chato, as meninas ficam sem graça. Dá nojo!

— [...] onde um vídeo de conteúdo sexual tem a ver com a aula?

Quando a sedução parte de um sujeito que ocupa uma posição superior, reflete e consolida hierarquias de poder. Partindo dos depoimentos das alunas, podemos compreender que a investida, ou a “sedução”, quando parte de um professor em direção a uma estudante, configura-se como assédio sexual, em que se manifesta uma relação de poder duplamente opressora. Nesse caso, envolve a desigualdade entre gêneros, em que a mulher é subjugada, e a hierarquia dentro da própria instituição, em que o professor ocupa uma posição considerada superior à da aluna. Em seus relatos, os/as

participantes revelaram que a postura de educadores pode revelar uma situação paradoxal. Estimular os meninos a serem machos, objetificando corpos femininos, revela uma dupla moral que reflete emblematicamente os valores do patriarcado. O comportamento do professor que parece imoral carrega princípios de uma educação diferenciada. Os meninos são educados para a liberdade sexual, ao mesmo tempo em que são pressionados a desempenhar sua sexualidade. Já as meninas devem manter um equilíbrio entre ser atraentes e frívolas, tendo que despertar o interesse masculino e reprimir os próprios desejos sexuais (WHITAKER, 1988).

As rodas de conversa e as entrevistas evidenciaram que as estudantes temiam represálias por parte do assediador, caso fizessem uma denúncia. O fato de normalmente o assediador ser do gênero masculino acentuava o temor das meninas, que confidenciaram que homens apresentam atitudes violentas, principalmente contra o gênero feminino, e que, quando se sentem ameaçados ou contrariados, consideram-se no direito de machucá-las, usando a força física ou outras formas de intimidação. Elas enfatizaram que a apreensão envolvia professores e que, quando um professor as abraça, faz algumas brincadeiras ou pergunta sobre a vida pessoal delas, ficam muito desconfortáveis. Por isso evitam ficar a sós com docentes que apresentam esse tipo de comportamento.

— Eu não me sentiria confortável em ficar sozinha com ele na sala de aula. Na rua eu não sei, mas vai saber o que eles fazem...

— Na rua eu não teria coragem de falar nada, mas na escola falaria porque na escola eu teria coragem por me sentir protegida, por ter outras pessoas.

As alunas mostraram preocupação quanto a possíveis perseguições e prejuízos que poderiam sofrer na vida escolar se denunciassem um professor assediador, pois os reconheciam como autoridades, cujo poder poderia influenciar o currículo acadêmico de cada uma

delas. Quando questionadas sobre “por que falar” ou não sobre o assédio sexual, apontaram:

- Porque ele pode ferrar a gente com nota, né?
- Muita gente não fala porque tem medo dele ferrar a nota, perseguir.
- Falar com o professor não resolve e muitos alunos têm medo de perseguição porque o professor é autoridade.
- Ah, a gente tem medo do que ele pode fazer.

Essa inquietação revela marcas de uma educação domesticadora, caracterizada por relações verticais, hierárquicas, antidialógicas, na qual os/as estudantes são considerados/as objetos, incapazes de se pronunciar no mundo e de pensar criticamente (FREIRE, 2017).

No transcorrer das entrevistas e das rodas de conversa, alunos e alunas declararam reconhecer os/as professores/as como sujeitos importantes no processo de sua educação e de sua formação pessoal e ética. Quando analisa o assédio moral e sexual em organizações, Maria Ester de Freitas (2001, p. 14) assevera que esse tipo de crime consiste em “alguém usar as suas prerrogativas, a sua posição na organização e os instrumentos que domina para chantagear com fins pessoais”. É possível associarmos essa constatação à esfera escolar, nas situações em que professores têm a possibilidade de usar sua posição de poder e, consequentemente, exercê-la em forma de assédio sexual ou de represálias, nos casos em que forem denunciados.

Os/as estudantes mostraram reconhecer na figura do/a docente alguém que representa ética e confiança e que podem orientá-los/as, por isso repudiavam a ideia de que professores (já que a maioria é do gênero masculino) fossem capazes de cometer assédio sexual contra estudantes. Em várias ocasiões, as alunas expressaram ojeriza a situações compatíveis com a descrita anteriormente.

- Ai, é nojento! Dá nojo ver um professor fazendo isso.

- Acho que a palavra é repulsa. Dá raiva.
- Até os meninos acham ele idiota, tiram sarro. Eles dão risada, mas sabem que é errado, e ele também.
- Quando foi falar com ela, ele ficou passando a mão nas costas dela [...] uma atitude bem estranha partindo de um professor [...] isso causou apreensão por parte das alunas.

Quando se naturaliza um padrão de relações entre gêneros que garante poder ao gênero masculino, há uma inclinação a se reforçar a ideia da mulher como um ser frágil, conseqüentemente, temerosa da ação e da reação masculinas diante de uma possível atitude “insubmissa” de sua parte. Conforme essa lógica, é normal os homens assumirem o poder e, quando ameaçados de perder esse lugar, julgar legítimo recuperá-lo, permitindo e justificando, de algum modo, comportamentos violentos e opressores, sobretudo contra mulheres. Nesse sentido, descortinam-se as relações de poder entre gêneros, em que homens e mulheres são socializados/as para lidar de maneiras diferentes com a potência e a impotência.

As mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder. Convivem mal com a impotência [...] a violência doméstica aumenta em função do desemprego (SAFFIOTI, 2015, p. 89).

As alunas referiram que, quando se sentiam constrangidas ou assediadas sexualmente por um professor, os meninos da sala pareciam pactuar e não reagem de maneira contrária. Para elas, possivelmente, esse comportamento estava atrelado à ideologia machista.

- A gente entrou no laboratório um dia, e os meninos estavam cochichando.
- Eles não quiseram “ferrar” o professor.

— Os alunos não falam que não gostam. Alguns dão risada. Se eles falassem, ele pararia, mas iria ficar estranho na sala.

— Teria que haver uma mudança na postura dos meninos, para eles verem o que realmente está acontecendo, porque eles veem ele como o professor bonzão e legal [...] é bem complicado porque é um PROFESSOR⁶⁶, uma pessoa que está aqui pra ensinar, passando essa ideologia dentro de uma ESCOLA que é um ambiente para aprender, então isso é muito forte.

As rodas de conversa e as entrevistas revelaram que as alunas também se sentiam desrespeitadas ou assediadas sexualmente por colegas do gênero masculino. De alguma forma, demonstravam desconforto quando os meninos se achavam com o direito de tocá-las ou abraçá-las. As estudantes narraram que era comum os meninos aparentarem só acatar os limites quando outro colega do gênero masculino se manifestava contrário ao constrangimento que a menina sinalizava.

Elas percebiam que suas vozes e ações não bastavam para que um colega do gênero masculino entendesse que não tinham o direito de tocar ou abraçar uma menina sem sua permissão. Por isso, exprimiram insatisfação com essas situações e enfatizaram que as pessoas do gênero feminino deveriam ser compreendidas como sujeitos a quem se deveria respeitar e ouvir, assim como os sujeitos do gênero masculino. Relacionamos esse fato à afirmação da estudiosa Marilda Maria da Silva Moreira (2002, s/p) sobre o assédio sexual no mundo do trabalho de que “pessoas que formalmente têm o mesmo nível hierárquico podem possuir graus diferentes de poder”.

Nesse sentido, tanto meninos quanto meninas salientaram que, normalmente, quando faziam alguma reclamação ou denúncia que envolvia os ou as docentes, suas falas não eram legitimadas. E

66 Durante as entrevistas e os diálogos, quando a fala dos/das participantes aparece em caixa alta, significa que deram ênfase ao que foi dito.

quando eram entendidas como válidas, a gestão escolar não agia em relação às queixas que, se fossem de assédio sexual, tampouco davam algum retorno sobre as possíveis ações. A ação antidialógica serve para manter relações de poder que garantem privilégios a um grupo dominante, logo, o diálogo é essencial para a “superação revolucionária da situação concreta de opressão” (FREIRE, 2017, p. 186). Na educação domesticadora, os estudantes são definidos como não sujeitos, e suas experiências de vida e seus conhecimentos são desqualificados. Essa educação promove a “cultura do silêncio” e alimenta nos/as alunos/as o sentimento de impotência nas situações-limite, como se não tivessem capacidade de agir para transformar uma realidade injusta e que desperta indignação. No desencadear da pesquisa, uma aluna desabafou:

— Como é que nós íamos provar que isso aconteceu com nós, somos alunos, mesmo que a escola ouvisse, a gente, como aluno, se levasse pra fora, ia ser invisibilizado, por sermos alunos, então é bem complicado conseguir fazer alguma coisa, principalmente por não termos provas. [...] Daí a gente teria que dar um jeito de entrar na justiça e a gente precisaria do apoio da escola e dos pais [...] A gente teria que falar com a família, mas tem um porém, que é a sua família te ouvir, não falar que é birra, implicância ou sobre seu comportamento e etc.

É possível notar a lucidez das denúncias feitas pelas alunas e o tom de desalento quando não se sentem ouvidas. O poder da ideologia do patriarcado atravessa as instituições e até mesmo a família, que, muitas vezes, não acolhe os clamores das meninas. Freire (2017) reforça que essa forma de educação é desumanizante, porquanto transforma estudantes em não sujeitos, inseridos/as numa realidade inexorável, desvelando seu lado necrófilo. É preciso entender que a educação se faz entre atores, no plural, em intersubjetividade, em intercomunicação. Para Freire, a revolução – entendida aqui como transformação e superação das relações

de poder – não pode ser feita apenas por um dos polos da relação (professor/a ou aluno/a), mas numa solidariedade que deve ser erigida no encontro humilde, amoroso e corajoso entre ambos/as. A necrofilia emerge porque, segundo Freire (2017, p. 174),

nem todos temos a coragem desse encontro e nos enrijecemos no desencontro, no qual transformamos os outros em puros objetos. E, ao assim procedermos, nos tornamos necrófilos, em lugar de biófilos. Matamos a vida, em lugar de alimentarmos a vida. Em lugar [d]e buscá-la, corremos dela.

Essa postura, por conseguinte, mitiga o ânimo dos/as educandos/as em vislumbrar possibilidades de se libertar e de refazer o mundo, quando visa

[...] controlar o pensar e a ação, levando os homens e mulheres ao ajustamento ao mundo. É inibir o poder de criar, de atuar. Mas, ao fazer isto, ao obstaculizar a atuação dos homens e mulheres, como sujeitos de sua ação, como seres de opção, frustra-os. Quando, porém, por um motivo qualquer, os homens e mulheres se sentem proibidos de atuar, quando se descobrem incapazes de usar suas faculdades, sofrem (FREIRE, 2017, p. 91).

Dados da pesquisa corroborados por outros estudos que abordam esse tema (MONTRONE *et al*, 2020) indicaram que grande parte das denúncias sobre assédio sexual na escola vinha de alunas, e a maioria dos alvos também se caracterizava pelo gênero feminino. Vale ressaltar que, ao adotar o termo “vítima”, acordamos com Saffioti (2019), quando afirma que reconhecer as mulheres como vítimas de violência não significa presumir que são passivas, o que

é diferente de manifestar uma postura vitimista ou ser cúmplice do homem na violência de gênero.

[...] os homens dispensam às mulheres um tratamento de não sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nessa direção. Contudo, o mero fato de as mulheres serem autoras de representações constitui uma tradução de seu caráter de sujeitos. [...] a mulher, ao fim, e ao cabo, é vítima, na medida em que disfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação (SAFFIOTI, 2019, p. 151).

Dos 256 estudantes que responderam ao questionário, 52% se reconheceram como do gênero feminino, 46%, do masculino e 2% não quiseram se identificar. Os dados demonstraram que 56% dos/as alunos/as afirmaram que já sofreram algum tipo de assédio sexual. Quando investigamos mais detalhadamente, 76% das alunas declararam que já foram vítimas de alguma forma de assédio sexual. Já entre os alunos, a porcentagem foi de 33%. Apesar de as meninas serem mais assediadas sexualmente, a porcentagem de alunos que assumiu ter sido alvo desse crime também é bastante relevante.

Esses dados refletem a estrutura patriarcal reforçada pela colonialidade, que oprime e violenta corpos femininos. Para Saffioti (2015), o patriarcado é a relação hierarquizada e desigual entre gêneros, razão por que, quando analisamos crimes de gênero, as mulheres são os principais alvos.

Em seus trabalhos sobre violência sexual, Saffioti (2015) e Moreira (2002) comprovaram que cerca de 90% das vítimas são mulheres, e os homens, 10% do total. Já quando analisam os/as agressores, a porcentagem de mulheres varia entre 1% a 3%, e de homens, de 97% a 99%. Segundo o Registro de Ocorrências Escolares (ROE), em 2018, as escolas estaduais de São Paulo apresentaram uma média de vinte casos de assédio ou abuso sexual por

mês. Em outros estados, a situação não é muito diferente, sendo que a maioria das vítimas são meninas, e a de abusadores, homens.

Dulce Whitaker (1988) analisa que o processo de socialização de meninos e meninas desvela um padrão hegemônico patriarcal que define o modelo de masculinidade e de feminilidade. De acordo com a autora, as meninas são orientadas, desde a infância, para seguir um padrão de “feminilidade” moldado pela sociedade burguesa, que estimula a docilidade e a submissão e atribui à mulher os cuidados com a família e com o lar, elegendo esses atributos como naturalmente femininos. Quanto à sexualidade, Whitaker (1988) elucida que as manifestações sexuais das meninas são reprimidas, ao mesmo tempo em que devem despertar o desejo masculino. Essas observações convergem com as de Shirlei Sales e Mar Lucy Paraíso (2013, p. 622), quando apontam que “a garota difícil deve manter um delicado equilíbrio entre a capacidade de seduzir os rapazes e a habilidade de recusar-lhes as investidas na medida certa”.

Os homens são socializados para assumir posturas agressivas e competitivas associadas à virilidade (WHITAKER, 1988). Se vincularmos essas características à sexualidade, os homens seriam constantemente pressionados para comprovar sua masculinidade e assumir comportamentos sexuais agressivos, principalmente em relação às mulheres que, reiterando, na lógica patriarcal, são colocadas em posição de inferioridade. Segundo Sales e Paraíso (2013, p. 610), “a instituição de uma norma, um padrão, o qual é definido como normal se dá em meio a relações de poder assimétricas e de modo conflituoso”. Quando essas desigualdades são naturalizadas, o comportamento agressivo⁶⁷ dos homens passa a ser entendido como normal, como aceitável e inerente à natureza masculina.

Essa perspectiva é realçada com os dados levantados na pesquisa que indicaram que 87% dos/as estudantes classificaram como

67 Assim como na Psicologia, entendemos que o indivíduo agressivo é aquele que imperativamente se move em direção a algo, orientando suas ações a fim de atingir seus objetivos e atender às suas necessidades (WHITAKER, 1988).

“muito comum” a situação em que o homem assedia a mulher, e somente 2% consideraram como “muito comum” a situação inversa. Novamente se constata que, para os homens, o exercício da sexualidade é naturalizado e incentivado, já para as mulheres, é bloqueado ou camuflado.

As jovens são avaliadas e julgadas quanto à quantidade de parceiros com quem se envolvem, havendo, nesse processo, um repúdio do comportamento definido como desmedido. Portanto, as subjetividades demandadas nos discursos são diferentes: o jovem macho e a jovem difícil (SALES; PARAISO, 2013, p. 608).

Em outra esfera, dados da pesquisa revelaram que a homossexualidade (feminina e masculina) ainda é vista como um comportamento anormal ou desviante. Do total de participantes, 77% percebem como inexistente (correspondendo a 3%), incomum (correspondendo a 28%) ou pouco comum (correspondendo a 46%) o assédio sexual de homens para outros homens. Na esfera patriarcal, que padroniza comportamentos de gênero e relações de poder, a homossexualidade masculina é rechaçada.

A possibilidade de ter suas condutas avaliadas, julgadas e descritas de modo a atrelar-se a uma suposta homossexualidade é algo que o verdadeiro macho deve evitar a todo custo: sai fora! Não pode deixar qualquer tipo de dúvida sobre seus modos de viver a sexualidade. Tem de exibir as evidências que atestem sua heterossexualidade. Não pode deixar suspeitas. Em caso contrário, a tecnologia da zuação é imediatamente acionada, a fim de corrigir o menor vacilo (SALES; PARAISO, 2013, p. 614).

Quando questionados/as sobre a situação em que uma mulher assedia outra mulher, 90% dos/as alunos/as consideram inexistente (13%), incomum (41%) ou pouco comum (35%). As mesmas autoras (2013, p. 616) salientam que “a homossexualidade feminina não é sequer cogitada, nem narrada nos currículos analisados. A sexualidade feminina é tratada, mas a zuação incide sobre os excessos”. A forma hegemônica patriarcal de pensar evita refletir sobre a prática da homossexualidade feminina, a não ser que seja para atender aos desejos masculinos.

Para Lugones (2008), a colonialidade de gênero expressa um modelo de pensamento e comportamento patriarcal que é heteronormativo, porquanto só considera como legítimas a existência e a performance de dois gêneros – o feminino e o masculino. Esse padrão naturaliza a condição que privilegia os homens e subjuga as mulheres, naturalizando novamente as relações de poder, que oprimem e violentam também o gênero masculino, apesar de atingirem mais violentamente o gênero feminino.

Guacira Louro (2014, p. 143) assevera que a heteronormatividade coloca a homossexualidade como o “lado doente, anormal, impróprio, nocivo, e levando, conseqüentemente, aqueles e aquelas que se identificam como homossexuais a se refugiar no segredo e no silêncio”.

5.2 PARA QUE FALAR?

— Para que falar? Não vai dar em nada (aluna).

Os/as estudantes também demonstraram inquietação porque, embora o grupo de gestão da escola fosse predominantemente composto de mulheres e, mesmo tendo conhecimento de que as meninas sofriam casos de assédio sexual, de alguma forma tendia a suavizar a ação dos assediadores e abafar os casos.

Os/as estudantes frisaram que muitas denúncias de assédio sexual que acontece no ambiente escolar não são relatadas porque sentem que suas falas são deslegitimadas pela gestão escolar e que, quando são feitas, a punição raramente é aplicada. Quando indagados/as sobre os motivos que levam a pessoa a não denunciar o assédio sexual sofrido na escola, 92% dos/as entrevistados/as responderam que temem ameaças por parte do assediador; 87% receiam que a culpa seja atribuída à vítima; 86% sentem vergonha; 75% se preocupam com a falta de compreensão da família; 70% temem virar motivo de chacota entre os colegas; 62% se sentem culpadas/os; 40% não reconhecem essa ação como assédio sexual e 3% acham o assediador atraente.

As/os educandas/os também ressaltaram que, mesmo que houvesse algum tipo de punição, não viam mudança de comportamento por parte dos/as professores/as. Estas falas confirmam essa assertiva:

- Eles acham que adolescente é inferior. (aluna)
- Adolescentes não são levados a sério. O professor se considera superior na hierarquia. (aluna)
- A palavra do adolescente vale menos, como se a gente fosse inferior, mas a gente sabe que é autoridade e hierarquia.
- Só que muitos falam que é mimimi. Adolescente faz drama. (aluna)
- Nunca dá em nada e às vezes quem leva bronca é a gente, ou então, falam que vão fazer, mas a gente nem fica sabendo. (aluna)

Sobre o receio de denunciar o assédio sexual, os/as participantes repararam que meninos e meninas demonstram medos diferentes. As alunas temem ser julgadas pela família, pelos colegas e, muitas vezes, culpam-se por serem assediadas sexualmente. Já os meninos

preferem se calar por vergonha. Sentem-se embaraçados em falar sobre o tema e ter a masculinidade questionada.

Como dito anteriormente, segundo os resultados da investigação, 33% dos meninos afirmaram já ter sofrido alguma forma de assédio sexual e 67% disseram que não. Alunos que participaram das rodas de conversa e de entrevistas relataram não ter sofrido nenhuma forma de assédio sexual por parte de alguma mulher, mas que, se sofressem, dificilmente denunciariam.

— Isso seria muito difícil de acontecer. É mais fácil um professor assediar a gente do que uma professora.

— A gente nem ia contar se isso acontecesse.

— Mano, imagina uma professora dar em cima de você, seria muito louco.

— Os meninos todos iriam zoar. Iriam falar para a gente pegar a professora.

— A gente não iria denunciar.

— Se um menino denunciar isso, ele seria zuado o resto do ano. Porque ele tem que ser o pegador.

Quando os meninos aventam a possibilidade de serem colocados como vítimas de assédio, dentro dos parâmetros patriarcais que regulam as relações entre gêneros, isso pode significar uma pretensa passividade e/ou fragilidade, características conferidas às mulheres e contrárias ao padrão hegemônico de masculinidade. Meninos são socializados para bloquear qualquer traço de personalidade ou postura que remeta ao feminino ou ao risco de serem considerados “menos homens”, já que o masculino é tido como mais forte, corajoso e racional, de acordo com a matriz de poder moderno/colonial. Nas palavras de Saffioti (1990, p. 25), os homens “são, pois, obrigados a castrar certas qualidades por serem essas consideradas femininas, por conseguinte, negativas para um homem. Para não

correr o risco de não encarnar adequadamente o papel do macho, o homem deve inibir sua sensibilidade.”

Sales e Paraíso (2013, p. 622) asseveram que “conquistar mulheres é uma forma de atestar masculinidade”, e “o jovem que *não pega* ninguém é zuado de *gay* ou *manê*” (Grifos das autoras). Louro (2016, p. 28) enuncia que

a homofobia funciona como mais um importante obstáculo à expressão de intimidade entre homens. É preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o “macho”. [...] Meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àqueles que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem (LOURO, 2016, p. 28, grifo da autora).

Os meninos participantes afirmaram não considerar “natural” que um garoto mostre sensibilidade e fique embaraçado em uma investida que parta de uma mulher, mesmo quando essa atitude possa ser caracterizada como assédio sexual em determinadas ocasiões. Saffioti (2015, p. 38) assevera que, quando um homem não se interessa e recusa o convite de uma mulher para sair, dançar ou namorar, por exemplo, provavelmente será chamado de “maricas”.

Quando indagados/as sobre os fatores que influenciam um sujeito a praticar o assédio sexual, 89% dos/as 256 estudantes entrevistados/as mostraram acreditar que isso ocorre quando um gênero se considera superior ao outro; 63% designaram a falta de punição; e 62% assinalaram que isso se deve ao fato de o assediador sexual achar que a vítima está se insinuando, ou seja, reforçam a culpabilização da vítima.

Os resultados da pesquisa apontaram que 60% dos/das participantes acreditam que a influência de amigos é o principal motivo para uma pessoa assediar sexualmente a outra; 59%, a interferência da ideologia machista, entendida por muitos/as como “cultura” e “educação familiar”; 43%, problemas psicológicos; e 28%, a influência da mídia.

Naturalizar a prática do assédio sexual inferindo a ideologia machista como parte da “cultura” é preocupante, porque reforça aspectos da colonialidade. Essas marcas são demonstradas ideologicamente por meio de ações e comportamentos, incluindo o assédio sexual na escola e suas percepções, que apontam uma configuração social que reproduz, de maneira eurocêntrica, uma estrutura patriarcal, sexista, misógina e machista. Todavia, a escola, por meio de uma educação problematizadora, pode romper mentalidades machistas que, em muitas circunstâncias, legitimam e professam a culpabilização da mulher em casos de assédio sexual. Por isso, propor reflexões para desconstruir padrões de comportamento também é essencial para reconstruir princípios que remetem à igualdade de direitos entre os gêneros.

[...] as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 2014, p. 67, grifo da autora).

Os dados coletados pelo estudo comprovaram que a realidade escolar reflete ideologias e práticas machistas ancoradas na estrutura patriarcal. A desigualdade na relação entre gêneros, em que homens assumem a posição de poder, subjugando as mulheres e impondo uma dinâmica de dominação/exploração, continua assegurando privilégios ao gênero masculino.

5.3 COM QUEM FALAR?

- A gente fica perdido. Vai falar com quem? (aluna)
- A gente não sabe com quem falar. (aluna)

Dados levantados durante a pesquisa da qual tratamos neste texto mostraram que, quando questionados/as sobre como o assédio sexual pode ser evitado, 66% dos/das jovens responderam que a educação religiosa pode contribuir com esse processo. Já sobre a importância da família, da escola e da religião para diminuir os casos de assédio sexual, 71% dos/das participantes afirmaram que a religião é “muito importante” (37%) ou “importante” (34%). O mesmo instrumento indicou que 99% consideram a família como “muito importante” (91%) ou “importante” (8%). Do total de estudantes que participaram do estudo, 96% reconhecem a escola como um espaço de educação muito importante (74%) ou importante (22%) para diminuir a prática do assédio sexual.

No Brasil, o ensino religioso faz parte de um dos cinco eixos obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Quando a escola abre espaço para aulas de religião, deve ser cautelosa porque, em movimentos como o da ‘Escola sem partido’, lidamos com grupos que defendem ideologias pautadas no patriarcado, no eurocentrismo e no conservadorismo.

A família defendida e imposta pelos dominadores, por sua parte, se baseia em pressupostos pautados no patriarcado, no qual os homens representam os provedores econômicos, os líderes políticos e religiosos e os chefes de família. Às mulheres cabem funções como esposas, donas-de-casa e educadoras dos filhos – não são “seres para si”, como sugere Freire. Ao contrário, servem aos outros – pais, maridos e/ou filhos – e ademais, a mulher deve ser “recatada,

bela e do lar”, como largamente veiculado na fala de um certo político a quem sugerimos *temer*. Essa concepção reforça e naturaliza a violência de gênero na sociedade brasileira e ainda atribui às mulheres, meninas, travestis e transexuais a responsabilidade pela violência sofrida (BRANDÃO; VASCONCELOS, 2018, p. 308, grifos dos autores).

Os/as participantes da pesquisa exibiram disposição para saber quais procedimentos poderiam ser adotados se tomassem conhecimento, testemunhassem ou sofressem assédio sexual, dentro ou fora da escola. As alunas, principalmente, disseram que gostariam de receber informações sobre os caminhos que poderiam tomar para denunciar e acessar o desdobramento dessa denúncia.

- Mesmo se a direção fizesse alguma coisa, [...] com quem a gente fala? Entendeu? (aluna)
- Precisava de alguém para falar o passo a passo de com quem a gente fala e tal. (aluna)
- A escola não fala disso. Não fala disso com a gente. (aluna)

Os/as participantes frisaram que a legitimação da punição em diferentes esferas, escolares ou não, é importante para reduzir casos de assédio sexual, mas que somente isso não daria conta de transformar a realidade impregnada de ideologias que naturalizam comportamentos que oprimem. Por isso acreditam que é preciso criar espaços de diálogo para que haja uma verdadeira transformação a partir da tomada de consciência crítica por parte de assediadores/as e vítimas. Para isso, além de trocas de experiências e orientações sobre protocolos e caminhos legais para denúncia, é necessário acompanhamento psicológico e apoio à vítima, ao/a assediador/a e às suas famílias. Duas estudantes especificaram as demandas que, muitas vezes, partem delas e dos/as colegas.

— Primeiro a gente teria que partir para um apoio psicológico e também o lado jurídico.

— Ou nós alunos teríamos que achar alguém, ou a direção, [...] para conseguirmos identificar os sinais, para identificar mais facilmente casos de assédio e também para a questão psicológica da insuficiência e baixa estima. [...] Eu acho que deveria partir dos alunos, porque partindo da direção já é comum e parece que é imposto, agora, partir de aluno fazer as coisas dá uma força diferente é tipo revolução.

Como sugestões, anunciaram algumas estratégias de seu repertório, como palestras, rodas de conversa, dinâmicas e manifestações artísticas. Tomaram como exemplo o próprio processo de pesquisa em que se envolveram e enfatizaram que a construção para essas possibilidades deve ser conjunta, partilhada e pautada no diálogo e no respeito mútuos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.*

(João Cabral de Melo Neto)

As situações concretas de assédio sexual na escola se configuraram, nesta pesquisa, como uma forma de educação pela pedra, de fora para dentro, numa cartilha muda. Explicamos: de um lado, os depoimentos de alunos e alunas, pinçados das rodas de conversa, demonstraram sua aguda compreensão sobre as relações de poder

instauradas pelo patriarcado, que conduz ao próprio mutismo, à imobilidade e à indignação. De outro, ao serem arguidas/os sobre quem poderia contribuir para evitar o assédio sexual na instituição escolar, indicaram a família, a religião e a escola. Esse paradoxo escancara a ideologia impregnada nas percepções das/os jovens, uma vez que apontam como solução as instituições que, sabidamente, são as principais responsáveis por manter e reproduzir o patriarcado.

Isso significa que, mesmo com o decurso de uma pesquisa-ação – em que a pesquisadora e os/as jovens se envolveram, alicerçados nas demandas e nas exigências dos/as próprios/as estudantes e na construção de problematizações conjuntas – as marcas da ideologia permanecem cristalizadas, portanto, carecem de ações mais abrangentes no tempo e no espaço.

Os resultados expostos mostraram que, na pesquisa-ação, o processo de ensinar e aprender é potente, numa investigação compartilhada que fomenta a participação e a ação conjuntas, porque, somente tomando a história nas próprias mãos é que podemos nos tornar sujeitos de nosso próprio destino (FREIRE, 2017).

Por fim, os dados denunciaram situações-limites concretas e, ao mesmo tempo, anunciaram, nas narrativas de alunas/os, que a escola pode promover ambientes dialógicos, espaços de partilha de vivências, construção de saberes críticos e protagonistas, por ser um território de lutas. Como enfatiza uma das alunas, como numa revolução, “*é você lutando pelo que você quer. Você foi atrás daquilo, isso dá um significado para a luta*”.

REFERÊNCIAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, ago. 2013. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; VASCONCELOS, Valéria. 50 anos de Pedagogia do Oprimido: reflexão sobre (re)existência

no Brasil e na América Latina. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 294-313, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/38029/26699>. Acesso em: 3 maio 2021.

BRASIL. **Código Penal**. Lei nº 102/24 de 15 de maio de 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10224&ano=2001&ato=367g3YE5kM-NpWT802>. Acesso em: 3 nov. 2023.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidad e interculturalidad** (Interpretación desde la Filosofía de la Liberación). Ciudad do México: UAM, 2005. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0ByVW1G--4tQDM1AxVlpRSjl6ZDA/edit?pli=1&resourcekey=0-3MUDFHE5G89hbfgdp5REQ>. Acesso em: 3 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, Maria Ester de. Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações. **Rev. Adm. empres.**, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8–19, jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902001000200002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 abr. 2021.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 484-515, maio/ago. 2016. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/63633>. Acesso em: 9 maio 2021.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 15 abr. 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S179424892008000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2021.

MELO, Márcia Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no Ensino Médio. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 12-32, maio 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologias-dosul/article/view/772/645>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MILES, Rosalind. **História do mundo pela mulher**. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda: Casa Maria Editorial, 1989.

MONTRONE, Aida V. G. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da invisibilidade. **Revista Gênero**, Niterói, v. 21, n.1, p. 6-23, 2. sem. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1>.

MOREIRA, Marilda Maria da Silva. Assédio sexual feminino no mundo do trabalho: algumas considerações para reflexão. **Serviço Social em Revista [online]**, Londrina, v. 4, n. 2, s.p., jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v4n2.htm>. Acesso em: 9 maio 2021.

OLIVEIRA, Lucian B. de; MOREIRA, Ana P. G.; GUZZO, Raquel S. L. Ampliando o conceito de situação-limite de Martín-Baró: diálogos com o conceito de crise. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 96-105, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1479>. Acesso em: 17 abr. 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, São Paulo, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002. DOI: <https://doi.org/10.36311/0102-5864.17.v0n37.2192>.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 139-161.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. 3. ed. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1990.

SALES, Shirlei Rezende; PARAÍSO, Marlucy Alves. O jovem macho e o jovem difícil: governo da sexualidade no currículo. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 603-625, jun. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 maio 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

TOLEDO, Vanessa Lemos de. **Assédio sexual em ambiente escolar**: possíveis contribuições da Educação Popular e das pedagogias descoloniais e feministas. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Sociocomunitária), Programa de Pós-graduação em Educação, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2020.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.** [online], São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>.

VASCONCELOS, Valéria Oliveira. Perspectivas de pesquisa-ação: investigar, atuar, formar. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 6, n. 2, p. 223-238, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/ojs/RCH/article/view/3570>. Acesso em: 3 maio 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 35-82.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Mulher e homem**: o mito da desigualdade. São Paulo: Moderna, 1988.



SOBRE AS/OS AUTORAS/AUTORES

ALCIONE FERREIRA DA SILVA

Historiadora, assistente social, especialista em História e Cultura Afro-brasileira e mestra em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Integrante do NEABI/UEPB, do Grupo de Estudos Abayomi/UEPB e da Frente Nacional de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo. Professora Substituta do Departamento em Serviço Social da UEPB.

E-mail: alcionefs@hotmail.com

ALÔMIA ABRANTES DA SILVA

Doutora e Mestra em História (UFPE). Graduada em História e Comunicação Social (UFPB). Professora Associada da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/CH/Campus III), onde atua também como pesquisadora e orientadora de projetos na área da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero. Vinculada aos Grupos de Pesquisa/CNPq: Projetah, Corpus e História Cultural. Pesquisadora colaboradora da Fundação Casa de José Américo.

E-mail: alomiabrantess@gmail.com

ANA PAULA GUEDES DO NASCIMENTO COSTA

É mestre e doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCEG), membro do Laboratório de Cultura, Mídia e Política e do Grupo de Pesquisa do CNPq 'Antropologia da Política: Cultura Midiática e Práticas Políticas'.

E-mail: a.paulagnc@gmail.com

DULCE CONSUELO ANDREATTA WHITAKER

Possuía graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1967), Mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1979), Doutorado em Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (1984), Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Oxford (1986) e o título de Professora Emérita da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Araraquara). Era professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA e coeditora da revista ‘Retratos de Assentamentos’ do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR/UNIARA). Faleceu no dia 29 de janeiro de 2023.

EDIL FERREIRA DA SILVA

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1988), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1998) e Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2003). É Professor Associado C do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde (PPGPS/UEPB) e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS/UEPB), nível de mestrado. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Pública. E-mail: edilslva@uol.com.br

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA

É professora titular de Antropologia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. É coordenadora do Laboratório de Cultura, Mídia e Política e líder do Grupo de Pesquisa do CNPq ‘Antropologia da Política: Cultura Midiática e Práticas Políticas’. Autora dos seguintes livros: ‘A Fábrica dos Sonhos: a invenção da Festa Junina no espaço urbano’, publicado pela EDUFCEG, e ‘A

imagem midiática de Dilma Rousseff sob o olhar da Antropologia da Política’, publicado pela editora Mentis Abertas. E-mail: ecalima@terra.com.br

FERNANDA MARQUES DE QUEIROZ

Assistente social, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Docente da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Líder do Grupo de Estudos sobre Feminismo e Relações Patriarcais de Gênero – GEF/UERN. E-mail: fernandamarques@uern.br

GISLAINE DA NÓBREGA CHAVES

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), docente do Curso de Pedagogia (com área de aprofundamento em Educação do Campo) da UFPB, Campus I, João Pessoa. Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Ação sobre Mulheres e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM)/UFPB. E-mail: gislaine.chaves@academico.ufpb.br

GUTIERREZ ALVES LÔBO

Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio (UNILEAO, 2012), com Especialização em Direito das Famílias pela Universidade Regional do Cariri (URCA). É integrante do grupo de pesquisa Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade (UEPB), linha de pesquisa ‘Gênero, Sexualidade e Identidade’. Atua principalmente nos seguintes temas: Gênero, Masculinidades e Violência contra a Mulher. E-mail: gutierrez.lobos@yahoo.com.br

IDALINA MARIA FREITAS LIMA SANTIAGO

Graduação em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal), especialização em Política Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade

Federal da Paraíba (UFPB) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UEPB e líder do Grupo de Pesquisa Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade/UEPB. E-mail: imfls@uol.com.br

JOSILENE BARBOSA DO NASCIMENTO

Assistente social da Casa Pequeno Davi (João Pessoa/PB). Mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Estágio pós-doutoral na Universidade Estadual de Campina Grande (UEPB). Faz parte do Grupo de Pesquisa Flor e Flor Estudos de Gênero e Sexualidade da UEPB. E-mail: ninjosibn@gmail.com

MAGALY NUNES DE GOIS

Assistente social da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE/SE); mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); membro do grupo de estudos e pesquisas em Trabalho, Questão Social e Movimento Social (GETEC/UFS); pesquisadora do projeto Resistências e Lutas das Mulheres do Campo. E-mail: magalyn-gois@gmail.com.

MÁRCIA SANTANA TAVARES

Assistente social com doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Sergipe (UFS). É professora da UFBA, docente do curso de Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), do qual é atualmente coordenadora. É também pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

(NEIM-UFBA). Projeto em desenvolvimento: Resistências e Lutas das Mulheres do Campo. E-mail: marciatavares1@gmail.com.

MARIA ILIDIANA DINIZ

Assistente social, doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Docente da pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Estudos sobre Feminismo e Relações Patriarcais de Gênero (GEF/UERN). E-mail: maria.diniz@ufersa.edu.br

MARINA TORRES COSTA LIMA

Juíza de Direito do Estado da Bahia. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Relações de Poder. Graduada em Direito pela UEPB. E-mail: marinatorrescl@gmail.com

MÓNICA LILIAN CANTILLO QUIROGA

Candidata a doctora en Psicología por la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Magistra en Historia por la Pontificia Universidad Javeriana Bogotá. Actualmente es profesora de la Escuela de Psicología de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso e investigadora del Grupo de Estudios Trabajo Subjetividad y Articulación Social (TRASAS). Ha sido profesora e investigadora de las áreas de la psicología del trabajo y las organizaciones y de la historia de la psicología. Proyecto en curso: Experiencia de organización de la Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI)/Chile. Tesista doctoral del proyecto de investigación Fondecyt sobre Trabajo y Articulación Social en el Chile Contemporáneo en la línea de las Organizaciones Territoriales. E-mail: monica.cantillo@gmail.com

NATALY BARROS PEREIRA

Tem graduação e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atuou em 2019 e 2020 como professora do Curso de Serviço Social da Universidade Paulista (UNIP), na cidade de Campina Grande-PB. Desenvolveu pesquisas e estudos na área de Gênero e Relações de Poder. Atualmente trabalha com produção de conteúdo acadêmico. E-mail: natalybarros@gmail.com

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO

Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Economia e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa ‘História, Cultura e Ensino’ vinculado ao CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, linha ‘Gênero, Diversidade e Relações de Poder’, e do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, linha ‘Ciências, Tecnologias e Formação Docente’. Professora do Departamento de História do campus I da Universidade Estadual da Paraíba. Participante do Grupo de Estudos da Complexidade e da Vida (Grecomvida). Pesquisadora do Programa PELD Rio Paraíba (pesquisas com mulheres rezadeiras). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da Universidade Estadual da Paraíba – campus I, Campina Grande. Coordenadora do Projeto de Extensão ‘Educa (Ação) das Juventudes: ações educativas em práticas extensionistas’. Coordena ainda os projetos de pesquisa ‘Escritoras Negras em Narrativas que educam sobre África e Afro-brasileiros’ e ‘Teias que tecem os saberes das rezadeiras como guardiãs da memória nas práticas de cura em comunidades rurais’. E-mail: patriciacaa@yahoo.com

SINARA VIRGÍNIA DE FARIAS SILVA

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa/PB, com área de aprofundamento em Educação do Campo. E-mail: fsinara7@outlook.com

THELMA MARIA GRISI VELÔSO

Psicóloga e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Campus de Araraquara/São Paulo), com estágio na Università degli Studi di Roma “La Sapienza” (Itália); Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (linha ‘Gênero, Diversidade e Relações de Poder’) e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde (linha ‘Processos Psicossociais e Saúde’) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Atualmente realiza estágio pós-doutoral na Università di Bologna (Itália). E-mail: tgrisiveloso@gmail.com

VALÉRIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS

Licenciatura em Educação Física (1984) e em Pedagogia (2021); Mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (1996); Doutorado em Educação pela UFSCar/Universidade de Salamanca-Espanha (2002); Pós-doutorado pela Universidade Júlio de Mesquita Filho – UNESP (2010) e pela UFSCar (2016). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) e do PPGE da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Membro do Grupo de Trabalho “Educação Popular e Pedagogias Críticas na América Latina” (CLACSO). Coordenadora do GT 06 - Educação Popular/ANPEd, 2021-2023. E-mail: valvasc2013@gmail.com

VANESSA LEMOS DE TOLEDO

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCar e mestra em Educação Sócio-comunitária pela UNISAL (2020). Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003); Licenciatura em História pela Universidade Metropolitana de Santos (2015) e Especialização em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Conchas (2016). Atualmente é professora no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tem experiência na área de ensino em Geografia e História. E-mail: vanessalgeo@hotmail.com

VICENTE SISTO CAMPOS

Doctor en Psicología Social por la Universitat Autònoma de Barcelona. Profesor Titular de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. Investigador principal del Centro de Investigación para la Educación Inclusiva e investigador adjunto del Nucleo Milenio Autoridad y Asimetrías de Poder. Es Director del Programa de Doctorado en Psicología de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, donde además se desempeña como director del Grupo de Estudios Trabajo Subjetividad y Articulación Social (TRASAS). Es Co-coordinador de la sección chilena de la Red de Estudios en Trabajo Docente (ESTRADO). E-mail: vicente.sisto@pucv.cl
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4510-4041>

Sobre o livro

Revisão Linguística	Rejane Maria de Araújo Ferreira
Capa	Chateaubriand Linhares de Almeida
Projeto Gráfico e Diagramação	Jefferson Ricardo Lima Araujo
Tipologias Utilizadas	Adobe Caslon Pro 12/14 pt Aller 14/16 pt

Esta coletânea surgiu da necessidade de ampliar e socializar as produções teórico-metodológicas e os resultados de pesquisas na área dos Estudos de Gênero, em nível nacional e internacional, em especial, as desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (PPGSS/UEPB). Reúne onze capítulos: um internacional; cinco da base endógena do PPGSS/UEPB; e cinco de instituições de ensino superior de diferentes estados brasileiros.

Propõe uma reflexão sobre o gênero como uma construção sócio-histórica, perpassada por relações de poder, a qual contemple sua interseccionalidade com diversos processos socioculturais que atuam no sentido de converter as diferenças sociais em fontes de discriminação e de desigualdades. Espera-se que a interlocução com profissionais e pesquisadoras/es de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, propiciada por esta coletânea, seja um instrumento não só para aquecer os estudos de gênero interseccionados com os marcadores da diferença, mas também para potencializar a luta por uma sociedade igualitária, diversa e plural.

ISBN 978-85-7879-883-3

